

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

---

CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA

*“NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER”:*  
AS AÇÕES RELIGIOSAS, ASSISTENCIALISTAS E EDUCACIONAIS DA MISSÃO  
CATÓLICA CANADENSE DE NICOLLET PARA A BAIXADA OCIDENTAL  
MARANHENSE (1955-1969)



Dourados

2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

---

**CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA**

***“NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER”:***  
AS AÇÕES RELIGIOSAS, ASSISTENCIALISTAS E EDUCACIONAIS DA MISSÃO  
CATÓLICA CANADENSE DE NICOLLET PARA A BAIXADA OCIDENTAL  
MARANHENSE (1955-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação  
Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alessandra Cristina Furtado.

Dourados

2021

**Ficha Técnica da obra de arte que compõe a capa da tese**

**Artista:** Airton Marinho

**Título:** Sem título\Coleção Festas e festanças do Maranhão

**Ano:** 1988

**Técnica:** Xilogravura

**Dimensões:** 89x150 cm

**Fonte da imagem:** <https://cultura.ma.gov.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P475” Pessoa, Claudeilson Pinheiro

"NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER": AS  
AÇÕES RELIGIOSAS, ASSISTECIALISTAS E EDUCACIONAIS DA  
MISSÃO CATÓLICA CANADENSE DE NICOLLET PARA A  
BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE (1955-1969) [recurso  
eletrônico] / Claudeilson Pinheiro Pessoa. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: ALESSANDRA CRISTINA FURTADO.

Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Grande  
Dourados, 2021. Disponível no Repositório Institucional da  
UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a  
fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

---

**CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA**

***“NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER”:***

AS AÇÕES RELIGIOSAS, ASSISTENCIALISTAS E EDUCACIONAIS DA MISSÃO  
CATÓLICA CANADENSE DE NICOLLET PARA A BAIXADA OCIDENTAL  
MARANHENSE (1955-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alessandra Cristina Furtado.

Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação Memória e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

---

**Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado** (Presidente da Banca e Orientadora)  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Grande Dourados

---

**Prof. Dr. César Augusto Castro** (Membro Titular Externo)  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.a Dra. Celeida Maria Costa de Souza Silva** (Membro Titular Externo)  
Doutora em Educação  
Universidade Católica Dom Bosco

---

**Prof.a Dra. Eurize Caldas Pessanha** (Membro Titular Interno)  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Grande Dourados

---

**Prof.a Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira** (Membro Titular Interno)  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Grande Dourados

---

**Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani** (Membro Suplente Interno)  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Grande Dourados

*A Heráclio Moraes Costa (in memoriam) por  
contribuir de maneira substancial com a constru-  
ção da pessoa que me tornei.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer humanos e não humanos que ofereceram suas grandiosas contribuições para a consecução deste trabalho que se concretiza em um cenário dos mais lastimáveis e dialeticamente construtivos pela dor e pela solidariedade que já experienciei. Assim, na construção deste trabalho de pesquisa tive a oportunidade de perceber um crescimento ontológico, epistemológico e político que se emaranham em um *bricoleur* de angústias, alegrias e superações. Portanto, agradeço.

Inicialmente a Oxalá, Iemanjá e Ogum Megê, meus orixás de frente que me protegem, que me encaminham e me guiam pelas encruzilhadas e decisões muitas vezes equivocadas que tomei durante esta trajetória de pesquisa e de remissão existencial.

Ao povo do Terreiro de Umbanda Ogum Megê, da minha comunidade do Antigo Matadouro e da União Umbandista de São Bento pela força espiritual, pelo compartilhar de epistemes dissidentes, cosmopolíticas do afeto e da resistência e sociabilidades coletivistas e subversivas que contribuíram para que eu conseguisse ultrapassar os desafios e caminhos difíceis, e serviram também para o meu crescimento espiritual tão necessário ao alcance desta árdua etapa.

Aos meus pais, José Luís Aroucha Pessoa e Benedita Pinheiro Pessoa e demais familiares, que através do estímulo e incentivo constante, pela grandiosa simplicidade que me ensinaram a ver, pensar e sentir o mundo e as relações sociais para além da lógica compulsiva do capital.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão pela concessão de bolsa de estudos, pois sem esse auxílio financeiro seria impossível me deslocar para o estado do Mato Grosso do Sul e vivenciar com segurança os estudos de doutoramento.

A minha orientadora, a Prof. Dra. Alessandra Cristina Furtado pela generosidade, dedicação, pelas palavras de conforto, pela segurança nas ricas orientações e pela eterna amizade disponibilizada. Sou eternamente grato pelas grandiosas aprendizagens.

Às Professoras Doutoradas Celeida Maria Costa de Souza e Silva, Maria do Carmo Brazil, Eurize Caldas Pessanha e ao Professor Doutor César Augusto Castro pela leitura e análise do texto inicial, pelas importantes contribuições e reordenamentos dados no exame de qualificação, cujas orientações dentro do possível, buscamos atender.

Aos professores do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da UFGD Magda Sarat Oliveira, Maria Alice de Miranda Aranda, Giselle Cristina

Martins Real, Morgana de Fátima Agostini Martins e Reinaldo dos Santos além de todos os funcionários do programa pelas vivências oportunizadas e pelo compromisso social e político com a pesquisa e a pós-graduação.

Um agradecimento especial à Eliza Sanches Silva e Valquíria Lopes Martinez, competentes secretárias do PPGED pela presteza e paciência com as nossas angústias, pressas e ansiedades.

Às amigas Ivone das Dores de Jesus, Rozana Valentim e Lenon, Jacqueline da Silva Nunes Pereira, Natália Nunes, Shirley Marinho, Nubea Xavier e Eliana Ferreira, pelos encontros com sabor de proteção e acolhida.

A minha querida turma de doutorandos do PPGED UFGD: Claudemir Dantes da Silva, Eliane Souza de Carvalho, Elizangela Tiago da Maia, Emne Mourad Boufleur, Juliana da Silva Monteiro, Mariana Dézinho, Patrícia Nogueira Aguenta, Rogério de Andrade, Silvano Ferreira de Araújo, Silvia Cristiane Alfonso Viédes pelo conforto afetivo disponibilizado.

Aos funcionários da Cúria Diocesana de Pinheiro, das Câmaras Municipais e das prefeituras dos municípios de Bequimão, Guimarães, Cururupu, Peri-Mirim e Viana, além dos membros das academias de letras de Peri-Mirim, Viana e Bequimão e do Instituto Histórico e Artístico de Guimarães pelas informações fornecidas e pelo acesso aos documentos.

Aos bolsistas e pesquisadores do LADHEME (Laboratório de Documentação História da Educação e Memória e do GEPHEMES (Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade) ambos da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelas agradáveis tardes de interação e estudo.

A Wilker Luz pelo conforto disponibilizado, pelo relacionamento cheio de paz e projetos que trouxeram a segurança necessária para a concretização desta jornada.

Aos amigos Rafiza e Murilo Costa, Nelson de Jesus Nogueira Nunes, Violeta Cristina Soares, Veralúcia Costa, Jadson Rodrigues, Bruna Suene, Lissandra Fraga, Ana Pinheiro, Rinivan de Oliveira, pois cada um à sua maneira contribuiu com a realização deste árduo trabalho.

Um agradecimento especial ao IFMA Campus Pinheiro pela liberação e aos seus servidores pelo constante incentivo e disponibilidade, especialmente as servidoras da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Fátima de Jesus Corrêa e Josinéa Botelho pelo constante auxílio e pelas orientações a respeito das exigências institucionais no que tange a condição de afastamento para pós-graduação.

À professora Áurea Brandão por ter dado vida ao texto através da sua competente revisão e ao professor Maurício José Morais pela minuciosa normalização do trabalho. A todos

vocês, meu muito obrigado!

Agradecimento especial ao Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política (GPEAEP) da Universidade Federal do Maranhão coordenado pela professora Dra. Ana Carolina Amorim Oliveira por me possibilitar acessar novas epistemologias, saberes ancestrais de grupos subalternizados e a perspectiva decolonial que ampliaram as minhas reflexões sobre etnocentrismo, epistemicídio e diferença. Sou eternamente grato e feliz por fazer parte desse grupo!

*"Há sempre um ateísmo por/a extrair de uma religião".*

*(Deleuze e Guattarri.).*

*"Na ciência, como na vida, só se acha o que se procura"*

*(Evans – Pritchard).*

## RESUMO

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. “*NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER*”: as ações religiosas, assistencialistas e educacionais da missão católica canadense de Nicollet para a Baixada Ocidental Maranhense (1955-1969) 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em Educação, Dourados (MS), 2021.

A presente tese insere-se na Linha de História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Grande Dourados. Para tanto, busca analisar a atuação dos missionários (as) católicos (as) canadenses Nicoletanos (as) na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, focalizando suas ações religiosas, assistencialistas e educacionais e suas contribuições para o fortalecimento do catolicismo e para melhorias nas condições de vida da população local, especialmente, por meio da educação escolar, no período de 1955 a 1969. O recorte temporal estabelecido, inicialmente, corresponde ao ano de chegada da Missão Católica Canadense de Nicollet, na Baixada Ocidental Maranhense em 1955 até o encerramento das atividades dos missionários e irmãs nesta microrregião, em 1969. O problema central consistiu em compreender como os missionários e irmãs católicas canadenses da Missão de Nicollet, por meio de um projeto que antecedeu os debates do Concílio Vaticano II, contribuíram com o fortalecimento do catolicismo e o favorecimento das condições de vida da população empobrecida da Baixada Ocidental Maranhense a partir as apropriações das ações postas em funcionamento por esse projeto católico, no período de 1955 a 1969. A pesquisa se fundamenta nos pressupostos da Nova História Cultural, principalmente, nos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1990) e de representações e apropriações de Chartier (1990; 1996). Utilizamos, também, os aportes teóricos de Bourdieu (1996), sobretudo o conceito de estratégia. Trata-se de uma pesquisa histórica, com procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental. Entre as fontes utilizadas, destacam-se livros de tombo, estatutos das escolas confessionais, relatórios anuais das missões, fotografias, entre outros. Além disso, recorreu às entrevistas semiestruturadas com pessoas que trabalharam ou estudaram diretamente nos empreendimentos missionários e nas ações e instituições educativas administradas por essa missão religiosa canadense no período definido para realização deste estudo. Os resultados da pesquisa apontaram que a atuação dos missionários e irmãs da missão canadense de Nicollet priorizaram, inicialmente, na Baixada Ocidental Maranhense, o campo infraestrutural, com a construção de estradas, igrejas e barracões para as suas ações de evangelização e de assistência; após isso, enfatizaram, sobretudo, ações no campo da educação e saúde. Para tanto, os religiosos construíram ambulatórios e realizavam visitas domiciliares para divulgarem os ensinamentos da higiene, alimentação e cuidado com o corpo, juntamente com os saberes da fé e os princípios da moral cristã. Na área da educação escolar, instalou escolas nos diferentes níveis de ensino, desde o primário até a Escola Normal, participaram da direção escolar e desenvolveram projetos ligados à educação em parceria com o governo estadual. Contudo, pode-se concluir que, a atuação dos missionários e irmãs canadenses de Nicollet por meio de um projeto interfaceado por ações religiosas, assistencialistas e educacionais desenvolvidas junto às populações da microrregião da Baixada Ocidental Maranhense conseguiram contribuir com o fortalecimento do catolicismo e com o melhoramento das condições de vida dessa população empobrecida, sobretudo, mediante as iniciativas realizadas no campo da educação escolar. Em contrapartida, esses (as) missionários e irmãs conseguiram alcançar os propósitos de uma nova teologia, que se fez presente nos anos 1950/1960, engajada e fundada na opção pelo trabalho com os pobres, que antecederam os debates ocorridos durante o Concílio Vaticano II.

**Palavras-chave:** Missão Canadense dos Nicollet. Religião. Assistencialismo. Educação Escolar. Baixada Ocidental Maranhense.

## RESUMÉ

PESSOA, Claudeilson Pinheiro “*NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER*”: les actions religieuses, sociales et éducatives de la mission catholique canadienne de Nicollet à la Baixada Ocidental Maranhense (1955-1969) 270 f. Thèse (Doctorat en éducation) – Université fédérale de Grande Dourados, Programme d'études supérieures en éducation, Dourados (MS), 2021.

Cette thèse s'inscrit dans le cadre de l'axe Histoire de l'éducation, mémoire et société du programme d'études supérieures en éducation (maîtrise et doctorat) de l'Université fédérale de Grande Dourados. Par conséquent, il cherche à analyser la performance des missionnaires catholiques canadiens de Nicoletano dans la micro-région Baixada Ocidental Maranhense, en se concentrant sur leurs actions religieuses, sociales et éducatives et leurs contributions au renforcement du catholicisme et à l'amélioration des conditions de vie de la population locale. population, notamment par l'éducation scolaire, de 1955 à 1969. La période initialement établie correspond à l'année d'arrivée de la Mission catholique canadienne de Nicollet, à Baixada Ocidental Maranhense en 1955 jusqu'à la fin des activités des missionnaires et des sœurs dans cette micro-région en 1969. Le problème central était de comprendre comment les missionnaires catholiques canadiens et les sœurs de la Mission Nicollet, à travers un projet qui a précédé les débats du Concile Vatican II, ont contribué à renforcer le catholicisme et à favoriser les conditions de vie de la population appauvrie de la Baixada Western Maranhense de la crédits des actions mises en œuvre par ce projet catholique, dans la période de 1955 à 1969. La recherche s'appuie sur les postulats de la Nouvelle Histoire Culturelle, principalement sur les concepts de stratégies et de tactiques de Certeau (1990) et sur les représentations et appropriations de Chartier (1990 ; 1996). Nous utilisons également les apports théoriques de Bourdieu (1996), notamment le concept de stratégie. Il s'agit d'une recherche historique, avec des démarches méthodologiques de recherche bibliographique et documentaire. Parmi les sources utilisées figurent des livres de tomo, des statuts d'écoles confessionnelles, des rapports annuels de mission, des photographies, entre autres. De plus, il a eu recours à des entretiens semi-directifs avec des personnes qui ont travaillé ou étudié directement dans des entreprises missionnaires et dans des actions et institutions éducatives administrées par cette mission religieuse canadienne dans la période définie pour cette étude. Les résultats de la recherche ont montré que le travail des missionnaires et des sœurs de la mission canadienne de Nicollet a d'abord priorisé le domaine des infrastructures dans la Baixada Ocidental Maranhense, avec la construction de routes, d'églises et de casernes pour leurs actions d'évangélisation et d'assistance ; après cela, ils ont mis l'accent avant tout sur les actions dans le domaine de l'éducation et de la santé. À cette fin, les religieux ont construit des dispensaires et effectué des visites à domicile pour diffuser les enseignements sur l'hygiène, la nutrition et les soins corporels, ainsi que la connaissance de la foi et les principes de la morale chrétienne. Dans le domaine de l'enseignement scolaire, elle a installé des écoles à différents niveaux d'enseignement, du primaire à l'Escola Normal, participé à la gestion de l'école et développé des projets liés à l'éducation en partenariat avec le gouvernement de l'État. Cependant, on peut conclure que le travail des missionnaires canadiens et des sœurs de Nicollet à travers un projet interfacé par des actions religieuses, sociales et éducatives développées avec les populations de la micro-région de Baixada Ocidental Maranhense ont pu contribuer au renforcement du catholicisme. et l'amélioration des conditions de vie de cette population appauvrie, surtout à travers les initiatives menées dans le domaine de l'éducation scolaire. D'autre part, ces missionnaires et sœurs ont réussi à atteindre les objectifs d'une nouvelle théologie, présente dans les années

1950/1960, engagée et fondée sur l'option de travailler avec les pauvres, qui a précédé les débats qui ont eu lieu au cours de la Seconde Concile du Vatican.

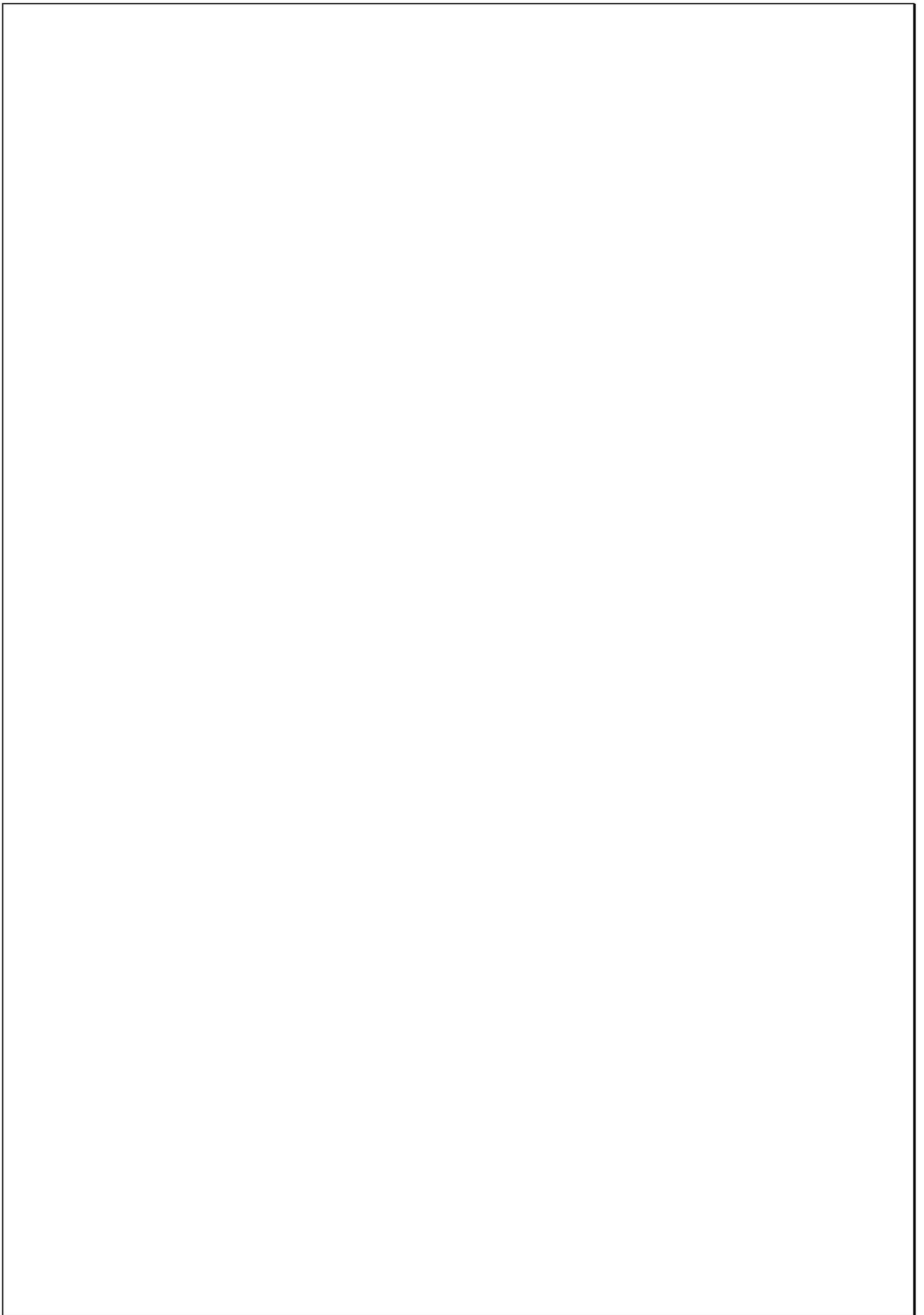
**Mots-clés :** Mission canadienne Nicollet. Religion. Bien-être. Scolarité. Baixada Ocidental Maranhense.

## RESUMEN

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **“NOUS SOMMES VENUS POUR SERVIR ET CIVILISER”**: las acciones religiosas, asistenciales y educativas de la misión católica canadiense de Nicollet en la Baixada Maranhense Occidental (1955-1969) 270 f. Tesis (Doctorado en Educación) - Universidad Federal de Grande Dourados, Programa de Posgrado en Educación, Dourados (MS), 2021.

Esta tesis forma parte de la Línea Historia de la Educación, Memoria y Sociedad del Programa de Posgrado en Educación (Maestría y Doctorado) de la Universidad Federal de Grande Dourados. Por ello, se busca analizar el desempeño de los misioneros católicos nicoletanos canadienses en la microrregión Baixada Occidental Maranhense, enfocándose en sus acciones religiosas, asistenciales y educativas y sus aportes al fortalecimiento del catolicismo y al mejoramiento de las condiciones de vida de los locales. población, especialmente a través de la educación escolar, de 1955 a 1969. El marco temporal inicialmente establecido corresponde al año de llegada de la Misión Católica Canadiense de Nicollet, en la Baixada Occidental Maranhense en 1955 hasta el final de las actividades de los misioneros y hermanas en esta micro-región, en 1969. El problema central era comprender cómo los misioneros católicos canadienses y las hermanas de la Misión Nicollet, a través de un proyecto que precedió a los debates del Concilio Vaticano II, contribuyeron al fortalecimiento del catolicismo y a favorecer las condiciones de vida de la población. población empobrecida de Baixada Occidental Maranhense de las apropiaciones de las acciones puestas en marcha por este proyecto católico, en el período de 1955 a 1969. La investigación se basa en los supuestos de la Nueva Historia Cultural, principalmente en los conceptos de estrategias y tácticas de Certeau (1990) y en las representaciones y apropiaciones de Chartier (1990; 1996). También utilizamos las contribuciones teóricas de Bourdieu (1996), especialmente el concepto de estrategia. Es una investigación histórica, con procedimientos metodológicos de investigación bibliográfica y documental. Entre las fuentes utilizadas se encuentran libros tomo, estatutos de escuelas confesionales, informes anuales de misiones, fotografías, entre otros. Además, se recurrió a entrevistas semiestructuradas con personas que trabajaron o estudiaron directamente en empresas misioneras y en acciones e instituciones educativas administradas por esta misión religiosa canadiense en el período definido para este estudio. Los resultados de la investigación mostraron que el trabajo de los misioneros y hermanas de la misión canadiense de Nicollet priorizó inicialmente el campo infraestructural en la Baixada Occidental Maranhense, con la construcción de caminos, iglesias y cuarteles para sus acciones de evangelización y asistencia; luego, enfatizaron, sobre todo, las acciones en el campo de la educación y la salud. Para ello, los religiosos construyeron clínicas y realizaron visitas domiciliarias para difundir las enseñanzas sobre higiene, alimentación y cuidado del cuerpo, junto con el conocimiento de la fe y los principios de la moral cristiana. En el área de educación escolar, instaló escuelas en diferentes niveles de educación, desde primaria hasta la Escola Normal, participó en la gestión escolar y desarrolló proyectos relacionados con la educación en alianza con el gobierno estatal. Sin embargo, se puede concluir que el trabajo de las misioneras y hermanas canadienses de Nicollet a través de un proyecto interconectado por acciones religiosas, asistenciales y educativas desarrolladas con las poblaciones de la microrregión de Baixada Occidental Maranhense pudieron contribuir al fortalecimiento del catolicismo. y la mejora de las condiciones de vida de esta población empobrecida, sobre todo, a través de iniciativas que se llevan a cabo en el ámbito de la educación escolar. Por otro lado, estas misioneras y hermanas lograron alcanzar los propósitos de una nueva teología, presente en las décadas de 1950/60, comprometida y basada en la opción del trabajo con los pobres, que precedió a los debates que tuvieron lugar durante la Segunda Guerra Mundial. Concilio Vaticano.

**Palabras clave:** Nicollet Canadian Mission. Religión. Bienestar. Enseñanza. Baixada Ocidental Maranhense.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense (1950).....	46
<b>Figura 2</b> - Campos Alagados da Baixada Ocidental Maranhense .....	47
<b>Figura 3</b> - Porto do Coroatá em Guimarães, Litoral da Baixada Ocidental Maranhense .....	47
<b>Figura 4</b> - O Bairro da Praia Grande. ....	50
<b>Figura 5</b> - Praça Luís Domingues, 1943.....	58
<b>Figura 6</b> - Fotografia do Porto de Cururupu, no final do século XIX .....	61
<b>Figura 7</b> – Casarão localizado no centro de Cururupu, em evento de recepção da comitiva do governo estadual, 1910. ....	62
<b>Figura 8</b> - Rua do Comércio em Viana-MA no ano de 1950.....	66
<b>Figura 9</b> - Vista parcial da Cidade no ano de 1935.....	68
<b>Figura 10</b> - O prédio onde funcionou o Mercado Municipal, no ano de 1942. ....	69
<b>Figura 11</b> - Avenida Getúlio Vargas no ano de 1952.....	71
<b>Figura 12</b> - Escola da Professora Dudu Coração em Guimarães na década de 1940.....	80
<b>Figura 13</b> - Imagem do Prédio onde funciona o Grupo Escolar Doutor Urbano Santos em Guimarães – MA. ....	83
<b>Figura 14</b> - Capa do livro “Resumo de História do Brasil”, de Herculana Firmina Vieira de Sousa.....	87
<b>Figura 15</b> - Escola da Fazenda Aliança, Cururupu-MA.....	89
<b>Figura 16</b> - Fotografia da Rua Principal, Centro Histórico da cidade de Cururupu-MA: à esquerda o prédio do Grupo Escolar em meio aos casarões portugueses, na rua de acesso ao porto.....	91
<b>Figura 17</b> - Desfile Cívico dos alunos e professores do Grupo Escolar Dr. José Pires, no ano de 1950. ....	92
<b>Figura 18</b> - Fotografia da Escola rural de Cururupu- MA, localizada no povoado quilombola de Entre Rios .....	93
<b>Figura 19</b> - Fotografia do Grupo Escolar Silvestre Fernandes em Cururupu-MA.....	95
<b>Figura 20</b> - Fotografia do Prédio onde funcionou a Escola Mista Estadual (Atualmente, Biblioteca Municipal de Viana).....	98
<b>Figura 21</b> - Prédio da Prefeitura de Viana, onde funcionou a Escola Municipal de Alfabetização .....	99
<b>Figura 22</b> - À direita o prédio onde funcionou inicialmente a Escola Agrupada São Sebastião., rua Celso Magalhães, Viana – MA.....	103

<b>Figura 23</b> - Imagem da Escola Rural de Piraí: Viana, MA – [19--] .....	104
<b>Figura 24</b> - Fachada do Grupo Escolar Carneiro de Freitas em Peri-Mirim-MA - 1952 .....	110
<b>Figura 25</b> - Fachada do Grupo Escolar “Carneiro de Freitas” em Peri-Mirim-MA no ano de 1975. ....	111
<b>Figura 26</b> - Fotografia do Grupo Escolar Municipal Cecília Botão. ....	113
<b>Figura 27</b> - Mapa da Prelazia de Pinheiro e de outras Prelazias distribuídas pelos estados do Maranhão e Piauí, juntamente com os seus respectivos anos de fundação. ....	125
<b>Figura 28</b> - Fotografia da chegada dos missionários canadenses ao Maranhão. ....	133
<b>Figura 29</b> - Fotografia dos religiosos Yvette Raymond e Monsenhor Marcel Pepin. Canadenses de Quebec. Ambos membros da Congregação Irmãos de Nicollet. ....	135
<b>Figura 30</b> - Fotografia da Igreja Matriz de São José em Guimarães, MA – 1952.....	137
<b>Figura 31</b> - Fotografia das Irmãs Cinzentas de Montreal em Guimarães-MA, 1957.....	141
<b>Figura 32</b> - – Fotografia das primeiras IASVs que chegaram em Guimarães, em 1956.....	144
<b>Figura 33</b> - Fotografia das Irmãs da Assunção da Santa Virgem que chegaram entre os anos de 1956 e 1957, em Guimarães. ....	144
<b>Figura 34</b> - Fotografia da Fachada da Casa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães, atualmente prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rural.....	146
<b>Figura 35</b> - Fotografia das Freiras Canadenses em visita à Comunidade Quilombola de Damásio, 1957.....	148
<b>Figura 36</b> - Fotografia de uma desobriga realizada pelas freiras na zona rural de Guimarães, 1960. ....	149
<b>Figura 37</b> - Fotografia das Irmãs de Assunção da Santa Virgem com crianças vendedoras de água, 1957.....	152
<b>Figura 38</b> - Irmãs de São José de São Jacinto em Cururupu no ano de 1958.....	157
<b>Figura 39</b> – Fotografia da Santa Casa de Misericórdia de Cururupu, em 1957. ....	158
<b>Figura 40</b> - Os padres canadenses da missão de Sherbrook chegaram a São Luís - MA no ano de 1959. ....	161
<b>Figura 41</b> - Fotografia da Casa Paroquial de Santo Antônio de Pádua em Bequimão - MA. ....	163
<b>Figura 42</b> - Fotografia do Ambulatório Santo Antônio juntamente com o Convento Nossa Senhora dos Anjos em Bequimão, MA – [19--].....	166
<b>Figura 43</b> - Fotografia dos religiosos da missão canadense de Sherbrook se hospedaram em Peri-Mirim-MA. ....	169
<b>Figura 44</b> – À direita o prédio da Casa Paroquial e ao lado o prédio onde funcionou a Escola Paroquial São José, 2000.....	182

<b>Figura 45</b> - Fotografia do Prédio onde funcionou as turmas do Pré-Primário da Escola Paroquial São José em Guimarães - MA. ....	183
<b>Figura 46</b> - Documento com os serviços educacionais oferecidos pelos missionários canadenses a população vimarense.....	186
<b>Figura 47</b> - Fotografia do Convento, onde se hospedavam as Irmãs de São José de São Jacinto, que posteriormente serviu para funcionamento da Escola Paroquial (ao fundo), na Praça João Vieira. ....	189
<b>Figura 48</b> - Fotografia do Barracão, onde funcionava a Igreja do povoado de Santana em Perim-Mirim-MA, local adaptado para sala de aula de alfabetização de crianças no turno matutino e de adultos no turno noturno.....	198
<b>Figura 49</b> - Capela de Santana, 1963.....	199
<b>Figura 50</b> - Fotografia dos alunos e das alunas da primeira turma da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, em 1958 no primeiro dia de aula juntamente com a professora irmã Colette Ducharme. ....	205
<b>Figura 51</b> - Fotografia da Primeira turma da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em momento de confraternização de encerramento do ano letivo de 1961.....	206
<b>Figura 52</b> - Fotografia da Escola de Experimentação Anjo da Guarda, 1961.....	208
<b>Figura 53</b> - Fotografia das alunas do 1º ano da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em aula de Educação Artística, em 1959.....	209
<b>Figura 54</b> - Fotografia com os formandos da segunda turma da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, em 1961.....	211
<b>Figura 55</b> - Fotografia da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana-MA, no ano de 1967.....	215
<b>Figura 56</b> - Fotografia do Prédio em que funcionou o Grupo Escolar Paroquial; o Ginásio Vimarense e a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em Guimarães, [19--]. .....	220
<b>Figura 57</b> - Documento com a distribuição professores, matérias e outras informações pedagógicas. ....	224
<b>Figura 58</b> - Fotografia do Ginásio Dom Bosco, 2015.....	225
<b>Figura 59</b> - Fotografia do Prédio do Ginásio Antônio Lopes em Viana-MA.....	234
<b>Figura 60</b> - Fotografia da Turma de alunos (as) do Ginásio Antônio Lopes (1966 a 1969), com a diretora do estabelecimento no dia da formatura no ano de 1969.....	237

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Tipologia dos estudos, instituições, autores e ano de defesa. ....	24
<b>Quadro 2</b> - Relação dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense com indicação das zonas fisiográficas as quais pertencem, juntamente com a quantidade de habitantes no recenseamento de 1950. ....	52
<b>Quadro 3</b> - Dados de analfabetismo das regiões da Baixada Ocidental Maranhense .....	53
<b>Quadro 4</b> - População de Cururupu nos anos de 1943 e 1948. ....	63
<b>Quadro 5</b> - Escolas Isoladas de Guimarães – MA.....	79
<b>Quadro 6</b> - Escolas Primárias do município de Viana de 1930 a 1950.....	100
<b>Quadro 7</b> - Escolas Isoladas de Peri-Mirim1940-1950. ....	107
<b>Quadro 8</b> - Escolas Isoladas de Bequimão nas décadas de 1940 e 1950. ....	115
<b>Quadro 9</b> - Indicadores de pertencimento religioso no Maranhão no ano de 1950. ....	121
<b>Quadro 10</b> - Ordens e congregações masculinas no Maranhão. ....	127
<b>Quadro 11</b> - Ordens e congregações femininas no Maranhão. ....	128
<b>Quadro 12</b> – Docentes da Escola Normal e suas respectivas turmas no ano de 1956. ....	190
<b>Quadro 13</b> - Quantitativo de alunos por município que vieram estudar no 1º ano do curso da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção tutelados e mantidos pela missão, no ano de 1958. ....	207
<b>Quadro 14</b> - Dados de alunos matriculados na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição. ....	216

## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACB	Ação Católica Brasileira
AEC	Associação da Educação Católica no Brasil
AVL	Academia Vianense de Letras
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
DESE	Divisão do Ensino Secundário
INESA	Instituto Nossa Senhora da Assunção
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Legião Eleitoral Católica MEC Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MSC	Missionários do Sagrado Coração
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 A Tessitura de um caminho de investigação: o tema, o objeto, as escolhas, as motivações e o estado do conhecimento .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Definindo e Tecendo os rumos da pesquisa.....</b>	<b>31</b>
<b>1.3 Os aspectos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa.....</b>	<b>36</b>
<b>2 A BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE NO PERÍODO QUE ANTECEDE A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS CANADENSES NICOLETANOS..</b>	<b>45</b>
<b>2.1 A Constituição da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense e sua história..</b>	<b>45</b>
2.1.2 Guimarães.....	55
2.1.3 Cururupu.....	59
2.1.4 Viana.....	64
2.1.5 Bequimão.....	67
2.1.6 Peri-Mirim .....	70
<b>2.2 A Educação Escolar nos municípios da Baixada Ocidental Maranhense no período que antecede a chegada da Missão de Nicollet.....</b>	<b>72</b>
2.2.1 A Instrução Primária em Guimarães: Escolas Isoladas, Grupos Escolares e investimentos nas escolas do meio rural.....	73
2.2.2 Cururupu e suas primeiras iniciativas de escolarização: do abandono estatal a “modernização” educativa com a instalação dos Grupos Escolares.....	85
2.2.3 Viana e sua instrução primária: das cadeiras de primeiras letras aos colégios particulares .....	96
2.2.4 Peri-Mirim e suas escolas: da precariedade das escolas primárias rurais e urbanas a monumentalidade arquitetônica do Grupo Escolar Carneiro de Freitas.....	106
2.2.5 A constituição do campo escolar de Bequimão - MA: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Municipal Estado Minas Gerais .....	114
<b>3 A CHEGADA E ATUAÇÃO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLET NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE E SUAS AÇÕES RELIGIOSAS E ASSISTENCIALISTAS .....</b>	<b>118</b>
<b>3.1 As Missões Católicas que antecederam a chegada da Missão Canadense no Maranhão e na Baixada Ocidental .....</b>	<b>118</b>
<b>3.2 A Chegada da Missão Canadense Nicoletana na Baixada Ocidental Maranhense e o seu trabalho missionário: ações religiosas e assistencialistas .....</b>	<b>131</b>
3.2.1 Os Missionários de Nicollet em Guimarães-MA .....	132

3.2.2 A Atuação das Irmãs Cinzentas de Montreal junto aos Missionários Nicoletanos em Guimarães- MA .....	138
3.2.3 As Irmãs Nicoletanas da Anunciação da Santa Virgem em Guimarães.....	143
3.2.4 As Irmãs de Assunção da Santa Virgem em Viana .....	154
3.2.5 A missão canadense de Saint- Hyacinthe: a atuação das irmãs da Congregação de São José de São Jacinto em Cururupu-MA .....	156
3.2.6 A Missão de Sherbrook em Bequimão: o protagonismo do padre Robert Fortin .....	160
<b>4 A MISSÃO CANADENSE DOS NICOLETANOS NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE E SUAS AÇÕES EDUCACIONAIS .....</b>	<b>176</b>
<b>4.1 A Realidade Educacional do Maranhão entre os anos de 1950 e 1960: as possibilidades abertas para inserção das missões católicas .....</b>	<b>176</b>
<b>4.2 As Ações Educacionais da Missão Canadense dos Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense.....</b>	<b>179</b>
4.2.1 As Escolas Paroquiais.....	179
4.2.1.1 <i>A Escola Paroquial São José em Guimarães - MA e os seus desdobramentos para além do ensino primário .....</i>	<i>181</i>
4.2.1.2 <i>A Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus em Cururupu - MA: a atuação das Irmãs de São José e São Jacinto.....</i>	<i>188</i>
4.2.2 As escolas rurais .....	192
4.2.2.1 <i>O Projeto João de Barro em Bequimão e a atuação do Padre Robert Fortin da Missão de Sherbrook.....</i>	<i>192</i>
4.2.2.2 <i>A criação de escolas rurais a atuação do padre Gèrard Gagnon em Peri Mirim.....</i>	<i>197</i>
4.2.3 As Escolas Normais.....	201
4.2.3.1 <i>A Escola Normal Regional Nossa Senhora de Assunção em Guimarães- MA .....</i>	<i>202</i>
4.2.3.2 <i>A Escola Normal Colegial Nossa Senhora da Conceição em Viana-MA .....</i>	<i>213</i>
4.2.4 Os Ginásios.....	218
4.2.4.1 <i>O Ginásio Vimarense em Guimarães-MA .....</i>	<i>218</i>
4.2.4.2 <i>O Ginásio Comercial Dom Bosco em Cururupu-MA.....</i>	<i>223</i>
4.2.5 A presença de padres canadenses na direção dos Ginásios Bandeirantes de Peri-Mirim e Bequimão.....	226
4.2.6 As Irmãs de Anunciação da Santa Virgem no Ginásio Antônio Lopes de Viana-MA .....	233
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>246</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresentamos as motivações epistemológicas, pessoais e profissionais que proporcionaram a escolha do tema e do objeto desta Tese. Dialogamos com teses e dissertações que discutem objetos que se aproximam do nossa Tese, no que diz respeito ao recorte temático e temporal. Apresentamos os aspectos teórico-metodológicos que norteiam a nossa investigação. Por fim, descrevemos os capítulos e seus desdobramentos articulados aos seus percursos investigativos.

### 1.1 A Tessitura de um caminho de investigação: o tema, o objeto, as escolhas, as motivações e o estado do conhecimento

A História como campo de investigação nos permite entender o presente como um constructo produzido por múltiplas determinações. Assim, torna-se importante reconhecer a contribuição do referido campo para um melhor entendimento da contemporaneidade. Essa concepção é de relevância para aquele que se propõe estudar a História da Educação e as instituições educativas confessionais como campo e lócus que permitem o entendimento de práticas que se dão hodiernamente (PESSOA, 2013).

A escolha do tema e do objeto desta pesquisa que se intitula: “*Nous Sommes Venus Pour Servir et Civiliser*”<sup>1</sup>: *Ações Educacionais dos Missionários Católicos Canadenses Nicoletanos para a Baixada Ocidental Maranhense (1955-1969)* possui relação com investigação realizada no meu Curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado.

Assim, em 2013, apresento junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em

---

<sup>1</sup> A frase em destaque, que traduzida significa “Vimos para servir e civilizar”, é parte de um trecho do discurso do Padre canadense Marcel Pépin quando apresentou a comitiva dos missionários nicoletanos à população de Guimarães (MA) no ano de 1955. Acreditamos que o conceito de civilizar aplicado pelo referido religioso se enquadra naquilo que Norbert Elias (2006) denominava de Processo Civilizador como uma operação de transmissão de uma cultura que faz com que as regras e normas sociais, num determinado momento de origem externa, se inscrevam no indivíduo e passem a operar sob a forma de autocontrole. Esse processo está diretamente ligado a uma posição assimétrica que leva em consideração a assimilação de comportamentos, hábitos, normas e regras e processos culturais dos estratos dominantes. Desse modo, esses elementos são reconhecidos como forma de nivelamento. Nessa mesma acepção, entende-se que civilizar é levar grupos vistos como primitivos a uma condição de educados e pacificados. Esse processo expressa uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais de autorregulação. O desenvolvimento dessas regulações comportamentais caminha, na visão do autor, entrelaçado a um processo de pacificação social. Diante disso, observamos, um olhar estrangeiro, por parte dos religiosos que chegaram à microrregião, além de etnocêntrico sobre as populações e povos originários da Baixada Ocidental Maranhense. Frente a isso, por meio de uma perspectiva autocentrada, eles concebiam os baixadeiros como primitivos que precisavam da tecnologia daqueles que se achavam mais desenvolvidos.

Educação da Universidade Federal do Maranhão, a dissertação intitulada "*A Obra Educacional dos Irmãos de Nicolet em Guimarães-MA (1955-1965)*", na qual, por meio de análise documental e memória oral, foi possível traçar as iniciativas de escolarização e a edificação do projeto educacional dos católicos canadenses de Nicollet, na cidade de Guimarães (MA). No entanto, alguns questionamentos e reflexões não foram respondidos naquele trabalho. Frente a isso, em virtude das viabilidades espaço- temporais e por considerá-las bastante relevantes, resolvi levá-las para uma pesquisa mais ampla desenvolvida em programa de doutorado. Dessa maneira, justifica-se o nosso interesse em desenvolver nesta pesquisa de doutoramento uma análise sobre as ações educacionais interfaceadas pelas iniciativas sociais e religiosas dos Missionários Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense. Estes missionários vieram especificamente, da Diocese de Nicollet, e das paróquias de Sherbrook e Saint- Hacynthe, sendo todas localizadas na província de Quebec, no Canadá. Além disso, destacaremos a presença das Irmãs Cinzentas de Montreal que no ano de 1957 chegam a Guimarães (MA) e desenvolvem junto aos primeiros nicoletanos, empreendimentos missionários de evangelização na referida cidade, bem como, das Irmãs de Nossa Senhora dos Anjos que chegam em 1959 e contribuem com os Irmãos Nicoletanos de Sherbrook em Bequimão.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar aqui, que o interesse pelo tema também foi motivado, em decorrência de eu ter ministrado as disciplinas de Metodologia da Pesquisa, Teoria e Prática Antropológica e Introdução à Sociologia, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), nos anos de 2009 e 2010. Interessado na interface entre as Ciências Sociais e a História da Baixada Ocidental Maranhense, elaborei um projeto de pesquisa junto a essa instituição de ensino superior intitulado *Os Processos Civilizacionais e o contato de missionários católicos canadenses nicoletanos junto a comunidades quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense (1955-1969)*, o que nos levou a conhecer as ações assistenciais e educacionais desenvolvidas pela Missão Católica Canadense de Nicollet.

Outro fato que também contribuiu para esse intento, foi a participação no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), vinculado à linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, no qual integrei a pesquisa sobre a Educação na Baixada Ocidental Maranhense. Atualmente, o estudo ganha novo dimensionamento, a partir das contribuições do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), além das experiências substanciais construídas no Laboratório de Documentação em História da Educação, Memória e Sociedade (LADHEME), ambos ligados à Faculdade de Educação da

Universidade Federal da Grande Dourados.

Algumas pesquisas já trataram desta temática discutindo instituições educativas fundadas por ordens religiosas internacionais na Baixada Ocidental Maranhense, porém focalizando apenas um município e dando ênfase apenas a uma instituição educativa. Neste sentido, em 2016, na Universidade de São Paulo, Alairton Luís Araújo Soares defendeu a dissertação intitulada "*Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral ocidental maranhense (1953-1963)*", que analisou a criação do referido estabelecimento e as trajetórias profissionais dos egressos, a fim de reestruturar seu espaço de agência evangelizadora e socializadora de conhecimento, valores espirituais, e morais católicos.

Em 2015, na Universidade Federal do Maranhão, Alda Margareth Soares defendeu a dissertação intitulada "*Vozes e saudades dos ex-alunos da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção*", que apresenta memórias sobre o cotidiano da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em Guimarães-MA. Para tanto, a autora dialogando com os estudos de gênero, baseia-se nas representações das práticas educativas e religiosas desenvolvidas no interior do estabelecimento, enfatizando a formação de professores nos anos 1960. Nesta dissertação, a autora constatou o modo como as práticas educativas estão a serviço da propagação de signos religiosos, em especial, do catolicismo

Há de se considerar que cada uma dessas pesquisas focaliza uma instituição de ensino dentro dos projetos católicos de cada missão religiosa e por meio da memória oral e da análise documental traçou a história do processo de criação e consolidação das instituições educacionais investigadas.

Ainda com o objetivo de situar esta nossa pesquisa na historiografia da educação, recorri a um levantamento bibliográfico na base de dados das universidades públicas do Maranhão, na Plataforma da Capes e da Scielo, para assim, elaborar um *estado do conhecimento*<sup>2</sup> com base nos seguintes descritores: missões católicas internacionais; ações educativas; educação confessional; estado do Maranhão. Logo, os levantamentos contemplaram pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação na área de Educação que serão apresentadas a seguir. Apresentaremos o quadro abaixo com o levantamento realizado e o quantitativo de teses e dissertações no campo da Educação, os quais abordam temáticas que se aproximam da temporalidade do nosso estudo, apresentam as categorias já mencionadas em suas formulações e retratam a realidade maranhense:

---

<sup>2</sup> *Estado de conhecimento* é a identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2014).

**Quadro 1** - Tipologia dos estudos, instituições, autores e ano de defesa.

<b>Instituição</b>	<b>Título do Trabalho</b>	<b>Ano de defesa</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipologia</b>
Universidade Federal do Maranhão	Proposta pedagógica da Congregação missionária capuchinha na história da educação maranhense.	2003	Maria Goreth Cavalcanti	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	O ensino confessional adventista em São Luís/MA: na reminiscência da sua Trajetória Histórica as Pistas da sua Expansão	2010	Maély Ferreira Holanda Ramos	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição	2010	Maria José Lobato Rodrigues	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	O cenário Educacional da princesa da Baixada (1920-1960)	2012	Diulinda Pavão	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	A obra educacional dos Irmãos de Nicolet em Guimarães-MA (1955-1965)	2013	Claudeilson Pinheiro Pessoa	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	Vozes e saudades dos ex-alunos da escola Normal Nossa Senhora de Assunção	2013	Alda Margareth Souza	Dissertação de Mestrado
Universidade de São Paulo	Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da baixada e litoral ocidental maranhense (1953 - 1963)	2014	Alairton Luís Araújo Soares	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Piauí	O Colégio São José e a formação de professores normalistas em Caxias-Maranhão: formação para a igreja, para a Pátria e a lar (1949-1972)	2014	Suely Barbosa Moura	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	Educação E Civilidade jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)	2014	Arlindyane Santos da Silveira	Dissertação
Universidade Federal do Maranhão	Pioneirismo revelado: o trabalho das filhas de Caridade em São José de Ribamar-MA (1944-1952)	2014	Rosiane Amorim	Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Maranhão	As escolas paroquiais capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)	2018	Janeth Carvalho da Silva Cardoso	Dissertação de Mestrado

Fonte: Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES (2018).

O foco de análise está voltado para as produções elaboradas por pesquisadores maranhenses em programas de pós-graduações em Educação e contemplem temáticas que se aproximem ou construam um diálogo com o nosso objeto de estudo. Desse modo, iniciei a abordagem com o estudo intitulado *Proposta pedagógica da Congregação missionária capuchinha na história da educação maranhense*, de autoria de Maria Goreth Cavalcanti e defendida em 2003 no Mestrado em Educação da UFMA, a qual apresenta uma análise histórica do Instituto Divina Pastora, fundado pelas missionárias capuchinhas em 1958. Neste estudo, a autora faz um breve histórico, com base em fontes secundárias, vendo apenas a presença capuchinha e a sua contribuição para a educação no Estado do Maranhão. O fio condutor da pesquisa foi a identificação das marcas discursivas de evangelização na proposta pedagógica das escolas da Congregação Missionária Capuchinha com base em uma ampla pesquisa documental. Além disso, a percepção da autora sobre as contribuições da proposta pedagógica das capuchinhas na educação maranhense é referenciada, tendo em vista, a manutenção da importância educacional destas para a memória social.

Já o estudo de Maély Ferreira Holanda Ramos intitulado *O Ensino Confessional Adventista em São Luís/MA: na Reminiscência da sua Trajetória Histórica às Pistas da sua Expansão*, defendido como dissertação de mestrado em Educação pela UFMA, no ano de 2010, apresenta a história do Ensino Confessional Adventista em São Luís do Maranhão, no período de 1943 a 2010, tomando como referência o Colégio Adventista de São Luís, pelo fato de ser a primeira instituição escolar da cidade. Neste estudo, a autora analisa a reminiscência dessa história por meio dos discursos e práticas, para então compreender as condições que favoreceram e possibilitaram o surgimento e expansão do colégio. Para o cumprimento desse propósito, a autora busca a origem da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) nos Estados Unidos e do movimento expansionista que culminou com a introdução da Igreja no Brasil, bem como da sua extensão institucional, a escola. Este estudo sustentou-se numa abordagem qualitativa pautada na história oral como método investigativo e na história cultural como eixo analítico, a partir da análise das reminiscências captadas nas entrevistas abertas e das práticas sentidas durante a observação participativa realizada pela autora no período de dois meses em contato com o campo de pesquisa.

A dissertação de mestrado intitulada *Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*, de autoria de Maria José Lobato Rodrigues também realizada junto ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação da UFMA (2010), buscou analisar por meio de uma abordagem histórico-educacional, como o Recolhimento de

Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, instituição maranhense de reclusão feminina dos períodos colonial e imperial, redefiniu sua função social, deixando de oferecer às recolhidas apenas uma educação moral e religiosa e passando progressivamente, a partir da segunda metade do século XIX, a incorporar características de um ensino escolarizado. Por meio deste estudo, a autora chega as seguintes constatações: a) a alteração da função social do Recolhimento do Maranhão está vinculada diretamente à concepção de educação feminina que a sociedade da época considerava como possível de ser produzida por meio do ensino escolarizado; b) O papel de esposa e mãe mantém-se como destino ideal à mulher, porém, essa função deveria ser desempenhada com o amparo de uma educação escolarizada, que pudesse ser aproveitada na educação dos filhos, futuros cidadãos a serviço da Pátria. O estudo deu-se por meio de uma bibliografia ligada à história das mulheres e das instituições educacionais, base teórica esta que, associada à pesquisa documental arquivística e à análise de conteúdo, tornou possível ao leitor compreender a especificidade institucional do Recolhimento maranhense.

Além disso, temos a dissertação de Diulinda Pavão defendida junto ao Mestrado em Educação (UFMA), intitulada *O Cenário Educacional da Princesa da Baixada (1920-1960)* a qual se constituiu em uma pesquisa sobre as instituições educativas, o grau de ensino oferecido, as práticas e os sujeitos, que em tempos e lugares diversos contribuíram para o processo de escolarização de Pinheiro, no estado do Maranhão, no período de 1920 a 1960, entre estes estabelecimentos, a existência de escolas confessionais. Nesta dissertação, a autora recorreu a pesquisa bibliográfica e também à análise documental, o jornal Cidade de Pinheiro se constituiu como a principal fonte documental para a tessitura da História da Educação da cidade, juntamente com a análise da legislação educacional, mensagens, publicações governamentais, regulamentos de ensino, regimentos internos, programa das disciplinas, ata de matrícula, quadro demonstrativo de funcionários e alunos, nota dos discentes, relatórios, livro de tombo e fotografias. Fez-se uso, neste caminhar, também da História Oral, tendo como sujeitos aqueles que vivenciaram o processo de escolarização, alunos, professores e funcionários, que, por meio de suas memórias, contribuíram para a reconstituição do passado das instituições de ensino. Os resultados constatados pela autora apontaram diferenciadas maneiras de escolarização pinheirense, estando esse fato relacionado aos lugares a partir dos quais essas instituições foram organizadas e ao envolvimento dos atores que participaram desse processo. Assim, a autora pode concluir que o processo de constituição da escolarização, no município de Pinheiro, passou por situações de avanços e retrocessos, além de ter recebido a contribuição de diversos atores sociais que colaboraram de forma significativa para a formação da juventude nesse

município, tendo como foco o protagonismo da Igreja Católica.

A dissertação intitulada *A obra educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães-MA (1955-1965)*, produzida por nós em 2013, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA, buscou analisar a obra, de um conjunto de missionários canadenses oriundos da cidade de Nicollet, feita em Guimarães, no período de 1955 a 1965. Nessa dissertação, apresento as instituições implantadas por esses missionários canadenses e sua obra assistencial, considerando os aportes teórico-metodológicos da Nova História Cultural. Utilizo, neste estudo, a análise documental e a metodologia da História Oral. Os resultados apontaram que esses religiosos por meio dessas instituições e práticas, e de lutas simbólicas no campo das representações fortaleceram o catolicismo na região.

Suely Barbosa Moura, em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, intitulada *O Colégio São José e a formação de professores normalistas em Caxias-Maranhão: formação para a igreja, para a Pátria e para o lar (1949-1972)*, teve como objetivo descrever o processo de formação das professoras normalistas para as escolas primárias no Colégio São José, na cidade de Caxias-MA. Desse modo, a autora pesquisou o processo de escolarização das mulheres caxienses ocorrida na escola confessional católica dirigida pela Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas em Caxias, no período de 1949 a 1972. Assim, o estudo teve como procedimentos de pesquisa, a revisão bibliográfica, a análise documental (jornais, periódicos, decretos e documentos produzidos na própria Escola Normal São José), entrevistas e questionários. Dentre as conclusões, a autora destacou que o ensino oferecido pela Ordem Capuchinha, na cidade de Caxias, por meio do Colégio São José, foi marcado pelo objetivo de construir valores religiosos católicos presentes em sua forma de ensinar e de educar suas alunas.

A dissertação de Arlindyane Santos da Silveira defendida pelo programa de Pós-graduação em Educação da UFMA em 2014, intitulada *Educação e Civilidade Jesuíticas no Estado do Maranhão e Grão Pará (1680-1750)*”, realiza um estudo sobre as conexões entre a noção de civilidade, principal esteio da codificação dessas regras comportamentais e as práticas educativas da Companhia de Jesus no estado do Maranhão e no Grão-Pará, entre os anos de 1680 e 1750. O estudo ainda destaca que a Companhia de Jesus, criada em meados do século XVI, foi a primeira a lançar-se sobre a educação formal e seus métodos educativos se encontravam, segundo a autora, repletos de elementos de matriz civilizante, tais regras de civilidade e disciplina se mostravam profundamente relacionadas à concepção de educação, tal como era pensada nesse momento. A dissertação, enfatiza que foram digitalizadas as fontes documentais, sobretudo, os manuscritos dos séculos XVII e XVIII, existentes no Arquivo

Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e disponíveis no Arquivo Público do Maranhão (APEM).

A autora Rosiane Amorim, em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão no ano de 2014 intitulada *Pioneirismo revelado: o trabalho das filhas de Caridade em São José de Ribamar-MA (1944-1957)* traz uma abordagem sobre a atuação de mulheres religiosas, de forma específica sobre as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, na educação maranhense, no período de 1944 a 1957. O contexto histórico e geográfico do estudo, é o município de São José de Ribamar - MA, onde o desenvolvimento da obra caritativa dessas mulheres contribuiu significativamente para oferecimento de instrução para meninas e crianças, num determinado recorte temporal, em que o poder público não assumia sua responsabilidade de órgão efetivador de políticas públicas para esse segmento social. Sobre a metodologia, esta pesquisa baseou-se em documentos do Santuário de São José de Ribamar (livro eclesiástico – livro Tombo) e da Companhia das Filhas da Caridade em São José de Ribamar e São Luís, também foram utilizadas as iconografias. Para tanto, a autora dialoga com uma produção bibliográfica que discute gênero, educação e religião, no sentido de compreender como esses campos se articulam e nos permite aguçar um olhar mais crítico sob os grupos sociais.

Janeth Carvalho Silva Cardoso defendeu junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA, a dissertação intitulada *As escolas paroquiais capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)*. Neste trabalho, a autora buscou analisar a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos nas escolas paroquiais no interior do Maranhão, no período de 1960 a 1970. A pesquisa foi do tipo documental e de campo, apoiada na revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e com referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural. As fontes utilizadas foram livros de tomo, estatutos das escolas paroquiais e relatórios anuais dos religiosos. Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-professoras e ex-alunas de escolas paroquiais do período definido para o estudo. Os resultados apontaram como se deu a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão, bem como se estabeleceu a organização das escolas paroquiais criadas pelos capuchinhos lombardos. Assim, a dissertação evidenciou a existência de uma rede de escolas paroquiais capuchinhas, que ofertava ao mesmo tempo o ensino primário e a catequese como instrumentos de fortalecimento do catolicismo e de combate ao protestantismo, no interior do Maranhão, na segunda metade do século XX.

O levantamento apresentado nos permitiu mapear instituições escolares confessionais que serviram como objetos de estudo na História da Educação nos programas de pós-graduação;

os paradigmas epistemológicos e metodologias empregadas; compreender a natureza das práticas educativas desenvolvidas nas instituições confessionais mediante as narrativas dos sujeitos pesquisados, da dinâmica documental e do uso de fotografias; e avaliar as interpretações e representações construídas sobre as instituições educativas confessionais e quais experiências foram compartilhadas e vivenciadas.

Assim, a partir do levantamento das dissertações apresentadas, foi possível perceber a ênfase dada às temáticas que envolvem a história das instituições escolares. Observamos, também, que os estudos sobre as escolas normais e seus cotidianos educativos ganham relevo acompanhando a emergência de estudos de gênero. Importa inferirmos aqui, que há inclusão das questões de gênero, sexualidade e multiculturalismo nas discussões sobre a história das instituições escolares. Delegamos tal configuração ao crescimento dos estudos dessas categorias, bem como à criação de grupos que fazem a interface entre os estudos de gênero e a História da Educação no estado do Maranhão.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos em uso, observamos a predominância da abordagem da História Cultural, por possibilitar uma maior variedade de fontes e tratamentos, ao mesmo tempo por se tratar de uma concepção que problematiza o passado histórico mediante a adoção do conceito de cultura como questão central no fazer historiográfico, a partir de um campo interdisciplinar de análise com outras ciências como a antropologia, psicologia, arqueologia, sociologia, linguística, dentre outras (BARROS, 2003). A partir disso, são permitidos novos objetos e novos métodos para se escrever história, pois, ocorre uma ampliação do campo de documento histórico; se substitui a história fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, entre outros.

Diante disso, pudemos notar que as dissertações levantadas investigam a história da educação na realidade maranhense, a partir de fontes diferentes. Além disso, observamos que essa produção em história da educação tem como espaço de pesquisa, tanto objetos de estudo situados na capital São Luís (MA), quanto em municípios no interior do estado do Maranhão.

Esse levantamento também nos possibilitou configurar a produção de pesquisas na área de história da educação confessional do Maranhão, em três eixos: o primeiro, diz respeito à abordagem teórica, uma vez que, foi possível notar a predominância da história cultural nas pesquisas, com ênfase na constituição do campo educacional de diversas localidades, embora compreendamos suas contribuições para a inserção de novas formas de se fazer e escrever a história da história da educação, ainda que permaneçam em alguns casos, aspectos da

historiografia tradicional com a explicitação de fatos e personalidades descritas de maneira factual. O segundo eixo trata dos sujeitos da história da educação, pois observa que poucas pesquisas estudam os intelectuais católicos maranhenses e sua contribuição para a educação, uma vez que, a região foi celeiro de grandes intelectuais, bem como nota-se a ausência de pesquisas de história de vidas. Já o terceiro diz respeito às lacunas quanto a história da educação local, pois nota-se, como já foi mencionado, que, proporcionalmente a quantidade de estudos realizados em programas de pós-graduação com pesquisas sobre a realidade educacional maranhense, ainda são poucas e além disso, as pesquisas existentes quase não abordam como lugares de investigação os municípios situados no interior, pois, em sua maioria se direcionam à capital do Estado ou aos municípios mais populosos do Maranhão.

Com base na análise edificada pelos estudos em questão, observamos a existência de muitas pesquisas que tratem diretamente de obras educacionais de ordens religiosas em especial, no entanto, são poucas as que tratam de instituições educativas dentro de um projeto baseado em ações diretamente voltadas para a população mais pobre. Dessa forma, ao mesmo tempo em que apontamos elementos lacunares, evidenciamos possibilidades para a tessitura da História da Educação em solo maranhense, principalmente, junto à questão confessional. Assim, a aproximação com essas dissertações, contribuiu na definição do objeto de estudo desta Tese, na escolha do recorte temporal e na delimitação espacial da presente pesquisa, tendo em vista, a existência de poucos estudos sobre as instituições educativas confessionais, que compõem as obras educacionais de ordens religiosas na região pesquisada. É válido ressaltar, que o registro que se tem é do trabalho por nós realizado durante o mestrado, conforme demonstrado anteriormente, porém abrange apenas a obra educacional dos Irmãos de Nicollet, em um dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense, mais precisamente em Guimarães (MA), no período de 1955 a 1965, o que mostra a relevância de uma investigação como a desta Tese, que analisa atuação dos missionários e irmãs da Missão Católica Canadense de Nicollet, focalizando suas ações religiosas, assistencialistas e educacionais na Baixada Ocidental Maranhense, no período de 1955 a 1969. Além disso, esta Tese contempla uma pesquisa voltada para a atuação desses religiosos (as) canadenses em municípios como Guimarães, Cururupu, Viana, Bequimão e Peri-Mirim, em razão de serem localidades que receberam muitas obras edificadas por missionários canadenses nicoletanos em meados do século XX.

## 1.2 Definindo e Tecendo os rumos da pesquisa

“*Como marcar a distância daquele que escreve em relação àquilo que escreve?*” (BOURDIEU, 1998, p. 69).

Inicialmente, elegemos o recorte temporal deste trabalho que limita-se ao período da chegada dos primeiros missionários canadenses de Nicollet, do ano de 1955 até o ano de 1969, quando encerram-se essas missões com a justificativa de terem atingido os seus objetivos de fortalecimento do catolicismo na região e, sobretudo devido a conflitos envolvendo grupos políticos locais, além de resistências existentes no interior da Igreja Católica, por parte de grupos conservadores que não viam com bons olhos as práticas, tidas como progressistas, desses(as) missionários e irmãs. Os Missionários Canadenses que chegaram à Baixada Ocidental Maranhense eram conhecidos como Irmãos Nicoletanos, e englobavam missionários canadenses vindos das paróquias de Nicollet, *Sherbrook*<sup>3</sup> e Saint-Hacynthe. Além disso, vieram da Diocese de Montreal as Irmãs Cinzentas que em parceria com os primeiros nicoletanos, contribuíram no município de Guimarães para o processo de evangelização, porém não fundaram instituições e nem administraram estabelecimentos educativos na microrregião, apesar de manter certa influência denotada por meio de visitas e orientações. Faz-se necessário enfatizar que os primeiros missionários nicoletanos que chegaram à Baixada Ocidental Maranhense desenvolveram, inicialmente um trabalho assistencial, no campo da saúde e no combate à pobreza e mais adiante, assumiram a administração de instituições culturais e educacionais, na tentativa de fortalecer as ações já desenvolvidas pelos agentes do catolicismo local, e posteriormente, implantaram ações e instituições educativas e expandiram, com isso, os seus domínios para outras instâncias de poder.

A delimitação geográfica do estudo compreende a *microrregião*<sup>4</sup> da Baixada Ocidental Maranhense por duas razões. O primeiro, por tratar-se de um território que adentra o século XX, como espaço de grande contingente de católicos que migravam para outras religiões, sendo isso, uma das maiores motivações para a chegada das missões religiosas de confissão católica. Além disso, por se tratar neste momento histórico de espaços, onde se localizavam expressivamente os maiores bolsões de pobreza, analfabetismo e exclusão social, ocasionados

---

<sup>3</sup>Sherbrook tiveram o apoio das Irmãs de Nossa Senhora dos Anjos no município de Bequimão especificamente no campo da saúde.

<sup>4</sup>Anderson (2000) aponta que a Geografia Espacial utiliza a terminologia microrregião, em questão se caracteriza enquanto comunidade imaginada, ou seja, comunidade socialmente construída, imaginada por pessoas que percebem a si próprias como parte de um grupo, com laços de pertencimento.

pelas dificuldades de acesso<sup>5</sup> à capital do Estado, pela falta de estradas e devido às dificuldades geográficas, considerando que essa microrregião é circundada de campos alagados, sendo tais condições, muitas vezes, uma justificativa para o poder público não oferecer serviços para aquelas localidades. Soma-se a isso, ainda a política clientelista e patrimonialista realizada no estado do Maranhão, desde a sua gênese e as intervenções político-partidárias, que definiam os caminhos e prioridades governamentais.

Outra motivação, diz respeito ao expressivo contingente de maranhenses que deslocavam-se da microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, em busca de melhores condições de vida em um processo de êxodo rural ocasionado pela ideia de existência de riquezas na região do ciclo da borracha e do ouro que engloba a Amazônia Paraense, tendo em vista que, a pobreza dessa localidade contrastava com a fortuna ostentada pelos dois Estados do extremo Norte – Pará e Amazonas, “[...] mercê da borracha, artigo então, de valor elevado nos mercados consumidores. Essa riqueza seduzia o maranhense e daí a sua emigração para o El-Dourado da sua fantasia.” (VIVEIROS, 1992, p. 15).

Dessa maneira, esta pesquisa se caracteriza como um estudo regional porque se dedica a investigar processos educativos interfaceados por ações religiosas e assistencialistas em um espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram (LUCHESE, 2014). Assim, definir região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes e distintos discursos, em diferentes temporalidades, com diferentes estilos e não a pensar em uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Nessas circunstâncias, ressaltamos que o historiador deve considerar o cruzamento de diferentes dinâmicas espaço-temporais: do acontecimento, da conjuntura e da estrutura, uma vez que, para as pesquisas, é importante considerar também o espaço em suas especificidades, suas relações de poder e processos sociais e históricos nesse entrecruzamento (BRAUDEL, 2002).

No caso da região da Baixada Ocidental Maranhense, essa relação entre Igreja e Estado e suas implicações no campo educacional no período de nosso estudo foi marcada por

---

<sup>5</sup> Apesar desta localidade ser compreendida como um espaço distante e isolado da capital, esta mantinha ligações com diversos estados da região Norte do país e com a região sudeste. A contradição em relação ao entendimento de isolamento circunscreve-se no reconhecimento de que o isolamento é um dado concebido com base na distância em relação ao litoral e este não era o caso da Baixada Ocidental Maranhense que possui uma extensa área litorânea (9 514 km<sup>2</sup>) a desde meados do século XX possuía estradas de acesso e uma quantidade expressiva de embarcações (apesar destas não possuírem as melhores e mais completas condições).

acontecimentos discutidos de forma inter-relacionada nesta Tese. Nesse cenário, a Igreja Católica obedecia ao movimento de reestruturação por meio do ideário de *Igreja do Povo de Deus*<sup>6</sup>, que mobilizava as dioceses na América Latina, buscando uma identidade e linguagem mais popular, além de mais próxima dos problemas sociais. Isso tinha a finalidade de inibir o crescimento das religiões protestantes e espíritas, que se expandiram fortemente na vida da população e, sobretudo possibilitar aos religiosos, que assumissem postos estratégicos nas instancias legítimas de poder (PESSOA, 2013).

Em decorrência das condições de miséria, bem como da diminuição de fiéis católicos na região, chegam, no ano de 1946, os missionários italianos do Sagrado Coração e mais adiante, em 1955, os missionários canadenses Irmãos de Nicollet, já na década de 1960, os Missionários de Sherbrook e Irmãs de Saint-Hacynthe, também chamadas de Irmãs de São José de São Jacinto, denominação que passaremos a utilizar daqui em diante. Esses religiosos(as) vieram, dentre outras motivações já declaradas, com a missão de aumentar o número de fiéis católicos e torná-los participantes ativos da vida da Igreja, por meio de uma nova Teologia que se fez presente nos anos de 1950 e 1960, que antecederam o Concílio do Vaticano II, voltada as populações mais pobres.

Este movimento concebia as instituições educativas como espaços voltados para a educação dos pobres relacionados aos objetivos de disseminação do evangelho, melhoria das condições de vida dos mais empobrecidos e, acima de tudo, do fortalecimento dos axiomas cristãos. Além disso, implantou ações sociais no campo da saúde como hospitais e postos de saúde, desenvolveram ações de higienismo, agricultura e pecuária, rádios comunitárias, escolas paroquiais, escolas normais e ginásios, além de espaços de profissionalização da juventude. Assim, o conjunto de ações desenvolvidas por esses religiosos católicos, a sua maneira, com base nas especificidades da implantação e consolidação de tais instituições, caracterizava-se como um importante projeto católico educativo popular, na perspectiva de combate à pobreza e desenvolvimento social, e mesmo de evangelização com vistas a contribuir com o fortalecimento do catolicismo na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense.

Nessa perspectiva, desenhou-se no cenário social e educacional, um projeto católico com ações religiosas, assistencialistas e, sobretudo, educacionais voltado para a população mais pobre envolvendo missionários (as) canadenses da Missão de Nicollet que intencionaram

---

<sup>6</sup> A nova consciência que a Igreja tem de si mesma como Povo de Deus inaugurou uma nova era para a eclesiologia e teve boa aceitação, quer por teólogos católicos, quer por teólogos de outras confissões cristãs. O reconhecimento dos carismas dentro da Igreja abre novas perspectivas para a participação de todo o Povo de Deus na organização e renovação de toda a Igreja (QUINTA, 2020).

contribuir com o fortalecimento do catolicismo, promovendo uma luta simbólica nos campos religioso, político e social, em que estes agentes lutaram por meio de estratégias para manutenção ou subversão do poder, ocupando posições que têm a ver com os capitais construídos, pois utilizaram para isso, as instituições e ações edificadas por eles e, principalmente, por *práticas e representações* vistas pela memória coletiva como favoráveis. No entendimento de Chartier (1990), tanto as práticas discursivas como as representações são produtoras de ordenamentos, de afirmação de distâncias, de divisões e lutas simbólicas na apropriação das memórias subjugadas ou não.

A partir desta apresentação inicial, esta investigação consiste em responder à seguinte indagação: Como os missionários e irmãs católicas canadenses da Missão de Nicollet por meio de um projeto, que antecedeu os debates do Concílio Vaticano II, contribuíram com o fortalecimento do catolicismo e favoreceram as condições de vida da população empobrecida da Baixada Ocidental Maranhense, com as apropriações das ações postas em funcionamento por esse projeto católico, no período de 1955 a 1969?

Com base nesta pergunta desdobramos nas seguintes questões: como era o contexto social, político, religioso e educacional da Baixada Ocidental Maranhense no período que antecede a chegada dos missionários e das irmãs canadenses de Nicollet nessa microrregião? Quais as motivações e princípios que orientaram a vinda destes (as) religiosos (as) nessa microrregião? Quais foram as ações no campo religioso, assistencialista e educacional presentes no projeto da Missão de Nicollet para a Baixada Ocidental Maranhense no período estudado? Como estas ações foram postas em funcionamento por esses (as) missionários e irmãs? O que essas ações representaram para a realidade da Baixada Ocidental Maranhense? Ocorreram apropriações destas ações nesta Baixada? Essas ações foram utilizadas por estes missionários e irmãs na perspectiva de fortalecerem o catolicismo e promoverem melhorias nas condições de vida da população local, sobretudo, por meio da educação escolar desenvolvida na Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense?

Diante disso, faz-se necessário no estudo se orientar por meio de hipóteses que agem como esquemas heurísticos (PESSOA, 2013) e encaminham o pesquisador a configurar o objeto de estudo por meio de noções prévias, porém detentoras de uma movimentação epistemológica, rica e definida. Apoiamo-nos no modelo teórico da *Sociologia Reflexiva de Bourdieu* (1996), o qual aponta que as hipóteses não podem ser examinadas em si mesmas, mas sim utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica, que mobilize uma pluralidade e diversidade de modelos quantitativos, qualitativos, estatísticos, micro e macrosociológicos.

A partir das questões apresentadas, no que tange às hipóteses, acredita-se que a atuação dos missionários(as) católicos(as) canadenses Nicoletanos, na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, no período de 1955 a 1969, com suas ações religiosas, assistencialistas e educacionais fez parte de um projeto dessa missão, para fortalecimento do catolicismo e de melhorias da condição de vida da população local, principalmente, proporcionadas pelas iniciativas realizadas em torno da educação escolar.

Outra hipótese suscitada seria a de que as ações religiosas, assistencialistas e educacionais estavam interfaceadas no projeto de atuação dos(as) missionários(as) católicos(as) canadenses Nicoletanos, na Baixada Ocidental Maranhense, no período de 1955 a 1969, pelo fato de a missão religiosa estar engajada aos propósitos de uma nova teologia, que antecedeu os debates ocorridos durante o Concílio Vaticano I, fundada na opção pelo trabalho com os pobres.

A população da Baixada Ocidental Maranhense teria se apropriado dessas ações religiosas, assistencialistas e educacionais do projeto dos missionários e das irmãs católicas canadenses de Nicollet, que visavam elevar a qualidade de vida da população empobrecida dessa localidade.

Dessa forma, defendemos neste estudo a seguinte TESE: A atuação dos missionários e irmãs católicas canadenses da Missão de Nicollet por meio de um projeto interfaceado por ações religiosas, assistencialistas e educacionais desenvolvidas junto as populações da microrregião da Baixada Ocidental Maranhense conseguiu contribuir com o fortalecimento do catolicismo e melhorarem as condições de vida dessa população empobrecida, sobretudo, mediante as iniciativas realizadas no campo da educação escolar. Em contrapartida, esses (as) missionários (as) conseguiram alcançar os propósitos de uma nova teologia, que se fez presente nos anos 1950/1960, engajada e fundada na opção pelo trabalho com os pobres, que antecederam os debates ocorridos durante o Concílio Vaticano II.

Diante disso, o objetivo geral desta investigação é: analisar a atuação dos missionários(as) católicos(as) canadenses Nicoletanos(as) na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, focalizando suas ações religiosas, assistencialistas e educacionais e suas contribuições para o fortalecimento do catolicismo e para melhorias nas condições de vida da população local, especialmente, por meio da educação escolar, no período de 1955 a 1969. Somam-se a este os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar os aspectos social, político, cultural, religioso e educacional da Baixada Ocidental Maranhense, no período que antecede a chegada destes missionários (as) canadenses;
- b) Compreender quais foram os interesses que motivaram a vinda destes

missionários(as) canadenses para a Baixada Ocidental Maranhense e os princípios norteadores dessa missão religiosa;

c) Analisar a atuação destes missionários(as) canadenses, no que tange as ações religiosas, assistencialistas e educacionais, bem como as representações e apropriações dessas ações na/para a Baixada Ocidental Maranhense.

Para alcançar os objetivos, o presente trabalho foi orientado por princípios teóricos e metodológicos que serão apresentados na seção a seguir.

### **1.3 Os aspectos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa**

Esta pesquisa baseou-se nos pressupostos da Nova História Cultural, que estendeu o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. Passou-se assim, a buscar a “[...] investigação da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres [...]” (HUNT, 1992). Desse modo, pode-se dizer que, a Nova História Cultural começou a se interessar por toda a atividade humana.

Na História da Educação, a Nova História Cultural, possibilitou que os pesquisadores da área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, isto é, uma proposta voltada a um pluralismo epistemológico e temático. Com isto, novos objetos e temas, assim como novos problemas e procedimentos de análise, se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo.

Nesta pesquisa, os conceitos basilares foram os de estratégias e táticas de Michel de Certeau (1990), também utilizamos estratégias de Pierre Bourdieu (1996) e de representações e apropriações de Roger Chartier (1990; 1996) os quais foram fundamentais para a elaboração desta Tese. O conceito de estratégias de Bourdieu (1996) nos possibilitou ampliar o nosso olhar para a percepção de que os agentes sociais não são universais e tampouco devem ser essencializados no\pelo discurso historiográfico, além da constatação de que estes estão em constantes disputas no interior das estruturas sociais.

Os conceitos de *estratégia e tática*, tomados de Michel de Certeau (1990), foram de grande importância para o nosso estudo pois, a *estratégia*, na ótica desse autor, refere-se a uma ação que supõe a existência de um lugar próprio, de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade. Nesse sentido, Certeau (1990) possibilita, a partir dos estudos das estratégias, levar a concentrar um olhar ao que é concebido como legítimo, externo e contrário ao não-

lugar, das ações assistenciais e educacionais prescritas e orientadas a atender ao paradigma católico de maneira rígida e voltada ao alcance de suas diretrizes e ideário. Já o conceito de *tática* leva à interioridade, visto que, com relação às estratégias, o autor define táticas como uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação externa lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (CERTEAU, 1990). Assim, algumas das ações religiosas, assistencialistas e educacionais engendradas pelos missionários (as) canadenses da Missão de Nicollet, principalmente, as ações educacionais circunscrevem-se como táticas subversivas como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes *maneiras de fazer*. Resultam das astúcias dos (as) religiosos (as) e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às imposições de controle ocasionadas por hierarquias constituídas.

A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação, que se pode efetuar. Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas só permitem utilizar, manipular e alterar algo, que no nosso estudo trata-se dos diversos modos de atuação cotidianas, sobretudo, nas instituições escolares desenvolvidas pelos missionários e irmãs canadenses, no período de 1955 a 1969 na Baixada Ocidental maranhense.

O conceito de estratégia para Bourdieu (1996) centra-se na dinâmica agente e estrutura como contínuos e pertencentes a uma totalidade sintetizada no *habitus* enquanto estrutura estruturante. Baseado na linguagem e na lógica militar, a estratégia é pensada enquanto ação planejada, rígida e controlada, sendo produto do senso prático, circunscrita a um jogo social, historicamente definido em que os agentes e grupos aprendem desde os processos de socialização primárias. Assim, entende-se que nem sempre as ações desses agentes e grupos são produto da sujeição e obediência às estruturas. Diante disso, as ações dos missionários (as) católicos (as) canadenses é por nós entendida como estratégica, observada todas as vezes que, o campo religioso e social em seus aspectos políticos e educacionais se movimentava e as suas ações precisavam ser atualizadas e adaptadas às emergentes configurações.

Assim, na perspectiva de Certeau (1990), a tática é guerrilha, é a arte do mais fraco, neste estudo, o mais fraco, o oprimido está representado pelos sujeitos da escolarização, além dos religiosos que entendem e engajam-se em suas práticas cotidianas, e apesar das imposições do projeto católico de educação e assistência aos empobrecidos tomam posições em uma ação calculada, a partir da ação do outro, geralmente representado pelo estado ou pelas políticas educacionais. As táticas de leigos e religiosos são determinadas pela ausência de poder e sua

ação ocorre em oposição a uma direção *estratégica* engendrada pelos grupos hegemônicos.

Outro conceito que auxiliou no processo de análise de nosso objeto, diz respeito às categorias representações e apropriações desenvolvidas pelo historiador Roger Chartier (1996), sendo que, a primeira diz respeito à maneira pela qual as pessoas comuns organizavam a realidade em suas mentes expressando-se em comportamentos e práticas sociais. Apesar das representações possuírem expressões subjetivas e individuais, estariam condicionadas por um consciente coletivo e geral, ou seja, um conjunto de símbolos compartilhados, uma estrutura fornecida por cada cultura que criaria possibilidades de expressões, mas também as limitaria. Assim, o historiador que escolhe este paradigma histórico-cultural poderá estudar essas representações passadas, buscando, para isso, captar a diferença e os significados circunscritos nos indícios e aspectos simbólicos que sobrevivem da visão de mundo desse passado. A partir disso, poderemos então, ser capazes de perceber como as culturas formularam maneiras de pensar, sentir e agir. Diante disso, a noção de representação é muito importante para a maneira pela qual são tratados e vistos os documentos e as fontes, e, principalmente, define o que é e qual o objetivo destes na construção das realidades. Já o conceito de apropriações nos remete à invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção. Tal noção permite deslocar o olhar da maneira contrastante pela qual os grupos e indivíduos fazem uso dos motivos e das formas que partilham com os outros. Pensar dessa forma, as apropriações culturais “[...] permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar pensamentos e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 136). As práticas que deles se apoderam são sempre “[...] criadoras de usos ou de representações que não são de modo algum redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas a aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos de desvios, de reemprego singulares.” (CHARTIER, 1990, p. 136).

Frente a isso, essas ações religiosas, assistencialistas e educacionais nos permitiram perceber as diferentes formas de apropriações dos discursos e das normas estabelecidas, sobretudo, pelo sistema educacional, aspectos explicitados nas memórias e nos trânsitos daqueles que conviveram e vivenciaram as ações educativas desenvolvidas pelos missionários e pelas irmãs canadenses da Missão de Nicollet, na Baixada Ocidental Maranhense.

Ao tomarmos o nosso objeto de estudo, deparamo-nos com um conjunto de instituições que obtiveram *projeção* no campo social, religioso e educacional para aos municípios investigados e que, por meio de práticas e representações, os religiosos (as) se afirmam no cenário do interior do Maranhão, buscando combater a pobreza e as demais expressões do sagrado, romanizando o culto e assegurando um lugar social de destaque na memória daqueles

que um dia experimentaram e - ainda hoje - experimentam situações de pobreza e segregação em terras baixadeiras.

Logo, podemos dizer que, tais questões serviram como norte e exigem-nos uma análise de múltiplas fontes históricas, possibilitando-nos uma inserção substancial na dinâmica espaço-temporal pesquisada, tecendo a escrita da história, a partir da difícil tarefa do historiador, porém, buscando sempre compreender essa realidade, por meio de suas intencionalidades, das ideias presentes nos escritos e ditos, das representações e práticas dos agentes que as produziram (GONDRA, 2005).

Já a metodologia, diz respeito ao conjunto de práticas e técnicas usadas para a coleta de dados e a organização de informações, além dos processos que envolvem o tratamento e interpretação desses dados. A partir da organização de uma base empírica sobre o objeto foi possível analisar aspectos e confirmar ou não a tese evidenciada.

As fontes documentais privilegiadas neste estudo fizeram parte dos acervos da Cúria Diocesana de Pinheiro e da Casa Paroquial São José. Assim, o corpus documental foi constituído de atas de reuniões, regimentos internos, propostas de trabalho, quadros demonstrativos de funcionários e alunos e assistidos pelos programas de cada congregação, folders e cartazes informativos. Usamos também Relatórios com Mensagens de Governadores, que estiveram à frente do estado do Maranhão, no período delimitado para este estudo, destacando suas relações com os religiosos investigados e suas ações. O levantamento dos dados sobre a Missão de Nicollet na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense também foi realizado em Pinheiro, na Biblioteca Pública Elizabeto Barbosa de Carvalho, na Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Casa paroquial da igreja de Santo Inácio de Loyola, no Colégio Pinheirense e na casa das Irmãs Canadenses. Já em São Luís, a pesquisa documental foi realizada na Catedral da Sé, na Biblioteca Pública Benedito Leite e na Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em Peri-Mirim, na Casa Paroquial da Igreja São Sebastião, e nos registros do Jornal O Resgate da Academia de Letras, Ciências e Arte de Peri-Mirim. Em Cururupu, na Casa Paroquial São João Batista, em Viana, na Academia Vianense de Letras e por fim, em Bequimão, na Casa Paroquial Santo Antônio de Pádua. A pesquisa documental nessas localidades se deu em virtude da disponibilização de fontes e em virtude de esses espaços serem os únicos que guardam documentos do objeto de estudo analisado nesta Tese.

Também utilizamos dados do IBGE referentes às décadas de 1950 a 1960, especificamente dos Anuários, fotografias dos municípios pesquisados da Baixada Ocidental Maranhense e demais dados disponibilizados no site do órgão. Além disso, buscamos

informações nas páginas de divulgação das ações da Missão de Nicollet estudadas nesta tese, que nos ajudaram a delinear os campos de atuação e termos acesso às ações realizadas no território nacional e internacional.

Destacamos aqui, a importância da organização realizada pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), pertencente à UFMA, a respeito das Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Maranhão Império e o potencial do Arquivo Público do Estado do Maranhão, onde pudemos pesquisar e transformar os dados coletados a partir de análise em narrativa histórica.

Sobre o uso de documentos oficiais em pesquisas históricas, apoiamos-nos nas orientações de Bacellar (2005), que destaca a necessidade de se trabalhar com fontes originais, pois retratam o que a sociedade desejava, que se perpetuasse como práticas e representações (CHARTIER, 1996), para as gerações vindouras, indo-se para além da aparência, levando em conta detalhes identificados desde a redação até a forma de apresentação. Para Chartier (1996), os acontecimentos que a documentação comporta devem ser lidos nas entrelinhas, pois trazem uma carga intencional e ideológica por parte de quem os produz.

Os documentos testemunham uma produção social dos sentidos, constituídos de consensos e dissonâncias, polifonias e contextos diversos, perpassada pelo *habitus* de quem os produziram, com seu mercado simbólico, entendido como aquele que designa determinados espaços habitados por múltiplas interlocuções, que disputam os lugares de poder. Por meio dos documentos oficiais não se oportuniza “fazer ver e fazer crer”, o processo de constituição da realidade e a consecução dos instrumentos que garantem a manutenção do *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989). Assim, entendemos que “[...] nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado [...]” (LE GOFF, 1996, p. 110).

Utilizamos também para o desenvolvimento da pesquisa, os periódicos: Jornal Cidade de Pinheiro (1922 – atual); Jornal O Litoral (1950-1956); O Jornal Renascer Vianense (2000 - atual); o Jornal O Vimarense (2000 - atual) e o Anuário da Associação dos Filhos e Amigos de Cururupu. Sobre o uso de impressos, Castro (2009) destaca que a pesquisa na imprensa periódica contribui para o desvio do olhar do curso oficial e da documentação manuscrita, oportunizando observar os enunciados de maneira comparativa e analítica.

Assim, baseados na ótica teórico-metodológica da Nova História Cultural, nos apropriamos de uma variedade e multiplicidade de fontes, considerando-as como instrumentos construídos socialmente (CHARTIER, 1996), levando o pesquisador a analisar a massa anônima, seu modo de viver, agir, pensar, sentir, seu cotidiano, problematizando o social, e

desconstruindo, desvelando e desmontando a ordem do discurso presente nos documentos oficiais.

Neste trabalho, o uso das fotografias ajudou a diminuir a lacuna produzida pela dificuldade de acesso a alguns documentos oficiais. Assim, com a utilização das fotografias como fonte de pesquisa, percebeu-se a necessidade de analisar o significado e o conteúdo cultural desse material. Um estudo crítico e reflexivo sobre as fotografias deve se preocupar em situar as motivações que orientaram a produção, circulação e recepção das imagens e em desvelar o significado que emerge da narrativa visual. A fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o *status* de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais (SONEGO, 2010).

Dessa forma, deve-se considerar a fotografia como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, como índice, marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares, nos informam sobre determinados aspectos desse passado, como as condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural e construções de sociabilidade cotidiana (KOSSOY, 2001; LE GOFF, 1990). Assim, no que tange ao uso de fotografias em investigações históricas precisamos atentar que são as questões de pesquisa “[...] que nos movem e que direcionam nosso olhar para perscrutar indícios, rastros, sinais, mesmo quando não conseguimos elaborar respostas [...]” (LUCHESE, 2014, p. 158).

Nessa perspectiva, Borges (2003, p. 72) nos chama atenção acerca de alguns aspectos que envolvem o uso de fotografias em estudos históricos:

As imagens fotográficas, assim como as literárias e sonoras, propõem uma hermenêutica sobre as práticas sociais e suas representações. Funcionam como sinais de orientação, como linguagens. Quando utilizadas com fins compreensivos e explicativos, elas demandam não apenas o emprego de metodologias afinadas com seus estilos cognitivos, que ajudam a ler e interpretar suas ambigüidades e seus silêncios, como também o cruzamento com outros tipos de documentos.

Dessa forma, Borges (2003) nos aponta que para responder às nossas problematizações, baseadas em indícios do passado, portanto marcadas por uma margem relativamente grande de complexidades e descontinuidades, as imagens fotográficas devem ser percebidas como documentos que informam sobre a realidade da cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura e como uma forma simbólica que atribui significados às representações e à memória coletiva. As imagens fotográficas permitem conhecer aspectos significativos do imaginário social, indo muito além de meras ilustrações e descrições, e trazendo expressões pensadas e vividas em outros tempos.

Logo, as fotografias retratam o cenário social do ponto de vista visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos e atores sociais, permitindo aprofundar o conhecimento da cultura material, expressa na arquitetura, nas cidades com suas instituições e nos seus objetos. Além disso, são capazes de esboçar as comunicações não verbais, como o sentido do olhar dos retratados, os sentimentos, os sistemas de atitudes, bem como de algumas mensagens de expressões corporais, faciais e movimentos, a maneira como as pessoas se posicionam no espaço fotográfico, o que pode expressar as relações de poder no grupo ou na família (SONEGO, 2010).

Tais fotografias foram cedidas pelos órgãos e instituições já explicitadas e estavam organizadas em arquivos pessoais de sujeitos diretamente envolvidos com os missionários e as irmãs católicas canadenses da Missão de Nicollet. Assim, as fotografias foram utilizadas como fontes históricas, e como um fragmento de realidade, um aspecto do passado, em que a decisão de registro e de fixação de um certo dado foi uma opção de quem as produziu.

Utilizamos entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, realizamos entrevistas livres dando ênfase a aspectos que julgávamos relevantes, detalhados pelos sujeitos da pesquisa e posteriormente, para esclarecimento de informações que avaliávamos como incompletas ou contraditórias, buscávamos apoio, na condição de relações e parcerias, em outros agentes sociais e documentos que justificassem as respostas. Os sujeitos da pesquisa foram denominados como *Interlocutores*, em virtude de não serem apenas meros entrevistados e, sobretudo, por juntarem-se aos anseios investigativos que nos possibilitam realizar a investigação, por se envolverem com os demais sujeitos da investigação, ampliando as possibilidades de coletas de dados e informações (PEIRANO, 2008). Assim, “[...] os interlocutores são os construtores de uma teoria viva [...]” (PEIRANO, 2008, p. 13). Desse modo, se dispuseram a contribuir com a pesquisa, sendo que sempre nos utilizávamos de alguns aplicativos e outras ferramentas *digitais e tecnológicas*<sup>7</sup> para realizar nossas intenções, levantar, selecionar e debater fontes, além de coletar informações nas suas localidades. Elas foram o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e dirigido pelas nossas intenções compartilhadas, e a teoria estudada por mim foi de forma sucinta e objetiva traduzida a eles. Diante disso, os interlocutores nos auxiliaram a pôr em ordem os fatos relacionados ao objeto estudado, traduzindo-os conjuntamente e contribuindo com a nossa interpretação (PEIRANO, 2008).

Adequamos a forma de busca de informações e dados para este estudo em virtude da

---

<sup>7</sup> Muitas das conversas e reuniões com os interlocutores eram realizadas por vídeo chamadas via *WhatsApp* e pela ferramenta do *Google Meet*.

pandemia de Covid 19, que nos impôs repensar e flexibilizar os nossos procedimentos de pesquisa obedecendo aos protocolos de distanciamento social exigidos pelas autoridades sanitárias.

Os nossos interlocutores foram 17 (dezessete) pessoas, distribuídos da seguinte maneira: 09 (nove) ex-alunos das instituições; 03 (três) ex-professores e 04 (quatro) ex-funcionários que trabalharam nas instituições educativas mantidas pelas ordens católicas estudadas. A escolha dos interlocutores se deu em função dos papéis exercidos junto às ações desenvolvidas pelos missionários e irmãs católicas canadenses da Missão Canadense no período já citado anteriormente, além da evidência que alguns receberam no cenário social e educacional do campo empírico escolhido. Entretanto, para resguardarmos a identidade de alguns dos depoentes, que não nos permitiram explicitar seus nomes, utilizamos nomes fictícios identificados por meio de numeração e uma letra inicial do município (B- Bequimão; C- Cururupu; G- Guimarães; P- Peri-Mirim e V- Viana). Dentre eles, 03 foram entrevistados na ocasião da pesquisa de mestrado, algumas de suas falas foram utilizadas nesta pesquisa pela riqueza e importância de seus depoimentos a saber: Cuba (2012), Cardoso (2012)<sup>8</sup> e Interlocutor 1G (2013).

A análise do nosso objeto buscou uma perspectiva que considere a memória e história como campos que se conjugam para conferir identidade a quem recorda, pois, compreendemos que cada ser humano, pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos, e de conferir-lhes significados; por isso, sua ausência, a amnésia, necessariamente conduz à perda de identidade (AMADO, 1995).

Portanto, esta pesquisa buscou analisar as ações religiosas, assistencialistas e educacionais dos missionários católicos canadenses Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense no período de 1955 a 1969, destacando as múltiplas relações que envolvem este objeto pensado como *fato social total*<sup>9</sup> (MAUSS, 1980), inter-relacionados dialogando e construindo conexões com aspectos macro e microestruturais. Assim, esta tese está estruturada em três capítulos além de Introdução, Considerações Finais e Referências, ficando organizada da seguinte maneira:

---

<sup>8</sup> Cuba (2012) e Cardoso (2012) permitiram o uso de seus nomes na pesquisa.

<sup>9</sup> O *Fato Social Total*, para Marcel Mauss (1972), é uma atividade que tem implicações em toda a sociedade, nas esferas econômicas, jurídicas, políticas e religiosas. Diversas esferas da vida social e psicológica são tecidas juntas em uma totalidade material e simbólica.

No primeiro capítulo, caracterizamos como estava a Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, antes da chegada dos Missionários Católicos Canadenses Nicoletanos, na década de 1950, para tanto, construímos uma narrativa para apresentar como o espaço dessa Microrregião do estado do Maranhão foi constituída tanto geograficamente quanto historicamente. Posteriormente, apresentamos este espaço com os municípios que a compõem e os aspectos históricos, sociais, econômicos e religiosos de cada um deles. E, por fim, focalizamos como estava a educação escolar nos municípios da microrregião neste período.

No segundo capítulo, inicialmente, abordamos a presença das missões católicas que antecederam a chegada da Missão Católica Canadense de Nicollet no Maranhão e de forma mais específica, na Baixada Ocidental Maranhense. Num segundo momento, tratamos da chegada dessa Missão Canadense na Baixada Ocidental Maranhense e o trabalho que esses (as) missionários e irmãs realizaram nos municípios em que se instalaram, focalizando, sobretudo, as ações religiosas e assistencialistas.

E, por fim, no terceiro capítulo, abordamos as ações educacionais desenvolvidas pelos missionários da Missão Canadense dos Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense. Para tanto, analisamos essas ações desenvolvidas pelos (as) missionários e irmãs dessa missão pertencentes a Nicollet, Sherbrook e Saint Hacynte nos municípios de municípios de Guimarães, Cururupu, Viana, Bequimão e Peri-Mirim.

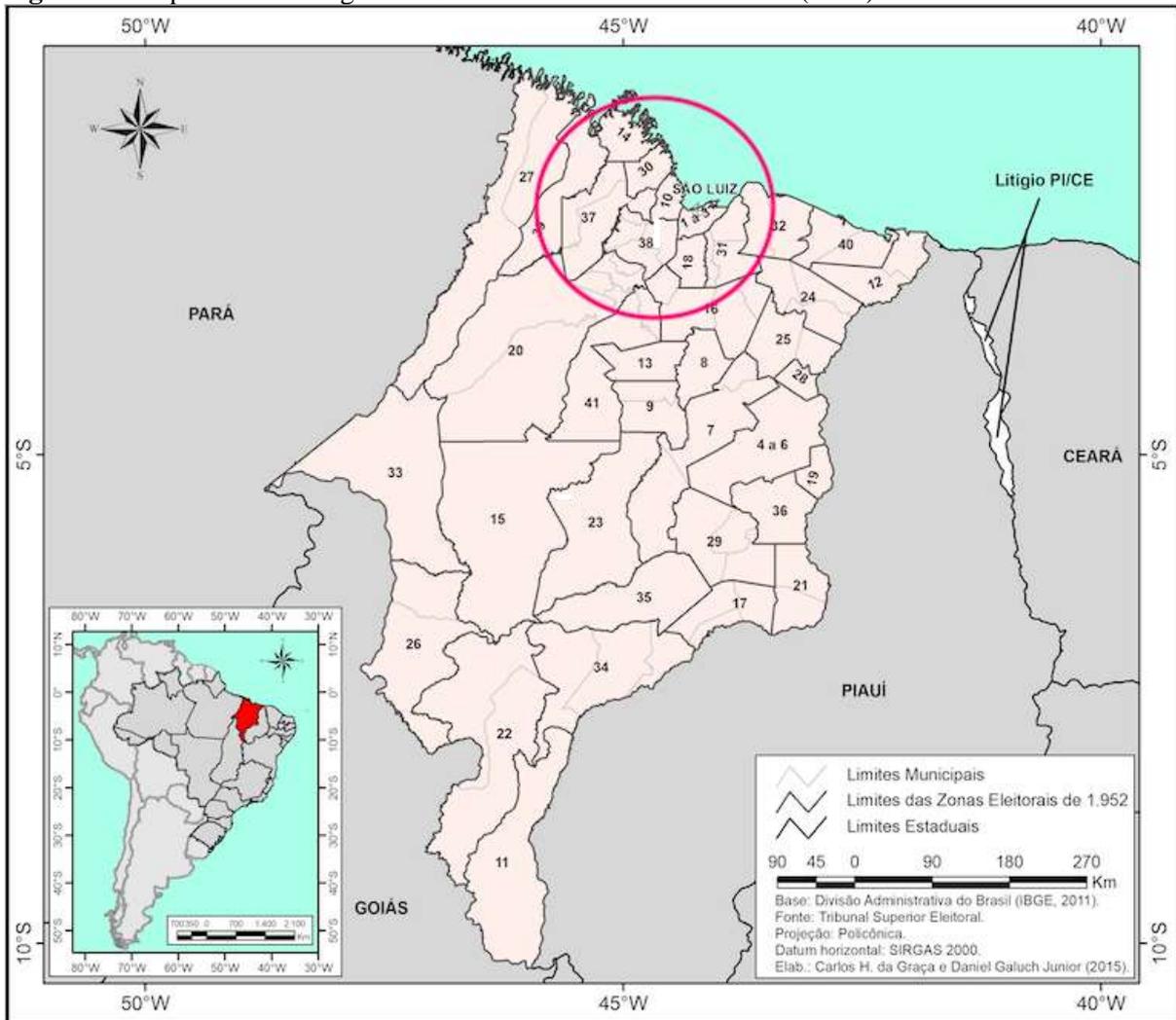
## **2 A BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE NO PERÍODO QUE ANTECEDE A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS CANADENSES NICOLETANOS**

O objetivo desta seção consiste em compreender como a situação e o contexto da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, antes da chegada dos Missionários Católicos Canadenses Nicoletanos, na década de 1950. Nesse intuito, construímos uma narrativa para apresentar como o espaço dessa Microrregião do estado do Maranhão formou-se tanto geograficamente quanto historicamente, embora com maior ênfase nos aspectos históricos. Assim, num primeiro momento, apresentamos este espaço com os municípios que a compõem e os aspectos históricos, sociais, econômicos e religiosos de cada um deles. E, num segundo momento, focalizamos como estava a educação escolar nos municípios da microrregião no período em análise.

### **2.1 A Constituição da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense e sua história**

Inicialmente, apresentamos o mapa da Microrregião da Baixada Ocidental, situando as dimensões geográficas e a divisão política, o mapa aqui exposto na Figura 1 faz parte do acervo digital da Academia Sambentuense de Letras datado do ano de 1950. Atualmente, a configuração sócio-política e territorial da microrregião sofreu transformações, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com a criação de novos municípios.

**Figura 1 -** Mapa da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense (1950)



Fonte: Academia Sambentuense de Letras (2021)

**Legenda:**

- 14. Cururupu
- 18. Peri-Mirim
- 30. Guimarães
- 31. Bequimão
- 38. Viana

No Maranhão, a Baixada Ocidental Maranhense é uma microrregião, localizada a oeste e sudeste da capital São Luís. Esta Baixada é constituída de planícies interligadas por muitos lagos, composta de uma diversidade de fauna e flora, com seus ricos manguezais e babaçuais, matas de galeria, floresta amazônica e uma população diversa e interétnica, o que confere a esta microrregião uma pluralidade estética e cultural, múltipla em cosmovisões e pertencimentos. O acesso a esta parte do estado normalmente se fazia via transporte marítimo, levando de 02 (dois) a 03 (três) dias em virtude da precariedade das embarcações e estradas (LACROIX, 1982). A microrregião divide-se fisiograficamente em áreas Litorâneas e Campos Alagados.

A Baixada Ocidental Maranhense se estende até a fronteira do Pará, caracteriza-se como

área de totais pluviométricos elevados, pequeno período do ano sem chuvas e cobertura vegetal constituída pela floresta tropical, por campos periodicamente inundáveis juntamente com áreas de manguezais, restingas e praias. Além disso, apresenta áreas não ocupadas, ao lado de áreas de povoamento recente, regiões de baixas densidades demográficas e outras com adensamento populacional expressivo (IBGE, 1970). “Nas áreas povoadas do centro e do norte do Estado, os extensos babaçuais constituem o mais importante elemento de identidade do território maranhense [...]” (IBGE, 1970, p. 10). A seguir apresentamos imagens dos campos alagados e os seus ribeirinhos, a vegetação litorânea e as suas embarcações que compõem a diversidade socioambiental da microrregião anteriormente descrita.

**Figura 2** - Campos Alagados da Baixada Ocidental Maranhense



Fonte: Mururus (2020).

**Figura 3** - Porto do Coroatá em Guimarães, Litoral da Baixada Ocidental Maranhense



Fonte: Mururus (2020).

Historicamente, a Baixada Ocidental Maranhense foi palco de um cenário formado por brancos europeus colonizadores, negros africanos e índios nativos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Nesta região vista como alagada e de difícil acesso, da pobreza extrema, do descaso e, selvageria, posteriormente, creditada como espaço de exploração e fertilidade, eram geradoras de riquezas oriundas da produção da cana-de-açúcar, da cultura do arroz, do algodão, da farinha de mandioca e da pecuária, além do extrativismo do babaçu, destinados ao consumo interno, ou para os comércios da capital (principalmente no Mercado Central e nas Casas das Tulhas), além da exportação para a Europa, neste caso, as culturas do arroz e algodão. A produção destes gêneros em larga escala pôs o Maranhão entre as províncias mais prósperas do nosso país, juntamente com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (GOMES, 2017).

É certo que o primeiro surto econômico no Maranhão ocorreu em fins do século XVIII e início do século XIX, com a cultura algodoeira, seguindo-se imediatamente após a exploração da lavoura canavieira<sup>10</sup>. Essas culturas, bem como as principais concentrações demográficas, localizaram-se no médio e baixo vale do Itapecuru e na zona da Baixada Ocidental, áreas que se comunicavam -se com o porto de São Luís por via aquática.

Já no que diz respeito à ocupação do Maranhão e suas implicações para a Baixada Ocidental Maranhense. Araújo (2010, p. 23) esclareceu que

[...] a História da agro-exportação, da grande lavoura, e das regiões que gravitavam em torno dela. Para o conjunto de historiadores que a construíram, a abolição da escravidão e a crise da grande lavoura teriam decretado o início da “decadência” do Estado. [...] entendida como uma História de todo o Maranhão, tem sofrido muitas críticas desde a década passada, pois tentaria fixar uma trajetória e uma identidade únicas, relegando a segundo plano experiências significativas de regiões consideradas periféricas sob a ótica da acumulação de capital. [...] No momento de maior pujança da atividade agro-exportadora, as pequenas cidades e povoados que gravitavam em torno da capital do Estado funcionavam como abastecedores dos núcleos de exportação com gêneros tais como: aguardente de cana, farinha de mandioca, arroz, pecuária bovina, etc.[...]. De fato, praticamente todas as cidades do interior tiveram sua origem em grandes fazendas, a exemplo de Pinheiro, evoluindo posteriormente para a condição de Povoados.

Este processo constituiu na região aspectos culturais diversos dependendo da ocupação. De acordo com Trovão (2010) e Sousa (2012), a ocupação na planície, estava ligada ao europeu colonizador e seus conflitos entre colonos, missionários religiosos e índios; e o segundo, no sertão, aos criadores de gado e vaqueiros que também disputaram com diversas etnias indígenas as terras de campos cerrados, vivenciando diversos conflitos em terras vistas como próprias

<sup>10</sup> No fim do século XIX e início do século XX, essas lavouras entraram em declínio. O restante do Estado constituía a periferia da área pastoril nordestina ou área composta por florestas (IBGE, 1970).

para o pastoreio. Tanto o processo de conquista francesa, quanto de colonização portuguesa se iniciou no litoral e se espalhou timidamente no sentido oeste e leste e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios maranhenses. Essa frente formou-se por diversos grupos incluindo portugueses, índios “domesticados” e descendentes, garantindo a ocupação do espaço e vencendo a resistência dos índios encontrados, por meio de diversos tipos de violência mesclando a sua dimensão física e simbólica, ora manifestada na sujeição religiosa (a catequese), ora na destruição e escravidão de inúmeros grupos étnicos.

O valor da Baixada Ocidental Maranhense, como o de qualquer outra comunidade colonial, consistiu em ser, desde meados do século XVIII, tanto exportadora de matéria-prima quanto também consumidora dos produtos manufaturados ingleses. O fortalecimento das relações comerciais entre este território e o Velho Mundo foi consequência do capitalismo industrial que se iniciou na Europa de 1760 e que veio tomar corpo no século XIX, sistema econômico e que inaugurou uma nova fase na partilha política e econômica ocidental (LACROIX, 1982).

Daí vê-se o potencial estratégico da região, fator este que contribuiu sobremaneira com o seu processo de desenvolvimento urbano em especial de suas principais vilas, que posteriormente se transformaram em cidades, concebidas como estratégicos espaços de produção e de visão futurística de desenvolvimento. As localidades que mais se desenvolveram devem isso, a sua localização, acesso e proximidade com a capital, a segunda pelo seu potencial junto as dimensões de produção do pescado e localização junto ao mar da Baía de Cumã.

A posição tanto geográfica quanto a dinâmica produtiva da região possibilitou que estas localidades por meio de apoio estatal construíssem prédios e suntuosos casarões que alojaram órgãos e comércios da província (ALVIM, 1982). Estes casarões serviam também para residirem famílias abastadas (fazendeiros da região e ricos comerciantes da capital), sendo que muitos deles eram proprietários de casas comerciais no bairro da Praia Grande (GOMES, 2017). Na Figura 4 pode-se notar uma rua do Bairro da Praia Grande<sup>11</sup>, com suas casas comerciais, onde está instalado o Mercado das Tulhas, centro de escoamento dos gêneros produzidos na Baixada Ocidental Maranhense, como de outras localidades do interior do Maranhão.

---

<sup>11</sup>O Bairro da Praia Grande consolidou-se comercialmente em 1789 com a ampliação das atividades portuárias da cidade de São Luís, em virtude dos investimentos gerados pela grande produção de algodão para exportação. Grandes empresas comerciais se estabeleceram no bairro para usufruir dos benefícios portuários e a Praia Grande se tornou o centro econômico mais importante do Maranhão. Com a estagnação econômica, as firmas comerciais foram desaparecendo e os velhos sobrados que não foram ocupados por órgãos públicos e, progressivamente, se deteriorando, chegando, alguns deles, à completa ruína (SILVA, 2010).

**Figura 4** - O Bairro da Praia Grande.



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (2010).

Contudo, a economia da Baixada Ocidental Maranhense seguia a mesma vivida por todo o restante da América Portuguesa desde sua história colonial, e foi assim, que continuou também por todo o período imperial, caracterizando-se pela cisão das atividades agrícolas, pois, de um lado, a monocultura, a grande lavoura com objetivo exportador era determinante de todo um contexto político-social. Do outro, a pequena lavoura e diversificada determinava e condicionava aos interesses dos grandes latifundiários (LACROIX, 1982). Diante disso, as condições impostas pela incoerência na forma de produção e conseqüentemente na promoção da desigualdade refletiram tanto na agricultura de exportação quanto na de subsistência que se caracterizaram por ínfimo nível tecnológico. Mesmo na fase de maior crescimento em que o Maranhão figurou como grande exportador, prevaleceram as técnicas rudimentares conhecidas nos primórdios de sua colonização, não significando um desenvolvimento compatível com outras províncias do Brasil que estavam em pleno desenvolvimento.

A produção econômica da Baixada Ocidental Maranhense se estruturou também por meio do trabalho de escravizados africanos, que com o seu um trabalho braçal, sem condições oferecidas por técnicas e maquinário, desenvolviam as ações no campo da agricultura, da urbanidade e muitas vezes, eram vendidos na Praia Grande, a preços diversos dependendo do seu potencial de sociabilidade nas Casas dos senhores ou da reprodução biológica e produtividade nas atividades agrícolas. Esta região, era estruturalmente agrária. Há quase dois séculos, o seu processo de ocupação se deu junto com a exploração econômica da cana-de-açúcar e da pecuária. De acordo com Roland (2020, p. 45) “[...] O trabalho era realizado através

de engenhos movidos por água e animais, chegou-se a exportar quantidades significativas de açúcar para São Luís nos séculos XVIII e XIX [...]”.

A respeito do trabalho dos negros escravizados na Baixada Ocidental Maranhense, na segunda metade do século XIX, Araújo (2012) apontou que esses não suportavam as condições perversas impostas, por essa razão, que promoviam rebeliões e subversões em relação à cruel ordem dominante, o que trouxe posteriormente, a crise da agricultura nessa região e, conseqüentemente, ocasionou a sua decadência. Tal problemática levou os comerciantes da Praia Grande à ruína, promovendo o abandono dos luxuosos casarões e a partida dos seus moradores para outras capitais de províncias vistas como mais desenvolvidas. Tal problemática impactou na vida econômica e na dinâmica comercial da Baixada Ocidental Maranhense, que se voltou para outras atividades agrícolas e os seus fazendeiros e comerciantes passaram a atender as demandas pelo processo de exportação de mercadorias, porém os investimentos estatais eram escassos na região e a maioria da população continuava empobrecida e analfabeta.

No decorrer do século XX, os investimentos no comércio se mostravam cada vez mais vultuosos e o número de comerciantes aumentava e com isso, foram criadas diversas associações comerciais na perspectiva de defender os interesses da classe, nos municípios de Viana, Pinheiro e Guimarães. Essas associações não contavam apenas com a presença de comerciantes, pois pela dinâmica agroexportadora e pecuarista da região participaram também pescadores, lavradores, fazendeiros, extrativistas a fim de debaterem os interesses econômicos de cada um destes municípios da Baixada Ocidental Maranhense (FURTADO FILHO, 2003; ROLAND, 2020). Soma-se a isso, o processo incipiente de industrialização com a implantação de vários segmentos industriais, principalmente em Pinheiro e Viana, sobretudo da indústria de óleo de babaçu e de peixe (FURTADO FILHO, 2003).

Em todos os municípios criados na Baixada Ocidental Maranhense, as elites locais se mostravam interessadas pelo desenvolvimento e pelo seu progresso. Nessa região, muitas das empresas eram internacionais e utilizavam-se, principalmente do babaçu como matéria-prima.

É certo, que nessa região, os capitais locais se estruturaram, principalmente na economia do babaçu, onde todo o fornecimento de matéria-prima vinha de uma atividade muito comum na pré-história: a coleta. A característica dessa atividade era a superexploração da força de trabalho das quebradeiras de coco, o que garantia uma maior lucratividade das indústrias, pela diminuição dos custos de produção. Essa indústria adquiriu grande destaque nos anos 1950 e só perdeu importância com a chegada dos grandes projetos, além da própria defasagem tecnológica (TROVÃO, 2010). No entanto, estes investimentos também não contribuíram com a diminuição da pobreza no estado do Maranhão, tendo em vista os grandes lucros e a

centralidade da acumulação dos empresários, conseqüentemente a exploração de homens e mulheres, sobretudo, os constituídos pela colonialidade do poder. Esse tipo de colonialidade é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida (QUIJANO, 2000).

Além disso, o processo de industrialização do estado do Maranhão se deu de maneira multifacetada com projetos do governo e iniciativas particulares, no entanto o setor industrial não logrou êxito. No caso da Baixada Ocidental Maranhense, o crescimento das atividades industriais juntamente com as atividades comerciais trouxe uma debandada de pessoas de outros municípios do estado do Maranhão, de migrantes de outros estados do Nordeste para essa região, que teve sua população aumentada substancialmente, trazendo com isso a criação de novas vilas, povoados e cidades.

Em 1950, a Baixada Ocidental Maranhense possuía 16 municípios e uma população total de 303. 115 habitantes, o que representava um percentual de 19, 15% da população total do estado do Maranhão. O quadro nº 2 apresenta cada um dos municípios dessa região, com suas respectivas localizações nas zonas fisiográficas e os números populacionais, conforme dados abaixo.

**Quadro 2** - Relação dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense com indicação das zonas fisiográficas as quais pertencem, juntamente com a quantidade de habitantes no recenseamento de 1950<sup>12</sup>.

<b>Município</b>	<b>Zona Fisiográfica</b>	<b>População</b>
Alcântara	Litoral Norte da Baixada	14. 820 habitantes
Anajatuba	Campos alagados	14 262 habitantes
Bequimão*	Litoral Norte da Baixada	13. 067 habitantes
Cajapió	Litoral Norte da Baixada	8. 941 habitantes
Cajari	Campos alagados	8. 539 habitantes
Turiaçú	Litoral Norte da Baixada	13. 55 habitantes
Cururupu*	Litoral Norte da Baixada	33. 816 habitantes
Guimarães*	Litoral Norte da Baixada	25. 002 habitantes
Matinha	Campos Alagados	11. 957 habitantes
Penalva	Campos Alagados	12. 878 habitantes

<sup>12</sup> A seqüência dos municípios obedece à estruturação original presente no documento Anuário Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 1950. Resolvemos manter a seqüência e destacamos apenas os municípios que são objeto de nossa análise.

\*Municípios que são objeto de nossa pesquisa.

Peri-Mirim*	Campos Alagados	10.797 habitantes
Pinheiro	Campos Alagados	39.256 habitantes
Santa Helena	Campos Alagados	7.409 habitantes
São Bento	Campos Alagados	27.366 habitantes
São Vicente de Férrer	Campos Alagados	27.293 habitantes
Viana*	Campos Alagados	22.827 habitantes
Total da População		303.115 habitantes

Fonte: IBGE (1950).

Os 16 municípios da Baixada Ocidental Maranhense evidenciados no quadro nº 2 estão divididos entre duas microrregiões: a dos Campos Alagados (12 municípios) e a do Litoral Norte da Baixada (04 municípios) com uma população estimada em 303.115 habitantes. Neste momento histórico, os municípios mais populosos eram: Pinheiro, Cururupu, São Bento, São Vicente, Guimarães e Viana. Os municípios de Peri-Mirim e Bequimão juntamente com Alcantara, Anajatuba, Turiaçú, Matinha, Penalva possuíam uma população superior a 10.000 habitantes e não estavam entre os menos populosos, sendo que estes seriam: Santa Helena, Cajari e Cajapió. É fato que a distribuição populacional da Baixada Ocidental Maranhense se deu de maneira muito desigual sendo os mais antigos municípios os mais populosos, sobretudo aqueles que movimentavam a sua economia e atraíam migrantes em busca de trabalho e áreas produtivas de plantio (IBGE, 1950).

Já no que diz respeito aos dados educacionais dessa região, segundo o IBGE (1950), os índices de analfabetismo entre as idades de 05 (cinco) anos de idade até 14 (catorze) anos eram expressivos. Inferimos que essa situação estivesse relacionada, de um lado, às condições de pobreza da população e, de outro, a ausência de vagas nas escolas ou até mesmo a inexistência dessas instituições escolares. Entre as duas microrregiões da Baixada Ocidental Maranhense, a Zona da Baixada/ Campos Alagados e Litoral Norte da Baixada havia um quantitativo de 238.862 habitantes analfabetos, como mostra o Quadro 3.

**Quadro 3** - Dados de analfabetismo das regiões da Baixada Ocidental Maranhense

<b>Duas microrregiões da Baixada Ocidental Maranhense</b>	<b>Alfabetizados</b>	<b>Analfabetos</b>
Zona da Baixada/ Campos Alagados	43.033 habitantes	139.658 habitantes
Litoral Norte da Baixada	79.895 habitantes	98.904 habitantes
Total da População Analfabeta		238.562 habitantes

Fonte: IBGE (1950).

Os dados de analfabetismo presentes no quadro acima, demonstram um reflexo da falta de ações voltadas a implantação de estabelecimentos de ensino e ações educativas na região da Baixada Ocidental Maranhense. Nos municípios localizados nas áreas litorâneas estes percentuais eram mais alarmantes, pois, eram justamente estes, os que menos receberam investimentos governamentais.

Provavelmente, as condições sociais da população também influenciaram nos índices de analfabetismo, uma vez que, de acordo com a análise de dados realizada a partir do relatório de recenseamento do IBGE (1950), na região da Baixada Ocidental Maranhense, a maioria da população habitava a zona rural, totalizando 70% da população. Dentre a população total 82% não possuía água encanada, 69% não possuía iluminação elétrica, 93% não possuíam banheiro com aparelho sanitário, 73% moravam em imóveis de pau a pique ou taipa e 85% das famílias eram numerosas em média de 12 pessoas morando na mesma ocupação.

Outro dado alarmante em relação a essa região, eram os indicadores de mortalidade infantil<sup>13</sup> e desnutrição, o que caracterizava altos índices de empobrecimento da população e falta de investimento do poder público em saúde, educação, alimentação e questões sanitárias. É oportuno esclarecer aqui que, segundo a Pastoral da Criança, nas décadas de 1950 e 1960, aproximadamente 48% das crianças que nasciam no interior do Maranhão chegavam a falecer na primeira semana de vida principalmente por desnutrição.

Assim, o empobrecimento da população serve para que ações de governantes populistas e/ou empreendimentos missionários católicos que se instalem nos rincões do país e por detrás dos argumentos de melhoria das condições de vida da população implantem movimentos confessionais com ações que unem formação espiritual e intelectual (DALLABRIDA, 2001). Além disso, orquestram atividades de ordem social com ênfase na dimensão caritativa, educacional e hospitalar adentrando em um espaço de atuação que deveria ser atribuição do estado, sobretudo na constituição de instituições e entidades que atendiam as elites locais e aos empobrecidos<sup>14</sup>, instaurando assim, disputas por instâncias de reprodução cultural e social.

A seguir apresentaremos as condições sociais, políticas e econômicas dos 05 (cinco) municípios da Baixada Ocidental Maranhense que receberam missionários canadenses nos anos

---

<sup>13</sup>Segundo a Pastoral da Criança, nas décadas de 1950 e 1960 aproximadamente 48% das crianças que nasciam no interior do Maranhão, chegavam a falecer na primeira semana de vida principalmente por desnutrição.

<sup>14</sup>Os missionários que vieram desenvolver ações de combate à pobreza de acordo com os preceitos conciliares entre as décadas de 1950 e 1960 consideravam a noção de empobrecido de maneira universal e essencialista, desconsiderando a pluralidade de condições, trajetórias e culturas que envolvem tal categorização (MONTES, 2012).

de 1950 e 1960, focalizando suas trajetórias históricas de criação e o seu desenvolvimento, tendo como finalidade localizar e situar geograficamente as condições destas localidades, no momento da chegada desses religiosos para, posteriormente, compreendermos as influências destes missionários na realidade local.

### 2.1.2 Guimarães

A Baixada Ocidental Maranhense tem início com o município de Guimarães que fundado oficialmente em 19 de janeiro de 1758 e está situado à margem direita da Baía de Cumã<sup>15</sup>. Inicialmente, Guimarães surge com um povoado que era uma fazenda pertencente à capitania de Cumã, doada por Francisco Coelho, donatário da capitania, a seu irmão Antônio Coelho de Carvalho (GODÓIS, 1914).

Segundo Gaioso (1973, p. 17), neste momento histórico o Maranhão dividia-se em duas principais capitanias, “[...] uma do mesmo nome, que ficou durante muito tempo na cabeça dele, outra do Pará [...]”. A do Maranhão compreendia a de Cumã, chamada vulgarmente de Tupuitapera, e hoje Alcântara. Geograficamente, a Baía de Cumã era bastante extensa, medindo três léguas (dezoito quilômetros) de comprimento e menos de uma légua, na parte mais larga. Essa Baía recebe águas dos rios Pericumã, Tapintingá, Raimundo Sul, Piraração e Pilar. Ao percorrer esses múltiplos quilômetros, “[...] chega a sua foz, na direção leste, onde se abraça ao Atlântico com toda a sua plenitude.” (OLIVEIRA, 2000, p. 8). Tal extensão facilitou as trocas comerciais e, sobretudo, a sobrevivência daquela população por meio do pescado e do acesso aos demais portos da capital. Guimarães era visto como um importante espaço de escoamento de mercadorias.

Não se pode deixar de esclarecer aqui que, o governador Gonçalo Pereira Lobato extinguiu o nome da Capitania de Cumã<sup>16</sup> em 1756, causando para os alcantarenses “[...] profundo desgosto e revolta, porque queriam conservá-la como memória perene [...]” (OLIVEIRA, 1984, p. 9). Essa ação repercutiu em toda a Província do Maranhão e acabou se constituindo com uma imposição de uso de poder contra a memória do lugar e de seus habitantes.

No final do século XVIII, a Vila de Guimarães já era considerada uma das maiores do

<sup>15</sup> A referida Baía é conhecida em todo Maranhão por guardar marcas da história de combates e conflitos no estado, tendo em vista que foi nesta Baía, que os portugueses expulsaram os franceses e tentaram invadir a costa do Maranhão, com o objetivo de explorar e dominar o local estratégico que era a Vila de Guimarães ou Cumã (PESSOA, 2013).

<sup>16</sup> Segundo Gaioso (1973 *apud* PESSOA, 2013, p. 18), o nome Cumã significa derivação de uma árvore apocinácea e outras plantas latescentes. Porém, “[...] o Dicionário-Mor de Língua Portuguesa de 1875 explica que decorre de haver na área várias árvores apocináceas (coeirás) cujos frutos eram utilizados pelos silvícolas para fazer cuias”.

Maranhão com “[...] tantos moradores brancos que formavam uma Companhia de Auxiliares com 180 praças.” (OLIVEIRA, 2000, p. 23). Tal grau de desenvolvimento fez com que o governador Joaquim de Melo e Povoas (1761-1775) determinasse a transferência da fábrica de anil de São João de Cortes para a Vila de Guimarães (O LITORAL, 1950).

No século XIX, um fato marcante coloca Guimarães em destaque, juntamente com Viana, Alcântara e outras vilas, por ser negar a aderir ao movimento de Independência, dado ao contingente de portugueses nelas residentes, sendo por essa razão, a adesão ao processo de independência ter ocorrido somente em 23 de julho de 1823.

A população de Guimarães no final do século XIX, era composta de 14.500 almas, sendo 9.400 livres e 5.100 escravos. A maioria desta população tinha a sua forma de sobrevivência baseada na agricultura e pecuária, que se realizavam nos engenhos de açúcar, movidos a vapor, a animais, água e bois, nas lavouras de algodão, arroz, goma, farinha e demais gêneros espalhados pelo interior da Vila (OLIVEIRA, 2000).

O início do século XX é marcado pela eleição e posse do intendente Manoel Tibúrcio de Sá Nunes<sup>17</sup> perante a Câmara de Guimarães para o mandato de quatro anos (1901-1904), o qual se destacou pela construção de estradas que propiciaram certo desenvolvimento à cidade e melhoria do acesso às localidades rurais e na inauguração do poço público da *Barriquinha*, obra de extrema necessidade, principalmente pela carência de água naquela localidade. Sendo este poço abastecedor inclusive de carros de boi que vinham de Cururupu.

O final do primeiro decênio do século XX e início dos anos 1920 inaugura o “[...] período dos prefeitos escolhidos pelo povo [...]” (OLIVEIRA, 2000, p. 33), dando a este o direito de escolher quem de fato e de direito administraria a cidade de Guimarães. apesar de este processo excluir analfabetos, que representavam a maioria da população baixadeira.

Neste momento, grupos políticos adversários entram em confronto nas urnas. Conservadores ou federalistas, representados pelo candidato Tailor Miguel Centauro (1878-1949), contra os Liberais ou Republicanos, representados por Henrique da Costa Schalcher (1869-1945), estes como oposição, sendo derrotados mais uma vez pelos Conservadores.

Foi neste contexto que governou o Estado do Maranhão de 1918 a 1922, o senhor Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922) que, mesmo sendo filho da terra, fez uma administração sem muitos benefícios à população de Guimarães apesar de ter sido considerado “[...] um dos mais hábeis políticos de seu tempo e um dos grandes baluartes da política maranhense [...]” (FURTADO FILHO, 2003, p. 79). Este governo foi marcado pela pandemia

---

<sup>17</sup> O intendente Manoel Tibúrcio de Sá Nunes nasceu em 1864 e veio a falecer em 1930.

de Gripe Espanhola<sup>18</sup>, quando o estado do Maranhão sofreu pelas suas condições deficitárias de saúde, sendo que em Guimarães não foi diferente, ocasionando em sua população dezenas de óbitos.

Já os anos de 1930 foram marcados pela Revolução, entendida como movimento revolucionário que desejava encerrar o poder das oligarquias, “[...] libertando o país da trágica experiência liberal da República Velha [...] ao mesmo tempo [...]” que visava preservá-lo de uma suposta catástrofe, resgatando seu “[...] sentimento, identidade e personalidade nacional representado pela figura de Getúlio Vargas [...]” (BUZZAR, 1976, p. 45).

Neste período, o Maranhão encontrava-se em uma crise econômica e social que já vinha se arrastando desde o processo de abolição da escravatura, intensificada pelo seu planejamento econômico deficitário, pois não controlava o que gastava e quanto arrecadava para suas despesas. Essa realidade era presente em Guimarães, que também mergulhavam em tal crise com o declínio do comércio do pescado de Cumã, pelo colapso da lavoura e do plantio de cana-de-açúcar decorrentes da falta de investimentos estatais, trazendo o aumento excessivo da pobreza e indignação da população.

Na década de 1940, o Maranhão vive a experiência do modelo de estado autoritário em voga no país. A centralidade política e o uso excessivo da violência trouxeram um cenário de instabilidade e instauração de uma ordem autoritária e autocrática (FERNANDES, 1970). Nas cidades da Baixada Ocidental Maranhense, as notícias sobre o Estado Varguista chegavam por meio de jornais e viajantes, entretanto tal movimento não mudou a cena pacata e já empobrecida das cidades, como Guimarães. Porém, nos anos de 1940, houve um crescimento significativo da população e a agricultura voltou a sustentar a economia do lugar em toda as cidades da Baixada, escoada, sobretudo pelas balsas e embarcações que saiam pela Baía de Cumã até a capital São Luís.

Na Figura 5 é possível observar uma imagem de Guimarães, neste período da década de 1940, no caso, mais precisamente, no ano de 1943, a Praça São Luís Domingues da cidade.

---

<sup>18</sup> A gripe espanhola foi uma pandemia que aconteceu entre 1918 e 1919, atingindo todos os continentes e deixando um saldo de, no mínimo, 50 milhões de mortos. Não se sabe o local de origem, suspeita-se que pode ter sido na China, no Reino Unido ou nos Estados Unidos. Atualmente estamos vivendo uma pandemia de Covid 19 que já levou a óbito até a presente data (29 de julho de 2021) 553 mil pessoas. Destacamos que ambas as pandemias reforçaram a desigualdade social existente e os primeiros disseminadores eram viajantes vindos do exterior, geralmente das camadas de renda média e alta; mas a contaminação atingiu de maneira rápida e amplamente os grupos de baixa renda, dadas suas condições socioambientais. Une-se a isso, outras semelhanças tais como a difusão de medicamentos ineficazes alardeados como soluções e a omissão e o discurso das autoridades públicas fincadas em concepções negacionistas relacionadas a ciência.

**Figura 5-** Praça Luís Domingues, 1943.



Fonte: IBGE (1943).

A imagem nos mostra a Praça Luís Domingues, situada no centro da cidade de Guimarães, com o seu casario em estilo colonial e ao centro a Praça, com o obelisco que representa a fundação da cidade. Nesses casarões moravam as famílias mais tradicionais e abastadas da cidade. Assim, esses lugares foram constituídos de simbologias, reunindo em seus aspectos espaciais, estéticos e culturais formas de distinção, o que indicavam poder e sacralização, além de definirem formas de pertencimento (MAGNANI, 1984).

Apesar de investimentos estatais e alguns poucos traços de modernização administrativa, Guimaraes mantinha seus ares pacatos, sempre associada naquele momento histórico a um lugar de calma e tranquilidade pelos nativos e visitantes (OLIVEIRA, 2000). Mesmo com o crescimento populacional continuava a experienciar uma paisagem mental provinciana. Desse modo, como todo lugar constituído pela lógica colonial, mesclava “[...] fragmentos importados de modernidade e relíquias da tradição [...]” (GEERTZ, 2003, p. 91). No meio desse cenário havia “[...] muito atraso convivendo com uma vitalidade cultural e intelectual, e grande respeito ao humanismo [...]” (INTERLOCUTOR 2G, 2017).

Interlocutor 2G (2017) destaca que a população de Guimarães mantinha os hábitos e a homogeneidade da vida simples de comunidades isoladas e distantes dos centros urbanos e que mantinham o mínimo de comunicação já que como disse Cardoso (2012), “Atravessar a baía de Cumã não era fácil e a vida em Guimarães era uma beleza porque todo mundo se conhecia e aqui continuava sendo um povoado, uma vila com título de cidade [...]” (INTERLOCUTOR 1G, 2020). Próximo a essa localidade, em uma área sob a sua jurisdição, surgiu um pequeno

porto, núcleo inicial da futura Vila de Cururupu, que é o município que veremos a seguir.

No campo religioso, a população católica de Guimarães continuava a ser a maioria, mesmo com o aumento no número de protestantes e espíritas. Diante disso, como todas as pequenas cidades brasileiras, estas não fizeram exceção a maneira do viver comum tanto social como religiosa. Assim, este município recebeu os missionários italianos do Sagrado Coração de Jesus, no final dos anos 1940 que desenvolveram um conjunto de ações no campo social e educacional criando o Teatro Guarapiranga, uma rádio comunitária chamada a Voz da Paróquia e uma Escola Paroquial, além de atuação nos processos de evangelização e movimentação na vida religiosa local. Estas ações foram continuadas, posteriormente pela missão canadense dos nicoletanos como veremos no próximo capítulo.

### 2.1.3 Cururupu

O município de Cururupu está localizado no Litoral Norte da Baixada Ocidental Maranhense. A vila de Cururupu foi criada por meio da lei municipal nº 120 de 03 de outubro de 1841, quando foi oficialmente desmembrada do município de Guimarães (MARQUES 1870). Em 1861 a lei nº 590 devolveu para a vila de Cururupu, o antigo território definido em 1835. A referida vila continuou subordinada administrativamente a Guimarães, quando se tornou freguesia de acordo com a lei provincial nº 13, sob a invocação de São João Batista de Cururupu.

A partir daí, portugueses vindos de Guimarães, começaram a povoar Cururupu, iniciando-se o ciclo das grandes fazendas, onde fabricavam-se farinha de mandioca, açúcar e aguardente de cana usando engenhos a vapor. “Cururupu” é um termo tupi que significa “o coaxar dos sapos”, através da junção dos termos kururu (“sapo”) e pu (“som que produzem os sapos” / “coaxar”). É importante lembrar aqui que o local onde foi erguida a vila de Cururupu foi habitada, inicialmente, pelos tupinambás, tendo com cacique “Cabelo de Velha”, apelidado de Cururupu, origem do nome da localidade. Entre 1816 e 1835, os indígenas, que escaparam ao massacre de Bento Maciel Parente, abandonaram a terra pela impossibilidade de convivência pacífica.

Entre 1816 e 1835, a região onde se localizava o porto de Cururupu formava o Terceiro Distrito da Vila de Guimarães e denominava-se Distrito de Cabelo de Velha. Este nome tão diferente, que também denominava uma baía localizada nas proximidades da foz do rio Cururupu, era como se chamava um antigo chefe Tupinambá, que tinha sido morto pelos primeiros colonizadores portugueses (OLIVEIRA, 2000).

Nos anos de 1850, o distrito era constituído de fazendas onde fabricava-se farinha de mandioca, açúcar e aguardente de cana usando engenhos a vapor, generos estes, que eram escoados diretamente para o mercado da Praia Grande ou para as pequenas vendas do Bairro do Desterro ambos em São Luis-MA.

A quantidade de escravizados era expressiva e muitas fazendas sustentavam-se por meio do trabalho de homens e mulheres originários de Daomé e da Costa do Ouro Africana “[...] que por meio do sofrimento e da dor foram sujeitados e humilhados nas fazendas cururupuenses, pelo simples fato de serem filhos da mãe África [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1998, p. 23). Assim, muitos fugiam da opressão e do sofrimento da escravidão e se refugiavam nos quilombos<sup>19</sup> que formaram o lugar de resistencia para aqueles que não se sujeitavam a tão inescrupulosa lógica.

No final do século XIX apesar do fim da escravidão, as fazendas continuavam a funcionar de acordo com a lógica vigente no período do escravismo. Na realidade de Cururupu, a visão colonial prevalecia e eram muitos aqueles que preferiam continuar a ter um teto e alimentação em troca da sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2000). Assim, o fim da escravidão não significou mudanças estruturais e de sociabilidade mais drásticas e inclusivas para a população negra, que ficou a mercê de processos de sujeição agora revestidos do falso imaginário da liberdade (SCHWARCZ, 1993). Na Figura 6 pode-se observar uma imagem do porto de Cururupu no final do século XIX.

---

<sup>19</sup> Esse fato explica a quantidade de comunidades quilombolas do município que atualmente conta com 44 (quarenta e quatro) localidades reconhecidas pelo INCRA, conforme descrito na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2011).

**Figura 6** - Fotografia do Porto de Cururupu, no final do século XIX.



Fonte: Câmara Municipal de Cururupu (1897).

A Figura 6 apresenta o porto de Cururupu com seu casario em estilo português e suas embarcações no final do séc. XIX, especificamente no ano de 1897, este era o principal lugar de escoamento de mercadoria e servia de ponto de encontro entre os nativos e de movimentação econômica. Neste momento histórico, a vila de Cururupu apresentava 7 casas de sobrado, 64 casas térreas, cobertas de telhas e 170 de palha. Possuía 20 casas de negócios, uma botica<sup>20</sup> e alfaiates, sapateiros, correeiros, seleiros, tamanqueiros, ferreiros, serralheiros e barbeiros. Existia na vila 1 igreja matriz, 1 capela, 1 cemitério pertencente a irmandade do Sagrado Sacramento, 2 poços públicos, 2 escolas, correio e coletoria (AMARAL, 1898; CRUZ, 2009). Diante disso, a cidade já enfrentava crescimento populacional e ares de progresso via construções arquitetônicas e a implantação de alguns serviços e casas comerciais.

Já o início do século XX, especificamente no ano de 1905, a referida vila apresentava 09 casas de sobrado, 70 casas térreas, de alvenaria, 30 de adobe, e 220 de palha. As casas de negócios quase duplicaram chegando a 35, diversos subempregados em sua maioria era realizado por negros fruto do fim da escravidão e da ausência de reforma agrária ou de uma política de emprego e renda. Existia na vila 01 igreja matriz, 06 capelas, 01 cemitério na sede e um na zona rural, o primeiro ainda pertencente a irmandade do Sagrado Sacramento<sup>21</sup> e o segundo localizado na fazenda Aliança, 03 poços públicos,

<sup>20</sup> Botica é um tipo de estabelecimento onde se preparam e/ou se vendem medicamentos. Funcionava como uma espécie de farmácia.

<sup>21</sup> A Irmandade do Santíssimo Sacramento é uma confraria católica originada ainda na Idade Média, está entre as mais respeitáveis e antigas irmandades religiosas do catolicismo. Em Cururupu, foi criada em 1835 e era constituída por 16 membros. Administravam um cemitério e contribuía com as ações da Paróquia de São João Batista (PRELAZIA DE PINHEIRO, 1939 *apud* SÁ, 1975).

06 escolas, correio, Ambulatório, matadouro e coletoria.

Na imagem a seguir, representada pela figura 7, apresentamos um grupo de pessoas, em sua maioria pretos e pardos, aglomeradas em frente a um casarão colonial localizado na rua do Porto, em frente do cais, área central da cidade. A imagem é datada de 1910, e na ocasião a população foi recepcionar no cais a vinda de uma possível comitiva representando o governador Luís Antônio Domingues da Silva (1852-1922)<sup>22</sup>, recém eleito governador do Estado do Maranhão.

**Figura 7** – Casarão localizado no centro de Cururupu, em evento de recepção da comitiva do governo estadual, 1910.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cururupu (MA) (1910).

Essa imagem permite observar a frente de um casarão no centro de Cururupu, a recepção feita a comitiva do governador Luís Antônio Domingues da Silva, percebe-se que esta visita pela cidade motivou a presença de muitas pessoas da população local, inclusive percebe-se a presença de mulheres, homens e crianças todas bem vestidas para a ocasião, o que possibilita compreender a forma como estas populações tão isoladas e pouco visitadas pelas autoridades do estado transformavam estes momentos em um evento visto como algo “extraordinário”.

Nos anos de 1920, o município recebeu alguns investimentos infraestruturais do governo do estado, dentre eles, a construção de praças e logradouros e melhorias no Porto da cidade que representava uma das poucas possibilidades de escoamento de mercadorias e de transito de pessoas por meio de embarcações para a capital São Luis. Os investimentos no porto eram importantes tendo em vista, as comunicações entre as localidades serem precárias,

<sup>22</sup> Governador eleito em sufrágio universal de 1910 a 1914.

inexistindo estradas pavimentadas, utilizando-se então, preferencialmente as vias navegáveis. Logo, a comunicação desses povoados e vilas com a capital do Maranhão, São Luís, se fazia somente pelo litoral, por meio de barcos capazes de realizar a navegação nos rios em direção ao interior, havendo assim, uma preferência pelas terras situadas próximas a essas vias fluviais (LEAL NETO, 2017).

Já em 1933 alguns bairros foram surgindo nos arredores do município que já contava com aproximadamente 16 mil habitantes. Os bairros de Areia Branca e São Benedito eram quilombos na época da escravidão e acomodaram grande fluxos populacionais. Era bastante elevado o número de pardos e caboclos que habitavam o município (85 % do total da população), o que significa que era um quilombo urbano constituídos de precárias condições infraestruturais. O percentual de analfabetos era bem superior ao de alfabetizados, o que significa a existência de uma elite letrada (apenas 13% do total da população) que tinha condições de frequentar escolas na capital do estado e uma massa de ex-escravizados excluídos da educação formal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1989).

Outro levantamento estatístico realizado dez anos depois, mostra que a população cururupuense no ano de 1943 era bem superior à recenseada cinquenta anos antes, consequência da chegada de migrantes vindos principalmente do Ceará fugindo das intempéries da seca ou atraídos pela movimentação no campo econômico tendo em vista, a 1ª colocação entre os municípios maranhenses, com uma produção anual de 16 milhões de toneladas de peixes e mariscos. (MARQUES, 2008). O quadro 4 apresenta o número da população de Cururupu, tanto no ano de 1943 quanto em 1948.

**Quadro 4** - População de Cururupu nos anos de 1943 e 1948.

ANOS	POPULAÇÃO DE CURURUPU
1943	30.006
1948	33.692

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos no Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão de César Augusto Marques (2008).

O quadro 4 permite compreender que o crescimento populacional na década se deu de forma rápida, uma vez que, de 1943 a 1948, pode-se observar que a população de Cururupu aumentou em mais de 3 mil habitantes. No ano de 1949, o município já contava com uma população de 33.816 habitantes, porém, sofria com altas taxas de pobreza e analfabetismo. Nesta época, a cidade de Cururupu já possuía energia elétrica e os serviços de comunicações, como o rádio, estavam presentes, mas, ainda não era dotada de um mobiliário urbano comum aos centros de maior envergadura, como hospitais, agências bancárias e teatros, além de inexistir um serviço regular de saneamento capaz de fornecer água tratada e esgoto para as

residências. Apesar disso, o município contava com serviço de taxi aéreo, pois já havia um pequeno aeroporto construído, inacessível aos mais empobrecidos que continuavam a utilizar as embarcações e veículos de tração animal.

De fato, o município de Cururupu nos anos de 1940 apresentava características na zona urbana de uma cidade histórica contendo um patrimônio arquitetônico avaliado como do tipo colonial. E, na zona rural era composto por comunidades tradicionais quilombolas e nas áreas litorâneas estavam os pescadores artesanais e grandes áreas turísticas com belíssimas praias.

Diante disso, foi neste município que chegaram no ano de 1949, os padres italianos Missionários do Sagrado Coração de Jesus em Cururupu, e implantaram uma Escola Paroquial, uma Santa Casa de Misericórdia e ações assistenciais e de evangelização, que posteriormente foram administradas pelas religiosas da Missão Nicoletana de São José e São Jacinto no ano de 1958, como veremos mais adiante.

#### 2.1.4 Viana

Outro município que merece destaque na região da Baixada Ocidental Maranhense é Viana, que é considerado o quarto mais antigo do estado do Maranhão. Este município está localizado na área dos campos alagados desta microrregião.

A região, onde situa Viana era habitada pelos índios Guajajaras na época da chegada dos europeus. Na segunda metade do século XVII, os jesuítas fundaram a Missão de Conceição de Maracu, deslocando para aquele local certo número de índios procedentes da aldeia do Itaquí. Mas, ao que parece, somente em princípios do século seguinte os padres da Companhia de Jesus se estabeleceram na região, edificando, na extremidade de "um esporão de terra firme que avança entre a lagoa e uma das suas enseadas", uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Assim, aos padres jesuítas vieram juntar-se, posteriormente, sob os auspícios da administração pública, alguns colonos portugueses que, acompanhados de grande número de escravos negros, se localizaram na sede da aldeia e em outros pontos, dedicando-se ao comércio e à agricultura.

Em 8 de julho de 1757, foi criada a vila, com a denominação de Viana, pelo governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, que ali compareceu acompanhado de outras autoridades. Em nome do governo português, o governador tomou posse da vila e de todos os bens, a ela pertencentes, conforme a relação que lhe foi apresentada pelo padre Manuel das Neves, da Companhia de Jesus, que administrava a antiga aldeia, assistido pelo padre José Rancone, como procurador do seu colégio. Pelo mesmo governador foi concedida à vila, em 30

de outubro de 1759, uma légua de terra em quadra para o seu patrimônio. A título de indenização, por ser a doação parcialmente alagadiça, ser-lhe-ia concedida mais tarde nova porção de terra, contígua ao antigo patrimônio. Também em 1759, a Coroa Portuguesa concedeu 14,5 mil hectares de terra aos índios gamelas, como Sesmaria.

Em 1768, o governador Joaquim de Melo e Póvoas, relatando à coroa portuguesa a viagem que fizera ao interior da Capitania, informava haver estado em Viana, achando excelente a sua situação, pois, encontrará uma "boa igreja, suficiente casa de câmara e uma forte cadeia". Além disso, visitou a escola que, segundo o governador "estava muito bem provida de rapazes", dos quais "alguns escrevem bem" (O RENASCER VIENENSE, 2009, p. 3) Ainda de acordo com o depoimento do governador, a vila dispunha de boas casas, embora todas cobertas de palha, e de uma boa olaria, tendo ele ordenado que as casas em construção e as que de futuro se levantassem fossem cobertas de telhas, ajudando-se os moradores uns aos outros.

Já no início do século XIX, mais precisamente, em 1820, Viana contava com uma grande praça, cinco ruas e algumas travessas, com 137 fogos e 843 almas, em cujo número se incluíram aproximadamente 400 índios domesticados. A Lei provincial n.º 377, de 30 de junho de 1855, elevou a vila à categoria de município.

Até a primeira metade do século XX apesar do potencial de crescimento muitos eram os aspectos que delimitavam Viana, a uma situação de distanciamento em relação aos moldes modernos de vida social e modernização. Um exemplo disso, era a iluminação pública da cidade feita a querosene, substituída gradativamente, pela luz de carbureto, extinta em 1920. Com o crescimento do município e a implantação de serviços e de uma estrutura administrativa considerada moderna, era impossível desenvolver o município sem investimentos na área de eletricidade. Foi assim, que na administração do tenente Domingos Bento da Silva em 06 de fevereiro de 1931, a cidade de Viana recebeu os primeiros pontos de iluminação elétrica.

Desde sua criação, Viana é o principal centro comercial e de serviços da Região dos Lagos Maranhenses. O seu centro comercial é o mais movimentado de toda região, juntamente com o de Pinheiro, São Bento e Cururupu. Convém esclarecer aqui que foi na primeira metade do século XX que datam as primeiras iniciativas de organização de empreendimentos comerciais voltados para a pesca e para a pecuária em Viana, o que favoreceu o aumento da produção de mercadorias de couro e da produção de leite.

Mesmo assim, ainda no final dos anos 1940, “[...] a população continuava empobrecida e o quantitativo de analfabetos impedia de chamarmos Viana de lugar de desenvolvimento”. (VIANA, 1996, p. 12). No que diz respeito a sua população, cabe lembrar que o município de

Viana sofreu um crescimento populacional bastante expressivo nos anos de 1950, de acordo com dados do IBGE, o município já contava com 22 827 habitantes. A Figura 8 apresenta uma imagem da cidade de Viana, no ano de 1950.

**Figura 8** - Rua do Comércio em Viana (MA) no ano de 1950.



Fonte: IBGE (1950).

Esta imagem apresenta a Rua do Comércio em Viana (MA), localizada na área central da cidade no ano de 1950. Nela encontrava-se os diversos empreendimentos comerciais, sobretudo as casas de vendas de produtos alimentícios que aglomeravam diversos trabalhadores rurais para a compra e escoamento de mercadorias. Localizava-se em uma área residencial, onde as famílias mais abastadas integradas por fazendeiros e comerciantes possuíam imóveis e moravam (AVL, 2020).

Apesar de Viana possuir uma elite letrada e economicamente favorecida pela pecuária e pelo comércio do pescado, a maioria da população se encontrava em condições desfavoráveis de pobreza, analfabetismo e péssimas condições sanitárias. Além disso, 89% da sua população se autodefinia católicos, no entanto, quando os primeiros missionários lá chegaram, encontraram uma população em situação de penúria e uma desigualdade na distribuição de riquezas (IBGE, 1952).

Por toda a década de 1950, o município via o crescimento de suas atividades comerciais, ainda prevalecendo a agricultura do babaçu e mandioca e o comércio do pescado, ambas as atividades ocasionadas pelas condições favoráveis do lugar, circundado de grande pasto e amplas lagoas de água doce. No ano de 1957, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se

estabelece no município e cria-se a Associação Comercial do lugar trazendo uma forma mais organizada na vida dos trabalhadores do comércio local e para os agricultores.

No início dos anos de 1960, rumores da chegada de religiosos começam a chegar no município. A Igreja Católica via-se muito desgastada e a juventude já não se envolvia nas atividades dominicais. Assim, chega a Viana, no ano de 1963, o padre italiano Dom Amleto De Angelis (1919-1967), um sacerdote católico missionário italiano. Este padre italiano no Brasil, foi eleito para ser o primeiro bispo da Diocese de Viana, no Maranhão. É oportuno lembrar que este religioso pertencia a Missão Italiana do Sagrado Coração de Jesus, que desde o ano de 1946, já vinha desenvolvendo em Pinheiro e Guimarães ações de evangelização, assistencialismo e educação (AVL, 2020)

Assim, Dom Amleto De Angelis a pedido do bispo de São Luís (MA), na ocasião D. José Delgado, arcebispo daquela cidade, assistido por D. Alfonso Ungarelli, prelado de Pinheiro, e D. Antônio Fragoso, bispo-auxiliar de São Luís, delegam a este o engajamento em relação aos princípios e metas do movimento Conciliar em vigência naquele momento e que vinha movimentando a igreja Católica. (DIOCESE DE VIANA, 1998). Assim, tais ações foram abreviadas por sua morte prematura, com apenas 48 anos, no ano de 1967, sendo que este iniciou a implantação de obras sociais e educacionais continuadas por missionárias canadenses, denominadas de Irmãs de Assunção da Santa Virgem que chegam a Viana no ano de 1965. Estas religiosas foram convidadas por Dom Amleto De Angelis para desenvolvimento de ações na Escola Normal e de movimentação em outras frentes de atuação do catolicismo local. A motivação do convite deu-se em virtude de estas terem desenvolvido ações dessa natureza em Guimarães, como veremos mais adiante.

### 2.1.5 Bequimão

O município de Bequimão situa-se entre os campos alagados e os mangues da baía de Cumã que invadem quase que todos os seus povoados. Esse município possui uma área de 768,957 km<sup>2</sup>. Como é uma localidade situada entre os campos alagados e os mangues da baía de Cumã, o município de Bequimão tem uma paisagem peculiar, a sua vegetação distribui-se entre arbórea, representada por manguezais no estuário dos rios, mata secundária com significativa presença da palmeira de babaçu nas partes mais altas, herbáceas e campos inundáveis, com predominância de gramíneas e alguns trechos de junco nas partes, mais baixas (IMESC, 2012).

A Freguesia de Santo Antônio e Almas foi o primeiro nome dado a localidade que deu

origem ao município de Bequimão, no início de sua história. Os seus primeiros habitantes foram os indígenas, seguido pelos colonizadores portugueses que se faziam acompanhar de escravos. Por iniciativa de Antônio Rodrigues, foi doada uma área para construção de uma capela dedicada a Santo Antônio, tendo assim, surgido essa Freguesia.

Como o solo em Bequimão era fértil atraiu novos moradores, promovendo o seu desenvolvimento, fazendo com que os habitantes se organizassem em busca da emancipação. Assim, tendo à frente o capitão José Mariano Gomes de Castro e Holfênio João Cantanhede obtiveram êxito e, em 1923, desse modo, foi criado o município, com a denominação de Godofredo Viana por meio do decreto estadual de 31-12-1923. No entanto, em 1930, a denominação de município Godofredo Viana foi alterada para Bequimão, pelo decreto estadual nº 7, de 24 de novembro. Porém, em 1931, este município perdeu sua autonomia, que foi restaurada apenas quatro anos depois, sendo elevado novamente à categoria de município com a denominação de Bequimão, pelo decreto estadual nº 855, de 19-06-1935, desmembrado de Alcântara. A Figura 9 apresenta uma imagem da cidade em 1935, poucos anos depois de se tornar município.

**Figura 9** - Vista parcial da Cidade no ano de 1935.



Fonte: IBGE (1935).

A Figura 9 apresenta uma vista parcial da cidade de Bequimão, no ano de 1935, com suas casas de adobe<sup>23</sup> e sem calçamento das ruas, com uma infraestrutura presente na maioria

---

<sup>23</sup> Adobe é um tijolo de terra e fibras vegetal misturados com água, moldados e secos ao ar livre (sem queima).

das cidades do interior do Estado do Maranhão. Na imagem também aparece uma criança negra, nua e descalça, comportamento muito comum a realidade da infância maranhense, muitas vezes, livre para o brincar e, por outro lado, revela as altas taxas de desigualdade social que atingia a população negra na localidade e impactava a infância de maneira efetiva, refletindo nos dados de desnutrição e mortalidade infantil, principalmente na primeira metade do século XX (IBGE, 1950). Neste período, o percentual de analfabetos chegava a 92% da população e 95% eram empobrecidos. Neste ano, a referida vila apresentava 05 casas de sobrado, 30 casas térreas, de alvenaria, 36 de adobe, e 100 de palha. O município não possuía casas de negócios, apenas 02 grandes comércios que vendiam alimentos e querosene. Além disso, existia no município 01 igreja matriz, 06 capelas, 1 cemitério na sede e três na zona rural, 01 poço público, 02 escolas, 01 matadouro, 01 mercado e coletoria (PRELAZIA DE PINHEIRO, 1989 *apud* CAMBRON, 1975).

Nos anos de 1940, o município possuía alguns casarões em sua área central e muitos foram adaptados para funcionamento de órgãos e serviços. A figura 10 apresenta a rua principal do município com o prédio onde funcionou o Mercado Municipal.

**Figura 10** - O prédio onde funcionou o Mercado Municipal, no ano de 1942.



Fonte: Academia Bequimãoense de Letras (1942)

O prédio que aparece na imagem, onde funcionou o Mercado Municipal era amplo, este se constituía em um espaço muito limpo e organizado dentre todos os mercados municipais que a Baixada Ocidental Maranhense possuía (FERRETTI, 1979). Neste momento histórico, em

Bequimão, as ruas não eram asfaltadas, a maioria das habitações eram de taipa ou adobe e não havia saneamento básico. A cidade enfrentava sérios problemas de energia elétrica e dentre as cidades da região era a que apresentava os menores investimentos estatais em infraestrutura (OLIVEIRA, 1984).

No final da primeira metade do século XX, o município de Bequimão já possuía uma população de 13.067 habitantes, dentre estes 10.124 habitantes eram analfabetos e estavam em situação de pobreza e desigualdade social (IBGE, 1952). Dentre os habitantes com mais de 05 anos de idade, aproximadamente 75% estavam fora dos espaços de escolarização e as taxas de desnutrição e mortalidade infantil era muito expressiva chegando a 47% e 51% respectivamente (IBGE, 1952).

No município de Bequimão havia uma quantidade expressiva de católicos e menos de 1% das populações se autodeclaravam pertencentes a outras religiões, apesar de encontrarmos registros da presença de terreiros e centro de religiosidade de matriz africana em diversos povoados das duas localidades e “[...] sustentados por uma ampla gama de frequentadores, não havendo separação entre sagrado e profano [...]” (RELATÓRIO DA MISSÃO DE SHERBROOK, 1970, p. 11). A expansão destas religiões, foi uma das motivações para que no ano 1955 chegassem os Missionários Católicos Canadenses na região em questão.

#### 2.1.6 Peri-Mirim

O município de Peri-Mirim está situado bem próximo ao município de Bequimão e a sua distância entre as sedes de cada um deles, é de 18 km. Este município possui uma área de 405.295 km. Na Baixada Ocidental Maranhão, é o município de Peri-Mirim quem possui a maior área de alagados da região, sendo estas áreas propícias a agricultura, ao extrativismo nos seus amplos babaçuais e a pesca em seus açudes naturais (ALCAP, 2020)

Esta localidade possui uma história peculiar, tendo em vista que, Peri-Mirim tem sua origem com migrantes das cidades de Alcântara e São Bento, que buscavam novos pastos para seus gados. Ao chegarem na região onde se localiza hoje o município de Peri-Mirim, encontraram novos pastos e acabaram se fixando por lá. Estes batizaram a cidade com o nome de Vila de Macapá, anexada ao município de São Bento. Esta Vila teve, principalmente, como povoadores habitantes dos municípios limítrofes que, atraído pelas riquezas das terras e a existência de ótimas pastagens, para lá se deslocarem, fixando residência e construindo suas moradas (JORNAL O RESGASTE, 2020).

A agropecuária era o fator preponderante do povoamento de Vila Macapá, o que

possibilitou gradativo o crescimento do lugar. Assim, em 1919, a Vila de Macapá foi elevada à categoria de município, suprimido em 1931 e restabelecido em 1935, com área desmembrada do município de São Bento. O topônimo foi alterado para Peri-Mirim, em 1943, e admite-se que a denominação se origine de “peri” nome dado a uma espécie de junco, muito encontrado na região.

Na primeira metade do século XX, o município contava com uma população constituída de 10.796 habitantes, sendo que 6.790 habitavam a zona rural e 4.006 moravam na zona urbana do município. A figura 11 apresenta a avenida Getúlio Vargas, situada na parte urbana do município de Peri-Mirim, na área central da cidade, no ano de 1952.

**Figura 11** - Avenida Getúlio Vargas no ano de 1952.



Fonte: IBGE (1952).

Esta imagem da avenida Getúlio Vargas no ano de 1952, corresponde a uma área que até os dias atuais, abriga a maioria da população mais abastada do município de Peri-Mirim. Na época, desta fotografia em 1954, nessa avenida estavam situadas os maiores e mais estruturados casarões da cidade, todos construídos de alvenaria e de adobe com seus amplos quintais e pomares cercados por achas de Jamari<sup>24</sup>.

No entanto, as condições de pobreza e desigualdade se refletiam nas taxas de mortalidade infantil de 55% e de desnutrição de 72% das crianças, unindo-se à falta de banheiros com aparelho sanitário e estimativa de vida de 54 anos, assim, demonstravam a

<sup>24</sup> Árvore com galhos espinhosos muito utilizada na Baixada Ocidental Maranhense para construção de cercas, jirais e abrigo para animais.

situação de abandono e empobrecimento da população do município de Peri-Mirim, dados que explicam também a quantidade de doenças e verminoses que acometiam a gente daquele lugar (IBGE, 1952). No que diz respeito, aos dados educacionais, dos 10.796 habitantes, 8.700 eram analfabetos e estavam excluídos dos processos de escolarização (IBGE, 1952)

O município de Peri-Mirim possuía uma quantidade expressiva de católicos e menos de 1% das populações se autodeclaravam pertencentes a outras religiões, apesar de encontrarmos registros da presença de terreiros e centro de religiosidade de matriz africana em diversos povoados da localidade. É importante registrar aqui que Peri-Mirim é o município que possui a maior festividade católica da região da Baixada Ocidental Maranhense, onde se mesclaram aspectos sagrados e profanos. Esta festividade católica era e é uma homenagem ao santo Padroeiro, São Sebastião, que também é o padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, sendo este um destino de grande fluxo de migrantes que saem de Peri-Mirim, em busca de melhores condições de vida.

Este município também contou com a presença dos missionários do Sagrado Coração, que, não diferente dos demais municípios da Baixada Ocidental Maranhense, desenvolveram ações no campo social e religioso, além de enviarem muitos perimirienses para a cidade de Pinheiro para estudarem no Seminário e estudarem no Ginásio Pinheirense. No entanto, estes missionários foram substituídos mais adiante pelas ações do padre Gérard Gagnon e os Nicoletanos da missão de Sherbrook, especificamente no ano de 1962, conforme será tratado mais a diante neste trabalho.

Foram apresentados, portanto, os cenários e as dinâmicas sócio-históricas encontradas nos municípios da Baixada Ocidental Maranhense, como Guimarães, Viana, Bequimão e Peri Mirim que determinaram as escolhas dos municípios por parte dos missionários canadenses supracitados. A seguir, apresentaremos na próxima seção a chegada dos (as) missionários (as) canadenses de Nicollet na Baixada Ocidental Maranhense, as motivações que propiciaram esta vinda, bem como suas ações religiosas e assistencialistas desenvolvidas nesta microrregião do estado do Maranhão.

## **2.2 A Educação Escolar nos municípios da Baixada Ocidental Maranhense no período que antecede a chegada da Missão de Nicollet**

Apresentaremos a seguir as trajetórias educacionais dos municípios que receberam religiosas e religiosos da missão canadense nicoletana com suas trajetórias educacionais. Para tanto, nos utilizamos de documentos oficiais e depoimentos dos nossos interlocutores, além de

sites oficiais das academias de letras e artes dos municípios.

### 2.2.1 A Instrução Primária em Guimarães: Escolas Isoladas, Grupos Escolares e investimentos nas escolas do meio rural

Sobre as primeiras iniciativas de escolarização desenvolvidas na realidade de Guimarães, destacamos a figura de Maria Firmina dos Reis, que ganhou destaque pela atenção dada a escolarização de meninas, sendo que a mesma “[...] possuía uma escola localizada no povoado Maçarico, sendo a primeira escola primária de Guimarães [...]” (PESSOA, 2013, p. 43). Maria Firmina dos Reis fundou sua escola em 1848 e tornou-se conhecida como uma singular e dedicada alfabetizadora e romancista, desenvolvendo também atividades como cronista e escritora de diversos jornais da época, algo atípico ao cenário cultural e social em que o machismo prevalecia.

Motta (2003), ainda acrescenta que Maria Firmina dos Reis também concorreu a cadeira de instrução primária na Vila de Guimarães, no concurso estadual de 1847, sendo a única aprovada e lecionando para 14 meninas. A sua escola destacava-se também pelo cuidado dado ao aluno e, principalmente pela preocupação dada pela professora aos seus educandos, motivando a mestra das letras, a levar os alunos que moravam a léguas da escola por meio de carro de boi, desenvolvendo, assim, uma das primeiras experiências de transporte escolar.

Além dessa primeira experiência de escolarização, outras já existiam na Vila de Guimarães. Na primeira metade do século XIX, há uma expansão do número de cadeiras de primeiras letras, criadas pelo poder público em todo o Estado do Maranhão, dado que na Baixada Ocidental Maranhense, em 1838, Guimarães possuía 02 cadeiras e Pinheiro 03 cadeiras.

É certo que, a educação escolar em Guimarães, neste período ainda era precária e não atendia a todos, no clamor popular e nas ações de legitimação do poder político, por essa razão, foi oferecida via barganha e ações partidaristas mais uma cadeira de primeiras letras, localizada no povoado Cedral<sup>25</sup> por meio da lei n.º 692 de 27 de julho de 1864 e com vencimento de 500 réis. No entanto, tal cadeira criada pelo desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, então vice-Presidente da Província do Maranhão, era destinada exclusivamente ao sexo masculino.

Essas ações isoladas e pouco eficientes considerando que eram poucos espaços de

---

<sup>25</sup> Atualmente, tornou-se o município de Cedral com aproximadamente 13 mil habitantes, fundado no ano de 1964.

escolarização, não surtiram grandes efeitos e conduziram a população a fundar a Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, no ano de 1877, a qual teve como o primeiro presidente interino da entidade, Alfredo Saldanha, eleito em 20 de novembro de 1877. No que diz respeito a isso, Pessoa (2013) assinala que esta instituição tinha como objetivo mobilizar ações que garantissem educação primária por meio da criação de escolas e cadeiras, pois ela possuía um trabalho assistencial voltado a garantir subsídios para que os alunos mais pobres, de ambos os sexos, tivessem a possibilidade de estudar, fornecendo-lhes livros, cadernos, roupa e alimentação.

Além disso, a referida Sociedade<sup>26</sup> lutava pela garantia de salários mais dignos aos professores, principalmente, aos mais zelosos e dedicados. A manutenção do espaço se dava por meio do pagamento de mensalidade dos seus sócios “[...] à jóia e a mensalidade a que espontaneamente e por sua generosidade se obrigarem, não podendo ser inferior a 1º. a 25 000 réis, e a 2º a 500 réis [...]” (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES, 1877, p. 4).

Diante disso, observamos que a ausência dos governadores da Província do Maranhão promoveu a organização da sociedade vimarense neste período e a criação de uma sociedade que era responsável pela organização, fiscalização e acompanhamento das escolas existentes na época. Ademais, o presidente possuía a função de representar a inspetoria pública tendo em vista, o que determinava o estatuto em seu Art. 11. Acerca das competências do presidente que era também “[...] Representar o Inspetor da Instrução Pública contra os professores públicos ou particulares que se afastarem dos deveres que lhes incumbe por lei.” (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES, 1877, p. 4).

Essa situação nos permitiu compreender as relações de poder e o objetivo de uma entidade que fiscalizava e submetia professores a situações de uso de poder simbólico, principalmente, porque mantinha uma relação de proximidade com o grupo político hegemônico dessa província chegando muitas vezes, a representar o inspetor de ensino, autoridade intelectual e política quando necessário. Assim, podemos dizer apoiando-nos em Bourdieu (1989), que estas entidades eram detentoras de um poder simbólico na forma de

---

<sup>26</sup> A Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, em seu Art. 10 prescrevia, que seria representada e dirigida por um presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários, um tesoureiro, um fiel do tesoureiro, e por várias comissões a saber: a comissão de escolas, a comissão de auxílio aos meninos pobres, a comissão encarregada de gerenciar donativos e a comissão fiscal, que todas serão eleitas anualmente, por escrutínio.

instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, uma vez que, cumpriam um objetivo político de imposição e de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, agindo como uma forma de violência simbólica.

Ainda com base em Bourdieu (1989), é possível mencionar que essas entidades tinham um poder simbólico, quase mágico que permite obter o equivalente àquilo que é obtido pela força física ou econômica, e só se exerce se for reconhecido, o que significa que ele acaba sendo ignorado, passa despercebido. Assim, essa espécie de poder institucional era irreconhecível e legitimada, pois, a entidade possuía grande potencial de intervenção que conseguiu por meio de articulação junto ao governo a expansão de escolas principalmente, junto às populações rurais que habitavam os povoados, salientando-se que não somente reivindicavam a implantação de estabelecimentos e classes, mas precipuamente garantiam o acompanhamento de suas estruturas pedagógicas e formas de funcionamento. Além disso, realizavam visitas periódicas para fiscalizar os docentes e alunos, e quando possível, intervir com medidas educativas frente aos problemas diagnosticados (PESSOA, 2013).

Entre as medidas, estavam as visitas às famílias dos alunos mais pobres e o acompanhamento dos rendimentos escolares, frequência às aulas e comportamento. Os alunos mais pobres eram tutelados pela entidade que lhes fornecia condições materiais e financeiras para que pudessem frequentar as aulas. No entanto, o “Art. 32 do Estatuto desta Sociedade registrava que, somente serão socorridos com roupas e livros os meninos pobres que frequentarem as aulas da Sociedade com tanto que ainda não tenham frequentado outras.” (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES, 1877, p. 18). Além disso, o referido estatuto ainda esclarecia em seu Art. 33 que “[...] a roupa fornecida reunirá as condições de solidez e barateza, não se dando aos alunos mais de duas mudas ou fatos dentro de um espaço de um ano.” (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES, 1877, p. 18). Assim, quando os alunos ou suas famílias desobedecessem às regras da entidade eram excluídos e deixavam de ser socorridos.

As escolas seguiam um regimento que foi elaborado e aprovado pela Sociedade, porém quando estavam situadas em localidades distantes da Vila de Guimarães eram fiscalizadas segundo Art. 31 “[...] por pessoas residentes no lugar e escolhidos pela comissão de escolas.” (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES, 1877, p. 17), essas outras pessoas se apropriavam de um poder de mando e obediência tão comum no imaginário social coletivo, em espaços colonizados em que as relações de compadrio e de privilégios são consequência da manutenção do *status quo*.

A Sociedade, em questão, ficou reconhecida como uma importante instituição, principalmente por ter lutado por zelar e conservar as escolas, e por se dirigir a lugares onde era necessário fundar escolas, a fim de providenciar as suas instalações. Também, na época dos exames publicava nos jornais os mapas dos alunos examinados, com seus graus de aprovação (CASTRO, 2009).

Com o apoio dessa Sociedade e com o crescimento da população, o presidente da Província do Maranhão, o juiz de direito Josué Manuel de Freitas criou em 1882, em Guimarães cinco cadeiras de primeiras letras, por meio da Lei 1261 de 20 de maio do referido ano. As referidas escolas foram instaladas nas seguintes localidades: Bacuri, Roça do Vale e Santa Rosa do Termo de Cururupu, comarca de Guimarães (SÁ VALLE, 1882 *apud* PESSOA, 2013). No entanto, neste mesmo ano, por meio da Lei n.º 1264, o referido presidente da Província do Maranhão, criou na mesma localidade as cadeiras de primeiras letras destinadas ao sexo feminino no povoado de Cumã<sup>27</sup>. Observamos que muitas cadeiras do sexo feminino começaram a ser criadas no interior da Província do Maranhão acompanhando o que já havia iniciado no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí (PESSOA, 2013).

O Barão de Grajaú no ano de 1884, por meio da Lei n.º 1331 de 20 de maio do mesmo ano, transferiu cadeiras de primeiras letras. Dentre as quais estavam, a de Santa Rosa de Cururupu que foi transferida para o Povoado de Jacareaguá, localizado na Comarca de Guimarães. Muitas vezes, a transferência de cadeiras de uma localidade para a outra era uma constante na realidade educacional da Província do Maranhão e ocorria em decorrência de fins políticos, por falta de alunos interessados ou pelo fato de os pais não possuírem condições de bancar os estudos por meio de pagamentos de taxas ou fornecimento de materiais e subsídios.

Na realidade vimarense, uma das cadeiras de primeiras letras criadas, a qual se destaca entre as que obtiveram grande reconhecimento da comunidade, foi a regida pelo Professor Edson Osório Anchieta no ano de 1883. Especificamente voltada para o sexo masculino, sendo este educador “[...] reconhecido pela sua eminente contribuição a educação da população do Litoral pela sua constante ação de desemburrar os meninos travessos de nossa Guimarães mesmo sem tantas condições escolares.” (CUBA, 2012). De acordo com Oliveira (1984), este importante educador preparou gerações e superou expectativas, principalmente quando aprovava muitos filhos de Guimarães, para exames admissionais em escolas da capital.

---

<sup>27</sup> *Cumã* é uma localidade do município de Guimarães no estado do Maranhão, no Brasil. Pertencia à antiga Capitania de Cumã, com sede em Alcântara. É também o nome da uma Baía que banha a cidade, que recebe águas de rios como Pericumã. A baía de Cumã é tido como um cemitério de navios, como o Cambridge e Ville de Bolougne (que levava o poeta Gonçalves Dias) pelos seus muitos bancos de areia e rochas, ameaças à navegação.

Há de se considerar, que a ausência de condições das escolas de primeiras letras ocorria pela precariedade, a que estavam submetidas. Advindas desde o império, eram insalubres, com poucas condições estruturais e pedagógicas, professores despreparados e práticas educativas assistemáticas e espontaneístas.

De acordo com Faria Filho (2007) os espaços escolares muitas vezes, constituíam-se em uma casa do professor regente sem condições estruturais, outrossim, eram utilizados também galpões antigos, espaços em fazendas e prédios sem utilidade, paróquias ou salas de casas paroquiais, sem a mínima condição para desenvolvimento de ações educativas. Diante disso, as escolas em funcionamento nas residências eram também denominadas de domésticas, isoladas, primeiras letras, dentre outros adjetivos, eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, com multiplicidade de perfis sociais e geracionais, sob a tutela e regência de um único mestre. Havia escolas com essas denominações voltadas a meninos, a meninas ou mistas, considerando-se que em algumas ocasiões eram divididas em turmas conforme ao nível de desenvolvimento e instrução do público atendido. (FARIA FILHO, 2007)

No que diz respeito ao currículo, podemos dizer que atendia em parte às exigências governamentais, prevalecendo o ensino do cálculo, da memória, da escrita, por meio do método mútuo articulado ao método individual, possuíam ainda, a repetição e a memorização como principais estratégias de desenvolvimento pedagógico dos alunos. De acordo com Faria Filho (2007), o método individual foi utilizado na realidade educacional brasileira em todo o século XIX se estendendo ao século XX, este possuía como prioridade o ensino de leitura, escrita, o cálculo, sendo que todos os tempos e espaços educativos eram destinados a uma aprendizagem distante das reais necessidades de modernização do país. Já o método mútuo, criado no final do século XVIII, pelo então educador inglês, Joseph Lancaster, utilizava os próprios alunos como auxiliares do professor por meio de uma aprendizagem em moldes colaborativos.

Os aspectos estruturais e pedagógicos precários, as baixas remunerações e as próprias condições de vida da época fizeram com que muitos professores adoecessem, isso acabou levando em 1888, o Presidente da Província do Maranhão, José Mariano Costa a conceder licenças a professores de escolas de primeiras letras da capital e do interior da Província. Entre estes educadores, temos a professora da Vila de Guimarães, Dona Maria Tereza Fraga Lima (1856-1902), que de acordo com depoimentos de familiares, obteve doença grave e não conseguia mais falar e nem desenvolver suas ações docentes.

Com o limiar do século XX, houve a expansão do número de escolas isoladas, ocasionada pelo crescimento da população, no entanto, ainda eram identificadas como pocilgas, pardieiros e continuavam a funcionar precariamente nas residências dos seus regentes, ou em

espaços não adaptados às exigências educacionais (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 2003).

No início do século XX, o discurso republicano dava ênfase à necessidade de modernização da questão educacional, na perspectiva de retirar as massas das condições precárias e colocando a educação como um instrumento a serviço do paradigma de ordem e progresso, em voga na nação brasileira (BONFIM, 1937). No entanto, entre o dito e o vivido existia uma distância e, principalmente, no interior do Maranhão isolado e alagado, com dificuldades de acesso e a cada dia mais distante das exigências, pois os seus indicadores de pobreza eram alarmantes.

Um modelo escolar que também conviveu com as escolas isoladas foi o reconhecido educandário Aprendizado Agrícola Cristiano Cruz que mais adiante foi transferido para a capital do Estado com o nome de Escola Agrotécnica de São Luiz do Maranhão. Tal estabelecimento “[...] foi implantado nas imediações de Capitua, zona rural do município, na administração de Francisco de Assis Lopes Junior (1910-1912), com o objetivo de formar mão de obra para a lavoura e demais atividades agrícolas.” (PESSOA, 2013, p. 49). Sobre este estabelecimento de grande repercussão para a população de Guimarães, Pessoa (2013, p. 49), acrescenta, ainda que, esse estabelecimento de ensino, cujo projeto inicial figurava “[...] como uma obra de extraordinária importância para o município e para o Estado passou por sérias dificuldades de manutenção visto que não foram direcionados a ele substanciais investimentos.”

Desse modo, percebemos que nas primeiras décadas do século XX havia prevalência de investimentos – ainda que poucos - nas escolas isoladas na realidade educacional vimarense. Vale se considerar que o advento da República exigiu um processo de modernização das estruturas sociais e políticas do país, dando ênfase às instituições sociais e sobretudo à escola, pois, a nova ordem social, política e econômica via nos estabelecimentos de ensino, um espaço de disseminação de normas e práticas, saberes e valores nacionalistas. Todavia, mesmo com o crescimento do atendimento na demanda dos segmentos populares, a educação escolar promovida pelas instâncias estatais era elitista e excludente, isso acaba nos remetendo a ideia de Bourdieu (1970, p. 280), de que a “[...] a ilusão da independência e da neutralidade escolares está na base da contribuição mais específica que a escola dá à reprodução da ordem estabelecida.”

Além das exclusões educacionais de classe e demais pertencimentos, somam-se a isso as estruturas precárias das localidades longínquas, dos espaços sem estrutura física e muito menos sem apoio financeiro, além de falta de professores capacitados e habilitados para desempenho de atividades docentes. Mesmo assim, damos destaque neste trabalho, à presença das professoras e professores leigos que desenvolveram práticas educativas construindo uma

representação favorável nas comunidades, povoados e vilarejos de Guimarães, burlando assim, as invisibilidades históricas promovidas pela narrativa da história oficial que delega aos sujeitos oprimidos, o lugar de *outsiders*<sup>28</sup> na produção social da realidade (ELIAS; SCOTSON, 2000; DUMONT, 2009). Frente a isso, o papel que julgamos importante neste trabalho, é o de desvendar e desvelar a presença desses sujeitos ocultados pelo discurso hegemônico.

No quadro 4 apresentamos o demonstrativo de escolas isoladas que compunham o cenário educacional, já na primeira metade do século XX, em Guimarães.

**Quadro 5** - Escolas Isoladas de Guimarães – MA.

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Área</b>
Dudu Coração	Rua Sousândrade	Centro
Edson Osório Anchieta	Rua Dias Vieira	Centro
Ermícia Santos	Rua Dias Vieira - antiga pensão Soares	Centro
Liliosa Cantanhede	Rua Filomena Archer da Silva	Centro
Mateus Avelar	Povoado Prata	Zona Rural
Marieta Dantas	Oca do André	Praia
Antônia Carvalho	Rua do Porto	Centro
Nossa Senhora dos Afogados de Raimunda Benta	Povoado Cumã	Praia/Manguezal

Fonte: Pessoa (2013).

Todas as escolas mencionadas eram subvencionadas pelo Estado e acompanhadas rigidamente pela Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, que representava a Inspeção da Instrução Pública nesse espaço longínquo do Maranhão. A maioria localizava-se no centro da cidade, em virtude de nessa área habitarem as famílias que possuíam condições econômicas e capital cultural. Suponhamos que aquelas localizadas nas áreas de praias acomodavam crianças, filhos de comerciantes de pescado, bem como, os filhos de proprietários rurais que estudavam nas escolas domésticas dos povoados e possuíam condições materiais para manter os seus filhos.

É válido destacar, que as escolas domésticas das irmãs Alice, Altiva e Almerinda Gomes se ocupavam também da catequese de crianças e adultos, além de aulas de artes e canto. Destacamos igualmente, a contribuição das professoras leigas Raimunda Moreira Rodrigues, Sabina e Zélia Soares e, Isabel da Silva Braga, entre outras, que em povoados como Boa

<sup>28</sup> Os não membros da 'boa sociedade', os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem o *establishment* (ELIAS; SCOTSON, 2000). São os párias da sociedade, os marginalizados que experimentam as exclusões sociais e políticas (DUMONT, 2009).

Esperança, Gepuba, Recanto e Prata, improvisavam em suas casas pequenas, salas de aula onde alfabetizavam crianças e adultos (PESSOA, 2013).

A imagem que segue (Figura 12) permite entrever o lugar onde estava situada a Escola da Professora Dudu Coração em Guimarães na década de 1940, a qual funcionou entre os anos de 1929 e 1940. Ao fundo está situada a Igreja de São José. Na parte inferior, à esquerda, está a casa onde funcionou a escola, conforme se pode observar:

**Figura 12** - Escola da Professora Dudu Coração em Guimarães na década de 1940.



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Cururupu (1941).

Com base na Monografia do Município de Guimarães e em alguns registros presentes no Jornal “O Litoral” e na Página “O Vimarense”, observamos que escolas como a da Professora Dudu Coração atendiam tanto o sexo masculino quanto o feminino em turnos diferentes, garantindo uma educação mista, tendo em vista que a escola desempenha e desempenhava um papel mítico-ritual diferenciado, na medida em que os princípios estão objetivamente ajustados às divisões, consagrando assim, a ordem estabelecida e estando presente no estado dos lugares simbólicos e materiais (BOURDIEU, 2019).

Observamos também, que os professores que deram aulas nessas escolas eram leigos, e mesmo com vínculo empregatício relacionado às cadeiras que regiam, seus honorários eram advindos também de pequenas taxas pagas pelos familiares dos alunos. Sobre as questões de pagamentos aos professores, Faria Filho e Vidal (2000), em seu estudo, esclarecem que os recursos oriundos das mensalidades nessas escolas, além de auxiliar no pagamento dos vencimentos dos docentes, contribuíram com a manutenção física e pedagógica das instituições.

Assim, como em todo o Brasil, no estado do Maranhão foram criadas muitas escolas mistas pelo governo estadual, sendo que no mandato de Urbano Santos houve uma expressiva expansão desse modelo de escola. Entretanto, “[...] o esquecimento de Guimarães pelos políticos estaduais da época e a precariedade do cenário educacional do município obrigaram o governo local a tomar a iniciativa de criar este estabelecimento.” (PESSOA, 2013, p. 54).

Em 1928, foi criada pela lei municipal nº 008 de 1928 que determina “Art. 1º - a escola Mista Municipal. O diretor da Educação Municipal designará os professores e funcionários e organizará subsídios e espaço para funcionamento. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.” (CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, 1928, p. 4)

Embora as escolas oferecessem condições precárias à população, elas eram as únicas existentes, tendo em vista que, o poder político da burocracia estatal não se preocupava demasiadamente com as questões de desenvolvimento educacional da região, apesar do discurso de otimismo pedagógico e entusiasmo educacional presentes na época. Os conceitos de “Entusiasmo pela Educação” e Otimismo Pedagógico” deram forma as tendências que se apresentavam na Primeira República, consubstanciando projetos e delineando formas de atuação educacionais. Segundo Nagle (1993), as categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” devem ser pensadas em uma dialética entre transição e continuidade, como a passagem do momento no qual é atribuída grande importância à educação criando uma atmosfera favorável a um amplo programa de mobilização da sociedade e de seus diversos segmentos em favor da escola pública de qualidade, para ações com um caráter mais técnico-burocrático, com a presença de técnicos e permeada por uma visão liberal e ao mesmo tempo salvacionista da educação.

Sobre as condições estruturais e pedagógicas dessas escolas temos depoimentos, bem reveladores. O Interlocutor 3G (2019), em sua entrevista relatou:

Eu estudei na escola de Dona Lílisa. Zelosa e enjoada demais. Sempre nos dava um safanão no começo do abecedário e da tabuada. Ela cobrava tanto, mas a escolinha era cheia de goteiras, servia pão dormido com suco de maracujá. Eu não gostava muito de lá, os mochos eram encardidos e a mesa molhada de umidade. Mas foi lá que aprendi as letras e meu nome, mas até hoje lembro de Dona Lili.

Ainda a respeito das condições das escolas isoladas, Cuba (2012) mencionou a Escola de Dudu Coração (Figura 12), instituição de ensino anteriormente citada neste texto.

[...] era longe de casa, tinha uma sala grande toda arejada, mas cheia de teias de aranha. Nesta sala tinha mochos e banquetes desconfortáveis, mesmo assim aprendíamos porque Dona Dudu era carne de pescoço quando não via que estávamos decorando o bea-bá. Era zelosa que era danada. Roupa suja, cabelo despenteado ela mandava voltar para casa.

Não se pode deixar de mencionar que, mesmo com as dificuldades enfrentadas por alunos e professores, e a realidade de os docentes não terem habilitação para o magistério, nas palavras dos entrevistados, esse modelo de escola foi capaz de disseminar saberes necessários para a socialização dos alunos.

A maioria dos alunos era oriunda de classes populares e foi por meio desses estabelecimentos que conseguiram formação educacional e fortalecimento do capital cultural. Com vistas que para Bourdieu (2005), o conceito de capital cultural diz respeito a recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Pode existir em dois estados: incorporado, quando faz parte das disposições, presentes no *habitus* dos agentes; e objetivado quando é certificado por meio de provas, atributos ou título, designadamente escolares. Um determinado saber para ascender ao estatuto de capital cultural, carece ser reconhecido e legitimado como tal, consoante ao seu enraizamento social. Logo, as distintas formas de saber se tornam dignas ou não de crédito, conferem ou não dividendos na bolsa de valores sociais (BOURDIEU, 2017) uma vez que, essas experiências educacionais fortaleceram as suas perspectivas de prosseguimento de estudos nos grupos escolares e posteriormente, nos ginásios.

Em Guimarães, os sinais de modernidade surgiram, inicialmente, por meio dos discursos políticos, considerando-se que a sua materialização ocorreu de modo bem diferente. O primeiro Grupo Escolar, por exemplo, foi inaugurado no ano de 1946, na zona rural do município, no Povoado Prata. O Grupo Escolar Mateus Avelar foi instalado no primeiro prédio público construído na localidade. Tal feito foi possível devido à ação reivindicatória de Soriano Coelho Leite, à Prefeita, Maria Izabel Gomes Leite, sua filha. Lembrando que, o Povoado de Prata era o mais próximo das Fazendas Aurora e Gameleira de propriedade do Sr. Soriano e próximo ao Povoado Encontro, sede de seu Comércio de Secos e Molhados, portanto dentro de sua área de domínio político e econômico (PESSOA, 2013; SANTIAGO, 2015).

Em 1948, a escola Mista de Guimarães deu origem a outro grupo escolar para Pinheiro, que recebeu o nome de Urbano Santos. A criação desse grupo escolar pode ser compreendida pelo fato de o governador Sebastião Archer ter expedido decreto n.º 47 de 27 de maio de 1947, que extinguiu as escolas isoladas, com base na constatação de que não conseguiam atender as exigências de modernização propaladas pelo ideário republicano. A implantação da Escola - Graduada ou Grupo Escolar Doutor Urbano Santos deu-se por meio do decreto n.º 23 de 06 de fevereiro de 1948, inicialmente administrado por Dionísia dos Santos Coração e Ana Conceição Ribeiro.

O Grupo Escolar Dr. Urbano Santos ganhou prédio próprio, sendo localizado na Praça da República e apresentava prédio pomposo que o tornava mais belo “[...] pelos jardins lindíssimos que ostentava a praça principal com suas bougainville, espadas de São Jorge e marias cagonas.” (OLIVEIRA, 2000, p. 15). Infere-se que a escolha do local teve a ver com a ideologia político-partidária da República, que utilizava monumentos e prédios intencionalmente construídos para impor e ocultar valores e relações de poder, por meio de uma dupla violência simbólica, cometida com a cumplicidade entre quem a sofre e quem a pratica, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo (BOURDIEU, 1970).

**Figura 13** - Imagem do Prédio onde funciona o Grupo Escolar Doutor Urbano Santos em Guimarães – MA.



Fonte: O Vimarense (2013).

A Figura 13 apresenta as instalações do prédio onde funcionou o Grupo Escolar Doutor Urbano Santos<sup>29</sup> em Guimarães (MA), o qual já sofreu duas reformas, porém sem grandes transformações em sua estrutura inicial de 6 salas de aula, uma área administrativa e dois banheiros (um masculino e um feminino). Como a maioria dos Grupos Escolares construídos no Maranhão, contém um pátio central e salas de aula dispostas ao redor do pátio, facilitando por parte da administração do estabelecimento a visualização e controle de todas as ações e condutas. A estruturação dos espaços nas instituições escolares, enquanto lócus de fabricação de corpos dóceis, permitia uma inspeção constante, “[...] onde o olhar está em alerta em toda parte [...] [onde] [...] o espaço é fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os

<sup>29</sup> Neste local, atualmente, funciona o Centro de Ensino Estadual Doutor Urbano Santos.

indivíduos estão inseridos em um lugar fixo [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 186-187) garantindo com isso, que todos os movimentos fossem controlados, em uma espécie de *panóptico* (FOUCAULT, 1997). O panóptico é uma forma de estrutura arquitetônica projetada para cárceres e prisões como um mecanismo aplicável ao controle do comportamento das pessoas. O autor em questão, o descrevia da seguinte forma: “[...] na periferia uma construção em anel, no centro, uma torre. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente.” (FOUCAULT, 1997, p. 190).

No Grupo Escolar Doutor Urbano Santos, havia uma cultura escolar delineada pelas políticas educacionais em vigor no momento histórico, tendo suas normas, valores e princípios associados às ideias republicanas de modernização e democracia, as quais impunham a docilização e disciplinamento de corpos e mentes e assim, como os demais estabelecimentos republicanos do país, a construção do sentimento de pertencimento à nação (PARADA, 2009). É fato que, a presença desse estabelecimento de ensino despertou o sentimento republicano de pertencimento da população de Guimarães à nação brasileira, sendo como diria Pierre Nora, *um lugar de memória* (1993).

No entanto, com a implantação do Grupo Escolar Doutor Urbano Santos houve certo enfraquecimento das escolas isoladas, levando-as à extinção, porém, em várias localidades ainda coexistiram por muitas décadas.

Além da instalação do referido Grupo Escolar, nos anos de 1950, outros foram instalados em áreas rurais do território maranhense. Guimarães foi um dos municípios mais prestigiados em decorrência das relações políticas das oligarquias locais com os governadores do Estado. Diante disso, foram instalados nos povoados do município os seguintes estabelecimentos: Grupo Escolar Nossa Senhora da Vitória, em Genipaúba; o Grupo Escolar Nossa Senhora de Guadalupe, em Cumã; o Grupo Escolar Maria Firmina dos Reis, em Maçaricó e o Grupo Escolar Nossa Senhora da Conceição em Carapirá. As escolas direcionadas às crianças pequenas foram construídas apenas na sede, nos anos 1950, a exemplo, o Jardim de Infância São José.

Os alunos atendidos nos grupos escolares da Baixada Ocidental Maranhense não eram muito distintos daqueles atendidos nas escolas isoladas, porém por conta da mínima participação do governo, muitas crianças não podiam estudar nesses estabelecimentos escolares e, por isso, não conseguiam frequentar a escola graduada, inclusive concluir o ensino primário. Entretanto, em Guimarães, esse fato ocorreu em menor proporção, tendo em vista que a maioria da população se concentrava nas praias e restingas (PESSOA, 2013). Ademais, a maioria dos docentes dos Grupos Escolares possuíam a formação na Escola Normal, situada na capital do

estado, mais precisamente, em São Luís. No município de Pinheiro todas as professoras possuíam a formação como normalista, enquanto em Guimaraes apenas 3 (três) das 6 (seis) professoras possuíam o diploma.

Mediante a isso, reconhecemos as táticas dos agentes sociais inseridos nas escolas isoladas, nos grupos escolares e demais espaços formativos, como aponta Certeau (1994), as táticas como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis, que resultam das astúcias dos atores sociais e de suas capacidades inventivas, possibilitando-os escaparem às relações de poder verticalizadas e ao controle, além de tomarem parte no jogo em questão. Assim, os agentes educacionais em seu cotidiano desafiavam os poderes instituídos por meio de suas práticas clandestinas, suas *artes de fazer*<sup>30</sup> (CERTEAU, 2002) que subvertiam a lógica hegemônica de grupos dominantes.

### 2.2.2 Cururupu e suas primeiras iniciativas de escolarização: do abandono estatal à “modernização” educativa com a instalação dos Grupos Escolares

A primeira iniciativa de escolarização em Cururupu ocorreu por meio da Lei nº 39 de 26 de julho de 1837, no período do Presidente da Província do Maranhão, Francisco Bibiano de Castro que dispôs sobre a criação na Paróquia de São João Batista de Cururupu de uma cadeira de primeiras letras para meninos. O professor da cadeira “[...] terá o ordenado anual de trezentos e cinquenta mil réis, se ensinar segundo o método Lancrastino, e de trezentos mil réis, se pelo método simultâneo.” (MARANHÃO, 1937, p. 11). Essa cadeira foi fundada especificamente, para o sexo masculino, na região da Baixada Ocidental Maranhense, pudemos observar que nesse momento histórico, a maioria das cadeiras eram direcionadas ao sexo masculino. Embora existissem muitas cadeiras direcionadas para o sexo feminino, todas estavam situadas em localidades distantes de Cururupu, como por exemplo, em Guimarães e Turiaçú, no Litoral Norte da Baixada.

Mesmo com a criação das cadeiras de primeiras letras, muitos professores inconformados, denunciavam as condições de trabalho e o abandono da Província do Maranhão em relação às cadeiras de primeiras letras. Os docentes apontavam que o presidente da Província apenas preocupava-se em criá-las, sem fornecer-lhes condições mínimas e dignas de

---

<sup>30</sup> Para Certeau (1994, p. 39), as artes de fazer são “[...] uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.”

funcionamento. A respeito disso, o professor João Marcelino, da Vila de Cururupu, relatou:

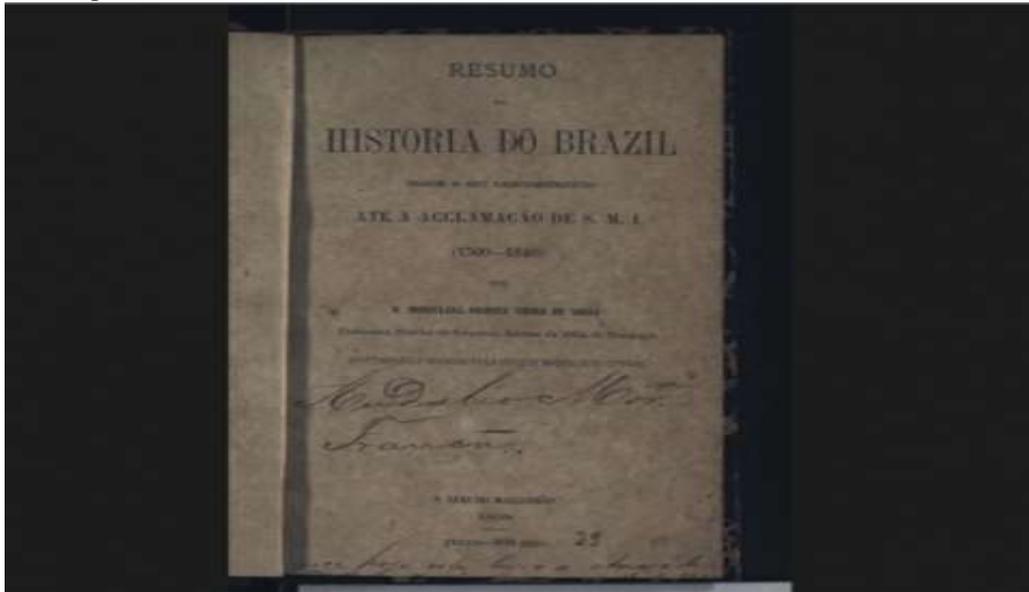
Tenho a representar a V. Excelência, que tendo na minha aula alguns discípulos suficientes adiantados, necessitam de alguns impressos por donde possam adquirir os conhecimentos religiosos e o aperfeiçoamento da língua portuguesa e como a maior parte deles são filhos de pessoas tão pobres que se veem impossibilitados de comprar os utensílios ainda mesmo de menor ponderação. (APEM. 02/05/1838. Setor de Avulsos. Série ofícios de diversos professores para o presidente da Província. 1837-1840).

É certo que a maior parte das crianças frequentadoras dessas escolas enfrentavam privações resultantes de suas múltiplas desigualdades experienciadas, informando por meio dos seus corpos dissidentes, suas opressões étnico-raciais, de classe, territorial e de gênero. Esses aspectos são descritos nas preocupações dos docentes com a pobreza dos alunos, que em razão de suas condições materiais não poderiam acompanhar os conteúdos. Destacamos o enfoque dado aos conhecimentos religiosos e à Língua Portuguesa como instrumentos de formação do *ethos* identitário de pertencimento a uma nação católica e letrada (MICELLI, 1996).

Em 1855, foi criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino em Cururupu, por meio da Lei nº 374, de 26 de maio do mesmo ano, durante a presidência da Província de Eduardo Olímpio Machado (MARANHÃO, 1855).

No cenário de criação de uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino, destacou-se a atuação da educadora Herculana Firmina Vieira de Sousa que lecionou no período de 1855 a 1881, na Vila de Cururupu, onde além de atuar como professora, foi autora de manuais didáticos e diretora de um colégio para moças. De acordo com Melo (2017), a obra mais importante da educadora Herculana Firmina Vieira de Sousa foi *Resumo de História do Brazil* publicado em 1868 e prontamente recomendado pela Inspeção de Instrução Pública, para ser utilizado em todas as escolas de ensino secundário da Província do Maranhão, em um período no qual, as letras ainda eram dominadas pelos homens. Uma imagem da capa da obra de Herculana Firmina Vieira de Sousa, segue na Figura 14, conforme pode se notar.

**Figura 14** - Capa do livro “Resumo de História do Brasil”, de Herculana Firmina Vieira de Sousa.



Fonte: IFMA (2019).

A Figura 14 apresenta o livro o livro *Resumo da História do Brazil*, publicado em 1868 (que integra o acervo da biblioteca de livros didáticos da USP). A obra apresenta os principais fatos, datas e acontecimentos baseados em uma perspectiva evolucionista consoante aos moldes historiográficos da época. Porém, a obra oferece um panorama das etapas de formação da História do país sendo uma das poucas obras escritas por mulheres negras e nordestinas na segunda metade do século XIX, trazendo à baila uma agente da história da educação silenciada, que a partir disso, passa a transitar dentro daquilo que Del Priori (1998) denomina de “historiografia da transgressão”.

Outras iniciativas de escolarização subsidiadas pela Província do Maranhão existiram na realidade cururupuense. Assim, foi criada por meio da Lei nº 692<sup>31</sup> de 27 de junho de 1864, mais uma cadeira de primeiras letras voltada para o sexo masculino em um lugar denominado Caxoeira. Por essa mesma Lei, também foi criada uma cadeira de primeiras letras para Guimarães, no povoamento chamado Cedral. Ambas com ordenamento anual de quinhentos mil réis.

Em 1881, a Lei nº 1236 de 02 de maio, durante a presidência do Dr. Cincinnato Pinto da Silva, criou cadeiras das primeiras letras para ambos os sexos e transferiu outras, para várias localidades da Província do Maranhão. A referida lei criou 14 (quatorze) escolas de primeiras letras, sendo 09 (nove) para o sexo masculino e 04 (quatro) para o sexo feminino. No entanto, observou-se que na região Baixada Ocidental Maranhense, a quantidade de cadeiras destinadas

<sup>31</sup> Esta Cadeira foi criada pelo vice-presidente da Província do Maranhão, no período, o Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento

aos meninos foi quantitativamente superior em relação à quantidade de cadeiras destinadas às meninas. Dentre aquelas voltadas ao sexo masculino, localizadas nessa região, apenas a povoação do Gury-rama em Bacurypanan, 2º Distrito de Cururupu e o povoado de Igarapé-assú, a paróquia de Turiaçú, foram contemplados. No que diz respeito às cadeiras destinadas ao sexo feminino, foram contempladas as localidades de São Bento de Bacurituba, Penalva e Santo Antônio de Almas.

No ano de 1882, o juiz de direito José Manoel de Freitas então, presidente da Província do Maranhão, por meio da lei nº 1261 de 19 de maio do mesmo ano, criou seis cadeiras de primeiras letras, das quais quatro do sexo masculino e duas “[...] nos lugares denominados Bacuri Roça de Baixo e Santa Rosa do Termo de Cururupu [...]” (MARANHÃO, 1882).

No final do século XIX, muitas escolas primárias funcionavam em fazendas e engenhos em Cururupu, tendo como alunos, os filhos de ex-escravizados, de colonos e agregados da fazenda, contudo, a maioria era constituída por filhos de empregados dessas propriedades. O depoimento do *INTRELOCUTOR 1C* (2020) sobre a Escola da Fazenda Aliança relatou “[...] minha família advém dos negros que habitaram essa fazenda, mas não sei de qual lugar na África eram suas origens. Só sei que minha bisavó que foi ex-escrava estudou lá antes de ir para o Entre-rios, que hoje é povoado de Guimarães”. Essa escola ficou muito conhecida na memória dos cururupuenses como um símbolo de escolarização da negritude rural. Lá estudavam os “[...] apadrinhados que eram ensinadas as primeiras lições do ABC e a respeitar os outros. Nessa escola que meus avós se alfabetizaram.” (CURURUPU, 1983, p. 11).

A figura 15 apresenta a escola primária da fazenda Aliança, no final do século XIX, com seus alunos conforme pode ser observado.

**Figura 15** - Escola da Fazenda Aliança, Cururupu-MA.



Escola Primária

Fonte: Álbum do Maranhão (JORGE, 1950).

Com base na imagem acima, observamos os alunos da escola da Fazenda Aliança. O local de funcionamento era um galpão com fachada em estilo colonial que recepcionava diversas crianças das redondezas, tendo em vista ser uma das poucas escolas primárias localizadas nas áreas rurais dos engenhos de Cururupu. Não se sabe ao certo, se no prédio funcionava apenas a escola, ou se além de ser cedido para as aulas, era utilizado para outros fins, devido a fazenda em questão ser uma grande produtora de gêneros da agricultura.

É oportuno esclarecer aqui que, a Fazenda Aliança foi fundada em 1884 por Manoel Braga Ribeiro da Cruz, filho único do senhor de engenho José Ribeiro da Cruz, proprietário também da Fazenda São Tomé em Guimaraes, atual Paraguassu, em Mirinzal. Os registros afirmam que a escola nasceu aproximadamente em 1896, possuindo uma sala bem ampla e uma professora paga pelo proprietário (JORGE, 1950) Atualmente, a escola pertence à comunidade quilombola de Aliança.

Ainda no século XX, eram precárias as condições das escolas primárias de Cururupu. A maioria da população estudava nas escolas pertencentes a povoados de Guimarães, caminhavam muitos quilômetros e eram poucas as iniciativas de escolarização e aquelas disponíveis serviam para atender a população. Diante disso, fora criado no ano de 1925, pelo governador do Estado do Maranhão no período de 1923 a 1926, o senhor Godofredo Viana (1878-1934), o Instituto Cururupuense de Ensino, o qual oferecia além do ensino primário regular, cursos profissionalizantes. Desse modo,

[...] este estabelecimento servia nos municípios da Baixada com ensino normal, ginásio e de ofícios. Era uma iniciativa do governo estadual que juntamente com a Escola Normal de Caxias, um ginásio e uma escola Normal em Carolina e três cursos de ensino superior em São Luís se constituíram desastroso atraso em nossas conquistas educacionais. (CAMARA MUNICIPAL DE CURURUPU, 2000, p. 3).

Diante de um cenário de descaso com os investimentos educacionais para algumas localidades, essas iniciativas não lograram êxito, tendo em vista, o setor educacional ter sido o mais penalizado pelas carências e fragilidades financeiras, entre os anos de 1937 e 1945, ocasionando o fechamento de vários estabelecimentos de ensino na capital e no interior.

Assim, especificamente “[...] no ano de 1951, Sebastião Archer (1947-1951), governador do Estado, cria por meio da lei nº 57 de 05 de agosto de 1951 o Grupo Escolar José Pires [...]” (PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA U. E. JOSÉ PIRES, 2009, p. 3). Criado em homenagem ao cururupuense José Pires, que na época era Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Maranhão e pertencia a uma das famílias mais influentes de Cururupu e região.

O Grupo Escolar “José Pires” veio suprir a demanda por escolarização primária no município de Cururupu, uma vez que, “[...] já era um anseio muito grande de nosso povo. A gente tinha vontade de ter um grupo igual ao que tinha em Guimarães. A gente mandou muita carta. Falou com gente do governador. Correu atrás de gente graúda para conseguir.” (INTERLOCUTOR 2C, 2021). O trecho do depoimento demonstra como os agentes sociais “[...] compreendem e experimentam a política, e como interagem e atribuem significado aos objetos e as práticas relacionadas ao universo da política.” (KUSCHNIR, 2007, p. 9), com o envio de cartas, com pedidos a políticos influentes e lideranças, embora o que prevalecesse nesse contexto fossem as relações de apadrinhamento e compadrio, trocas de influências e de favores no processo de construção das escolas no estado do Maranhão.

O Grupo Escolar estava localizado em frente ao Fórum da cidade, em meio aos casarões do Centro Histórico, bem próximo ao porto de Cururupu. Ao inaugurar a escola graduada, o governo estadual implantou nessa localidade, uma instituição vista como moderna em relação aos demais estabelecimentos escolares, muitos deles precários, e em nada condizentes com o propalado processo de modernização educacional do estado. A seguir a imagem do prédio da escola no ano de 1952.

**Figura 16** - Fotografia da Rua Principal, Centro Histórico da cidade de Cururupu-MA: à esquerda o prédio do Grupo Escolar em meio aos casarões portugueses, na rua de acesso ao porto.



Fonte: IBGE (1957).

A imagem possibilita observar que o prédio do Grupo Escolar, no município de Cururupu, foi instalado na rua principal, que dava inclusive acesso ao porto, uma área marcada pela presença de grandes casarões construídos no modelo português. O prédio foi construído e adaptado ao modelo de obras arquitetônicas marcadas pela influência de características neoclássicas, bem como ecléticas ou *Art Nouveau*, o que conferia à instituição de ensino uma certa grandiosidade em relação aos outros estabelecimentos, assim, como os primeiros Grupos Escolares instalados em Guimarães, Viana e Pinheiro.

Esses prédios escolares que demonstravam suntuosidade em relação aos demais estabelecimentos eram um sinal de novos tempos, de modernização e progresso, uma forma de construir um novo imaginário para aquela coletividade, pautado nos valores republicanos embasados nas ideias de modernidade, evolução e civilização. Um período em que, segundo os defensores da República, saía-se das trevas para as luzes, trazidas pelos republicanos à população brasileira (CRUZ, 2018). Destarte, o processo de modernização é acompanhado de mudanças e permanências de costumes, de apropriação de processos civilizacionais por meio de um conjunto de dispositivos, simbólicos e materiais que transmitem ao indivíduo normas e regras sociais na forma de autorregulação e autocontrole dos objetos e das funções corporais (ELIAS, 1990)

Os desfiles e festas cívicas contavam com a participação do Grupo Escolar Dr. José Pires e de outras escolas existentes em Cururupu, normalmente aconteciam na Praça José Vieira. Na figura 17, podemos observar uma imagem da participação do Grupo Escolar Dr. José

Pires, no ano de 1950.

**Figura 17** - Desfile Cívico dos alunos e professores do Grupo Escolar Dr. José Pires, no ano de 1950.



Fonte: SEMED (1987).

A imagem mostra a participação dos alunos e professores do Grupo Escolar Dr. José Pires, no desfile cívico ocorrido em 7 de setembro de 1950. Na fotografia, é possível notar a presença de alunos e alunas, bem como das professoras todas uniformizadas com vestimentas de gala e de alguns/as alunos/as segurando bandeiras, que certamente, seriam as bandeiras do Brasil, do estado do Maranhão e do município de Cururupu. As alunas estão usando um uniforme com uma saia de cor escura com pregas e uma blusa de manga comprida de cor branca e sapatos escuros, enquanto os alunos aparecem usando uniforme com calças compridas escuras e uma camisa branca de manga comprida, com sapatos escuros. Além disso, aparecem alguns alunos menores, vestidos de shorts brancos e blusas de mangas compridas longas, com tênis brancos. Já as professoras, aparecem todas vestidas iguais, com um vestido de modelo jardineira de cor clara e com blusas de mangas compridas e outras de mangas curtas na cor branca e com sapatos na maioria de cor branca. Ao fundo, pode-se perceber que a fotografia foi retirada na frente de casarões em estilo colonial, em uma parte coberta por grama e sem calçamento.

Nas instituições escolares, os ritos cívicos constituem formas de sociabilidades que tentam padronizar maneiras de sentir e pensar a nação, seus signos e seus valores. De acordo com Parada (1998), o calendário cívico servia como um dos meios da produção do senso de unidade e de nação.

Ainda nos anos de 1950, no município de Cururupu, as escolas localizadas na zona rural, particularmente, as situadas em áreas de quilombos, ganharam novos prédios construídos de

adobe<sup>32</sup>, abandonando os antigos barracões, onde os alunos conviviam com bodes e cabras. Apesar da rudimentariedade, essas escolas portavam uma fachada com traços arquitetônicos modernos, apesar disso, a maior parte das escolas rurais continuava abandonada e com poucas condições de funcionamento. A seguir a imagem da Escola Rural localizada na comunidade quilombola cururupuense de Entre Rios.

**Figura 18** - Fotografia da Escola rural de Cururupu- MA, localizada no povoado quilombola de Entre Rios



Fonte: IBGE (1951).

A escola em questão construída de adobe, telhado e estrutura de alvenaria foi construída no povoado Entre Rios no ano de 1950. Recebeu investimentos do governo do Estado e atendia em sua maioria crianças do povoado. O investimento em escolas rurais na década de 1950 fazia parte de uma política de alianças estabelecida entre fazendeiros, grupos oligárquicos locais e lideranças comunitárias. Boa parte desses estabelecimentos oferecia somente o ensino primário em salas multisseriadas, o que condiz com uma realidade, ainda muito presente, no cenário educacional da Baixada Ocidental Maranhense.

Por efeito do crescimento populacional ocasionado pela urbanização de Cururupu e, principalmente, para suprir as carências de vagas, tendo em vista que o Grupo Escolar “José Pires” não conseguia atender a toda demanda por vagas pelo ensino primário, Sebastião Archer (1947-1951), na ocasião, governador do estado do Maranhão, criou por meio da Lei nº 62, de 1951, o Grupo Escolar em Cururupu, o referido estabelecimento recebeu o nome de Grupo

<sup>32</sup> O adobe era um tipo de tijolo grande de argila, seco ou cozido ao sol, rolado nas águas dos rios, às vezes acrescido de palha ou capim, para torná-lo mais resistente.

Escolar Silvestre Fernandes<sup>33</sup>. O estabelecimento era composto de 08 salas de aulas, de acordo com Interlocutor 3C (2021), o Grupo Escolar Silvestre Fernandes era:

[...] mais amplo e conseguia atender mais alunos do que o Zé Pires. Neste estudava gente mais pobre, uma caçarada maior, acho que porque funcionava aqui no Jacaré, lugar de pobre. Era muito bom estudar ali. Saía cedo de casa, ia para o grupo. Eu era de manhã e minha irmã da tarde.

O fato de o Grupo Escolar José Pires estar situado no bairro do Jacaré, uma área considerada periférica em Cururupu, culminou no atendimento quase majoritário de alunos e alunas pertencentes às classes populares, constituindo-se assim, de um público advindo de comunidades rurais e “[...] que moravam em casas de parentes ou de padrinhos de gente influente. Minha madrinha era uma mulher muito bondosa que me abrigou na época do primário. Minha irmã morava com a madrinha dela” (INTERLOCUTOR 3C, 2021). De acordo com Interlocutor 3C (2021) isso ocorria devido a precariedade das escolas rurais, o que forçava as famílias a enviarem seus filhos para morarem nas casas de famílias detentoras de posses, para terem a oportunidade de estudar, preferencialmente, nos grupos escolares. O entrevistado ainda destaca que, muitas dessas crianças exerciam trabalhos domésticos em troca de moradia com famílias, conseqüentemente, sobrava a elas pouquíssimo tempo para se dedicarem aos estudos.

A Figura 19 apresenta a imagem do Grupo Escolar Silvestre Fernandes em Cururupu-MA. Constituída de seis salas de aula e uma área administrativa, este estabelecimento segue a mesma estrutura dos grupos escolares construídos no período republicano. Além disso, localizava-se em uma área que apresenta características rurais, posteriormente transformada em um bairro da cidade de Cururupu.

---

<sup>33</sup> O novo Grupo Escolar criado em Cururupu, recebeu o nome de Silvestre Fernandes, em homenagem a um pesquisador que chegou a Cururupu no final dos de 1940 e desenvolveu investigações a respeito das questões de saúde e ambiente do município.

**Figura 19** - Fotografia do Grupo Escolar Silvestre Fernandes em Cururupu (MA).



Fonte: IBGE (1959).

O Grupo Escolar Silvestre Fernandes, teve como primeira ocupante do cargo de direção, a professora Joana Batista Dias, a “Juquinha”. Ela mantinha relacionamentos com órgãos e instituições da sociedade cururupuense, frequentava reuniões e era vista como uma pessoa muito influente, devido a importância do grupo escolar na condição de instituição de formação educacional e de espaço que congregava conflitos e imposições político-partidárias. De acordo com os entrevistados INTERLOCUTOR 1C (2021) e INTERLOCUTOR 3C (2021), é certo que, os diretores dos grupos escolares de Cururupu estavam atrelados ao poder público por relações de alianças políticas e\ou parentesco, sendo que, por causa disso, incorporavam a representação oficial nas relações externas, sendo muitas vezes, até confundidos com a representação de quem os indicou para esse ocupar o cargo, por meio de manifestação de imagens e discursos que davam uma definição da realidade (CHARTIER, 1990). Tais representações, produzidas por agentes da administração pública, estavam relacionadas a imagens de sujeitos vistos como hegemônicos e detentores de capital social, sempre dentro daquela lógica constituída de signos de imposição de autoridade e status (DAMATTA, 1997).

Os diretores possuíam aquilo que Bourdieu (1989) denominava de poder simbólico, pois este poder, segundo o autor, é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber, que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989).

As primeiras professoras do quadro docente do Grupo Escolar Silvestre Fernandes foram as senhoras Rosilene Dias e Rosário de Fátima, que estão entre as mais conhecidas e possuem registros de suas passagens na instituição. Embora os/as professores/as dos grupos escolares da Baixada Ocidental Maranhense fossem formados/as no Curso Normal, na Capital

São Luís, tanto na Escola Rosa Castro quanto na Escola Normal Pública, instituições detentoras de muito prestígio no estado do Maranhão, as professoras Rosilene Dias e Rosário, de Fátima eram formadas normalistas pelo Instituto Educacional do Pará. É importante ressaltar que, atualmente, duas escolas localizadas na zona rural do município de Cururupu são nomeadas com a alcunha dessas professoras.

Os grupos escolares eram considerados, entre as escolas da região da Baixada Ocidental Maranhense, como as melhores instituições educativas, pois eram vistos, como bem equipados e com um ensino pedagogicamente inovador (CUBA, 2012). Os dois grupos escolares de Cururupu receberam parte da elite intelectual da cidade, que ocuparam cargos de direção ou funções de docência, muitos com *status* de autoridade educacional e de prestígio social. A presença desses grupos escolares colaborou na redução do número de alunos de Cururupu que se deslocavam para estudar em Pinheiro, São Bento, Guimarães, Viana, ou na capital do estado.

### 2.2.3 Viana e sua instrução primária: das cadeiras de primeiras letras aos colégios particulares

As primeiras iniciativas de escolarização protagonizadas por agentes sociais em Viana (MA) circunscrevem-se a primeira metade do século XIX, e não foram realizadas pelo poder público, talvez, por falta de prioridade, determinações político-partidárias ou por ausência de condições sociais e econômicas. Essas iniciativas envolviam abertura de salas em espaços privados ou em barracões localizados nos povoamentos longínquos em relação à Vila. As primeiras escolas que por “[...] falta de registro e preocupação com a preservação da memória local, lamentavelmente muitos desses nomes perderam-se na poeira do tempo.” (O RENASCER VIENENSE, 2013, p. 4).

Ao realizar o levantamento acerca da educação estatal direcionada ao município de Viana, localizamos a Lei estadual nº 17 de 19 de maio de 1836, que dispunha sobre “Aumentar o ordenamento dos professores de Latim das Vilas de Viana e Guimarães” que segundo o Art. 1º “[...] fica elevado a quatrocentos mil réis anuais.” (MARANHÃO, 1836). Na ocasião, o presidente da província era Antônio Pedro da Costa Ferreira (1835-1837) e apenas estas localidades obtiveram esse investimento, devido as influências político-partidárias. (O RENASCER VIENENSE, 2013)

Em 1837, o presidente da Província do Maranhão Francisco Balbino de Castro (1837-1838), por meio da Lei nº 41 de 26 de julho, criou cadeiras de primeiras letras para meninas em várias vilas da província, incluindo Viana (MARANHÃO, 1837). No ano de 1855, por meio da Lei nº 372 de 26 de maio, o presidente da província, Eduardo Olimpo Machado, destinou mais

uma cadeira de primeiras letras para Viana, direcionada à freguesia de Monção<sup>34</sup>, a qual, na ocasião pertencia ao município.

Um ano depois, em 1856, uma cadeira de primeiras letras para meninas é criada para Viana, desta vez, destinada à freguesia de Santa Maria de Anajatuba, por meio da Lei nº 443 de 6 de setembro pelo Presidente da Província do Maranhão, Antônio Candido da Cruz Machado (1855-1857).

A criação de uma cadeira pública de primeiras letras para o sexo masculino ocorreu por meio da Lei nº 654 de 2 de julho de 1863, durante a presidência da Província do Maranhão pelo senhor Ambrósio Leitão da Cunha (1863-1863) e foi destinada à freguesia de São José de Penalva. Nessa mesma perspectiva, a Lei nº 1028 de 12 de julho de 1873, sancionada pelo presidente da província do Maranhão, o senhor Silvino Egídio Carneiro da Cunha, cria uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, também na freguesia de São José de Penalva<sup>35</sup>, no lugar chamado Barro Vermelho. Nessa ocasião, ocorreu também a criação de cadeiras para ambos os sexos, sendo dez (10) para o sexo masculino e quatro (04) para o sexo feminino (MARANHÃO, 1873).

Entre o final do século XIX e início do XX, não encontramos investimentos na abertura de escolas isoladas subsidiadas pelo poder estatal e tampouco, na criação de escolas privadas e confessionais filantrópicas ao analisar a realidade educacional vianense. Existem alguns registros da existência de um Colégio de Alfabetização que surgiu no início do ano de 1910 no centro da cidade o qual atendia as crianças que podiam pagar as taxas de alguns mil réis. “[...] A professora era a senhora Maria dos Remédios Lopes, pessoa muito religiosa, dedicada e conservadora nos valores e costumes e prendada ao processo de ensinar.” (VIANA, 1996, p. 7).

Nos anos de 1930 a 1934, funcionou em Viana, a Escola Mista Estadual do Canto do Galo que foi criada por meio do decreto nº 21 de 20 de abril de 1930, pelo governador José Luso Torres (1930-1930). Outrossim, esse decreto excluiu do referido município, as escolas isoladas. Essas ações se uniram a um conjunto de obras, que estavam relacionadas com o objetivo de conseguir alianças no município com as oligarquias muito resistentes, pois “[...] Viana e Arari eram municípios, que não faziam alianças com as investidas dos políticos estaduais.” (BOGÉA, 2012, p. 7).

A Escola Mista Estadual do Canto do Galo instalada em Viana, onde funciona, atualmente, a biblioteca municipal. A figura 20 possibilita analisar como era o prédio da escola

---

<sup>34</sup> Elevada à categoria de vila com a denominação de Monção, pela lei provincial nº 519, de 09 de junho de 1859, a foi partir desta data, desmembrada de Viana.

<sup>35</sup> O atual município de Penalva foi desmembrado do município de Viana em 1938.

situada no centro da cidade de Viana, conforme se pode notar. O prédio possui uma fachada estilo colonial e é considerado um dos mais bonitos da cidade. “Os alunos que lá estudavam sentiam-se prestigiados com um lugar tão bonito e imponente.” (*INTERLOCUTOR 2V*, 2021).

**Figura 20** - Fotografia do Prédio onde funcionou a Escola Mista Estadual (Atualmente, Biblioteca Municipal de Viana).



Fonte: Academia Vianense de Letras- AVL (2020).

Ainda nos anos de 1930, funcionou também em Viana, uma Escola Municipal de Alfabetização, que funcionava no prédio da Prefeitura e teve como professoras Maria de Nazaré Fernandes e Celina Clara Bezerra. A referida escola atendia apenas as duas primeiras séries do ensino primário e era muito reconhecida por “[...] transmitir os saberes da alfabetização em tempo mínimo. Apesar de não ser muito estruturada como o grupo escolar, recebia muitos pais à procura de vagas para matriculem seus filhos [...]” (SEMED VIANA, 2016, p. 22). Na figura 21 pode-se observar o prédio da Prefeitura de Viana, onde funcionou a Escola Municipal de Alfabetização.

**Figura 21** - Prédio da Prefeitura de Viana, onde funcionou a Escola Municipal de Alfabetização



Fonte: Câmara Municipal de Viana (MA) (1954).

A partir da observação da imagem, nota-se que a prefeitura de Viana funcionava em um prédio grande, construído em alvenaria, com uma porta de entrada principal, outras ao seu redor e com várias janelas. Verifica-se ainda, que a fotografia mostra o prédio situado em uma praça com alguns bancos, pequenos jardins nas partes que não estavam calçadas, jardins gramados e com algumas flores e plantas. Foi no prédio da Prefeitura local que funcionou a Escola Municipal de Alfabetização, em espaços adaptados, o que era uma realidade comum nos municípios do interior do estado do Maranhão, por conta da não priorização da construção de prédios escolares nas agendas governamentais. Assim, muitos estabelecimentos escolares funcionavam juntamente com outros órgãos da administração pública, em poucas salas improvisadas e sem muito espaço para o desenvolvimento das práticas educativas.

Além das escolas citadas, o cenário educacional vianense possuía uma Escola Agrupada denominada de São Benedito, criada aproximadamente no ano de 1932 e similarmente mantida pelo governo do Estado, tendo sido esta, uma iniciativa de intervenção na educação, ainda insuficiente. O interesse do poder executivo estadual em montar uma escola dessa modalidade, era o de atender tanto a alfabetização de crianças nos turnos matutino e vespertino, como de adultos no turno noturno. Desse modo, o poder público investia em um ensino que atingia a parte mais pobre da sociedade e paralelamente, conseguia aumentar o número da população de votantes (FERREIRA, 2017).

Ainda entre os anos de 1930 e 1940, encontramos outras iniciativas de escolarização no município de Viana, realizadas em povoados que não receberam a atenção do governo maranhense. Uma dessas iniciativas foi a criada pelo jovem, Luís Carlos Pereira, no ano de

1940, no distrito Retiro, “[...] percebendo o alto índice de analfabetismo entre a população de sua pequena comunidade, ainda muito jovem iniciou-se de forma rudimentar no magistério, ministrando aulas aos moradores do Retiro.” (RENASCER VIANENSE, 2018, p. 7). Se tornou o responsável por haver colocado em funcionamento, nesse distrito, uma escola no espaço físico de uma cabana, nas terras dos seus pais, que eram proprietários de um engenho de cana-de-açúcar naquela localidade. Porém, na década de 1960, Luís Carlos Pereira se mudou para a capital São Luís para estudar no Seminário Santo Antônio e foi ordenado padre (AVL, 2018).

Juntamente com a escola isolada, de iniciativa particular, instalada por Luís Carlos Pereira, coexistiram também entre os anos de 1930 e 1950, outras escolas da mesma modalidade no município de Viana, conforme mostra o Quadro 6.

**Quadro 6** - Escolas Primárias do município de Viana de 1930 a 1950.

<b>Escolas</b>	<b>Localização</b>	<b>Área</b>
Escola Professor Minalda Ferreira Campos	Povoado Coivaras	Zona Rural
Escola da Matinha	Povoado Matinha <sup>36</sup>	Zona Rural
Escola Professora Maria de Jesus Salgado	Centro de Viana	Zona Urbana
Escola Povoado de Guanabara	Povoado Guanabara	Zona Rural
Escola de Anica Campos	Povoado Santa Galo	Zona Rural
Escola de Santa Fé	Povoado Mucambo	Zona Rural
Escola do Retiro	Povoado Retiro	Zona Rural
Escola de Santa Bárbara	Povoado Castelo	Zona Rural
Escola da professora Doracy Silva	Povoado Piraí	Zona Rural

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 6 demonstra que a maioria das escolas vianenses de ensino primário estavam localizadas na Zona Rural. Em grande parte, eram subsidiadas pelo Estado, exceto as escolas do Professor Minalda Ferreira Campos e da professora Doracy Silva, sustentadas por donativos e pagamentos de taxas. A única escola localizada na área urbana do município era a da Professora Maria de Jesus Salgado. A implantação de muitas escolas rurais em Viana obedecia a mesma lógica clientelista e de apadrinhamento de grupos políticos locais em relação às instancias de poder estatal e com isso, havia investimentos por parte do governo, em pagamento

<sup>36</sup> Elevado à categoria de município com a denominação de Matinha, pela lei estadual nº 267, de 31-12-1948, e assim, desmembrado de Viana.

de professores e construções de barracões de pau a pique e alguns poucos de alvenaria e adobe, a depender do capital social da liderança comunitária e das oligarquias.

Mediante ao crescimento do município e aos investimentos das oligarquias locais por uma escola “moderna”, além do conseqüente aumento da demanda por vagas, foi criado no ano de 1948, o Grupo Escolar Estevam Carvalho, em Viana. A referida instituição manteve no seu quadro inicial “[...] as professoras conceituadas como Edith Nair Silva, Faraíldes Campelo, Iraci Cordeiro, Raquima Azevedo Martins e Zilda Dias, Celeste Carvalho, Santoca Pinheiro e Maroca Gomes.” (INTERLOCUTOR 1V, 2021). Todas advindas de escolas normais localizadas na capital, em especial, da Escola Rosa Castro. Essas professoras, além de possuírem uma formação vista como sólida e consistente, ainda participavam de grupos de estudo e planejamento criados por elas, nos anos de 1950, e engajaram-se em diversos cursos oferecidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).

A CADES foi uma entidade criada no governo de Getúlio Vargas, a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Tinha como objetivo difundir e elevar o nível do ensino secundário, tornando a escola secundária eficaz e acessível (BARALDI; GAERTNER, 2013). Muitas dessas educadoras dão nomes a escolas de Viana, exceto a Professora Raquima Martins, que nomeia uma Unidade Escolar no centro urbano do município de Pedro do Rosário - MA.

O “Grupo Escolar Estevam Carvalho”, a nova casa de ensino, nascia em Viana com o objetivo de substituir a antiga Escola Mista Estadual de Viana. A cerimônia solene de fundação, com direito a discurso das autoridades locais, foi realizada na manhã do dia 20/02/1934 e contou com a presença do juiz de Direito da Comarca de Viana, Artur Almada Lima; do promotor de Justiça, Américo Farias de Carvalho; do Coletor estadual, Raimundo Marcelino Campelo; do Delegado Escolar, Joaquim Mendes da Rocha, e naturalmente, das professoras normalistas Faraíldes Campelo Silva, Edith Nair Furtado da Silva, Zeíla Cunha Lauleta, Benedita das Mercês Balby e Maria Raimunda Campelo Santos.

Nos primeiros anos de funcionamento, “o Grupo Escolar Estevam Carvalho” funcionou no mesmo endereço da antiga Escola Mista Estadual, em um prédio de fachada comprida situado na Rua Grande, após o Canto do Galo<sup>37</sup>. Tempos depois, transferiu-se para o prédio do atual Centro de Ensino Dr. José Pereira Gomes, permanecendo ali, por mais de duas décadas. Apenas no início de 1950, “o Grupo Escolar Estevam Carvalho” ganhou sua sede própria, na

---

<sup>37</sup> O Canto do Galo era a esquina onde funcionava o prédio comercial do Senhor Bernardino Araújo. A obra foi construída por alguns portugueses que haviam montado um comércio, naquele mesmo prédio, bem antes dele. Na esquina possuía a escultura de um galo que já se encontrava naquele canto há mais de um século.), mais ou menos, onde hoje funciona a Câmara Municipal.

antiga Rua São Sebastião (atual Dom Hamleto de Angellis), onde funciona até os nossos dias. A construção do prédio foi realizada durante a gestão do prefeito Ezequiel de Oliveira Gomes (1950-1954).

O prédio da escola era constituído de seis salas de aula e uma área administrativa. Dentre os grupos escolares da Baixada Ocidental Maranhense era “[...] considerado moderno e amplo constituído pelas melhores professoras da região.” (VIANA, 1996, p. 9). Encontramos poucos registros e depoimentos que pudessem nos esclarecer a respeito de como eram as suas dependências antes das reformas sofridas.

Da inauguração do prédio do Grupo Escolar Estevam Carvalho, participaram além das professoras<sup>38</sup> desta instituição de ensino, citadas anteriormente neste texto, as autoridades locais, como o prefeito de Viana, religiosos da paróquia local, crianças da comunidade que sonhavam em estudar no estabelecimento e toda a população que entendia que com a inauguração não precisariam se preocupar em encontrar escola para matricular seus filhos, tendo em vista “[...] que Viana apesar de ser crescida, teria poucas escolas para atender todo o povo que morava na sede, menos assistida que a zona rural que possuía escolinhas nos povoados.” (INTERLOCUTOR 2V, 2021).

Além dessa instituição, a Fundação Beneficente São Sebastião criou em 1950, um grupo escolar que ofereceria o curso primário e atividades profissionalizantes às crianças. A Escola Agrupada São Sebastião foi criada na perspectiva de ampliar o número de vagas, tendo em vista que as escolas, até então inauguradas, não possuíam potencial para incluir as crianças que estavam em idade escolar, mas mantinham-se excluídas do processo de escolarização. Essa escola recebia auxílio da prefeitura municipal que se responsabilizava pelo pagamento dos vencimentos dos professores, enquanto as demais despesas eram custeadas pela fundação e pelos pais dos alunos.

A Escola Agrupada São Sebastião funcionou inicialmente no antigo porão do casarão da Rua Celso Magalhães no Centro Histórico do município, em um prédio de 04 salas de aula adaptadas para tal finalidade. Teve como primeira diretora, a senhora Zeila Cunha Lauletta, que também desempenhava a função de docente do estabelecimento (AVL, 2014). Na imagem representada pela Figura 22, pode-se observar o local, onde funcionou a escola.

---

<sup>38</sup> Faraídes Campelo Silva, Edith Nair Furtado da Silva, Zeila Cunha Lauletta, Benedita das Mercês Balby e Maria Raimunda Campelo Santos.

**Figura 22** - À direita o prédio onde funcionou inicialmente a Escola Agrupada São Sebastião., rua Celso Magalhães, Viana – MA.



Fonte: IBGE (1960).

A imagem apresenta o prédio onde funcionou inicialmente, a Escola Agrupada São Sebastião, rua Celso Magalhães. Era uma casa estilo colonial com amplas janelas e um grande terraço. De acordo com Interlocutor 2V (2021) “[...] no prédio tinha muitos pés de ginja e laranja da terra. Tinha uma sala com bancos e um quadro. Era daqueles tijolinhos de dois furos. Tinha o poço e as professoras sempre nos apontando para não sair da sala. Elas eram preocupação pura conosco”.

As primeiras professoras dessa Escola foram Maria Antônia Gomes, Maria de Jesus Piedade Rodrigues, Santoca Gomes e Maria Celeste Carvalho Gomes, também formadas pela Escola Normal Rosa Castro. Vê-se a hegemonia da Escola Normal Rosa Castro da capital São Luís na formação das normalistas vianenses e o quanto essa instituição se fez presente na História da Educação do município por meio da formação das primeiras normalistas.

Nos anos de 1950, houve um investimento em reformas e construções de escolas rurais no estado do Maranhão, no caso do município de Viana, apenas uma escola recebeu recursos estatais para construção do seu prédio anteriormente, construído de taipa com cobertura de palha. A escola era localizada na comunidade de Piraí, zona rural do município. Já a zona urbana do município de Viana recebeu, nesse período, muitos investimentos do poder público por meio da criação de escolas e da abertura de espaços de escolarização, voltados também para adultos. Percebe-se, no entanto, que na zona rural, as iniciativas continuavam a ser de agentes locais preocupados com a falta de iniciativa dos governos municipal e estadual. É oportuno esclarecer aqui que, a política de intensificação da escolarização no meio rural no Maranhão na época,

priorizava localidades com amplo potencial de eleitores ou com grupos políticos mais articulados com o Partido Social Trabalhista, partido ao qual o governador era filiado.

Após ampla reforma, a Escola Rural de Pirai foi toda construída em alvenaria e ficou estruturada com duas (02) salas de aula e uma sala da direção. Contava com a presença de duas professoras em turmas agrupadas, funcionando com uma sala no período matutino, com duas turmas e no período noturno, com uma turma de alfabetização. A figura 23 apresenta a imagem do prédio da escola depois da reforma ocorrida no ano de 1954, realizada pelo governador Eugênio Barros.

**Figura 23** - Imagem da Escola Rural de Pirai: Viana, MA.



Fonte: SEMED (2020)

A escola rural Pirai, apresentada na figura 23 funcionava num prédio de adobe com duas salas, construído em parceria com o governo do estado para abrigar as crianças de um barracão em péssimo estado e que “[...] parecia chiqueiro de bode no meio do mato. Aí foi nos dado um com monte de janela e ventilado neste interior de Viana calorento [...]” (INTERLOCUTOR 2V, 2021). A escola possuía uma área de convivência na entrada e uma diretoria, porém não possuía cozinha e nem dependências administrativas. “[...] A belezura estava somente na faixa. Lá dentro as salas eram grandes. Mas era só salas e mais nada [...]” (INTERLOCUTOR 1V, 2021). Os depoimentos destacam a construção de obras sem um projeto arquitetônico e sem a preocupação em unir estrutura física a desenvolvimento pedagógico, como marca da expansão da educação rural do Estado do Maranhão, particularmente, na primeira metade do século XX (NASCIMENTO, 2010).

Entre os anos de 1950 e 1960, foram instaladas instituições de ensino em Viana, por

professoras que atuavam no Grupo Escolar Estevam Carvalho. Destacam -se o “Colégio Zilda Dias Guimarães” de propriedade da professora Zilda, uma alfabetizadora do Grupo Escolar Estevam Carvalho, que passou a ministrar em sua residência no turno vespertino aulas para a primeira e segunda série do ensino primário, tendo sido ela, por muitas décadas, certificadora de progressão de aprendizagem de alunos. Atendia uma clientela vista como mais abastada, da qual os pais não desejavam que tivessem uma educação vista por eles como distinta daquela ofertada pelo grupo escolar e pelas demais instituições educativas públicas. Mais adiante, na década de 1970, com o crescimento de seu colégio, a professora Zilda implantou o curso secundário e a Escola Normal, transformando-o em uma referência de educação e seriedade na região.

Concorria com a professora Zilda Dias Guimarães, a professora Edith Nair que também possuía em sua residência uma escola com modelo similar de funcionamento e o mesmo público, porém com uma quantidade menor de alunos, por não ter espaço para abrigá-los em sua sala de poucos metros (VIANA, 1996).

Na década de 1960, a sociedade civil, cria a Associação Vianense de Estudantes (AVE), entidade criada para congregar o grande número de jovens vianenses que estudavam em São Luís. A entidade, além de lutar em prol das pautas voltadas ao direito à educação por parte da juventude do município, se organizava para garantir o pleno funcionamento de instituições educativas para todos, desde a infância empobrecida. Muitos dos estudantes que participavam desse movimento aprendiam saberes sobre as lutas sociais travadas na capital do estado e delas se apropriavam, transformando-as em pautas locais.

Antes da implantação de escolas confessionais, por parte dos missionários italianos do Sagrado Coração de Jesus e das Missionárias Canadenses da Ordem das Irmãs da Anunciação da Santa Virgem, foram essas as iniciativas de escolarização desenvolvidas no município. Diante disso, mapeamos diversas iniciativas e formas escolares, acentuando-se que não houve tanta diferença em relação ao que ocorreu no restante do estado do Maranhão, porém o que ocorre em Viana, distintamente do que ocorreu nas demais localidades investigadas, foi a supervalorização da implantação de escolas no centro urbano em detrimento dos espaços rurais.

Ressaltamos, portanto, a importância das mulheres nos diversos processos de reprodução cultural por meio da educação, ainda escondidos pelas metanarrativas, porém presentes na memória social daquele povo, burlando as imposições e dicotomias fundantes da sociedade patriarcal e de classe por meio de potenciais resistências à ausência do poder público e a sua forma patrimonialista de priorizar as suas pautas educacionais para o interior maranhense.

## 2.2.4 Peri-Mirim e suas escolas: da precariedade das escolas primárias rurais e urbanas a monumentalidade arquitetônica do Grupo Escolar Carneiro de Freitas

No final do século XIX, Peri-Mirim era conhecido como Macapá, pertencia à comarca de São Bento dos Perizes e a sua população era constituída de aproximadamente cem pessoas. No entanto, nesse período, o povoamento encontrava-se em processo de expansão da população, tendo em vista, advirem muitos moradores de lugares limítrofes que, atraídos pelas riquezas das terras, e a existência de ótimas pastagens, deslocaram-se para Macapá, fixando residência e construindo suas moradas.

No que diz respeito à instrução pública primária, foi possível localizar apenas uma ação de criação de uma cadeira de instrução primária para o Povoado Macapá, durante o século XIX, mais especificamente, no ano de 1870, por meio da Lei nº 891 de 8 de julho. A lei foi sancionada pelo vice-presidente da província do Maranhão, o senhor José da Silva Maya (MARANHÃO, 1870).

Em 1919, o Povoado de Macapá foi elevado à categoria de município, com o nome de Peri-Mirim, suprimido em 1931 e restabelecido em 1935, como área desmembrada do município de São Bento dos Perizes. No entanto, nesse período, não foi implantada nenhuma escola pelo poder público para funcionamento na localidade. Essa situação acaba explicando, por um lado, a existência de algumas escolas de primeiras letras funcionarem em ambiente doméstico, e por outro, o fato de crianças e jovens irem estudar em Pinheiro e São Bento, devido a precariedade escolar desse município.

Não muito diferente da realidade dos municípios localizados no interior do Maranhão, na primeira metade do século XX, o campo educacional de Peri-Mirim era constituído de um conjunto de escolas isoladas em condições de precariedade, tanto física quanto pedagógica, com professores (as) leigos (as)<sup>39</sup> e instaladas em espaços nada condizentes com as exigências educacionais.

Em 1932, o município cria um estabelecimento com o nome de Escola Mista de Macapá e teve como primeiras diretoras, as professoras Nairdes Rosa Miranda e Elza Ramos Soares, as quais deram os primeiros passos na organização da escola. De acordo com Soares (2016), as escolas mistas eram aquelas designadas aos modelos e espaços educativos em que, pelo menos do ponto de vista organizativo, não era levado em conta o sexo (gênero) do educando ou

---

<sup>39</sup> Professor(a) Leigo (a) é, de modo geral, empregado para designar os que trabalham sem a formação mínima exigida, considerando-se que na primeira metade do século XX, a exigência era que os (as) docentes possuísem o diploma do Curso Normal (MOTTA, 2012).

educanda.

Dois anos depois, em 1934, a referida escola recebeu o nome de Escola Reunida de Macapá, permanecendo com a mesma administração. Convém esclarecer aqui que, as escolas reunidas se inserem nesse contexto, sendo uma instituição criada pelos governos estaduais, com intuito de atender o maior número de crianças em um único prédio, resolvendo um dos problemas do ensino primário brasileiro. Constituem-se em um modelo de instituição escolar que segue os moldes da escola graduada (SANTOS, 2013). Em 1938, essa escola recebeu uma nova nomenclatura, passando a ser chamada de Escola Coronel “Carneiro de Freitas”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CARNEIRO DE FREITAS, 2016). Como o município de Peri-Mirim era pequeno e não dispunha de muitos espaços físicos com condições de sala de aula, as escolas municipais se agrupavam todas em um só lugar, uma vez que a única escola a ter um prédio era a “Carneiro de Freitas”, espaço doado e construído por moradores do lugar, não identificados.

No início da década de 1940 havia em Peri-Mirim dez (10) escolas, todas na condição de isoladas, conforme mostra o Quadro 7.

**Quadro 7** - Escolas Isoladas de Peri-Mirim 1940-1950.

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Área</b>
Escola de Djalma Brito	Povoado Bugical	Zona rural
Escola do Professor José Antônio Marques	Povoado Feijoal	Zona rural
Escola do Povoado Serra	Povoado Serra	Zona rural
Escola do Professor Raimundo de Dotéia	Povoado Mucura	Zona rural
Escolinha Tia Rosa	Povoado Carnaúba	Zona rural
Escola de Dona Santinha	Centro da cidade	Centro Urbano
Escolinha Silva Júnior	Bairro do Portinho	Centro Urbano
Escola de Dona Maria Rosa Gomes	Povoado Santana dos Nunes	Zona rural
Escola Povoado Jaburu	Povoado Jaburu	Zona rural
Escola São Domingos Sávio	Centro da Cidade	Centro Urbano
Escola Urbana Santos	Povoado Pericumã	Zona rural

Fonte: Elaborado pelo autor.

As escolas isoladas em Peri-Mirim, como é possível observarmos pelo quadro 6 receberam os nomes dos seus regentes. Embora muitas destas escolas fossem particulares, como era o caso da Dona Santinha e Silva Júnior, algumas delas eram subvencionadas pelo estado do Maranhão, como no caso das escolas José Antônio Marques e Djalma Brito. Essas escolas atendiam ambos os sexos, exceto a Escola do Prof. Raimundo de Dotéia, direcionada para o sexo masculino. Já a escola São Domingos Sávio, situada na zona urbana do município de Peri-Mirim, possuía como regente o professor Erivelton Silva Melo e era a única a trabalhar com cursos de admissão de estudos para ingresso no ensino secundário.

Os cursos de admissão eram preparatórios para o exame de admissão de estudos para ingresso no ensino secundário. Esse mecanismo foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei nº 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de 8 anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos. O exame era constituído por provas escritas de Português e Aritmética, bem como, de provas orais, dessas disciplinas e de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais. As regras e programas eram definidos pelo Departamento Nacional de Ensino (ABREU, 2012). Sobre os processos de admissão, pode-se declarar que são instrumentos que reproduzem formas de distinção em relação a apropriação do capital cultural legitimado e explicitam as dualidades inerentes a exclusão naturalizada nos sistemas escolares. Esses exames eram instrumentos de uma política estatal de seleção de indivíduos para uma opção diferenciada de inserção social e reprodução de desigualdades. Era um rito social de confirmação das posições de poder e conformação dos agentes às estruturas sociais de estratificação (BOURDIEU, 2002).

As maiores dificuldades se assentavam na falta de condições estruturais das escolas, essencialmente, dos seus docentes, que além de não possuírem vínculo empregatício, recebiam baixíssimas remunerações oriundas de taxas muito baixas pagas pelos pais que serviam não só para o pagamento dos salários, mas também para a manutenção do funcionamento da escola.

Embora essas escolas oferecessem condições precárias à população, elas eram as únicas, visto que, o poder político da burocracia estatal não se preocupava demasiadamente com as questões de desenvolvimento educacional desse município, apesar do discurso de otimismo pedagógico e entusiasmo educacional presentes na época. Conforme dito anteriormente constatamos uma distância expressiva entre aquilo que era propalado, especialmente, nas campanhas eleitorais e a efetivação de uma política educacional com equidade e acesso a todos.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas por essas escolas, elas estão presentes no imaginário coletivo social como grandes colaboradoras para o município de Peri-Mirim, além

de concorrerem com os estabelecimentos estatais.

Ainda nos anos de 1940, exatamente em 1948, a Escola Coronel “Carneiro de Freitas” passou a se chamar Escola Reunida “Coronel Carneiro de Freitas”. Com os avanços e o progresso do município de Peri-Mirim na política local, em 1952 foram construídos prédios municipais, então, as escolas que ali se aglomeravam, foram removidas. Com essa alteração, a referida escola reunida foi elevada a Grupo Escolar, por meio do Decreto n. 11 de janeiro de 1952 na administração do senhor Eugênio Barros, na ocasião governador do Maranhão, passando a receber o nome de Grupo Escolar “Carneiro de Freitas”. O quadro de docentes desse grupo escolar era constituído pelas professoras Maria Lucinda Campos, Maria Isabel Souza Guimarães, Maria Isabel Veloso e Náisa Amorim. Depois de concursadas, essas professoras passaram a ter uma vida social mais ativa. Assim, “[...] eram convidadas para reuniões políticas, comícios, aniversário de prefeito, bem como nomeadas para presidentes e fiscais de mesa eleitoral. Na Igreja de São Sebastião, sempre assumiam a função de catequistas [...]” (ALCAP, 2020).

Nesse período ainda funcionava no município uma escola de caráter particular com oferta de aulas de primeiras letras, denominado Colégio Particular de Alfabetização, o qual tinha como regente, a normalista Antônia Barbosa. Contudo, seu funcionamento durou apenas dois anos, pois em razão do preço de suas mensalidades, esse colégio era visto como inacessível para aquela população. Com isso, “[...] os alunos com condições menos desfavoráveis também procuravam o Carneiro de Freitas para estudarem.” (INTERLOCUTOR *IP*, 2021).

O Grupo Escolar “Carneiro de Freitas” foi o primeiro nessa modalidade de ensino, a ser instalado na cidade de Peri-Mirim e como as demais instituições escolares implantadas no início da República, assegurava um *status* de modernidade, progresso e desenvolvimento. A figura 24 apresenta uma fotografia do Grupo Escolar no ano de 1950, como se pode notar.

**Figura 24** - Fachada do Grupo Escolar Carneiro de Freitas em Peri-Mirim-MA.



Fonte: IBGE (1952).

A fotografia da fachada do Grupo Escolar “Carneiro de Freitas”, no ano de sua inauguração em 1952, permite entrever que este estabelecimento de ensino estava situado em frente a uma praça da cidade de Peri-Mirim, no caso, a Praça São Sebastião e, também, ao lado do prédio da Prefeitura Municipal. De acordo com Interlocutor 2P (2021): “O referido prédio era considerado pelos moradores, o cartão postal da cidade pela beleza, monumentalidade e grandiosidade. Era um prédio charmoso e abrigava professores brilhantes [...]”. Dessa forma, o depoimento reforça a importância dada ao simbolismo que a presença dos Grupos Escolares representava nas cidades do interior do país, na condição de espaços que refletiam o discurso muitas vezes não atendido de modernização do país e de seu processo de desenvolvimento.

De acordo com Frago e Escolano (2001), a ideia de escola graduada tratava de um tipo de organização que implicava não somente na estruturação de espaços físicos e organicamente pensados, mas, sobretudo na implantação de novos tempos escolares, cultura escolar e formas de sociabilidade.

Este grupo escolar foi reformado teve a sua fachada transformada por um estilo visto como “mais moderno” no ano de 1975, pelo governador Nunes Freire (1975 a 1979). A figura 25 mostra uma imagem do prédio após a reforma.

**Figura 25** - Fachada do Grupo Escolar “Carneiro de Freitas” em Peri-Mirim-MA no ano de 1975.



Fonte: ALCAP (2020).

A imagem possibilita observar que com a reforma, a fachada do Grupo Escolar “Carneiro de Freitas” foi bem modificada. Na fotografia, onde aparecem os membros do governo do Maranhão que vieram acompanhar a obra e estão na porta de entrada do estabelecimento em frente a um automóvel fusca da marca *Volkswagen*, que certamente, deve ter sido usado como meio de transporte para trazê-los até o Grupo Escolar, fica evidente que a instituição passou a ser murada, com um muro construído bem alto, que chegava quase próximo ao telhado. Além disso, esse muro apresentava-se dividido em duas partes, uma construída com tijolos vazados e outra com tijolos mais comuns, rebocado com cimento e pintado em duas cores.

Como no período, em municípios da Baixada Ocidental Maranhense muitos estabelecimentos eram criados pelo poder público municipal como resposta a um certo abandono do governo estadual. O esquecimento do município de Peri-Mirim fez com que na década de 1960, a localidade recebesse mais uma escola graduada, pois as precárias condições educacionais, obrigavam o executivo municipal a investir na construção de prédios escolares. Antes de serem construídos, funcionavam em espaços alugados, tendo em vista a pressão para a criação e funcionamento muitas vezes, chegando em determinadas situações a obrigarem os prefeitos a inaugurarem estabelecimentos de ensino sem prédios e, conseqüentemente, sem as mínimas condições.

Assim, em 1965, outro grupo escolar foi instalado em Peri-Mirim, quando o então prefeito da época, atendendo o clamor da comunidade local sanciona a lei nº 06 do mesmo ano, que determinava: “Art. 1º É criado um Grupo Escolar Municipal. Os seus funcionários serão

designados pelo Diretor da Educação e Cultura. Este funcionará em prédio adaptado e com um ano será construída a sua sede definitiva. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.” (CAMARA MUNICIPAL DE PERIMIRIM apud PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PERI-MIRIM-MA, 2016).

Como no ano de sua criação, “[...] este estabelecimento não possuía prédio próprio, utilizava algumas salas do Grupo Escolar Carneiro de Freitas, no turno vespertino, sob o nome de escolas municipais reunidas.” (PERI-MIRIM, 1997). O primeiro concurso para professor deste novo grupo escolar veio a ocorrer já na gestão do prefeito Agripino Marques (1965 a 1969) que previa que quem fosse aprovado em 1º lugar iria ser professor do estabelecimento. O Grupo Escolar recebeu o nome de Cecília Botão<sup>40</sup>, em homenagem a uma professora da localidade. Em Peri-Mirim, Cecília foi um “[...] pouco de tudo: professora, advogada, médica, parteira, conselheira e tantas outras atividades [...]” (PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA ESCOLA CECILIA BOTÃO, 2011, p. 9), as diversas facetas que as mulheres são obrigadas a liderar, os espaços que precisam ocupar, muitas vezes como forma de resistência política e por meio de suas atuações a estrutura social se movimenta.

No ano de 1966, o Grupo Escolar Municipal Cecília Botão, ganhou prédio próprio, com a fachada bem parecida com os demais grupos escolares, inclusive com uma arquitetura semelhante ao Grupo Escolar Estadual Carneiro de Freitas, ambos constituídos de oito (8) salas de aula, um (1) pátio descoberto e (1) uma área administrativa, composta de direção e secretaria., conforme pode-se observar na figura abaixo.

---

<sup>40</sup> A professora Cecília Botão formou-se em Normalista, curso máximo do magistério na época na Escola Normal Rosa Castro, na capital São Luís. Como as dificuldades de trabalho no Estado eram grandes, só foi possível conseguir sua nomeação como Professora Normalista para o Município de Peri-Mirim. Chegou a Peri-Mirim em 1930, aos 18 anos, normalista, nomeada para licenciar no Grupo Escolar Carneiro de Freitas, que dirigiu e ensinou gerações até 1970 [...] A verdade é que ela adotou Peri-Mirim como sua, pelo amor que passou a lhe ter. E sempre dizia: “São Luís não me quis, mandou-me embora aos 18 anos, numa idade tão bonita para uma jovem! Esta cidade, Peri-Mirim, me acolheu e aqui sou feliz!” (ALCAP, 2020).

**Figura 26** - Fotografia do Grupo Escolar Municipal Cecília Botão.



Fonte: Arquivo Pessoal

A imagem de uma das laterais do Grupo Escolar Cecília Botão do ano de 1966 possibilita observar a estrutura comum aos grupos escolares, com suas janelas com pouco contato com as áreas externas da escola. Apesar de não aparecer na fotografia destacada, as salas de aula eram distribuídas de forma a permitir o maior controle por parte da direção que ficava instalada em uma área posicionada em frente a todos os espaços da instituição, promovendo uma vigilância sobre alunos e funcionários.

O Grupo Escolar Municipal Cecília Botão voltou-se especificamente para as aulas de alfabetização, assim funcionava apenas com os dois primeiros anos do ensino primário e contava com quatro (04) professoras, admitidas sob forma de processo seletivo e de uma diretora. De acordo com Interlocutor 3P (2021), nesse grupo escolar

Eles eram mais arcaicos, não usavam nenhum recurso didático, copiavam e usavam as salas de aula do nosso Carneiro de Freitas. Usavam coisas de nossa escola e nos copiavam. Tolhiam toda liberdade dos alunos. Eram umas maquininhas de ensinar. Apenas reproduziam os ditados e cópia de matéria que lhe eram repassadas.

É certo que, estes dois grupos escolares eram considerados pela população de Perim os espaços que produziam resultados na educação primária e em comparação com as escolas primárias localizadas no município, ofereciam melhores condições pedagógicas e estruturais. Conforme assinala Faria Filho (2000), os grupos escolares que passaram a ser construídos em regiões centrais e pontos estratégicos eram considerados palácios da modernidade: pensados como lócus próprio da cultura escolar, eram vistos como instrumentos de progresso e mudança. Por outro lado, as escolas isoladas eram tidas como símbolo do

passado e da miséria, já que funcionavam em pardieiros, locais inadequados e sem o material pedagógico necessário (FARIA FILHO, 2000).

#### 2.2.5 A constituição do campo escolar de Bequimão - MA: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Municipal Estado Minas Gerais

O distrito de Santo Antônio e Almas (atual município de Bequimão), pertencente a Alcântara, no século XIX, apresentava na instrução primária pública características comuns, a outras localidades situadas no interior do Maranhão.

Embora o Livro de Ordens 1338 (APEM), em 15 de junho de 1829, registrasse o primeiro edital de concurso público da Província do Maranhão para o cargo de professor e previsse também a criação de cadeiras nas localidades de Santo Antônio das Almas, São João de Cortes e São Vicente Ferrer, no Termo de Alcântara, e nas vilas de São Bernardo e Tutoia (ORLANDA, 2016), o que se observa é que a primeira iniciativa de escolarização subsidiada pelo poder público, realizada em Santo Antônio de Almas ocorreu apenas no final do século XIX, por meio da Lei n.º 1.236 de 02 de maio de 1881 que criou (14) quatorze escolas de primeiras letras, dentre elas, a dessa referida localidade.

Porém, a ausência do poder público na criação de escolas adentrou o século XX, obrigando as demais localidades pertencentes a Alcântara a abrirem suas próprias escolas isoladas e a desenvolverem suas ações sem o aparato e apoio estatal. Nessas circunstâncias, foram os professores, presentes nas fazendas, responsáveis por ministrar aulas para os filhos dos empregados e ex-escravizados que entram em ação nessas localidades (BARRIOL, 2012).

Contudo, a emancipação de Santo Antônio das Almas, em 1923, e a criação do município de Godofredo Viana, nome dado em homenagem ao então governador do estado do Maranhão, e posteriormente, alterado para Bequimão, em 1930, acabou impondo a necessidade de criação de escolas na localidade. Isso ocorre por consequência do crescimento do município e da necessidade de formação educacional e cultural da população, pois, aproximadamente 90% eram analfabetos e entre os habitantes em idade escolar, 70% estava fora da escola (IBGE, 1940).

Assim, na primeira metade do século XX, outras escolas isoladas foram criadas pela iniciativa privada e figuravam na realidade local ainda como as únicas possibilidades de escolarização da população de Bequimão. Entre as décadas de 1940 e 1950, existiam as seguintes escolas isoladas em Bequimão:

**Quadro 8** - Escolas Isoladas de Bequimão nas décadas de 1940 e 1950.

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Área</b>
Escola da professora Amália Macedo	Povoado Juraraitá	Zona rural <sup>41</sup>
Escola Marajá	Povoado Marajá	Zona rural
Escola do Pericumã	Povoado Pericumã	Zona rural
Escola do Quindiuá	Povoado Quindiuá	Zona rural
Escola da Fazenda Ariquipá	Povoado Fazenda Ariquipá	Zona rural
Colégio de Alfabetização	Centro	Zona Urbana

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observarmos por meio do quadro 7 que as escolas isoladas em Bequimão receberam os nomes dos próprios povoados, aos quais pertenciam. A maioria dessas escolas estavam localizadas na zona rural, especificamente, em áreas quilombolas, exceto o Colégio de Alfabetização, localizado no centro da cidade de Bequimão. O Colégio possuía divisão em salas, de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos, diferentemente das demais escolas, o que se dava, particularmente, devido a sua estrutura física. Em todas essas escolas eram cobradas taxas para a manutenção, limitando-as àqueles que possuíam famílias com condições mínimas para pagar pelos estudos.

A Escola da Fazenda Ariquipá, situada no Povoado da Fazenda de mesmo nome, funcionava em uma comunidade quilombola. Na Escola havia uma sala de alfabetização de crianças no turno matutino. Era a única escola do lugar. A senhora Antônia Soares juntamente com o seu esposo Raimundo Magalhães Ramalho que no ano de 1943, chegaram ao Povoado Fazenda Ariquipá, foram os responsáveis por implantar esse espaço escolar de primeiras letras. A escola atendia ambos os sexos e os/as alunos/as eram crianças pretas, netos/as e bisnetos/as de escravizados oriundos daquela localidade, os quais não teriam tido outra oportunidade de estudar se não fosse por meio dessa iniciativa. A senhora Antônia Soares, chegou à Fazenda Ariquipá para cuidar da propriedade rural de um primo do seu esposo, chamado Augustinho Ramalho, que possuía muitos negócios e resolveu vender a fazenda para o seu pai. Foi nesse lugar que o casal viveu junto por 65 anos. Lá, o patriarca também começou a exercer seu espírito de liderança, o que o levou, mais tarde, a se tornar prefeito de Bequimão, por duas vezes, e presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

<sup>41</sup> Utilizamos o termo zona em virtude de constar nos documentos oficiais da SEMED. No entanto, sociologicamente é um termo em desuso sendo utilizado atualmente a terminologia áreas urbanas e rurais.

Ainda é importante destacar que as crianças que estudavam com a senhora Antônia Soares, na Escola da Fazenda Ariquipá, “[...] eram as mesmas que participavam do festejo do Divino Espírito Santo, são as caixeiras velhas de hoje em dia. Ela entendeu de toda a nossa cultura e a usou em prol da alfabetização desse povo de quilombo.” (PESSOA, 2012, p. 11).

Era uma característica comum a presença de um único professor nessas escolas isoladas, como era o caso da professora Antônia Soares, na Escola da Fazenda Ariquipá, como apontam Faria Filho (2000) e Souza (1998), entre as principais características das escolas isoladas consiste o fato de que havia um só professor para atender a vários alunos, reunidos em uma única classe, cursando distintas séries e em diferentes níveis de aprendizagem, modelo herdado do período colonial.

O município de Bequimão teve uma escola reunida, denominada Presidente Getúlio Vargas, apenas em 1933. A escola recebeu essa denominação em homenagem ao presidente do país, em vigor no período. A escola reunida foi criada “[...] na gestão do interventor indicado por Getúlio Vargas, o senhor Clodomir Cardoso (1933-1933), que acreditava ser este o tipo de estabelecimento era mais condizente com a luta pelo fim do analfabetismo [...]” (SEMED BEQUIMÃO, 2012, p. 12). Essa escola veio agrupar todas as escolas isoladas, presentes no município, que a partir de então, deveriam ser excluídas. De acordo com Motta (2008), os prefeitos e políticos locais com interesses nos municípios buscavam essa modalidade de instituição escolar por compreender que as escolas eram modernas e que assim, poderiam contribuir no combate às altas taxas de analfabetismo existentes no Maranhão, na primeira metade do século XX e, ao mesmo tempo, impulsionar a educação pública primária. Embora os grupos escolares, já espalhados pelo interior do Maranhão, serem considerados na época como a melhor opção para a superação do atraso educacional do Estado.

É fato que, na Baixada Ocidental Maranhense, outros municípios já possuíam grupos escolares e muitos bequimãoenses desejavam ter pelo menos uma escola dessa modalidade para se sentirem pertencente ao rol de municípios que estavam em modernização. Assim, em 1945, essa escola reunida foi transformada em Grupo Escolar Estado de Minas Gerais, durante o governo do interventor nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, Clodomir Cardoso (1945-1945), com a elevação a modalidade de grupo escolar, o estabelecimento ganhou uma ampliação, passando de quatro (4) salas de aula para oito (8), além disso, foi construída uma área coberta para convivência e outros espaços para a realização das atividades administrativo-burocráticas da instituição.

Apesar de ter sido criado pela administração municipal, este Grupo Escolar apropriou-se do modelo construído pelo poder estadual e mantinha os dispositivos arquitetônicos de

controle e vigilância afins ao projeto de escolarização republicano. O nome atribuído reproduzia uma política condizente ao momento histórico de uso do nacionalismo em todas as suas dimensões, sobretudo, linguístico-discursiva, transmutando-se em signos e símbolos políticos do estado-nação. Dessa forma, na perspectiva de Bourdieu (1989), essas características transformaram o *locus* em um espaço simbólico (local de socialização), onde são realizadas trocas entre os agentes, os quais por meio disso, desenvolvem as identidades que permitem perceber as diferenças e as posições sociais.

A criação do Grupo Escolar Minas Gerais representou a condução de uma política pública educacional que inseria Bequimão no cerne dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Logo, o grupo escolar, diferente das escolas isoladas e reunidas que sofriam com a desvalorização, era valorizado e representava no município aquilo que Rossi (2017, p. 317) denominou de “[...] materialização do que se poderia entender por modernidade no campo educacional.”

A instrução pública que se organizava na primeira metade do século XX na Baixada Ocidental Maranhense, atendia aos interesses da sociedade capitalista que impunha um discurso pouco efetivado de modernização da educação e dos grupos dominantes locais e suas oligarquias, e, ao mesmo tempo, fazia parte do projeto nacional de educação republicano. Era a dinâmica do apadrinhamento e das alianças políticas que determinava a prioridade dos investimentos educacionais para a formação de seus agentes e marcava igualmente as condições concretas da temporalidade e da dinâmica espacial em que se concretizavam.

Assim, em todos os municípios investigados constatamos iniciativas de escolarização orquestradas pelos agentes locais, em sua maioria localizadas na zona rural em estabelecimentos com poucas condições estruturais. Ademais, todos os municípios tiveram a presença de grupos escolares entendidos como símbolos de modernização e desenvolvimento na perspectiva ocidental de progresso.

Diante disso, apesar do crescimento do número de escolas e dos investimentos em prédios escolares, as condições escolares não alterariam os indicadores de analfabetismo e pobreza rapidamente. Apesar do crescente número de alunos matriculados nas escolas mistas, e nos grupos escolares não há dados de quantos alunos ficaram sem escolas.

A seguir, apresentaremos informações sobre a chegada e atuação dos (as) missionários (as) canadenses de Nicollet na Baixada Ocidental Maranhense, as motivações que propiciaram essa vinda, bem como, suas ações religiosas e assistencialistas desenvolvidas nesta microrregião do estado do Maranhão, nas décadas de 1950 e 1960.

### **3 A CHEGADA E ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS (AS) CANADENSES DE NICOLLET NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE E SUAS AÇÕES RELIGIOSAS E ASSISTENCIALISTAS**

Nesta seção, inicialmente, tratamos da presença das missões católicas que antecederam a chegada da Missão Canadense no Maranhão e de forma mais específica, na Baixada Ocidental Maranhense. Para em um segundo momento, focalizarmos na chegada da Missão Canadense na Baixada Ocidental Maranhense e o trabalho que esses missionários realizaram nos municípios em que se instalaram, com ênfase, sobretudo, nas ações religiosas e assistencialistas.

Para tanto, utilizamos neste capítulo também dos mesmos procedimentos da seção anterior, isto é, de fontes impressas (relatórios, regimentos e testemunhos), fontes iconográficas (fotografias) e fontes orais (depoimentos).

#### **3.1 As Missões Católicas que antecederam a chegada da Missão Canadense no Maranhão e na Baixada Ocidental**

A Igreja Católica esteve durante anos direcionada para as regiões compreendidas como mais vantajosas e desenvolvidas sob o ponto de vista socioeconômico e religioso (NERIS; SEIDL, 2015), inclusive, muitas vezes contribuiu também com práticas genocidas e etnocidas<sup>42</sup>, consequentemente, formas de dominação. No entanto, essa configuração passou a sofrer transformações nacional e internacionalmente, levando a Igreja Católica a expandir suas ações de maneira mais contínua para regiões mais empobrecidas do Brasil, principalmente, no final do século XIX, e se estendendo até o século XX. Além da perda gradativa de espaço em países europeus, a preocupação com o avanço dos protestantes, das religiões de matriz africana e a interpretação popular do catolicismo fizeram com que as atenções da Igreja Católica se voltassem para os países latino-americanos e desenvolvessem ferramentas para demarcação de seu território durante o século XX (AZZI, 1984).

As principais iniciativas desenvolvidas pela Igreja Católica foram direcionadas, especialmente, à infância e à juventude e vão desde a criação de estabelecimentos de ensino, educandários eclesiais, patronatos e conventos, ou seja, uma rede de instituições, com seus saberes e poderes voltados a barrarem o crescimento de outras religiões. Sobre o assunto, Santos

---

<sup>42</sup> Para Pierre Clastres (2019) o *etnocídio* é a negação do outro, dos seus saberes, suas formas de construção social da realidade, além de imposição de cosmovisões. Dessa forma, contribuindo com a lógica predatória do povo da mercadoria (KOPENAUA; ALBERT, 2015).

(2017, p. 19) registrou que,

Entre as principais reações da Igreja, estariam a criação de circunscrições eclesiais bem mais delimitadas e a utilização do trabalho missionário para barrar a adesão a novas denominações religiosas. A movimentação de subsídios para a Igreja latino-americana e brasileira foi favorecida pela criação de organizações do episcopado e de atuação pastoral que [...] modificaram o estado de isolamento de muitas circunscrições.

Sem dúvidas, a realidade histórica de colonialismo legou aos países da América Latina posições catastróficas, no que tange às condições de desigualdade e pobreza. A própria Igreja Católica serviu de aparelho ideológico para a legitimação da exploração do mercantilismo absolutismo europeu nas colônias. Assim, os povos latino-americanos foram vilipendiados de sua memória e identidade. Daí, surge a necessidade de um movimento contra-hegemônico que determinasse a defesa dos anseios dos empobrecidos no contexto da luta simbólica travada nas trincheiras do sagrado.

A estruturação das circunscrições eclesiais configurou novos espaços missionários, e permitiu ainda mais, a disseminação dos axiomas católicos no Brasil. Espaços onde a presença do protestantismo e das religiões de matriz africana, eram interpretados à luz de novas relações simbólicas, que apesar de sentirem a necessidade de aceitação das diferenças de credo, poderiam atrapalhar o catolicismo, sendo implantado com isso, um catolicismo popular, atrelado a realces superficiais de sincretismo.

De acordo com Pessoa (2013) e Boff (1973), o movimento das missões antecede ao Concílio Vaticano II, pois concatenava-se com as demandas sócio-históricas de fortalecimento da religião católica articulada a propostas de assistencialismo e educação ao empobrecidos.

Ao abordarmos o movimento de missões católicas internacionais no mundo, especificamente, em bolsões e rincões de pobreza, é preciso que façamos a devida relação com o Movimento de renovação e popularização da Igreja Católica. O movimento citado tinha como finalidade disseminar uma nova representação da instituição, focalizando em um discurso de proximidade com segmentos populares e com grupos excluídos socialmente. No entendimento de Pessoa (2013), fundou-se para isso, um conjunto de instituições assistenciais e educacionais, que articuladas a iniciativas religiosas, propagavam os princípios e fundamentos da teologia cristã.

Para Stephanou e Bastos (2004), as missões são iniciativas religiosas voltadas para a propagação dos símbolos do cristianismo entre populações e povos não cristãos<sup>43</sup>, tendo como

---

<sup>43</sup> Estes povos eram percebidos como constituídos de sinais de bestialidade e vislumbravam que o Deus mais poderoso que possuíam era o diabo (FEDERICI, 2019; HUME, 1998).

fio condutor os princípios do cristianismo. Nessa perspectiva e por meio de uma visão mais analítica e relacional, Montes (2012) aponta que as missões tentaram dar conta da dinâmica fragmentária da vida religiosa brasileira, combatendo dogmas e visões sincréticas por meio de iniciativas educativas de imposição dos axiomas católicos.

Desse modo, percebemos que as relações de poder e regimes de verdade permeiam as intenções das missões religiosas, que surgem na perspectiva de ressignificar a instituição igreja e orientar a conduta e o *habitus* dos indivíduos, pois as estratégias orquestradas pelas missões iniciavam com a inserção em comunidades estáveis com o objetivo “[...] de integrar com menor ou maior sucesso os princípios cristãos com a realidade de vida dos povos em que se implantam.” (PESSOA, 2013, p. 66). Diante disso, “[...] ultrapassam a esfera religiosa e assumem uma dimensão social, econômica, educativa, assistencial e muitas vezes, artística e cultural como meio de atingir seus objetivos de propagação do cristianismo.” (PESSOA, 2013, p. 66).

Nesse período, os leigos católicos estavam tomando consciência de sua posição dentro da igreja. As missões internacionais contribuiriam no sentido de esclarecer acerca dos princípios do catolicismo e, acima de tudo, fortaleceriam a sua representação social e poder simbólico por meio de ações assistenciais e educacionais. Assim, construiu-se uma representação sobre a Igreja Católica como um povo que “[...] na força do batismo, terão direitos iguais dentro desse povo.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLET, 1958, p. 12). Nesse sentido, as ações assistenciais, socioeducativas articuladas a processos de evangelização constituíam, para além de aspectos meramente filantrópicos e teocêntricos, processos intencionais carregados de motivações na forma de estratégias do catolicismo.

No caso do Maranhão, já a vinda das ordens e congregações na primeira metade do século XX teve o objetivo de tentar estabelecer um catolicismo renovado no interior do Estado, uma vez que os missionários faziam referência ao projeto de consolidação da Igreja. Tal concepção foi disseminada de maneira bastante descontínua em todo território maranhense, dado que, na primeira metade do século XX, ainda se vivenciavam condições materiais muito diferentes e desiguais em relação ao restante do país (ARAÚJO, 2012).

No que concerne aos indicadores voltados ao pertencimento religioso, temos no Maranhão o seguinte quadro, de acordo com dados do IBGE de 1950.

**Quadro 9** - Indicadores de pertencimento religioso no Maranhão no ano de 1950.

<b>Religião</b>	<b>População autodeclarada</b>
Católicos Romanos	290.110 habitantes
Protestantes	9.001 habitantes
Espíritas	900 habitantes
Ortodoxos	03 habitantes
Israelitas	1 habitante
Outras religiões	3.070 habitantes
Não possuem religião	30 habitantes

Fonte: IBGE (1950).

O quadro revela que no Maranhão temos um quantitativo expressivo de pessoas que se autodeclararam católicas e uma parcela substancial de protestantes. Julgamos que esses dados possuem relação com a interiorização da religião pelo Estado e, essencialmente, com o apelo a um *ethos* de prosperidade disseminado pelos valores do protestantismo. Outro dado que é importante destacarmos, relaciona-se a presença de muitos sujeitos que se autodeclararam pertencentes a *outras religiões*. Perante a isso, compreendemos que eles pertençam às religiões afro-brasileiras que naquele momento histórico eram demonizadas pelo proselitismo dos católicos. Faz-se necessário enfatizar que o proselitismo religioso enquanto um conjunto de ações voltadas a disseminação de crença religiosa e dos potenciais de benevolências dela decorrentes, sempre foi um instrumento eficiente para as religiões em território brasileiro. Historicamente, por meio desse processo, católicos convenceram indígenas e escravizados da necessidade de conversão a sua religião, concretizando com isso, etapas do projeto de poder voltado a colonialidade de crenças.

Possivelmente, a situação de comodidade de autodeclarar-se católico, assim como aparece no quadro 9, encontra-se na dinâmica sócio-histórica de sermos um país historicamente marcado pela influência da religião católica, que por meio de um conjunto de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e incontrastadamente hegemônicas por toda a História do país definiu de modo coerente os limites e as interseções entre a vida pública e a vida privada, recuperando com isso, seus laços privilegiados com o poder público (MONTES, 2012).

Porém, nada explica a expressiva quantidade de autodeclarados católicos e o esvaziamento da vida litúrgica, do pagamento de dízimos e da participação nos rituais da igreja. A esse respeito, em entrevista Cardoso (2012) relatou “[...] lembro-me que o padre na época perguntava cadê os fiéis na missa dos domingos, dizia também o leilão da festa do padroeiro estava abandonado. Pouca criança no catecismo e na aula de crisma. Nada explicava isso”.

As metas da Igreja Católica incluíam a participação da instituição na comunidade, bem como a popularização dos ritos e da vida religiosa em sua totalidade, preocupação presente desde as discussões dos antecedentes do Concílio Vaticano II.

Em relação ao Maranhão, Prado (2012) e Pessoa (2013) afirmam que anteriormente ao Concílio Vaticano II<sup>44</sup> e em resposta às mudanças de estratégias da Igreja Católica para aumento dos fiéis, o território maranhense foi marcado pela presença de ordens católicas com o tráfego de missões que se estabeleceram na perspectiva de trazer as mudanças previamente pensadas pela cúpula da igreja e, posteriormente, no referido concílio com base no documento orientador de todas as dioceses e paróquias.

No ano de 1950, o episcopado maranhense era formado pelos seguintes nomes: Adolfo Luís Bossi, OFM Cap. (Prelado de Grajaú); Dom Alfonso Maria Ungarelli, MSC (Prelado de Pinheiro); Dom Antônio Batista Fragoso (bispo auxiliar de São Luís que não enviou seu “voto”); Dom Frei Cesário Alexandre Minali, OFM Cap. (Bispo de Carolina); Dom Diogo Parodi, FSCJ (Prelado de Balsas); Dom Frei Emiliano José Lonati, OFM Cap. (Prelado de Grajaú); Dom José de Medeiros Delgado (Arcebispo de São Luís); Dom Luís Gonzaga da Cunha Marelim (Bispo de Caxias).

A presença de Dom Afonso Maria Ungarelli trouxe uma repercussão muito positiva para os fiéis da Baixada Ocidental Maranhense como destaca Cardoso (2012), em um trecho de sua entrevista, “[...] o bispo representou a nossa prelazia e lembro que ele disse em uma das reuniões que a igreja teria que mudar um pouco daqui para frente e conformar-se aos novos tempos”. Estes “novos tempos” seriam as mudanças que se dariam no *modus operandis* da Igreja em relação aos fiéis, a revisão de posições elitistas e a popularização como estratégia de fortalecimento de sua representação junto aos empobrecidos e, conseqüentemente, o aumento do número de fiéis. Uma das propostas mais aceitas nesse processo foi a proposta de Ação Católica para evangelização encabeçada pelos fiéis leigos orientados pelo clero.

Para perseguir esses objetivos a Ação Católica foi dividida em 4 setores principais: ao ramo masculino correspondia então as Mulheres da Ação Católica; à juventude Católica Feminina equivalia a Juventude Masculina Católica atingindo frentes estratégicas (NERIS, 2014).

Dom Alfonso Maria Ungarelli trouxe para as discussões que antecederam o Concílio e

---

<sup>44</sup> O período de preparação do Concílio Vaticano II, também conhecido como “Antecedentes do Concílio Vaticano II”, favoreceu as iniciativas que buscavam uma estrutura eclesial mais adequada ao diálogo com o mundo moderno do que a paróquia. Nesse contexto, as “pequenas comunidades” pareciam ser o meio mais favorável à participação leiga na Igreja e a sua influência na sociedade urbana e industrial (BOFF, 1973).

mesmo para o evento, propostas que corroboraram com algumas iniciativas pastorais em curso no Brasil, em certo sentido, essa proposta diferenciava-se da prática conhecida dos leigos da Ação Católica: a formação de “catequistas colaboradores”, ou “agentes de pastoral” (SANTOS, 2015). Havia também a necessidade de formação de padres avessos às coisas civis, destoando da proposta de atuação na vida pública como forma de ocupação dos espaços de poder, algo já propalado pelos ideais do concílio. A preocupação estava na dinâmica tão presente na vida religiosa maranhense (não tão diferente do restante do país e mesmo da América Latina) de que os religiosos, conforme revelou em entrevista Cardoso (2012) “metiam-se em todos os problemas da cidade, tipo dando pitaco nas coisas que nem sempre eram da igreja. Dom Afonso gostava tudo no seu quadrado.” Daí percebe-se certo conservadorismo na forma de atuação e organização das estruturas eclesiais, porém concordava-se apesar da concordância de que o combate à pobreza e a fixação das pessoas nas cidades em combate ao êxodo rural, os investimentos em educação confessional e a formação de padres e freiras eram necessidades urgentes para o fortalecimento da igreja.

Dom Afonso Maria Ungarelli elaborou uma carta de intenções enviada à Pontifícia Comissão Antepreparatória do Concílio Vaticano II, trazendo um diagnóstico do campo religioso e seus desafios.

No Norte do Brasil, como também em muitas outras regiões de toda a América Latina, as paróquias têm imensas dimensões, de modo que o pároco (mesmo se fizer uso –o que nem sempre acontece, antes, raramente ocorre –da ajuda de vigários cooperadores) tem mínimas condições de cumprir suas obrigações pastorais [...]. As consequências são tristíssimas. 1. Nas famílias da zona rural, no momento presente, as crianças em geral não recebem nenhuma catequese. [...] 3. Todos os sacramentos são inteiramente negligenciados, com exceção do batismo. [...] 4. Enquanto isso, [...] muitos dão ouvido a pastores protestantes e a pregadores espíritas que discorrem com ardor e veemência sobre religião [...]. 5. Por conseguinte, é gravíssimo o perigo de perversão do povo cristão, que, privado de todo auxílio espiritual, leva a vida desordenadamente como um rebanho sem pastor [...]. (ADA, 1961, p. 286-290).

Os problemas enfatizados na carta, por Dom Afonso Maria Ungarelli, eram certamente baseados na realidade da Baixada Ocidental Maranhense, considerando-se que uma das exigências do Concílio Vaticano II era o reconhecimento da dinâmica socioespacial e histórica dos bispos em suas formulações. Inicialmente, observa-se que um dos problemas enfatizados diz respeito à ausência de catequese para as crianças, o que se reflete como falta de uma “política” de formação de corpos e mentes infantis, preparando desde muito cedo, agentes que poderiam ser futuros religiosos.

É certo que, Dom Afonso Maria Ungarelli (1946-1975) foi um dos bispos mais atuantes

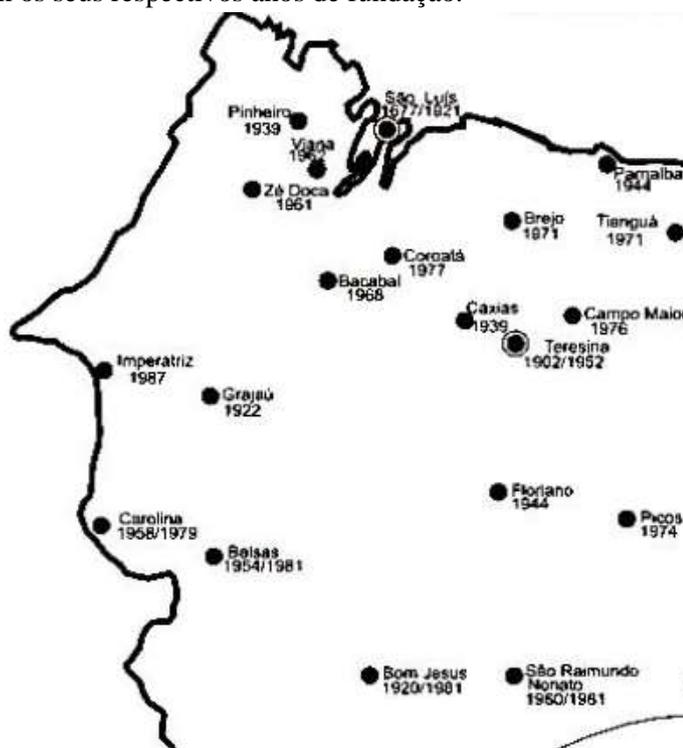
da *Prelazia*<sup>45</sup> de Pinheiro. O referido religioso era muito engajado e ativo nos debates a respeito dos caminhos e descaminhos da Igreja Católica na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, sendo um porta-voz dos católicos nas reuniões dos antecedentes do Concílio Vaticano II. Além do bispo Ungarelli, tivemos anteriormente à frente da Prelazia de Pinheiro os seguintes bispos: 1º Prelado - Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (1940-1944) e 2º Prelado - Dom José Maria Lemerder (1944-1946).

A Prelazia de Pinheiro foi desmembrada da Arquidiocese de São Luís do Maranhão em 22 de julho de 1939. Aos 16 de outubro de 1979, elevada a Diocese. A Prelazia Pinheiro estava situada ao Norte Ocidental do estado do Maranhão, limitando-se com o Oceano Atlântico, com a Arquidiocese de São Luís do Maranhão e as Prelazias de Viana (desmembrada em 1962) e Zé Doca, que assim, como a de Pinheiro se transformaram, posteriormente em Dioceses. Ambas as dioceses faziam parte da Prelazia de Pinheiro até o início dos anos de 1960. A prelazia de Pinheiro logo quando foi criada era constituída dos dois municípios anteriormente citados, além de São Bento, Peri-Mirim, Bequimão, Alcântara, Guimarães, Santa Helena, Turiaçú, Cândido Mendes, Carutapera, Luís Domingues e Cururupu. No mapa apresentado na figura 27 aparecem a Prelazia de Pinheiro e outras Prelazias distribuídas pelos estados do Maranhão e Piauí, juntamente com os seus respectivos anos de fundação.

---

<sup>45</sup> Prelazia ou prelatura é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território ou de um grupo de fiéis. As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio. Na terminologia anterior ao Vaticano II denominava-se prelazia nullius, forma abreviada de prelazia nullius dioeceseos (de nenhuma diocese), mais tarde passou à denominação de "prelazias e abadias com povo próprio". Atualmente o termo adotado é "prelazias territoriais", distinguindo-as das prelazias pessoais.

**Figura 27** - Mapa da Prelazia de Pinheiro e de outras Prelazias distribuídas pelos estados do Maranhão e Piauí, juntamente com os seus respectivos anos de fundação.



Fonte: Prelazia de Pinheiro (1983).

O mapa apresentado traz as prelazias distribuídas pelos territórios dos Estados do Maranhão e Piauí. Na Baixada Ocidental Maranhense, encontravam-se as prelazias de Pinheiro, Viana e Zé Doca. Apesar da proximidade espacial entre as prelazias baixadeiras, elas enfrentavam dificuldade de articulação, tanto pela pluralidade de pontos de vista, concepções como de ações sobre os processos de assistência, educação e evangelização desenvolvidas. Com isso, problemas que eram comuns a todas as circunscrições eclesiais não eram resolvidos, sobretudo, por conta do espontaneísmo e improviso.

Nas prelazias existiam insuficientes movimentações e mobilizações, somente intensificadas pela vinda da primeira Missão orientada pelo movimento dos antecedentes do concílio, destacando-se a Missão Italiana do Sagrado Coração de Jesus no final da década de 1940. Havia no movimento conciliar a preocupação em conter os problemas voltados a constatação da negligência dos sacramentos, do apelo à vida mundana e à necessidade da presença na vida da igreja um tanto esvaziadas, fugindo a dinâmica secular que a acometia. (PESSOA, 2013) Dentre as principais ações estavam a mobilização de prelazias existentes e a criação de novas, bem como, o investimento em espaços de assistência, educação e evangelização.

A negligência dos sacramentos como orientação da vida cotidiana e construtor de coesão

e coerência no seguimento dos axiomas que constituem o *ethos católico* era uma das grandes amarras que constatavam o não pertencimento e compartilhamento de valores pelo grupo. As condutas não seguiriam a orientação dos dogmas católicos e os valores religiosos e culturais não eram introjetados. Tais vivências correspondem aquilo que Geertz (1978) chama de simbolismo de grupo.

O crescimento do número de protestantes também é visto como uma preocupação do bispo. Embora não apareçam numericamente como maioria, o esvaziamento das missas e dos ritos católicos, o autodeclarado pertencimento a outras religiões ou a nenhuma, e os dados de pertencimento a igrejas protestantes eram uma preocupação da maioria dos bispos do Maranhão, pois, segundo dados da entrevista de Cardoso (2012), esses religiosos “[...] espantavam-se com o *boca a boca* e o potencial de convencimento dos pastores e com as igrejas evangélicas já bastante cheias”. É fato, também que, as preocupações no âmbito moral ocupavam o bispo, pois no seu entendimento, eram gravíssimos os perigos de perversão do povo cristão, que afastado da vida religiosa e privado de todo auxílio espiritual, levaria a vida desordenadamente como um rebanho sem pastor.

Dentre as propostas do bispo, considerando o lugar geográfico e social da região da Baixada Ocidental Maranhense, inicialmente em relação à escassez de padres, esse religioso compreendia que seria de grande utilidade instituir catequistas de ambos os sexos, que bem formados e instruídos, estivessem diretamente ligados ao serviço da Paróquia e em vilas e povoados distantes da sede paroquial (ADA, 1961). Não podemos esquecer que em razão de a região da Baixada Ocidental Maranhense ser constituída de lugares alagados e muitos manguezais, muitos rincões não eram atendidos por nenhum religioso e quando atendidos, eram apenas em tempos de desobriga e missas dos padroeiros das capelas nas fazendas. Mediante a isso, a proposta de instituir catequistas de ambos os sexos para essa região, romperia com um vazio, onde poderiam agir as demais religiões.

Uma outra solução aos problemas aqui enfatizados, era evangelizar o povo de porta em porta como faziam os protestantes E aos domingos e dias santos convocar os fiéis a uma casa de respeito, ou não havendo essa casa, para algum lugar em que pudesse ser feito um culto religioso (ADA, 1961). As reuniões seriam presididas pelos fiéis cristãos em um processo de articulação, que envolveria uma rede de agentes dispostos a se embrenharem nos mais distantes povoados, vilas e lugarejos fortalecendo convenções e reconduzindo a vida social do baixadeiro a partir da identidade do católico, temente aos dogmas da religião e seguidor de seus princípios. Com isso, os religiosos já instalados na região anteriormente ao Concílio e sabedores das propostas e intenções do bispo desenvolviam iniciativas nesse sentido.

Foi no final dos anos de 1940, que as primeiras ordens direcionadas pelo movimento conciliar, orquestrado pela visão de popularização da Igreja Católica e seus antecedentes chegaram ao interior do Brasil e especificamente, no Maranhão, com o propósito de fortalecer o catolicismo. Para isso, instauraram ações assistenciais e educativas atreladas sempre à disseminação de valores católicos. Tais dispositivos voltados à renovação paroquial e missionária envolviam a participação ativa de toda a comunidade e inserção na sua transformação, propondo novas sociabilidades e alianças.

Não diferente do restante do país, o estado do Maranhão recebeu diversas ordens que aplicaram as ideias de renovação da Igreja para as alagadas e distantes vilas e povoados ali localizados e, principalmente, considerando a necessidade de atrair mais fiéis para participarem e contribuírem com a igreja. Por toda a região nordeste, distribuíram-se na primeira metade do século XX<sup>46</sup>, o quantitativo de 84 (oitenta e quatro) ordens e congregações masculinas e 198 (cento e noventa e oito) ordens e congregações femininas, totalizando nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, 382 religiosos.

Porém, a dificuldade de acesso aos dados complexifica a construção de um panorama das ordens e congregações que chegaram ao estado do Maranhão desde o final do século XIX. É fato que, em sua maioria as ordens e congregações vieram de países da Europa, com destaque para as oriundas da Itália, havendo maior diversificação a partir de 1930, com a chegada de religiosos de países europeus e do norte da América, além daquelas que são criadas na própria realidade brasileira. Abaixo seguem dois quadros com uma amostra da presença de algumas dessas ordens e congregações masculinas e femininas que chegaram ao Maranhão desde o final do século XX.

**Quadro 10** - Ordens e congregações masculinas no Maranhão.

<b>ORDEM</b>	<b>PAÍS DE ORIGEM</b>	<b>ENTRADA</b>
Capuchinhos	Itália	1894
Lazaristas	França, Brasil e Holanda	1904
Irmãos Marista	França	1908
Jesuítas	Itália	1927
Missionários do Sagrado Coração de Jesus	Itália	1946
Franciscanos da Província da Saxônia	Alemanha	1952

<sup>46</sup> Na primeira metade do século XX, a Província Eclesiástica do Maranhão encontrava-se dividida em 8 unidades: 1 Arquidiocese (São Luís do Maranhão), 2 dioceses (Caxias e Viana) e 5 Prelazias (Grajaú, Pinheiro, Balsas, Carolina e Cândido Mendes).

Missionários Combonianos	Itália	1952
Missionários Nicoletanos	Canadá	1955

Fonte: Pacheco (1969).

Assim, como apresenta o quadro 9 as ordens e congregações masculinas, que vieram para o Maranhão desde o final do século XIX e por toda a metade do século XX, vieram majoritariamente da Europa e implantaram no Maranhão os moldes de um catolicismo eurocêntrico e colonialista. As formas de apropriação das determinações de fortalecimento da igreja foram as mais diversas. A partir dessa diversidade, desenvolveram no Maranhão, o que se poderia chamar de "ideário missionário moderno", combinando o tríptico "instruir, cuidar e construir" (PRUDHOMME, 2008, p. 50). Dessa forma, neste tríptico, coube aos homens religiosos administrar as ações católicas, tendo em vista o fato de a igreja não se distanciar das relações de poder envolvendo a dinâmica de gênero.

Diante disso, couberam às mulheres de diversas ordens e congregações as atividades voltadas ao cuidado e a instrução. Assim a chegada de diversas religiosas dentro daquilo que enunciamos como pluralismo religioso ocasionado pela diversidade de origens e apropriações dentro da própria religião refletiu em atuações diversas em território maranhense.

**Quadro 11** - Ordens e congregações femininas no Maranhão.

<b>ORDEM</b>	<b>PAÍS DE ORIGEM</b>	<b>ENTRADA</b>
Filhas de Santana	Itália	1886
Irmãs Dorotéia	Itália	1894
Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena	Itália	1907
Irmãs Missionárias Capuchinhas	Itália	1910
As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	França	1938
Missionárias de Jesus Crucificado	Brasil	1953
Irmãs Cinzentas de Montreal	Canadá	1955
Irmãs de Assunção da Santa Virgem	Canadá	1957
Irmãs de Nossa Senhora dos Anjos	Canadá	1959
Irmãs Franciscanas de Imaculada Conceição	Áustria	1961

Filhas de Santa Tereza de Jesus	Brasil	1962
Irmãs de Notre Dame de Namur	Bélgica	1963
Irmãs Josefinas	Brasil	1963
Irmãs da Congregação de São José de São Jacinto/ Sainth-Hacynthe	Canadá	1963

Fonte: Pacheco (1969).

Conforme destacamos, o quadro 10 aponta que o número de congregações femininas foi maior do que o de congregações masculinas. Provavelmente, o número maior de ordens e congregações femininas se deu pela necessidade de mulheres para a implantação de ações circunscritas pela igreja e delegadas culturalmente a pessoas do sexo feminino, sendo aquelas do cuidado e do despertar, a identidade e sentimento do ser e fazer católico por via da representação socialmente construída da maternidade e sensibilidade.

Tal prerrogativa assentava-se nas premissas do ideário missionário moderno de instruir, cuidar e construir das religiosas do sexo feminino, por possuírem atribuições fortemente estabelecidas como a criação de clubes de mães, orfanatos, leprosários e hospitais (NERIS, 2014). Essas religiosas direcionavam as suas ações para um engajamento educacional e sanitário, com isso eram criadas entidades assistenciais articuladas na criação de instituições educativas que contemplavam os mais diversos níveis e faixas etárias. Possuíam grande importância nos processos de disseminação de saberes, organização e funcionamento de entidades, serviços e empreendimentos missionários voltados a objetivos religiosos por meio de ações sanitárias e de combate à pobreza unidas aos investimentos em processos de escolarização. Além da implantação de uma rede de instituições assistenciais e educativas, essas ordens e congregações do sexo feminino, por meio da sua atuação, construíram a integração e a circulação entre as diversas comunidades.

As missões que se instalaram no Maranhão distribuíram-se entre as cidades do litoral norte e dos campos alagados da Baixada Ocidental Maranhense, organizando-se em polos e orientando-se por ações que intercalavam assistencialismo e educação, tentando barrar muitas vezes, a expansão das igrejas pentecostais junto aos segmentos populares. Dessa maneira, esforçavam-se para atrair o governo e a sociedade para possíveis espaços de atividades solidárias, pensando em ações comuns. Quando a CEB'S entra em cena, inaugura-se uma nova fase de posicionamento dos católicos na área política e social, que se dispõe a colaborar com os serviços oficiais. Frente a isso, o papel da Igreja passou a estar presente no nível de consciência

ética, em ações e intervenções na sociedade, nos processos de tomada de decisão coletiva e na gestão da coisa pública (SANTOS, 2015).

As iniciativas e intenções voltadas à renovação eram na perspectiva de Certeau (1994) *estratégias* da Igreja Católica que serviram para legitimar o seu lugar social de autoridade, visando o fortalecimento do poder desta instituição religiosa, tendo em vista as disputas que se estabeleciam com outras religiões. Essas estratégias eram armas a serem utilizadas em uma batalha contra aqueles que professavam outros credos e que eram tratados por este motivo como os “inimigos” da religião, especialmente, os protestantes (MONTES, 2012).

De acordo com Montes (2012), o crescimento das religiões pentecostais, junto aos segmentos populares nos rincões do país, foi e ainda é fruto da incorporação de algumas práticas rituais do catolicismo<sup>47</sup>, e em algumas vezes, inverteu o seu significado.

É certo, conforme tratado anteriormente, que na Baixada Ocidental Maranhense muitas ordens e congregações se estabeleceram na perspectiva de fortalecimento da Igreja Católica, abalada pela perda considerável de fiéis, e sofrendo uma reorganização com base nas exigências de popularização da igreja, mediante aos ensinamentos dos antecedentes e do próprio Concílio Vaticano II. Por conseguinte, houve uma descentralização do poderio católico – com a criação da *Prelazia* de Pinheiro e, em seguida, “[...] do bispado da mesma cidade – que, preparada pela ação missionária, fazia chegar à região uma estrutura que interiorizava a pregação de padrões que antes eram presentificados apenas em regime de exceção.” (PARÓQUIA SÃO JOSÉ, 1972 *apud* PESSOA, 2013, p. 85). De acordo com Araújo (2012, p. 23):

Roma autorizou a criação de uma Prelazia para a Baixada Ocidental Maranhense, em 1939, tendo-a confiado à Ordem dos Missionários do Sagrado Coração. Essa presença mais contundente contribuía para fomentar a criação de um quadro de indivíduos mais afinados com a ortodoxia, e que poderiam funcionar como pontos de referência locais sobre o que vinha a ser um *bom católico*.

Há de se considerar que com isso, a estrutura eclesiástica precisou sofrer algumas mudanças e adequações em virtude das demandas legais e de sua efetivação juntamente com o aumento quantitativo de um catolicismo menos sincretizado que dava uma matriz diferenciada ao antigo projeto eclesiástico de reforma da cultura popular. De acordo com Araújo (2012), se o Brasil era, há muito, “[...] reconhecido oficialmente como católico, apesar de ser profundamente plural no campo da religiosidade [...]”, parece-me que a “[...] Baixada Maranhense vinha experimentando, desde mais ou menos a segunda metade do Século XX, um

---

<sup>47</sup> Entre essas práticas rituais do catolicismo estavam o batismo por imersão, que tanta importância possui para a vida do convertido e a presença de seus templos e instituições (escolas e centros são exemplos desse investimento) em lugares públicos de grande visibilidade, instaurando uma disputa simbólica balizada pelas práticas e monumentos governamentabilizando as almas católicas (MONTES, 2012).

processo de interiorização do catolicismo românico.” (ARAÚJO, 2012, p. 39).

Convém esclarecer, que os Missionários do Sagrado Coração vindos de Turin e Roma chegaram nos estados do Maranhão e do Ceará, em 1946, com um projeto de criar no Brasil uma única Província em São Paulo e todas as outras províncias existentes no país seriam ligadas a ela, a qual chamaria-se de Província brasileira. Essa Congregação dos Missionários do Sagrado Coração foi fundada em 1854, na cidade de Issoudun, pequena comunidade da França, porém, o nascimento oficial aconteceu somente nove meses depois. Silva (2018, p. 18) explica que

O Pe. Júlio Chevalier juntamente com o Pe. Maugenest tinha um sonho de fundar uma congregação missionária a fim de poderem realizar um trabalho voltado para os pobres e necessitados, que tornasse conhecida por toda a parte a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria. Um outro objetivo do Pe. Chevalier era “Fundar uma Congregação Religiosa para recristianizar a população rural da França.

O Pe. Júlio Chevalier expandiu seu campo de apostolado pela Europa, América, chegando ao Brasil. A ordem fundada na França, estendeu-se com bastante rapidez pelo oeste europeu. “Nos seus florescentes primórdios, muitos méritos obteve em sua ação missionária na Oceania, expandindo depois seu apostolado à Indonésia, às Filipinas, à África e à América Latina.” (KERCK, 1987, p. 7). No caso do Maranhão, e de forma mais específica na Baixadas Ocidental Maranhense, os Missionários do Sagrado Coração de Jesus (MSCJ) chegaram em Pinheiro. Esses missionários chegaram à região no ano de 1946, com o objetivo de investir em ações de evangelização, sociais e educacionais, expandindo-se para todos os municípios da microrregião, implantando escolas, patronatos, capelas, clubes de mães e atividades religiosas diversas (SILVA, 2018).

Após a chegada dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, outras Congregações chegaram à Baixada Ocidental Maranhense, como foi o caso da Missão Canadense Nicoletana, que se constituiu como foco desta pesquisa.

### **3.2 A Chegada e atuação da Missão Canadense Nicoletana na Baixada Ocidental Maranhense e o seu trabalho missionário: ações religiosas e assistencialistas**

Na década de 1950, chegaram ao Maranhão três missões canadenses que serviram de foco para o desenvolvimento de diversas inovações pastorais: a missão Nicolet, voltada para as paróquias de Guimarães e Alcântara com 17 sacerdotes; a missão de Sherbrooke, para as paróquias de Peri-Mirim e Bequimão com 13 sacerdotes; e a missão de Saint- Hyacinthe ou São Jacinto, (de acordo com a tradução para a Língua Portuguesa) para a localidade de

Cururupu com a promoção da vinda de 14 religiosos. Além do estado do Maranhão, os religiosos dessa missão se deslocaram para municípios localizados nos estados do Piauí e Ceará, especificamente para aqueles que apresentavam indicadores de pobreza e desigualdade, além de descréscimo de fiéis nas igrejas católicas e de diminuição das contribuições dos dízimos. Outrossim, Cururupu era visto como um município no qual havia uma presença muito expressiva de espaços de religiosidade afro-brasileira (NERIS, 2011).

A Missão Nicoletana era dividida em 03 grupos de missionários, também didaticamente chamados de missões, que seguiam os mesmos fundamentos e princípios: Em Guimarães (Irmãos de Nicollet em colaboração com as Irmãs Cinzentas de Montreal e as Irmãs de Anunciação da Santa Virgem, todos da Diocese de Nicollet); Cururupu (Irmãs de São José de São Jacinto da missão da Paróquia de Saint-Hacynthe ); Viana (Irmãs de Anunciação da Santa Virgem); e Bequimão e Peri-Mirim (Irmãos Nicoletanos da Paróquia de Sherbrook). Estes municípios, situados na Baixada Ocidental Maranhense, constituíam-se na época, em lócus para intervenções de missionários canadenses, devido às condições de pobreza e desigualdade, ocasionadas muitas vezes, pela distância da capital do Estado e, principalmente, pela falta de compromisso político com a região. Além disso, muitos jovens estavam migrando para as cidades da região Norte do país, situadas nos estados do Amazonas e do Pará, diminuindo assim, o contingente de possibilidades de aumento do padroado ou de jovens que pudessem seguir o celibato.

Para tratar da chegada e do trabalho desenvolvido pela Missão Canadense Nicoletana na Baixada Ocidental Maranhense, abordaremos como isso ocorreu em cada um dos municípios em que os missionários se instalaram.

### 3.2.1 Os Missionários de Nicollet em Guimarães-MA

No ano de 1955, chega a Guimarães e Alcântara, a Missão Canadense com um conjunto de religiosos da ordem dos Irmãos Nicoletanos, “[...] em boa hora para desenvolver um prodigioso trabalho religioso e educacional.” (OLIVEIRA, 2000, p. 171), chefiados pelo padre Jean Baptiste Caya, acompanhado de mais três outros: monsenhor Marcell Pepin, juntamente com os padres Georges-Emile Picard e Omer Proulx.” (PESSOA, 2013, p. 23). A figura 28 mostra a chegada dos missionários canadenses ao Maranhão.

**Figura 28** - Fotografia da chegada dos missionários canadenses ao Maranhão.



Fonte: Livro comemorativo dos 25 anos da Missão diocesana de Nicolet no Brasil (1970).

Da esquerda para a direita: Padre Jean-Baptiste Caya, Georges-Emile Picard e Omer Proulx. Vindos por meio da empresa Colonial Airlines. Percebe-se que demonstram na fotografia um misto de satisfação e cansaço. É importante lembrar que, nesta ocasião, esses padres ainda não haviam enfrentado as estradas desgastantes e a realidade do lugar. Ainda não sabiam que enfrentariam grandes intempéries, tampouco que promoveriam sérias mudanças na região (CARDOSO, 2012).

A respeito das articulações para a vinda das missões canadenses para a Baixada Ocidental Maranhense, o Relatório sobre a Chegada da Missão Canadense de Nicolet e os cem primeiros dias (1956, p. 6) registra:

Em visita à Itália o Cardial João Panico que era núncio no Canadá, sendo este um representante do Papa, um embaixador da igreja naquele país e se encontrando com o Padre Dom Carmelo Cafapi pedindo-lhe amparo em relação a diocese que não possuía padres, a situação do povo em termos de educação era zero e aí falou com o bispo lá na Itália, que era o Dom Claudio Martem então seu primo que de imediato mobilizou a Missão Canadense de Nicolet para resolver os problemas sociais e espirituais da população de Guimarães.

A diocese de Nicolet administrou duas paróquias na Prelazia de Pinheiro, a de Saint-Hyacinthe ou (São José de São Jacinto) ficou responsável por somente uma na prelazia e mais três na arquidiocese em São Luís, com um total de 16 missionários. O grupo de religiosos, ligado à diocese de Sherbrook ficou responsável por duas paróquias na Prelazia de Pinheiro e três em São Luís, sendo composto em sua maioria por freiras. As demais paróquias e a administração da Prelazia de Pinheiro ficaram sob os cuidados de brasileiros e dos Missionários do Sagrado Coração (PANORAMA, 1965; SÁ, 1975; SANTOS, 2017).

Em Guimarães, logo que chegaram, os primeiros nicoletanos, chefiados pelo padre Marcell Pepin, foram recepcionados pela população e no discurso inicial, o referido religioso se pronunciou sobre as expectativas em relação ao trabalho destacando “[...] nous sommes venus ici pour aider tout le monde. nous sommes venus servir et civiliser avec tout l'amour que l'Église catholique a à offrir [...]”<sup>48</sup> (JORNAL O LITORAL, 1957, p. 2). Os dois processos de servir e civilizar vistos em uma perspectiva etnocêntrica determinavam que os baixadeiros eram incivilizados. Tais processos atuavam de modo recíproco no interior dos estabelecimentos e nas ações engendradas pelos nicoletanos, o que permite recorrer e associar aos estudos de Elias e Scotson (2000), quando trata que situações como essas acabam por determinar mudanças no comportamento dos indivíduos que vão se moldando e se modificando, na perspectiva de se aproximar de um modelo de pensar, sentir e agir mais próximo aos valores e práticas das elites eurocêntricas. Assim, o discurso era imbuído de uma representação de crença no poder de mudança e transformação como se a Igreja sozinha pudesse promover tamanha repercussão, e sobretudo negando a agência dos grupos vistos como dominados e a realidade sócio-histórica do interior do Maranhão.

Por meio de discursos salvacionistas e caritativos, a igreja quis impor uma concepção igualitária, universalista e humanista, muitas vezes, para camuflar o objetivo de estigmatizar, banalizar e negar compensações históricas de povos vistos em uma perspectiva evolucionista como atrasados (DOUGLAS, 2014). Assim, a Igreja por meio de seus agentes, impunha uma representação cultural dos saberes das populações associados -de maneira evolucionista- ao primitivismo e à ingenuidade, aquém de qualquer princípio legitimado de *civilidade*, sem racionalidade e baseado em misticismos. Diante disso, podemos nos apoiar em Chartier (1995) quando adverte que as representações como comunicação e disseminação de discursos que se fundam em intenções de grupos dominantes, constroem uma busca por reconhecimento na dinâmica do poder e conseqüentemente, visam se firmar ou se fortalecer no cenário social.

É preciso esclarecer que, a vinda do primeiro grupo de missionários canadenses ao Maranhão decorreu do pedido, em 1954, de Dom Giovanni Panico, na época Delegado Apostólico no Canadá, ao Bispo da diocese de Nicolet, Dom Albertus Martins. O pedido era uma tentativa de atender às solicitações do Bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, da Prelazia de Pinheiro, localizada no estado do Maranhão, para que enviasse alguns padres ao Brasil, designando-os a dita Prelazia, para atuarem nas paróquias de Alcântara e Guimarães. Os primeiros integrantes do grupo missionário foram padres seculares que, portanto não

---

<sup>48</sup> Tradução –Vimos aqui para ajudar a todos. Vimos para servir e civilizar com todo amor que a Igreja Católica tem a oferecer.

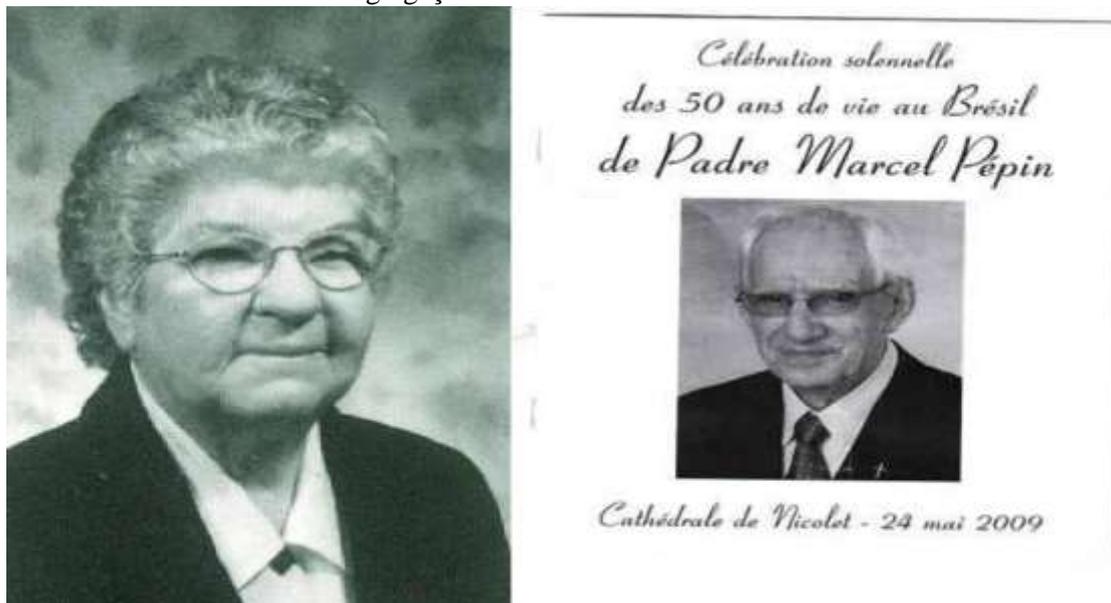
pertenciam a uma ordem religiosa (DESROCHERS, 2010; SOARES, 2012). Ainda cabe mencionar aqui que,

A presença missionária canadense foi mais predominante no Nordeste, principalmente no Maranhão, onde, por exemplo, desde 1955 padres e freiras da diocese de Nicolet se estabeleceram em locais como Alcântara e Guimarães. Outro exemplo são as irmãs de l'Assomption que, em 2006, comemoraram os seus 50 anos no Brasil, durante os quais estiveram presentes nos estados de Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Alagoas [...]. (DESROCHERS, 2006 *apud* BARBOSA, 2012, p. 193).

Embora a presença dos missionários canadenses fosse predominante no Nordeste brasileiro, não se pode deixar de registrar que os missionários canadenses de Nicollet também estiveram na região sudeste do país. Em São Paulo, estiveram especificamente na capital e nas cidades de Marília, Guarulhos e Mogi das Cruzes. fundaram o Colégio Santa Cruz em 1952, em um terreno doado pela Companhia Light. Além disso, seus padres estiveram presentes em diversos espaços midiáticos com programas de rádio e na vida acadêmica, sobretudo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em Minas Gerais, se instalaram na cidade de Campanha com um trabalho mais tímido em relação aos demais estados brasileiros, onde se fizeram presentes.

Ao retomar sobre a vinda dos primeiros religiosos da Congregação Irmãos de Nicollet que chegaram a Guimarães nos anos de 1950, para edificarem o seu projeto missionário, cumpre lembrar que chegaram tanto membros da ala masculina quanto da feminina dessa Congregação. Conforme revela a fotografia apresentada na Figura 29.

**Figura 29** - Fotografia dos religiosos Yvette RAYMOUND e Monsenhor Marcel PÉPIN. Canadenses de Quebec. Ambos membros da Congregação Irmãos de Nicollet.



Fonte: O Vimarense (2002).

Na Figura 29, trazemos os religiosos Yvette Raymond e Monsenhor Marcel Pepin, canadenses de Quebec, ambos membros da Congregação Irmãos de Nicollet. Cada um a sua maneira, administrou os empreendimentos missionários e conseguiu se edificar como importante personagem da saga nicoletana na região.

A respeito do período que esses religiosos canadenses evidenciados na fotografia chegaram a Guimarães, Pessoa (2013, p. 88) apontou que

[...] não era a única cidade da região que já enfrentava certo declínio. Entretanto, havia um crescimento de aspectos de organização política mesmo em uma cidade decadente economicamente. Apesar de todos os problemas estruturais, a cidade vinha sofrendo uma série de intervenções urbanas visando a melhorias que ainda não alcançavam toda a população. O governo municipal do então prefeito Jose Ribamar Schalchers construiu pontes, novas ruas foram abertas, vias foram arborizadas com o objetivo de apresentar à população marcas de desenvolvimento.

A população ficou muito entusiasmada com a chegada da Missão Canadense na década de 1950 e com as melhorias que eles poderiam trazer, não somente no plano espiritual, mas, sobretudo no plano educacional e de infraestrutura da cidade, em tempos de aumento da “[...] devassidão e da pobreza.” (OLIVEIRA, 2000, p. 47). Tais fatos fazem sentido em uma terra, cujo poder público não conseguia oferecer o mínimo para a população, considerando as descontinuidades da frágil política coronelista vivenciada na Baixada Ocidental Maranhense e a grande dificuldade dos políticos estaduais da época em trazerem obras para uma cidade vista como apagada e distante, com eleitorado parco e pouca visibilidade política (OLIVEIRA, 2000).

Os religiosos canadenses traziam a promessa de uma revolução no campo social e educacional da Baixada Ocidental Maranhense, desenvolvendo também ações no campo da saúde e divulgando ações higienistas (CUBA, 2012). Daí o alinhamento com a política estatal em vigor naquele momento histórico, construindo uma realidade favorável ao seu projeto por meio do uso das representações. Essa situação permite recorrer ao conceito de representações de Chartier (1995), que possibilita compreender que grupos sociais investem em produção de representações sempre coletivas que compartilham juízos desses sujeitos sociais, sem que os demais envolvidos e acometidos saibam, contribuindo com os seus projetos de poder.

As ações desenvolvidas por eles no Maranhão, especificamente nesta parte do Estado, coadunavam com as suas frentes de atuação no Canadá com ações assistenciais e manutenção de instituições educativas, incluindo o seminário e o incentivo às vocações sacerdotais.

Os padres canadenses encontraram em Guimarães, uma população ainda muito católica, porém, com fiéis que se revezavam entre “[...] os caboclos de entidades da umbanda e mina e

as ações da popularidade cristã [...].” (OLIVEIRA, 2000, p. 51). A partir disso, implantaram em quase todas as comunidades rurais, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e as aulas dominicais de catecismo, “[...] com objetivo de atacar o crescimento de fiéis e seguidores de outras religiões que estavam em pleno crescimento.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1956, p. 32).

Com a chegada desses religiosos e religiosas, a Igreja de São José se movimentou com diversas ações, não somente religiosas, mas, principalmente, assistenciais. Eles utilizavam o espaço do prédio para reuniões e ações diversas, que normalmente ocorriam após a missa de domingo. A Figura 30 mostra uma imagem da igreja da Matriz de São José em Guimarães:

**Figura 30** - Fotografia da Igreja Matriz de São José em Guimarães, MA – 1952



Fonte: Acervo da Casa Paroquial São José de Guimarães (1952).

A sede do município apresentava características rurais tanto na estrutura da urbe quanto nos padrões de sociabilidade. A Figura 30 apresenta Fotografia da Igreja Matriz de São José em Guimarães- MA no ano de 1952. A referida igreja localiza-se em frente a estrada de acesso ao porto do Gurapiranga, cercado de lindíssima vegetação litorânea. Esta igreja é o símbolo do catolicismo no município e o representa por meio de sua construção colonial, com seu altar de madeira policromada, cercada de imagens de santos católicos, com uma cruz de madeira em sua entrada, símbolos datados do século XVIII, constituindo-a, apesar da simplicidade, como um signo de grandiosidade religiosa para aquela população.

Assim como nas comunidades da área urbana, nas áreas rurais, em sua maioria, constituídas de negros, os serviços religiosos e assistenciais foram levados a contento, visto a existência de santos e entidades de “religiões diabólicas” – como eram denominadas as religiões

de matriz africana– que eram camuflados pelas imagens católicas nos altares das cafuas de famílias de pretos (OLIVEIRA, 2000).

Não se pode deixar de mencionar que os padres canadenses logo que chegaram a Guimarães realizaram estudos sobre os acessos às comunidades, financiaram a construção de pequenas estradas vicinais, desbravando e chegando até localidades que viviam em total isolamento (PESSOA, 2013). Assim, os religiosos e religiosas de Nicollet, inicialmente organizam as condições sociais do povo vimarense, atendendo às necessidades, que o poder público não conseguia oferecer.

Os primeiros missionários nicoletanos que chegaram as terras da Baixada Ocidental Maranhense eram voltados, principalmente para o desenvolvimento de ações sociais para a prática dos princípios missiológicos enraizados na construção e protagonismo social, em especial das camadas mais empobrecidas, julgadas por eles como distantes dos ideais vistos pelos religiosos como civilizacionais, dentro daquilo que Elias e Scotson (2000) denominariam de um processo de controle externo e autocontrole de sentimentos e condutas. Porém, estas ações planejadas estrategicamente, contribuíram com o desenvolvimento do lugar e, buscaram combater as condições de pobreza da população, situação veementemente atacada pelos missionários. Todavia, eles eram cômicos da necessidade de incluírem religiosas na missão, por conta da visão gentrificada, conforme relata um dos entrevistados, de “[...] julgarem-se inaptos para um trabalho mais maternal que achavam que as mulheres poderiam fazer. De cuidar e de conversar com as mulheres dos povoados sobre assuntos de mulher, família, cuidar dos filhos. Estas coisas.” (CUBA, 2012).

Diante disso, em virtude das dificuldades enfrentadas para a realização da ação missionária, social e educativa, os missionários canadenses nicoletanos resolveram trazer as Irmãs Cinzentas de Montreal para a região de Guimarães em 1957, assim, como apresentaremos a seguir.

### 3.2.2 A Atuação das Irmãs Cinzentas de Montreal junto aos Missionários Nicoletanos em Guimarães- MA

As congregações religiosas femininas marcaram o trabalho missionário em território nacional e representaram boa parte dos missionários enviados para o Brasil, que se instalaram em diversas áreas, cuja atuação era variável, atuando na educação, saúde e demais áreas sociais. Embora, no início, o estímulo dado pelo episcopado fosse centrado, especialmente na educação, por meio do avanço do ensino leigo e do crescimento do protestantismo (AZZI, 1984; CUBAS,

2014; NERIS, 2014; SOARES, 2012).

A denominação *Freiras Cinzentas*<sup>49</sup> é o nome comumente dado a 06 comunidades religiosas católicas romanas distintas, cujas origens remontam a fundação original das Irmãs de Caridade do Hôpital Général, em Montreal. As Irmãs da Caridade de Montreal, anteriormente chamadas de Irmãs da Caridade do Hôpital Général de Montreal e mais comumente conhecidas como Freiras Cinzentas de Montreal, fundada em 1737.

As Irmãs Cinzentas de Montreal atuaram, inicialmente na Prelazia de Pinheiro, como enfermeiras, tendo em vista a sua formação, foram para as comunidades rurais orientando a respeito das questões sanitárias e higienistas e prestando serviços básicos de saúde como aferição da pressão, cuidados contra a malária e infecções, além de estabelecerem parcerias com médicos, para realização de consultas mensais. Em Montreal, trabalharam em abrigos para mulheres agredidas (com e sem filhos), abrigos para mulheres necessitadas, dispensários de roupas e alimentos, centros para deficientes e alguns centros de saúde, além do trabalho de educação em saúde com encarcerados (SUSAN, 2013).

O estilo de trabalho das Irmãs despertava a curiosidade e atenção da população, “[...] pouco acostumada com o comportamento destas religiosas, vistas como diferentes dos modelos tradicionais de freiras.” (CUBA, 2012). Assim, “[...] quando uma Freira Cinza trabalhava como enfermeira em um hospital, ela geralmente trocava seu hábito cinza por um branco. Elas usavam um boné em vez de um véu, pois era mais prático para o trabalho diário.” (SUSAN, 2013, p. 17). Essas religiosas realizaram um trabalho de saúde preventiva e comunitária nunca desenvolvido na região da Baixada Ocidental Maranhense. Para isso, “[...] ensinavam remédios, esclareciam sobre alimentação saudável e alegravam muito a paróquia.” (CARDOSO, 2012).

As Irmãs Cinzentas de Montreal, baseadas no carisma de sua fundadora Marguerite d’Youville, assumiriam o compromisso de atuar junto as comunidades pobres, cuja a condição de vida era precária (ALLARD, 2009; SANTOS, 2017). Marguerite inspirou, também, com suas vestimentas, a denominação da congregação, adotando vestes cinzas, tal cor passaria a seriedade necessária para se trabalhar com todos os setores da sociedade (OUELLET, 2009).

Compreende-se portanto, que Margueritte d’Yaouville, de acordo com as perspectivas

---

<sup>49</sup> Embora o nome informal do instituto contenha a palavra "freiras", os membros são, na verdade, classificados pela Igreja Católica Romana como irmãs religiosas, pois elas não são enclausuradas e pertencem a uma congregação, não a uma ordem. Atualmente, elas não usam mais seu hábito característico e agora usam roupas normais. A flexibilização em relação ao uso do hábito se explica pelas sugestões conciliares que eram sensíveis as dificuldades perpassadas pelas religiosas que enfrentariam -nos continentes que receberam as missões católicas- intempéries relacionadas as altíssimas temperaturas, localidades de difícil acesso e utilizavam meios de transportes em que o uso das vestimentas seriam um pesadelo na vida das religiosas (SUSAN, 2013).

de poder simbólico e de *habitus* de Bordieu (2015), era dotada de poder pleno de falar e de agir sobre o grupo do qual se encarregava, com isso, conseguia mobilizá-lo e ter autoridade, podendo agir em prol dos mais empobrecidos, construindo dessa maneira, uma rede de relações sociais com base no capital religioso que possuía.

As Irmãs Cinzentas conseguiram desenvolver suas ações por meio da mobilização de religiosos e leigos, inspiradas por sua fundadora Marguerite d'Youville, que na perspectiva weberiana seria uma certa qualidade da personalidade de um indivíduo em virtude, da qual, ele é considerado extraordinário e tratado como dotado de poderes ou qualidades sobrenaturais, super-humanas ou, ao menos, especificamente, excepcionais (WEBER, 1999).

Em 1957, apenas quatro Irmãs Cinzentas haviam chegado a Guimarães-MA e foram convidadas a se juntarem ao grupo missionário canadense e passaram a treinar os brasileiros que as auxiliavam em suas atividades. Ao oferecer treinamento e ministrar minicursos de enfermagem às pessoas da comunidade onde estavam inseridas, puderam ampliar sua presença em outras urbes como São Luís e Chapadinha, desenvolvendo semelhante trabalho (PESSOA, 2013; SANTOS, 2017). A partir dessa junção com os demais missionários, passaram a se chamar Missionários Nicoletanos de Maria. Tal nome se deu em homenagem a Maria, mãe de Jesus segundo a Bíblia, devido ao lema de “[...] dedicar-se totalmente e com o coração aberto ao Reino e aos pobres, assim como Maria viveu”. (RELATÓRIO DA DIOCESE DE NICOLLET, 1980, p. 03). De acordo com a Revista Panorama/Diocece de Nicollet (1965, p. 7), edição de maio de 1965

Os leigos missionários desempenhariam um papel importante no auxílio das Irmãs Cinzentas e teriam grande destaque no grupo missionário, ao atuarem no dispensário, no ensino, no secretariado, na Caritas, nos serviços gerais e na divulgação dos seus testemunhos sobre a vida cristã que levavam em suas comunidades desde origem.

Assim, os leigos missionários, contribuíram sobremaneira com as ações das Irmãs Cinzentas de Montreal que por meio dessa rede de relações sociais seguiram as metas da missão canadense de construir uma comunidade de fé e de culto, mobilizando a juventude, organizando e formando lideranças e, principalmente, catequistas. Desse modo, mobilizavam os pais e mães nas comunidades quilombolas rurais para que batizassem seus filhos e frequentassem os rituais religiosos e missas, muitas vezes, organizados e celebrados por elas, tendo em vista a insuficiência de padres. A formação de lideranças nas comunidades obedecia ao objetivo de sempre terem um responsável pela vida religiosa nos povoados e comunidades.

A imagem seguinte apresenta as Irmãs Cinzentas de Montreal em Guimarães (MA), 1958 após uma reunião de planejamento de ações religiosas junto aos leigos missionários. A

fotografia apresentada na figura 31 destaca as irmãs Marias Jully, Iansuer e Lidi. Não sabemos ao certo se são os seus nomes legítimos, ou codinomes, considerando-se que essa era uma prática muito comum entre os missionários, a apropriação de nomes e títulos de enunciação locais.

**Figura 31** - Fotografia das Irmãs Cinzentas de Montreal em Guimarães-MA, 1957.



Fonte: Revista Panorama (1965).

Com base no princípio de Promoção Humana, as Irmãs Cinzentas de Montreal realizavam em Guimarães, intervenções nas escolas com plena autorização da comunidade, orientando práticas educativas e eventos religiosos e culturais, engajando-se nos processos de formação de professores, particularmente no Grupo Escolar Urbano Santos e na Escola Paroquial que foram as primeiras a desenvolverem ações docentes. Assim, implantavam de maneira sutil e não formalizada, orientações presentes na doutrina religiosa por elas seguidas, em espaços escolares e não-escolares, experiências educativas diversas. As questões relacionadas a atuação das Irmãs Cinzentas de Montreal nos espaços escolares serão tratadas no próximo capítulo. Mas, diante de tais circunstâncias e com base nas ideias de Certeau (2012), entendemos que tais práticas educativo-religiosas podem ser entendidas como *táticas* produtoras e difusoras de princípios implícitos constituídos de criatividade e astúcia que estabeleceram e impuseram relações de poder.

As intervenções das Irmãs Cinzentas de Montreal davam-se, também, no campo da saúde, tendo em vista terem montado um pequeno ambulatório, visitavam doentes por meio do Grupo de Caridade, doavam cestas de alimentos e mantimentos aos mais empobrecidos. A partir dessas ações, tornavam-se íntimas, adentravam a dinâmica das relações familiares daquela

população, realizando o que Bourdieu (2015) denomina de *fazer o jogo*, pois no entendimento deste autor, em todos os campos que os recém-chegados precisam se utilizar de estratégias diversas e recorrer ao enaltecimento por meio de suas ações, denotando serem detentores de axiomas aceitos, necessitam estar comprometidos com a novidade dentro dos limites da conveniência. Portanto, as Irmãs Cinzentas de Montreal *faziam o jogo* por meio da incorporação das lógicas de sociabilidade e de modos de operação socioafetivos e cognitivos dos sujeitos nativos atendidos pelas ações desenvolvidas por elas.

Essas religiosas canadenses, não fundaram e nem criaram instituições educativas em Guimarães, mas estiveram presentes por meio do trabalho de educação popular realizado nos clubes de mães, fundados por elas, frente à prioridade de atuação junto a crianças, mulheres, idosos e doentes este espaço convergia em ações que contemplavam a todos. Assim, “[...] elas visitavam os velhos, buliam com as crianças e brincavam com elas.” (INTERLOCUTOR 2G, 2020). Porém, um dos entrevistados para esta pesquisa relatou que “[...] a conversa grande e demorada era com as mães lá no clube da igreja e diziam as coisas perto dos pais. Coisas que na época macho não gostava muito de ouvir.” (INTERLOCUTOR 2G, 2020).

Os clubes de mães eram entidades que surgiram no Brasil por volta de 1952 por iniciativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em parceria com órgãos intergovenamentais. Visavam atender mulheres das camadas pobres da sociedade atuando em ações de orientação às famílias. No interior do Maranhão, os primeiros clubes foram fundados pelas missões internacionais. Em Guimarães, o primeiro Clube de Mães foi fundado pelas Irmãs Cinzentas de Montreal em 1958. Neste espaço que funcionava em uma sala da Casa Paroquial, as missionárias “[...] realizavam atividades educativo-religiosas junto as mães, ofereciam donativos, alimentos e roupas e conscientizavam sobre o cuidado com a saúde e com a higiene, com os costumes e com os valores católicos [...]” (CUBA, 2012).

Os missionários elaboraram um projeto integrado para a atuação deles, inicialmente em Guimarães, envolvendo os 03 grupos missionários com suas ordens e congregações engajadas, estabelecendo princípios e objetivos comuns, assim como já foi explicitado. Além disso, estabelecerem ações comuns aos religiosos e realizavam reuniões para avaliar se o plano dos antecedentes e do Concílio Vaticano II estavam sendo seguidos.

A devida atenção aos anseios dos bispos é apresentada como essencial para a continuidade do trabalho apostólico missionário, tendo em vista que, apesar das repercussões muito boas, existiam grupos conservadores na Igreja Católica que não aceitavam visões progressistas na condução da vida religiosa e de sua atuação na vida das comunidades onde estavam inseridos (PANORAMA, 1965).

Em 1965, as Irmãs Cinzentas de Montreal deixaram a cidade de Guimarães para assumirem um projeto missionário na cidade de Chapadinha, ficando a cargo dos leigos o atendimento da população nos postos de saúde e ao poder público as ações assistenciais. É importante ressaltar que as ações vinham sendo direcionadas apenas à saúde e à assistência aos empobrecidos e doentes, pois as práticas de educação popular e as instituições educativas ficaram sob a administração das Irmãs Nicoletanas da Anunciação da Santa Virgem em Guimarães, conforme será abordado no próximo item.

### 3.2.3 As Irmãs Nicoletanas da Anunciação da Santa Virgem em Guimarães

A Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem (IASVs) foi fundada no ano de 1853, “[...] em Saint-Grégoire, Povoado da diocese de Nicollet, Província de Quebec, no Canadá.” (DESROCHERS, 2010, p. 28), tendo como fundador o padre Jean Harper. Essas irmãs, no ano de 1956, integraram o grupo missionário canadense atuante no Brasil, onde fundaram associações escolares, atuando nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco. Essa congregação dá início à vida missionária na realidade brasileira na cidade de Guimarães (LABARRE, 2009; SOARES, 2012). O trecho da carta de Dom Afonso Maria Ungarelli, na ocasião bispo da Diocese de Pinheiro (MA) relata a expectativa da chegada das Irmãs a Guimarães.

[...] Eu acabo de receber a maravilhosa notícia de que no próximo mês de agosto suas filhas virão abrir uma casa em Guimarães. [...]. A terra onde a senhora envia suas filhas é pobre e haverá muitos sacrifícios a serem feitos, mas o Bom Deus é suficientemente rico para recompensar magnificamente vossa generosidade. A Santíssima Virgem Maria saberá sustentar suas filhas, a ela particularmente consagradas... Eu vos abençoo de todo coração, vossa pessoa, vosso Conselho e vossa família religiosa.

A Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem chegou a Guimarães, no ano de 1956, após a vinda dos Padres Canadenses, com o objetivo de contribuir no processo de catequização e escolarização do povo vimarense. Inicialmente, vieram a Irmãs: Madalena Brochu, Georgette Desrochers, Maria Adélia, Maria Assunta, Yvette Reymound, ou, como era denominada, Irmã Santa Caridade. A figura 32 mostra as quatro primeiras irmãs chegadas ao município.

**Figura 32** - Fotografia das primeiras IASVs que chegaram em Guimarães, em 1956.



Fonte: Despertar Jovem (1996).

Depois da vinda das primeiras Irmãs, chegaram em 1957, as irmãs: Teresinha, São Venceslau, Gertrudes, Ana do Salvador e Rita Dellors. No intuito de estabelecer uma relação de proximidade com o entorno, as freiras adotaram nomes “aportuguesados”. Inferimos que isso teve a ver com o processo de popularização da igreja e das quebras de hierarquias para atingir os resultados frente ao esvaziamento das igrejas. A figura número 33 mostra a presença de todas as Irmãs da Assunção da Santa Virgem que chegaram entre 1956 e 1957.

**Figura 33** - Fotografia das Irmãs da Assunção da Santa Virgem que chegaram entre os anos de 1956 e 1957, em Guimarães.



Fonte: Arquivo Pessoal de Carmelita Cuba.

Da esquerda para a direita temos a Irmã Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia, Irmã Maria Assunta, Irmã Yvette Reymound, ou, como era denominada, Irmã Santa Caridade, Irmã Teresinha e Irmã São Venceslau. Essas religiosas estão com indumentárias constituídas de hábito cor cinza claro (mais claro do que o cinza destacado das Irmãs Cinzentas de Montreal) para as madres superiores e de cor creme para as demais irmãs. Todas estão segurando um terço nas mãos e crucifixo no pescoço, vestimenta universal das freiras oriundas de congregações tradicionais, mesmo dos religiosos de Nicollet, denominados de progressistas (PESSOA, 2013). O autor ainda registra que,

Deduz-se que mesclavam símbolos do catolicismo tradicional com discursos e posturas progressistas para que não fossem construídas confusões na representação dos fiéis causadas por mudanças muito bruscas, temendo que a Igreja perdesse sua identidade. (PESSOA, 2013, p. 24).

A Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem veio para o Brasil “[...] tendo no coração duas prioridades: Colaborar com a Missão nicoletana no setor da educação no meio escolar; inserir-se na Igreja local, pois as Irmãs da Assunção são irmãs paroquiais, desde sua fundação.” (DESPERTAR JOVEM, 1996, p. 3). Essas irmãs eram as mediadoras das ações assistenciais que, por meio de uma filosofia de solidariedade e de rompimento do pecado, injetavam ensinamentos sobre a necessidade de cultivar o temor a Deus, de seguir o exemplo de Jesus na terra e, principalmente para as mulheres, alcançarem o ideal mariano de obediência ao marido. Interessante percebermos que as visões progressistas realizavam distinções quando se tratava das questões de gênero e de desigualdades econômicas, pois essas religiosas contribuíam para a reprodução da opressão feminina por meio de narrativas, que aproximavam com a *condução neutra em prol do patriarcado* (SAFIOTTI, 1987). Apesar disso, engajavam-se em prol dos trabalhadores, combatiam a exploração em um misto de conformismo e resistência.

Em Guimarães, essas irmãs, a fim de alcançarem os seus objetivos, prepararam o espaço para a implantação de seu projeto educacional por meio de melhorias no campo social. Suas ações eram pensadas, a partir do levantamento da localidade, devendo:

[...] inserir-se no interior das comunidades, tentando propor estratégias de ação com a finalidade de desencadear um processo de conhecimento das potencialidades escondidas das pessoas vistas como consagradas. [...] Esta missão via na exigência da espiritualização e nos princípios de solidariedade e organização a possibilidade de fortalecimento, primeiro no seio da Igreja, e se expandindo para a comunidade em que se localizava. (PESSOA, 2013, p. 69).

Para isso, as freiras instalaram-se em um prédio que as abrigou juntamente com as

jovens da região, que eram impulsionadas a seguir a vida religiosa e tornarem-se servidoras, dedicadas e abnegadas de Nossa Senhora de Assunção (PESSOA, 2013). Na figura 34 apresentamos a imagem de onde funcionou a Casa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães de 1957 a 1965.

**Figura 34** - Fotografia da Fachada da Casa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães, atualmente prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rural



Fonte: O Vimarense (2012).

A imagem permite entrever que a Casa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães situava-se em um amplo casarão constituído de dez (10) quartos, uma capela, espaço de oração, área de convivência e refeitório. Era uma casa colonial<sup>50</sup> que pertencera a um fidalgo português no início do século XVII. A disposição do espaço era condizente com a distribuição de corpos. Uma espécie de panoptismo, onde o espaço central do prédio possuía um espaço de vigilância das freiras em relação aos quartos distribuídos. Para Foucault (2006), o *panopticum* era conceituado com um mecanismo de poder efetuado pela prática de examinar a disposição dos corpos, organizada para avaliar os seus movimentos e de acordo com tais movimentações no espaço puni-los, a partir de uma política da máxima produtividade e docilidade.

As freiras canadenses atuaram nas frentes de assistencialismo e caridade e com o tempo passaram a usar hábito branco, pois lidavam com doentes e em ações no campo da saúde. Baseadas no carisma, exerciam as suas atribuições de cuidar da infância, dos idosos, das mulheres, dos pobres e dos oprimidos. Cardoso (2012), em entrevista relatou que, “[...] O corpo a corpo das religiosas canadenses foi um diferencial nos resultados de retomada do crescimento

<sup>50</sup> Esta casa colonial era um casarão que foi construído por escravizados com pedra, areia e cal atendendo a especificidade arquitetônica do momento histórico de sua construção. Atualmente, funciona neste local o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que ali as freiras desenvolveram um conjunto de atividades religiosas, assistencialistas e acomodaram dezenas de moças de origem humilde.

do catolicismo na região [...]”. As práticas e o uso de elementos não evidenciados nos documentos dos Antecedentes do Concílio Vaticano e nem no próprio movimento conciliar eram vistos por grupos conservadores da Igreja Católica como algo subversivo e apelativo. Tais ações vistas como populistas, já eram desenvolvidas por evangélicos que não possuíam nenhum constrangimento de realizar ações de aproximação junto a seus potenciais fiéis e que “[...] viam resultados muito imediatos principalmente no que diz respeito a frequência destes a Igreja.” (CUBA, 2012).

O corpo a corpo das irmãs se unia ao carisma, em virtude disso, eram bem recepcionadas pelos fiéis. De acordo com Weber (2000, p. 19), o carisma corresponde a um atributo pessoal considerado “[...] extracotidiano e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus [...]” (WEBER, 2000, p.19), um modelo a ser seguido, portanto, como líder. Já para Bourdieu (1996), o carisma é visto estritamente como dominação destacando diferentemente de Weber (2000), que o carisma não pode ser visto como propriedade ligada à natureza singular de um indivíduo, pois na construção social do carisma, há intencionalidades sócio históricas que o forjam, transformando-o em instrumento de dominação e disputas na dinâmica das relações de poder.

Assim, a autoridade carismática das IASVs deve ser pensada a partir da localização disposicional das condições de produção e reprodução da palavra profética, extraordinária e descontínua e sobretudo, da habilidade que possuíam de articularem o comportamento popular e de proximidade aos nativos, e o domínio dos valores cristãos ressignificados e apropriados ao contexto vivido.

Essas freiras se dedicavam a visitas e desenvolviam diversas palestras junto às comunidades dando ênfase às questões de saúde e alimentação, articuladas a isso trabalhavam, com “[...] os ensinamentos da família sagrada, com Maria e José no cuidado com o Menino Jesus [...]” (INTERLOCUTOR 3G, 2020). A figura 35 deixa evidente a atuação dessas freiras canadenses junto as comunidades.

**Figura 35** - Fotografia das Freiras Canadenses em visita à Comunidade Quilombola de Damásio, 1957.



Fonte: O Vimarense (1996).

A imagem mostra uma visita das freiras, no caso, a Irmã Ana do Salvador, Irmã Maria Adélia e Irmã Rita ao interior de Guimarães, atendendo às famílias empobrecidas da comunidade negra de Damásio<sup>51</sup>. A casa humilde possibilita observar as condições de pobreza vivida por grande parcela da população rural, principalmente as comunidades quilombolas do município. A imagem ainda retrata a presença de crianças vendedoras de água, juntamente com seus pais agricultores, o que era algo muito comum em uma realidade, na qual o estado se mostrava ausente e havia a naturalização das condições opressivas em relação as populações negras da baixada. Realidade combatida pelos religiosos em seus princípios de popularização e interação mais próxima junto as massas empobrecidas.

Nessas visitas, as freiras mantinham os primeiros contatos com as comunidades ensinando práticas de saúde e higiene, além de incentivarem as orações e frequência às missas. “Os damasianos, as recepcionaram muito bem”. Sobre o assunto, em entrevista Cuba (2013) relatou:

*As irmãzinhas canadenses, como eram carinhosamente chamadas pela população, iam até às casas das famílias pobres e negras da zona rural, faziam orientações e ensinavam práticas domésticas para uma vida mais limpa com cuidados com o corpo, para proteção contra doenças, além de atenderem o que, segundo elas, faltava nos habitantes daquele lugar, que era a “[...] ausência de Deus pai todo poderoso”.*

<sup>51</sup> A comunidade remanescente de quilombo denominada “Damásio”, localizada no município de Guimarães (MA), é considerada referência de outras comunidades quilombolas do estado do Maranhão, em virtude da sua luta e resistência em prol do seu reconhecimento (ALMEIDA; SILVA, 2009).

Já na Figura 36, podemos observar uma imagem de outra visita realizada pelas freiras canadenses junto a comunidade local de Guimarães, em 1960. Nessa figura percebemos que as fotos eram posadas, além disso, notamos que essas serviam para compor os relatórios que eram enviados anualmente pelos padres e irmãs tanto para o Canadá quanto para a França, com o objetivo de proporcionar satisfações aos investimentos realizados pela Igreja Católica e pelos financiadores do projeto Nicoletano no Maranhão. Diante disso, supomos que tais fotografias procuravam revelar o possível sucesso das ações salvacionistas engendradas pelos(as) religiosos(as), muitas vezes, até mesmo simulando maneiras de ser e condutas distantes das condições objetivas de existência.

**Figura 36** - Fotografia de uma desobriga realizada pelas freiras na zona rural de Guimarães, 1960.



Fonte: Centro de base de dados da História Regional de Quebec (1960).

Esta imagem apresenta um momento de desobriga, visita realizada pelas freiras canadenses junto a população de Damasio muito frequente no período da quaresma. Nessas ocasiões, as religiosas distribuía donativos e conversavam com cada família sobre as questões relacionadas aos ensinamentos cristãos, mais uma vez, articulando fé e caridade como importantes princípios do ideário católico. Na fotografia, as freiras já aparecem vestidas de branco, pois julga-se que na ocasião havia atividades de pesar crianças e diagnosticar de maneira menos criteriosa problemáticas de saúde, higiene e limpeza. As vestimentas das crianças e dos adultos que estão juntamente com as religiosas na imagem, o estilo de moradia feita de pau-a-pique e argila vermelha, construção muito comum em comunidades negras rurais empobrecidas, demonstram bem as condições de pobreza presentes.

Certamente, essas ocasiões, em que também ocorria a entrega de donativos conseguidos

no comércio local, apaziguavam as condições de fome e pobreza, logo, a imagem das freiras na condição de benevolentes e abnegadas influenciava na forma como eram recepcionadas na comunidade de Damásio e em outras frequentadas pelas religiosas, e no potencial de comunicação e de aproximação e simplicidade<sup>52</sup>, “[...] procurando dar corpo ao projeto de recriação de um Brasil católico, uma nação perpassada pelo espírito cristão [...]” (MONTES, 2012, p. 18).

Durante essas ações, as freiras enfatizavam o poder da palavra de Deus e da educação, incentivando os pais de famílias a enviarem para o Seminário e para o Convento aqueles e aquelas que tivessem tendência à profissão de fé de servirem a Deus como padres e freiras. Tanto no Seminário quanto no Convento, os filhos e filhas enviados pelos pais tinham os objetivos de servir a Deus. A casa atendia em forma de seminário Maior, os filhos da classe empobrecida e os filhos da elite nos quais fosse despertada a “vocação” para a vida religiosa. Em entrevista, Cuba (2013) relatou: “Lembro que desejávamos muito que nossos filhos tivessem uma profissão e as freiras estendiam essa preocupação para as mães que moravam nos povoados. O trabalho delas foi de educar essas mães para a vida, para os filhos. Algo nunca visto.” Assim, muitos iam para o Seminário ou para o Convento “para fugir do abandono e da pobreza” (CUBA, 2013).

No trabalho de visitação, além das questões religiosas e da doação de donativos, as questões sobre higiene também eram tratadas pelas freiras. É fato que, o investimento em questões voltadas à educação higiênica estava atrelado à intensificação, em meados do século XX, aos debates sobre o higienismo (ROMANELLI, 2010). Tal ideário surgiu como movimento emergente associado ao discurso naturalista em voga, pois defendia uma vida salutar atrelada às práticas constantes de higienismo, na perspectiva de erradicação de doenças vistas como oriundas de populações miseráveis, já extirpadas em países desenvolvidos (PESSOA, 2013).

As campanhas de higiene eram difundidas por manuais de civilidade dirigidos aos pais e à comunidade, constituídas por médicos, professoras normalistas, integrantes da Igreja, filantropos, liberais e representantes dos ideários republicanos de diferentes instâncias institucionais, com foco na educação da mulher, mãe das crianças pequenas que eram vistas como futuro da nação. Regular a existência com técnicas de organização do espaço, de controle

---

<sup>52</sup> Em muitos depoimentos, as freiras eram descritas como simples e comunicativas “[...] comiam conosco, carregavam as crianças e eram tão boas [...]” (CUBA, 2012) apresentavam uma certa *cordialidade* produzindo interseções que rompiam as barreiras que separavam a dinâmica da vida pública e a vida privada (HOLANDA, 1996).

sanitário das cidade e dos espaços rurais, de gerência da limpeza das casas e das vestimentas, de higiene dos pensamentos e sentimentos também chamada de higiene mental foram preocupações dos higienistas e ainda estão presentes na atualidade, em diversas práticas vizinhas de cuidado e proteção de crianças e da medicalização da família (FOUCAULT, 1996; LEMOS, 2012).

Embora as freiras canadenses não possuíssem uma cartilha direcionada para tratar dessas questões, como higiene, alimentação, entre outras, elas sabiam que junto a essas comunidades, as suas atribuições giravam em torno de ações de educação não-formal, que determinavam aspectos que uniam uma educação biopolítica e social. Sobre o assunto, um dos entrevistados relatou “[...] Eu era criança, lembro que elas ensinavam até a tomar banho, assoar o nariz, lavar os legumes. Desenhavam para nós as frutas e verduras. Eu nem conhecia. Elas tentavam conhecer as frutas daqui. Uma delas adorava macaúba e jenipapo.” (INTERLOCUTOR 3G , 2021).

Nessas circunstâncias, as religiosas de Nicollet começaram a focalizar as crianças, visto que muitas faziam das ruas seus espaços e não possuíam hábitos de limpeza e asseios cotidianos. Em decorrência disso, proliferavam-se doenças como verminoses, epidemias<sup>53</sup> e doenças da pobreza: gripe e tosse braba; tuberculose, gota, estupor, lombriga, dentre outros.

Mediante a isso, entre a população infantil, priorizada pelas irmãs, os vendedores de água ou “pequenos pretos” eram os principais. A maioria dos meninos de famílias pobres e, especialmente, as crianças dos quilombos, quando não eram pescadores, eram carregadores de água e vendiam essa riqueza tão difícil, em algumas localidades para a sobrevivência das famílias a que pertenciam, portanto, estavam mais propícios a contraírem verminoses e doenças diversas, dada a expressiva mortalidade infantil nesse momento histórico (PESSOA, 2013). A Figura 37 apresenta uma imagem destas irmãs, com as crianças vendedoras de água, em 1957.

---

<sup>53</sup> Em entrevista, Cuba (2013) relatou que, na Baixada Maranhense entre os anos de 1957 a 1960, chegavam notícias da existência da gripe asiática que vitimizou 4 milhões de pessoas em 1957, mas desapareceu completamente por volta de 1968. Apesar de não existirem casos confirmados e documentados nessa microrregião, os missionários nicoletanos dedicaram muita atenção, tendo em vista ser uma doença, que deixou a população mundial em luto e consternação. Em uma situação muito próxima aos que estamos vivendo mundialmente, com a pandemia do Coronavírus, o Covid 19, onde no Brasil, por exemplo, já morreram 534.000 pessoas até a data de hoje 13 de julho de 2021 (BRASIL, 2020).

**Figura 37** - Fotografia das Irmãs de Assunção da Santa Virgem com crianças vendedoras de água, 1957.



Fonte: Arquivo Casa Paroquial (1957).

Nesta imagem, da esquerda para a direita estão as Irmãs Teresinha, Maria Adélia, Gertrudes, Maria Assunta, São Venceslau, São João e Rita acompanhadas dos meninos do transporte de água em Guimarães. O fato de as crianças dedicarem-se à venda de água para sustentar suas famílias trazia como consequência o isolamento com a escola, dificultando assim, vencerem a pobreza abissal a que foram destinadas. Em vista disso, as crianças estariam sujeitas ao distanciamento em relação ao capital cultural daquelas que estavam nas cidades, frequentando as escolas e “[...] possuíam um conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pelas famílias.” (BOURDIEU, 2006, p. 36).

A água, pela sua escassez, vai assumindo em meados dos anos 1950 grande importância, sendo esse elemento fundamental, não somente relacionado à construção de obras públicas, como agente de prevenção de doenças e promotor da saúde, mas, principalmente, era fator de subsistência econômica das famílias pobres. Dessa forma, o primeiro grande feito dos canadenses foi a criação de uma estrutura de tratamento e acesso à água construído com bambu, sendo até hoje vangloriada pelo povo de Guimarães.

Nas comunidades, as freiras enfrentavam essa dificuldade inicial junto à população, pois a água era concebida como moeda de troca e toda casa deveria ter um jumentinho para que os “moleques” maiores fossem vender água na grande Guimarães, algo que os religiosos não aceitavam. A não aceitação dessa prática se dava em razão de que isso dificultava a concretização do projeto hegemônico de escolarizar as crianças e ao mesmo tempo propagar a obra católica canadense. Nesse sentido, o projeto assistencial dos canadenses era articulado a um projeto de educação (formal e não formal) que pudesse garantir o fortalecimento do capital

cultural dos “*piquenos*” que se tornariam futuros padres e freiras.

As freiras exerceram um importante papel de mediadoras das ações assistencialistas ao frequentarem as casas dos moradores da zona urbana e rural, dando orientações sobre técnicas domésticas para uma alimentação saudável. A preocupação com as crianças orientava o fornecimento de informações aos pais sobre cuidado com o corpo, além de executarem um vasto trabalho na área educacional (RELATÓRIO DA DIOCESE NICOLLET, 1980).

Existia também no projeto de educação em saúde dessas religiosas, o funcionamento do Ambulatório São José, sob a direção da Irmã Rita Dellores e das enfermeiras Maria de Jesus Nunes e Julica Bastos. O ambulatório, além de atendimento da população vimarense em assuntos relacionados à saúde, organizava as incursões pelos povoados na perspectiva de diminuição da mortalidade infantil e das doenças que acometiam aos mais pobres como Tuberculose, Hanseníase e Esquistossomose. Na Baixada Ocidental Maranhense, as populações rurais eram vistas como propícias a essas doenças, tendo em vista não terem acesso a condições mínimas de higiene e limpeza e possuidores de “[..] ausência de hábitos salutareos de higiene” (RELATÓRIO DA MISSÃO DE NICOLLET NO MARANHÃO, 1957). Porém, a justificativa não se sustenta, quando se percebia maiores investimento em saúde e saneamento básico nas áreas urbanas do estado do Maranhão, em detrimento do abandono das populações rurais (IBGE, 1960).

A atuação junto com as comunidades rurais e urbanas de Guimarães levou os Nicoletanos a pensarem em uma formação religiosa sistematizada. A esse respeito, o Jornal Estado do Maranhão (1971, p. 5) noticiou:

[...] o que nosso povo (adulto) mais precisa é uma profunda formação religiosa, e para isso estão sendo organizados cursos para adultos os quais são dirigidos pela eminente professora Irmã Gertrudes a.s.v que com esforço (sic) transmite a boa nova a todos os homens de boa vontade. Os cursos de religião têm por especial finalidade formar líderes para os interiores, onde eles serão o chefe espiritual da comunidade que lhe fôr (sic) confiada: eles terão como missão ensinar o catecismo e rezar o *domingo sem missa*. E é precisamente disso que o povo rural necessita para se familiarizar mais com a religião e a vida social.

Desse modo, as pessoas formadas nas ações denominadas “Escola de Fé” atuavam nas comunidades onde havia carência de padres e freiras, pois a preocupação de fazer com que os catequistas assumissem os papéis reservados aos padres, executando sacramentos como batismos, penitências, matrimônio e a extrema-unção, baseava-se no predomínio da prática do Catolicismo Popular, em que a devoção aos santos, romarias e demais festejos religiosos apresentariam exageros em suas práticas, não podendo ser aceitas na sua totalidade como sagradas (RELATÓRIO DA DIOCESE DE NICOLLET, 1980). Desse modo, a missão

canadense de Nicolet, por meio da atuação de seus padres e freiras prestaria serviços essenciais no desenvolvimento dos municípios, onde se inseriu, unindo evangelização às ações assistencialistas e filantrópicas (PESSOA, 2013).

No ano de 1976, as Irmãs de Assunção da Santa Virgem finalizaram sua participação no projeto missionário pensado para Guimarães, deixando boa parte de suas obras sob o encargo dos professores e catequistas formados durante os 20 anos de ação missionária na cidade (RELATÓRIO DA DIOCESE DE NICOLLET, 1980). Durante os vinte (20) anos que atuaram no município de Guimarães (1956-1976), tiveram que desenvolver mecanismos para se adaptar a nova realidade. Para isso, essas religiosas passaram por aulas de português e contaram com ajuda de um intérprete, com o objetivo de diminuir a barreira que a língua colocava entre elas e a população. Segundo Desrochers (2010, p. 40), “[...] aprender a língua materna e lidar com as intempéries locais não as levou a necessidade de desistência, tendo em vista, a inóspita realidade da Baixada Ocidental Maranhense [...]”.

#### 3.2.4 As Irmãs de Assunção da Santa Virgem em Viana

No caso do município de Viana, as Irmãs de Assunção da Santa Virgem chegaram no ano de 1965, em um contexto de uma divisão de posições na comunidade em relação à abertura de ações assistenciais e da criação de escolas pela Igreja Católica. A comunidade já estava acostumada com os missionários italianos e via nos canadenses um discurso mais próximo dos partidários de uma visão de igreja progressista. Possivelmente, essa divisão se dava entre os apoiadores do Bispo Dom Hamleto, adeptos a aberturas de associações católicas e os contrários ao bispo. Compostos por padres brasileiros, a oposição estava descontente com a submissão a um bispo estrangeiro e entendiam que essas associações transformavam a Igreja em uma espécie de empresa, que visava apenas lucros estatísticos e não estava de fato preocupada em oferecer auxílio aos pobres, em especial as mulheres, em contraposição aos grupos conservadores (DESROCHERS, 2010).

Diante disso, os padres da missão canadense em Viana constaram a necessidade da presença de religiosas que desenvolvessem um estilo mais popular de ação social, levando-se em conta que o trabalho das Irmãs de Assunção da Santa Virgem já era muito conhecido na região. Além disso, as irmãs poderiam atuar na educação popular junto as populações rurais, unindo práticas de organização comunitária juntamente com disseminação dos princípios e preceitos do catolicismo.

Ao manifestarem o desejo de ter religiosas, que os auxiliassem na educação das moças

e dos empobrecidos do município de Viana, e de não encontrarem um número de freiras suficiente nas demais congregações religiosas femininas, os padres acabaram procurando as Irmãs de Assunção da Santa Virgem, com o intuito também de que elas conseguissem incentivar as jovens da própria comunidade que manifestassem o ideal de vida religiosa. Porém, havia uma dupla representação a respeito dessas religiosas no município de Viana: por um lado, a comunidade as via como comunistas e a serviço da transformação social, “[...] conversa que não soava muito bem para estas bandas de cá [...]” (CARDOSO, 2012). Por outro, havia grande entusiasmo da população por compreenderem que poderiam contribuir com a diminuição da pobreza e com a educação local, tendo em vista que, segundo a entrevista de Cuba (2013), “[...] elas terem feito sucesso com a educação de Guimarães. Sonhavámos ver a igreja cheia assim como lá e ter uma educação melhor para o povo daqui que era analfabeto [...]”.

Na Zona rural do município de Viana, onde os trabalhadores já conheciam o trabalho das Irmãs de Assunção da Santa Virgem no município de Guimarães, por meio do contato nas CEBs, a espera pela atuação do grupo de religiosas gerou grande expectativa. Passou a ser bem vista pelos populares e rapidamente, se expandiu para as paróquias vizinhas (MARIC, 1987).

Foi assim que, a partir de 1965, com a solicitação de Dom Hamleto de Angelis junto ao Bispo do Maranhão Dom José da Mota e Albuquerque e, posteriormente a Diocese de Nicolet, que as Irmãs de Assunção da Santa Virgem chegaram ao município de Viana, partindo de Guimarães com intuito de se inserirem nas igrejas locais, auxiliando no desenvolvimento de ações educacionais e comunitárias.

As IAVs desenvolveram ações de combate à pobreza por meio de formas de mobilização para o desenvolvimento comunitário, algo já desenvolvido na realidade de Guimarães que trouxe grande e positivas repercussões. Eram também articuladas a iniciativas religiosas voltadas à evangelização dos mais empobrecidos que “[...] malocavam as áreas rurais de Viana, principalmente comunidades de pretos e ribeirinhos as margens do rio Maracú<sup>54</sup>. (INTERLOCUTOR 1V, 2021). Porém “[...] enfrentavam alguns embates com estas comunidades, tendo em vista perceberem hábitos de higiene distintos, coisas assim meio escabrosas. Acho que coisa deles desde a escravidão” (INTERLOCUTOR 2V, 2021). Diante disso, entendemos que as práticas culturais desses grupos eram consideradas como diferentes das formas sociais engendradas pelas religiosas que “[...] falavam que não era certo ter muitos

---

<sup>54</sup> O rio Maracú é um curso d'água localizado no Maranhão. É um rio que conecta a região lacustre de Penalva ao lago de Viana e conecta também este ao rio Pindaré, sendo um dos mais importantes da Baixada Maranhense, banhando a cidade de Cajari e Viana.

deuses e que eles deveriam cuidar da casa e do asseio dos filhos de outra maneira” (INTERLOCUTOR 2V, 2021). Assim, “[...] elas tentavam conscientizar que as doenças de lombriga e estupor eram porque eles precisavam se cuidar. Barriga d’água era causada por isso de não lavar as mãos. Tudo isso elas diziam.” (CARDOSO, 2013).

Mediante ao exposto, entendemos que as representações das religiosas IAVs a respeito das comunidades quilombolas e rurais eram de estigmatização, como detentoras de hábitos de higiene nada condizentes com aquilo que os religiosos declaravam como coerentes e necessários. Vislumbrava-se, portanto, um discurso salvacionista e etnocêntrico dos missionários nicoletanos e das religiosas acerca dessas populações. Tais posturas colonialistas e estigmatizadoras eram orientadas por conexões entre pureza, poluição e perigo, normalmente atreladas a populações vistas como primitivas quando se queria torná-las inferiorizadas, ainda mais, quando acometidas de doenças e epidemias, assim como eram as populações baixadeiras, rotuladas e entendidas como perigosas a continuidade das estruturas de um sistema social (DOUGLAS, 2014).

Desse modo, se utilizam de visões etnocêntricas para entenderem os esquemas nativos, desrespeitando a hierarquização que estabelecem sobre suas hierarquias e a maneira de lidar com os hábitos de higiene e limpeza. As concepções ocidentais de pureza, poluição e perigo, de sujeira e limpeza, quando relacionada a essas populações são marcadas pela expropriação, pelo etnocentrismo, pela violência simbólica diante daquele que aparece como estranho, imponderável, rudimentar e visto como não humano.

Nesse sentido, na perspectiva estatal e dos(as) religiosos(as) pertencentes a missão Nicoletana, civilizar era empregado no sentido de instruir- higienizar as “coisas pretas” - os saberes dos baixadeiros eram vistos como amadores e a sua humanidade contestada, por meio de ações vistas como civilizacionais, baseadas na lógica daquilo que Quijano (2005) denominou de colonialidade do poder, do saber e do ser.

No entanto, no ano de 1969, as irmãs deixaram a Diocese de Viana, em meio a conflitos e críticas feitas por grupos conservadores locais, a respeito da condução progressista da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição e das ações das CEBs nos povoados, vistas como críticas e combativas, porém trazendo mal estar para a Igreja e seus interesses.

### 3.2.5 A missão canadense de Saint- Hyacinthe: a atuação das irmãs da Congregação de São José de São Jacinto em Cururupu-MA

No dia 20 de janeiro de 1958, Dom Arthur Douville, bispo de São Jacinto, envia uma

carta à Madre Sainte-Madeleine-de Pazzi, (Sara Cordeau) superiora geral, pedindo-lhe algumas das suas filhas para a missão de São Jacinto no Brasil para virem ao estado do Maranhão, devido à falta de padres e freiras na região da Baixada Ocidental Maranhense, mais especificamente para o município de Cururupu. Com a resposta positiva, a partida dessas religiosas ocorreu no dia 02 de outubro do mesmo ano. Assim, as irmãs chegaram em Cururupu, no dia 25 de outubro de 1958. A figura 38 apresenta uma fotografia dessas irmãs.

**Figura 38** - Irmãs de São José de São Jacinto em Cururupu no ano de 1958.



Fonte: SEMED Cururupu (2012).

Esta imagem permite observar as irmãs que compuseram a missão que chegou a Cururupu, em 1958, da esquerda para a direita, Marie de la Salette (Cécile Pelletier), Marie Saint Omer (Marie Stella Monast), Marie des Anges (Rolande Crevier) e Sainte Honorine (Estelle Giard). A fotografia apresenta as irmãs vestidas com os seus hábitos brancos, sentadas em postura discreta de acordo com as exigências do perfil e da posição que as mulheres católicas deveriam obedecer. É fato que, as fotografias acabavam servindo para dar uma satisfação documental das ações desenvolvidas pelas religiosas, que sempre estavam bem-vestidas, e demonstravam “[...] zelo e altivez, mesmo de cara fechada eram doces no dia a dia.” (INTERLOCUTOR 2C, 2021). Dessa forma, a satisfação dada pelos superiores da hierarquia eclesiástica nem sempre correspondia as formas de sociabilidade que as religiosas incorporavam.

A Congregação das Irmãs de São José foi fundada em São Jacinto, ou Saint-Haycienth por uma jovem mulher da região rural do Quebec. Em 1877, Elisabeth Bergeron, nativa da Presentation, fundava uma comunidade de educadoras, embora ela tivesse pouca instrução. No

seu lugar de origem, a congregação desenvolvia ações voltadas à educação e saúde articulada às práticas assistenciais e incentivo à cultura local. Outrossim, desenvolviam ações no campo da animação vocacional, incentivo ao padroado e ao noviciado, além de se voltar para formação de equipes em desenvolvimento comunitário. Ressaltamos, que essa congregação esteve presente em muitos países (IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA, 1992).

Em Cururupu, as Irmãs da Congregação de São José de São Jacinto não restringiram o seu trabalho as ações sociais e educativas, uma vez que, atuaram também na área da saúde, inclusive desenvolveram atividades junto a Santa Casa de Misericórdia da cidade, que servia de referência em saúde para toda a região da Baixada Ocidental Maranhense. A figura 39 apresenta a imagem da Santa Casa de Cururupu, na época da chegada das Irmãs da Congregação de São José de São Jacinto.

**Figura 39** – Fotografia da Santa Casa de Misericórdia de Cururupu, em 1957.



Fonte: IBGE (1957)

A Santa Casa de Misericórdia, mostrada na figura 39, foi fundada em Cururupu, em 1943, com apoio da Diocese de São Luís, pois, nas décadas de 1940 e 1950, no Maranhão, o setor da saúde encontrava-se majoritariamente nas mãos de congregações religiosas e iniciativas eclesiais, sendo que o poder público, nos seus diferentes níveis, não teria políticas definidas e consolidadas para esse setor (ARAÚJO, 2015; MONTEIRO, 2016). Era localizada entre o porto e áreas de manguezais, cercada de amplos coqueirais, faz parte do conjunto arquitetônico da Praça da Matriz de São João Batista, nas proximidades da casa Paroquial e demais prédios onde funcionavam as entidades administradas pela Igreja Católica.

Sobre a atuação das Irmãs da Congregação de São José de São Jacinto em Cururupu, o

Anuário da Igreja de São João Batista, em edição comemorativa ao aniversário de Cururupu enfatizou:

[...] a partir da chegada dos Missionários Canadenses, o foco da missão se deu na educação e saúde. No social houve a construção das estradas e restauração da igreja. As Irmãs Canadenses vieram para a cidade por meio de uma Missão denominada de São Jacinto, em 25 de outubro de 1958. (ANUÁRIO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DE CURURUPU, 1963, p. 2).

Dessa forma, os investimentos realizados pelas Irmãs de São José de São Jacinto seguiram as mesmas direções daqueles desenvolvidos pelas Irmãs Cinzentas de Montreal e pelas IASVs em Guimarães. A concepção de educação e saúde articuladas era novidade na realidade de Cururupu, que no final da primeira metade do século XX já era acometida “[...] por sérios problemas de mortalidade, principalmente de crianças e idosos. Lombriga e aborto. E gente ruim que precisava ser convertida”. (INTERLOCUTOR 1C, 2021). Diante da fala do interlocutor, destacamos a percepção do mesmo sobre as imbricações entre as problemáticas do campo da saúde, das intempéries e das doenças, e de uma possível crise moral que acometia a comunidade. Esses aspectos reforçam a tese de que as missões travaram na região uma *bricoleur*<sup>55</sup> de elementos axiológica e axiomática aos moldes do projeto civilizacional católico nicoleto.

Essas religiosas também desenvolveram muitas ações de educação em saúde na zona rural do município de Cururupu e na região das praias, assim como ocorria nos outros municípios, onde os religiosos e religiosas da missão canadense se instalaram no estado do Maranhão.

A Igreja era outra instituição formadora desses valores, com suas atividades religiosas e as suas missas sempre marcadas pela presença assídua das famílias, os grupos de jovens coordenados pelos padres e freiras também tinham o papel formador dos valores Cristãos católicos. Além disso, os padres e as freiras da Congregação de São José de São Jacinto transitavam livremente nos lares das famílias cururupuenses, o que demonstrava que esses religiosos e religiosas possuíam junto à comunidade muito respeito e eram valorizados, uma vez que, eram vistos como “[...] aquelas que vieram para nos ajudar a mudar a cidade e desenvolver o nosso povo para a igreja.” (INTERLOCUTOR 1C, 2021).

Frente ao exposto, fica evidente que os padres e as freiras em Cururupu eram reconhecidos como aqueles que implantaram e desenvolveram obras sociais e religiosas nas áreas urbanas e rurais da localidade. Entretanto, essa situação precisa ser repensada e

---

<sup>55</sup> Em “Pensamento Selvagem” Claude Lévi-Strauss denomina de *bricoleur*, a união de vários elementos para formação de um elemento único e individualizado (LÉVI-STRAUSS, 1989).

ressignificada, quando se pensa conjuntamente em ações filantrópicas, educativas e assistenciais, coexistindo em meio a intencionalidades de disseminação do ideário católico, constituído como um projeto civilizacional estruturado por multiplicidades de formas de atuação, em que figuram agentes sociais (religiosos e leigos), que disputam pelos capitais no interior do campo religioso, aqui entendido como espaço de lutas simbólicas, em que cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo, além de seu *modus operandis* de manipulação do sagrado, com graus variados de autonomia e dependência aos ideários hegemônicos políticos e religiosos (BOURDIEU, 2005).

Assim, a atuação das religiosas da missão canadense de São José de São Jacinto reforça a premissa de que a religião tem uma função: a de consagrar, sancionando e santificando, a ordem social como estrutura de relações estabelecidas entre os grupos e classes.

No ano 1991, as Irmãs de São José de São Jacinto mudaram de Cururupu para morar em Serrano do Maranhão. Todavia, quatro anos mais tarde, retornaram para Cururupu e se instalaram na rua Maranhão Sobrinho. Tempos depois, em janeiro de 2002, após 44 anos de serviços realizados junto aos cururupuenses, as irmãs se retiraram.

### 3.2.6 A Missão de Sherbrook em Bequimão: o protagonismo do padre Robert Fortin

Ao dar continuidade ao processo de expansão das ações dos missionários canadenses na Baixada Ocidental Maranhense, no ano de 1959 chegaram à Paróquia de Santo Antônio e Almas, no município de Bequimão-MA, a missão chefiada pelo missionário da Ordem dos Nicoletanos Robert Fortin, vindo da diocese de Sherbrook. A missão atendia ao acordo pastoral celebrado entre o Bispo Dom Afonso Ungarelli, bispo da Prelazia de Pinheiro e Dom Albertus Martus, bispo da Diocese de Nicolet, Canadá. Os religiosos dessa missão pertenciam a ordem superior dos missionários Nicoletanos de Maria e seguiam os princípios e valores já evidenciados. Se orientavam pelas diretrizes dos antecedentes e do próprio Concílio Vaticano II que pregava a renovação da igreja católica e a popularização de suas ações, já anteriormente descrito.

A missão era constituída dos seguintes padres canadenses: Robert Lessard, Lionel Lisée, Robert Fortin, Edmund Pouliot, Gil Lacroix e Gèrard Gagnon, Gerardo Cambrón,<sup>56</sup> líder da missão no Brasil. No entanto, em Bequimão, o único a permanecer foi o Padre Robert Fortin, que construiu e implantou um conjunto de ações assistenciais e educativas na cidade. A

---

<sup>56</sup> Gerardo Cambrón se tornou padre em Peri-Mirim e já morava na cidade há muitos anos, posteriormente, foi substituído por Monsenhor Gerard Gagnon, no ano de 1963 (CAMPOS, 2017).

reportagem retirada de um jornal canadense não identificado, representada na figura 40 com o título “*Nôs Pretes au Brésil*”<sup>57</sup> mostra os padres que se deslocaram para a Baixada Ocidental Maranhense e chegaram a Bequimão, em 1959 e a Peri-Mirim, em 1962.

**Figura 40** - Os padres canadenses da missão de Sherbrook chegaram a São Luís - MA no ano de 1959.



Fonte: Arquivo Pessoal

A Figura 40 apresenta o recorte de um Jornal não identificado com os padres canadenses da missão de Sherbrook que chegaram ao Brasil, em 1959 e se deslocaram para Bequimão e Peri-Mirim. Na ocasião, estão em frente a um dos prédios pertencentes a Diocese de São Luís. Alguns dos referidos religiosos demonstram contentamento e outros um semblante cansado em decorrência da viagem. O grupo era constituído de padres jovens e alguns bastante experientes, sobretudo em relação a trabalhos sociais (O VIMARENSE, 2000).

O acesso ao município de Bequimão já impressionara os religiosos que lá chegaram, por conta da precariedade das estradas carroçais e da quantidade insuficiente. Não havia regularidade nos transportes, sendo que, apenas uma vez, por semana saía de São Luís uma embarcação à vela e um catamarã<sup>58</sup>. De acordo com um dos entrevistados, “Esta viagem de São Luís a Bequimão possuía a duração de uma semana, tendo em vista, as dificuldades de acesso, inclusive nos meses de agosto a novembro, os mares da baía de Cumã ficavam mais raivosos.” (INTERLOCUTOR 1B, 2021).

<sup>57</sup> A tradução para o português é “Nossos Padres no Brasil”.

<sup>58</sup> Catamarã é a designação dada a uma embarcação com dois cascos, com propulsão a vela ou motor. Os catamarãs se destacam por sua elevada estabilidade e velocidade. No caso desta embarcação que sai de Bequimão para a capital ou vice-versa, esta era guiada pelo vento ou motor a querosene) com destino a Baixada Ocidental Maranhense.

Ao chegar ao município de Bequimão, a primeira família a recepcionar os padres foi a do senhor Alcides Bouéres e da Senhora Ilda Fortes Bouéres, na época, o prefeito da localidade. Nesse período, a maioria das casas era de pau a pique ou de taipa e [...] apenas cinco das quinze casas da rua principal da cidade eram de alvenaria.” (PEREIRA, 2014, p. 30). A cidade de Bequimão não possuía energia elétrica, sendo utilizado um pequeno gerador que funcionava das 18 horas às 22 horas. Assim, como a maioria dos municípios da região, a cidade não possuía hospital e com isso, as taxas de natalidade e mortalidade infantil, além da desnutrição eram muito expressivas tendo em vista a ausência de atendimento no campo da saúde. Na cidade de Bequimão, assim como em toda a região, as taxas de verminose, esquistossomose<sup>59</sup> e malária eram muito grandes (PRELAZIA DE PINHEIRO, 1962 *apud* SÁ, 1975). Essas enfermidades eram muito comuns em uma região onde eram inexistentes sistemas de tratamento água e de esgotos e menos de 2 % da população possuía banheiros com aparelhamento sanitário dentro de suas habitações (IBGE, 1956).

As primeiras impressões da cidade, não espantavam os padres, pois eram muito comuns na região e eles chegaram cientes das intempéries que iriam enfrentar. As diferenças com a realidade canadense eram sempre destacadas pelos padres em suas conversas com a comunidade onde se alojavam. De acordo com Interlocutor 1B (2021) “[...] eles não reclamavam e nem se injuriavam, mas sempre diziam que no Canadá era diferente por isso e por isso. Eles nunca tinham visto um cofo e nem uma casa de pindoba.”

Esses religiosos sabiam que viriam para uma região constituída por grandes desigualdades sociais, concebida como de difícil acesso, com uma quantidade muito expressiva de analfabetos e problemas abissais de empobrecimento da população (INTERLOCUTOR 2B, 2021) Entretanto, não faziam ideia da precariedade com a qual iriam se deparar, dado que essas regiões eram extremamente pobres. Outro aspecto, diz respeito a existência de uma população prioritariamente rural, tendo em vista que na área urbana habitava apenas 10% (1.500 habitantes), o restante morava na zona rural. No Censo de 1958, o município de Bequimão possuía 15. 000 habitantes e as taxas de analfabetismo também eram muito expressivas totalizando 11. 479 habitantes (IBGE, 1958).

Assim, para estes religiosos, a realidade do interior do Maranhão se estabelecia como um desafio, porém participar da missão era reconhecer que não iriam apenas viajar, conhecer

---

<sup>59</sup> Também conhecida como barriga d'água. Esta doença se caracteriza pelo acúmulo anormal de líquidos na cavidade abdominal. É causada pelo parasita *Schistosoma Mansoni*, que pode atingir o ser humano, quando esse entra em contato com água doce, em que há presença de caramujos contaminados pelo parasita. É muito comum em regiões alagadas e que são acometidas por fortes chuvas e umidade, características estas tão comuns as terras baixadeiras.

belezas naturais e vivenciar situações de estabilidade. Muitos adotaram em Bequimão e Perimirim, assim como em Guimarães e em Cururupu, nomes fictícios aportuguesados como uma forma de se aproximarem linguisticamente e afetivamente da população local. Regionalizando, desse modo, a interação social mesmo sabendo que a língua era um dos grandes empecilhos para os religiosos.

Logo que chegaram ao município se hospedaram com as famílias tradicionais do lugar, e em seguida, mudaram-se para as instalações da Casa Paroquial Santo Antônio de Pádua, onde ocuparam espaços de morada e adaptaram alguns deles para funcionamento de atividades e setores burocráticos da paróquia. Lá também se hospedavam famílias, que vinham dos povoados longínquos e precisavam de um lugar para ficar. Assim, “[..] Apesar da rudeza e ignorância de alguns religiosos, eles recepcionavam muito bem os mais pobres.” (INTERLOCUTOR 2B, 2021). A figura 41 apresenta a Casa Paroquial de Santo Antônio de Pádua, onde residiram os padres canadenses da Missão de Sherbrook, em Bequimão - MA.

**Figura 41** - Fotografia da Casa Paroquial de Santo Antônio de Pádua em Bequimão - MA.



Fonte: Arquivo Pessoal

A Figura 41 apresenta a Casa Paroquial de Santo Antônio de Pádua em Bequimão - MA. Localizada próxima ao centro da cidade, lateral ao cemitério, era a continuidade do Salão Paroquial e formava juntamente com o ambulatório e a Igreja Matriz, o conjunto de prédios pertencentes a paróquia de Bequimão. Composto de um amplo salão de reuniões e sete salas laterais constantemente utilizadas para aulas de catecismo e reuniões dos religiosos de Sherbrook, é circundado de um grande quintal cheio de árvores frondosas que dão certo destaque ao prédio estilo fazenda.

Em Bequimão, esses religiosos, em destaque, o padre Robert Fortin, contribuíram também na construção das estradas para as comunidades de Jacioca, Vila do Meio, para Cedro e Pontal, para Quindiuá, Juraraitá, para São Luizinho e Canjiqueira, além de alguns outros povoados. Isso se deu em razão de que “[...] a falta de acesso as comunidades poderiam dificultar as ações socioeducativas e de evangelização.” (BEQUIMÃO, 2012, p. 33).

Uma disputa travada pelo padre Robert Fortin ocorreu na administração das Terras de Santana, aproximadamente no final do ano de 1968. As terras pertenciam à Igreja Católica e eram disputadas por fazendeiros e proprietários locais, ou seja, “[...] na verdade a terra era na visão dos quilombolas de Nossa Senhora de Santana e o padre pagava os impostos. Depois organizou uma associação a qual tomou posse da área. O padre pagava os impostos para os ricos não se apossarem e para não tirar o povo da área.” (INTERLOCUTOR 1B, 2021).

Não se pode deixar de esclarecer aqui que, nas comunidades quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense doava-se as terras aos santos católicos e entidades da religiosidade afro-brasileira denominadas de Terras de Santo, caracterizadas pelo uso coletivo da terra e dos recursos naturais. Muitas dessas terras eram doadas pelas ordens religiosas. No caso da Baixada Ocidental Maranhense, muitas delas foram doadas pela Ordem dos Carmelitas de Alcântara - MA, no ano de 1835, para o governo da Província do Maranhão, porém, dentre elas, algumas já pertenciam às comunidades quilombolas e foram doadas aos santos de devoção (CHATZIKIDI, 2018).

Para os grupos sociais que habitavam a microrregião dentro do território e corresponde às terras da antiga ordem, o que tem validade é a doação das terras feitas à Santa, uma vez que, a Santa não delegou a ninguém poderes para doações posteriores. Cabe apenas aos moradores dos povoados, o direito coletivo de escolher um encarregado(a) para administrar os bens em comum acordo com a Santa, essa escolha tem recaído sobre os moradores de cada comunidade, onde fica a igreja, a Santa e a pedra-documento. Temos como exemplo, as Terras de Santana em Bequimão (MA) e de Itamatatiua no município de Alcântara (Terras de Santa Teresa).

Ao se depararem com as adversidades da região e, conseqüentemente, com os seus desafios os padres canadenses da Missão de Sherbrook em Bequimão organizaram as ações por etapas. Dentre as prioridades, uma delas foi a construção de um conglomerado religioso, que envolvia uma casa paroquial para abrigar os religiosos, pois moravam em uma casa muito pequena e sem muitas condições de habitação, localizada no centro da cidade. Nessa casa paroquial, os missionários implantaram também um pequeno ambulatório para cuidar dos enfermos, unindo as visitas as comunidades para aconselhamento, no que concerne à saúde e nutrição. Sobre esse aspecto, destacamos a fala do Padre Robert Fortin acerca da prioridade de

cuidar dos enfermos e evitar o aumento das contaminações e verminoses: “O corpo é templo do Espírito Santo, vamos cuidar da saúde e do corpo para salvar a alma.” (PRELAZIA DE PINHEIRO, 1962, p. 23 *apud* SÁ, 1975). Diante disso, os religiosos reconheciam as condições insalubres nas quais aquelas populações viviam, a partir disso, propunham formas de intervenção na área da saúde atendendo aos preceitos e imposições higienistas, e principalmente, porque muitos padres eram entendidos sobre os cuidados e os saberes básicos da medicina.

No que tange ao combate à esquistossomose, as pessoas recebiam os remédios gratuitamente, fornecidos pela missão. Inicialmente, com o tratamento as pessoas eram curadas, porém, passados dois ou três anos, a maioria das pessoas voltava a contrair a doença e precisavam passar pelo mesmo processo de tratamento (PEREIRA, 2012).

Frente a isso, os religiosos investiram em campanhas de sensibilização das famílias sobre o ciclo da endemia, por meio de:

Construção de fossas, porque todo mundo só possuía sentinas e cagadores, tocos, desenvolvimento de hábitos de higiene, desenvolver o hábito de filtragem da água para beber antes de colocarem nos potes. Lá em casa era cabaça e cuia grande de água; lavagem das mãos com sabão bruto, cuidados com as crianças e fazer sempre os exames de fezes para prevenir, porque sabia que era importante mesmo era combater o causador do mal e não somente tratar a enfermidade. (INTERLOCUTOR 1B, 2021).

Assim como em Guimarães, os padres nicoletanos precisaram da colaboração das freiras para realizarem ações no campo da educação e saúde, além de ações de evangelização. Então, os missionários de Sherbrook mobilizaram forças e conseguiram junto a Diocese de Nicollet a vinda das irmãs da Congregação Nossa Senhora dos Anjos no ano de 1959. A chegada das freiras obrigou os missionários canadenses a construírem um convento para abrigá-las, bem como os seus serviços. Desembarcou em Bequimão no referido ano, a irmã Maria do Diesse, enfermeira por formação que ficou responsável pela coordenação da área da saúde, organizou uma equipe de auxiliares de enfermagem e as habilitou para o trabalho comunitário. Vieram também, as irmãs Saint Colette superiora do convento, e a Irmã Santa Inês de Assis, ambas responsáveis, essencialmente, pelas ações de desenvolvimento da comunidade e evangelização. Posteriormente, no ano de 1960 as freiras canadenses implantaram um ambulatório que ficou sob a sua tutela.

Cabe ressaltar, que as Irmãs já realizavam no seu país de origem ações voltadas à educação, assistência aos órfãos e à saúde, investindo prioritariamente no cuidado aos doentes. Ademais, estavam presentes além de no Maranhão, na região do Paraná e do Espírito Santo realizando trabalhos semelhantes. Foram incentivadas pelo padre Robert Fortin, que precisava

das ações delas para os investimentos conciliares estipulados para o município de Bequimão (MA).

A presença das religiosas foi importante para o fortalecimento e realização das ações, porém, fortes e rígidas hierarquias, normas e regras realizadas nas instituições dos missionários italianos ocasionaram a invisibilidade de irmãs, pouco eram citadas nos depoimentos e quase nunca descritas nos relatórios. Por outro lado, as irmãs canadenses popularizaram as suas ações, participaram diretamente da sua execução e possuíam um trânsito expressivo junto as comunidades mais empobrecidas, permanecendo assim no imaginário social “[...] como grandes e fortes mulheres.” (SOARES, 2012).

O Padre Robert Fortin adquiriu recursos e construiu o ambulatório denominado de Laboratório Santo Antônio e Almas, em homenagem ao padroeiro do município. O ambulatório e laboratório foi fundado em 1960, localizado no centro da cidade, na Praça Dois de novembro. O referido religioso realizou uma viagem ao Canadá e trouxe de lá os primeiros equipamentos, como os microscópios e aparelhos de primeiros socorros. Nesse momento histórico, o interior do Maranhão atravessava um surto de malária, por conta da vinda de migrantes que não obtinham sucesso em suas sagas pelo ouro nos garimpos da Amazônia Paraense e alastravam a doença pelos rincões da baixada (PRELAZIA DE PINHEIRO, 1973). O Laboratório foi construído perto do Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Bequimão, conforme pode-observar pela Figura 42.

**Figura 42** - Fotografia do Ambulatório Santo Antônio juntamente com o Convento Nossa Senhora dos Anjos em Bequimão, MA – [19--].



Fonte: Arquivo Pessoal

A imagem apresenta o conglomerado arquitetônico da paróquia de Bequimão, construído pelo engajamento dos missionários nicoletanos de Sherbrook. Da esquerda para a direita, temos o Ambulatório Santo Antônio juntamente com o Convento Nossa Senhora dos Anjos em Bequimão. Ambos eram prédios constituídos de salas muito amplas e foram edificadas por meio da mobilização de recursos vindos do Canadá e da França.

De acordo com Pereira (2014), além da implantação desses serviços, os religiosos canadenses, conheceram os povoados, visitaram as famílias, organizaram reuniões, formaram grupos por faixa etária e lançaram as sementes da evangelização, além de ministrarem os ensinamentos de acordo com o nível de compreensão de cada grupo.

No entanto, tiveram que resistir às investidas de alguns “poderosos” que viram as suas posições no campo de poder ameaçadas por um paradigma progressista – para alguns, populista-da igreja católica. A maioria das tensões se dava em virtude de os grupos hegemônicos desrespeitarem princípios importantes que regiam muitas ações dos religiosos e estavam presentes nos antecedentes do Concílio Vaticano II e mais adiante, no Movimento Conciliar, que dispunha que os religiosos, não deveriam “[...] servir-se uma da outra e tampouco usufruir de vantagens, advindas desta relação.” Além disso, destacava que a Igreja tinha por missão “[...] ensinar e denunciar o que não estiver de acordo com os direitos humanos.” (BOFF, 1973, p. 22).

As ações desses religiosos e religiosas impactaram na realidade social local trazendo como consequência o fortalecimento da relação entre missionários e missionárias com frações da população excluídas socialmente e foi se intensificando ainda mais nos decênios seguintes. Isso se deu tanto por meio do desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua crescente politização no espaço rural maranhense, quanto por meio da criação e/ou instalação de uma série de ministérios extra paroquiais e de organismos militantes criados pela Igreja ou a ela vinculados: CEBs, Comissão Pastoral da Terra, Federação de Assistência Social e Educacional, Conselho Indigenista Missionário, Movimento de Quebradeiras de Coco, Sindicatos Rurais, muitas vezes tensionando com o poder público (NERIS; SEIDEL, 2017).

Apesar da existência de algumas tensões, os padres e as freiras também mantiveram relações amistosas com os diversos grupos políticos da região, todavia, sem tomar posição por qualquer um dos “lados” ou partidos, e com isso, mediando ações que melhorassem as condições de vida da população e garantindo um lugar na estrutura de poder local. Diante disso, atendiam as prerrogativas dos antecedentes do Concílio Vaticano II que “[...] condenava as formas políticas que impedem a liberdade civil ou religiosa em benefício de partidos e/ou dos próprios governos. A comunidade política existe em vista do bem comum [...]” (POLI; CREA;

COMODO, 2008, p. 24).

Desse modo, os religiosos e religiosas garantiram por meio de suas ações um lugar privilegiado na memória social dos bequimõesenses, desenvolvendo na realidade daquele município resultados dificilmente alcançados, tendo em vista terem se inserido nas comunidades rurais e urbanas e mantido uma relação amigável com alguns setores das elites locais.

Em Peri-Mirim, com a mesma finalidade, chegaram os padres canadenses Nicoletanos da missão de Sherbrook em 1958. Em sua chegada, o município possuía 11. 800 habitantes distribuídos entre sede (3.299 habitantes) e zona rural (8. 501), a maioria experimentando situações de pobreza e analfabetismo (IBGE, 1958).

Os religiosos canadenses fixaram morada no município de Peri-Mirim para realizar suas ações e depois foram assumindo as paróquias em outras cidades vizinhas (CAMPOS, 2017). Entre eles, o único a permanecer foi Gérard Gagnon (1928-1992), que desenvolveu trabalhos bastante relevantes para a população desse município.

Os religiosos, logo que chegaram, instalaram-se em um prédio localizado no centro da cidade de Peri-Mirim que, posteriormente, abrigou as freiras vindas para essa localidade no final de 1960 (PESSOA, 2013). A escolha da casa paroquial nos centros das cidades ou próxima às catedrais destaca que no uso do espaço por empreendimentos de cultura material ligados à igreja não existe uma única lógica, apesar da grande narrativa da dominação ocidental de homogeneização de lugares e suas paisagens (SAHLLINS, 1997). Porém, a localização próxima a outros espaços vistos como detentores de um simbolismo da hegemonia trazem certa respeitabilidade e envergadura constituindo-os como pertencentes ao ciclo de poder e importância da urbe (MAGNANI, 1999).

De acordo com depoimento de Amorim (2018), “[...] Esse casarão, velho, maltratado, guarda histórias de uma pequena e pacata cidade chamada Peri-Mirim. Esse casarão, outrora imponente, fora construído para abrigar os religiosos da Missão de Sherbrook (Canadá) na década de 60.”, conforme pode-se observar na Figura 43.

**Figura 43** - Fotografia do prédio onde os religiosos da Missão Canadense Nicoletana de Sherbrook se hospedaram em Peri-Mirim-MA.



Fonte: ALCAP (2017).

A imagem nos permite observar o prédio onde se alojaram os religiosos da missão de Sherbrook e as religiosas canadenses. Era um amplo casarão, constituído de oito (8) quartos, uma capela improvisada, espaço de oração, sala de reuniões, área de convivência e pequeno refeitório. Os espaços de convivência e de morada dos religiosos, que chegavam em missões internacionais para a Baixada Ocidental Maranhense, corriqueiramente possuíam o mesmo padrão arquitetônico, obedecendo uma funcionalidade que incorporava a vivência cotidiana de ritos e práticas religiosas a uma estrutura técnico-burocrática. Normalmente, essas casas eram distribuídas da seguinte forma: mulheres na casa das freiras ou conventos e homens nas casas de padres, casas paroquiais e seminários. No caso de Peri-Mirim, diferentemente de outros espaços, habitavam padres e freiras em momentos muitas vezes intercalados. No entanto, na mentalidade da população local, o espaço é chamado de *Convento das Canadenses*, pois, “[...] é como se somente as freiras tivessem morado lá.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelos missionários de Sherbrook, está o incentivo e a organização da comunidade para a construção de capelas nos povoados para que as festividades ocorressem no local, em virtude da religiosidade da população. Em entrevista, um dos depoentes relatou: “A comunidade passou a ter um espírito solidário e sempre trabalhar juntos. Eles se juntavam com a comunidade para fazer e acontecer. Não eram só promessas.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Assim, no ano de 1963, chefiados pelo padre Gérard Gagnon, esses religiosos iniciaram o projeto de “forno” para casa de farinha, a fim de facilitar o trabalho do lavrador

(INTERLOCUTOR 2P, 2021). Além desse projeto, os religiosos da missão investiram em outras atividades que potencializassem formas de sobrevivência, que fugissem a tão acostumada dependência ao assistencialismo e ao clientelismo. Em 1965, os missionários de Sherbrook retornam para o Canadá, permanecendo em Peri-Mirim, conforme anteriormente citado, apenas o Padre Gèrard Gagnon.

O Padre Gèrard Gagnon lutava pela causa da popularização da Igreja Católica e pelo combate à pobreza no município de Peri-Mirim. O seu engajamento em todos os aspectos da vida social daquela comunidade é representado como “[...] pode-se dizer, sem nenhuma demagogia, que ele foi uma das pessoas que mais trabalhou para que esta terra fosse o que é hoje. Lutou contra a incompreensão de alguns e enfrentou grandes obstáculos.” (JORNAL O RESGATE, 2020).

Entende-se, pois que o referido religioso por meio de sua atuação, congregava um *capital simbólico* que se constitui em reconhecimento, por ter construído uma obra de valor social dando a possibilidade de influência em diversas instâncias do fazer social. Na perspectiva de Bourdieu (1987), o capital simbólico é um poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento. Consoante a isso, tal reconhecimento rendeu a missão de Sherbrook o acesso a bens materiais e simbólicos que facilitaram a implantação das ações conciliares na realidade de Peri-Mirim.

O padre procurou ainda desenvolver a agricultura rotativa e o cultivo das hortas comunitárias em Peri-Mirim. Sobre o assunto Almeida (*apud* ALCAP, 2020, p. 2) mencionou

[...] juntamente com um agrônomo que contratou, introduziu a agricultura rotativa, para evitar as queimadas e mudança de local para as roças, usando um trator da Paróquia para destocar e arar as terras, mas não avançou muito. Também introduziu as hortas comunitárias, com campo experimental em povoado de Santana e que foi um sucesso, pois abastecia todas as famílias do local. Todavia, pela falta de estradas para escoamento, não teve continuidade. Portanto, procurou implantar várias fontes de renda para melhorar a vida de todos de Peri-Mirim.

Embora o padre Gèrard Gagnon tenha se empenhando para o desenvolvimento da agricultura rotativa, foi algo que não avançou em Peri-Mirim. Já as hortas comunitárias, ganharam sucesso, sobretudo, no povoado de Santana, porém, as condições locais também não favoreceram sua continuidade, devido à situação das estradas de escoamento.

Ainda que o desenvolvimento da agricultura rotativa e das hortas comunitárias não tenham dado certo, o padre Gèrard Gagnon não desistia de trabalhar em benefício do município de Peri-Mirim. No que diz respeito a infraestrutura da localidade, ajudou a “[...] construir casas para quem não as possuía por meio de mutirões, estradas, e visitas com orientações para evitar doenças.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Observamos que os religiosos pertencentes às missões internacionais desenvolveram uma estrutura burocrática efetivadora de ações que visavam modificar as comunidades, no entanto, padronizavam essas ações e de maneira verticalizada e cartesiana orquestravam tais processos. Além disso, os trabalhos desenvolvidos por eles, contribuíram com a edificação de uma visão positiva sobre esses religiosos, que ensinaram e aprenderam no contato com as comunidades, por meio de negociações, nas quais prevaleciam símbolos e signos compartilhados e ressignificados pela interação de valores e elementos socioculturais oriundos das realidades dos padres e da população local.

Diante disso, a burocracia constituída pelos religiosos de Sherbrook, efetivada em suas instituições e entidades torna-se um instrumento eficiente no desenvolvimento de ações, antes espontaneístas e transformadas em racionais, favorecendo os processos de interação com grupos dominantes e dominados, impondo um imaginário social onde a desigualdade, a secularização e as intempéries religiosas locais poderiam ser apaziguadas por meio de uma organização sistemática.

Assim como nos demais municípios, por onde a missão canadense passou, a realidade da saúde da população de Peri-Mirim também enfrentava sérios problemas de abandono e desigualdade no atendimento e na ausência de um serviço institucionalizado. A esse respeito, um dos entrevistados relatou uma das falas do padre Gérard Gagnon que dizia: “São muitas pragas e provações para esta gente, que adoce sempre porque a realidade onde vivem é de muita penúria.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Em Peri-Mirim, na área da saúde, os padres canadenses, conforme aponta Almeida (*apud* ALCAP, 2020, p. 3)

[...] o “Dispensário” – Posto de Saúde/Ambulatório Santa Thereza, recebendo medicação oriunda do Canadá. Neste Posto de Saúde, trabalhava Raimundo Martins Campelo, tendo o apoio de uma religiosa canadense que logo foi embora. Os problemas de saúde eram muitos, além de ter um índice elevado de óbitos entre os homens pela esquistossomose (barriga d’água), e, as crianças, muitas morriam de desidratação, seguida pelas verminoses.

Convém lembrar que todas as ações no campo da saúde, incluindo a implantação do ambulatório era mantidas exclusivamente com recursos vindos do Canadá, “[...] sendo que o padre bancava com o dinheiro dele acho que a metade das coisas e despesas. Padre Gérard, que pagava funcionários, bancava treinamentos para auxiliares de enfermagem, de laboratório e de parteiras leigas.” (INTERLOCUTOR 2P, 2021). Também providenciou

[...] vindas de vacinas específicas para crianças e adultos, comprava medicação de rotina para complementar as que vinham do Canadá, além de comprar medicação de urgência e equipamentos básicos para determinadas urgências. É bom ressaltar que o

Ambulatório era tão bem equipado e constituído por uma equipe profissional competente, como Dr. Manoel Sebastião, médico e filho da terra, que realizou várias cirurgias, dentre elas: cesarianas, apendicectomia e até miomectomia. (ALMEIDA *apud* ALCAP, 2020, p. 2).

A atenção à saúde articulada à educação era uma premissa dos antecedentes do Concílio Vaticano II que dispunha em seu documento orientador a afirmação que as religiões se tornam reais por meio do serviço aos outros, especialmente, aos pobres, dos sofrimentos da humanidade e o apaziguar deste sofrimento mediante ações pontuais de saúde e do cuidado (POLI, 2008).

O catolicismo como prática religiosa tem suas maneiras de perceber e reagir nos contextos de saúde e doença e, diretamente conforme às exigências e orientações desde os antecedentes do Concílio Vaticano II, que destacava em suas proposições que a saúde no catolicismo é compreendida como um estado de comunhão com Deus e a doença é encarada como um obstáculo ao crescimento espiritual. Desse modo, a religião católica estava ligada às ações de cuidados com a saúde, bem antes de se tornar direito do cidadão e dever do Estado, pois, a Igreja Católica é a precursora na implantação e gestão de entidades ligadas à promoção e proteção à saúde (FRANCISCO, 2020).

Para intensificarem ações de educação em saúde, os religiosos canadenses juntamente com os leigos formavam grupos envolvendo a comunidade das sedes do município, articulados com lideranças das comunidades rurais, sempre chefiados por padres da missão, realizando visitas para divulgar ensinamentos sobre saúde e nessas ocasiões, aproveitavam para difundir saberes católicos e valores da religião. Em Peri-Mirim, as visitas eram chefiadas pelo padre Gérard Gagnon, porém massivamente frequentadas e organizadas, tendo a participação das mulheres religiosas e leigas. Essa circunstância permite dizer, conforme nos adverte Louro (2018), sobre o universo de intimidade das mulheres, que esses religiosos canadenses possuíam uma percepção sociocultural incorporada de que os homens não possuíam habilidades para tratarem de aspectos vistos como pertencentes ao trabalho das mulheres.

Os padres canadenses também participaram da construção de estradas vicinais e carroçais (neste momento não havia carros, apenas carroças) que possibilitavam a ligação de povoados ao município de Peri-Mirim. Frente a isso, esses religiosos uniram-se à população das comunidades e edificaram as primeiras iniciativas de estradas, utilizando-se de ferramentas rudimentares, por meio de mutirões, em que prevalecia o serviço braçal. Dentre as estradas construídas temos: Conceição; Santana dos Nunes; Rio da Prata, indo até o Bairro do Portinho.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, e com o aumento da desigualdade, como forma também de demonstrar certa hegemonia e filantropia capitalista, o governo norte-americano passou a distribuir alimentos não perecíveis para os países do terceiro mundo; muitos

desses recursos chegaram aos municípios de Bequimão e Peri-Mirim por influência dos missionários canadenses, e por intermédio dos padres foram distribuídos para os mais empobrecidos nas comunidades rurais. Essa ação fazia parte do programa chamado Aliança para o Progresso e se caracterizava como um Programa de Cooperação, criado em 1961, para ajudar no desenvolvimento econômico e social de mais de (20) vinte países latino-americanos, com recursos financiados por países do capitalismo central; à frente, os Estados Unidos, junto a governos e organismos da sociedade civil. No entanto, o programa possuía um caráter assistencialista e clientelista, típico das políticas *desenvolvimentistas*.

Essas ações encontravam eco nos empreendimentos desenvolvidos pela Igreja Católica, pois parte de seu quadro defendia ideias conservadoras e reprimiam qualquer iniciativa que se aproximasse do *fantasma do comunismo*, e associar-se à política externa orquestrada pelos Estados Unidos era um atestado de aceitabilidade de suas condições e de sujeição a suas imposições. Sobre o apoio dos religiosos nessas ações em Peri-Mirim (MA):

Em Peri-Mirim, o padre Gerard recebia alimentos, como: feijão, arroz, trigo, manteiga, queijo, açúcar, e outros, que eram destinados às famílias cujos chefes trabalhavam como voluntários na abertura e manutenção de estradas e barragens, como as que foram feitas em Santana, Feijoal, Poções, Meão, Minas, entre outras. Construiu pontes com recursos próprios em Pericumã, Meão, Serra, Santana etc. Também [...] recebia, mensalmente, para o Ambulatório, leite, açúcar, feijão, arroz e farinha que eram distribuídos para ajudar na alimentação das crianças, gestantes, idosos e doentes crônicos. (INTERLOCUTOR 3P, 2021).

Apesar das contribuições na implantação de serviços e ações no campo social, a presença das missões na região nem sempre ocorreu de maneira pacífica e sem intervenção do poder público estabelecido. Era muito comum prefeitos e vereadores locais “[...] palpitarem no que os padres podiam ou não se meter aqui em Peri-Mirim. Os crentes, principalmente, eram os que mais rejeitavam.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021). Esse fato ocorria, particularmente, quando os padres ganhavam projeção e eram muito bem quistos, sendo sempre vistos como benfeitores, logo, a comparação com a ação dos governantes era inevitável. Sobre o assunto, um dos entrevistados relatou “Aqui em Peri-Mirim a missão vivia às turras com os prefeitos. No início era só paz e amor. Mas, quando eles perceberam que os padres poderiam comer a boia deles tudo começou a mudar.” (INTERLOCUTOR 1P, 2021). A respeito desse assunto, outro entrevistado acrescentou, “Eles mexeram no vespeiro quando falavam de terra. Era tipo palestra de comunista.” (INTERLOCUTOR 2P, 2021).

Além dessas oposições ao seu trabalho, os religiosos conviviam em disputas com a população evangélica que contestava e criticava a ação dos missionários canadenses, as críticas se direcionavam a forma mais dialógica de disseminar os ensinamentos religiosos, tendo em

vista que “[...] os religiosos canadenses ensinavam tudo a todos, respeitando as formas de aprender. (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Em Peri-Mirim, assim, como em Bequimão, esses religiosos também fundaram as Comunidades Eclesiais de Base, que em princípio eram poucas, mas chefiados pelo Padre Gérard Gagnon, conseguiram elevar para (27) vinte e sete, sendo as seguintes, a saber: Sede; Portinho; Minas; Jaburu; Sacoanha; Meão; Santa Maria ; Igarapé-Açu; Centro dos Câmaras; Canaranas; São Lourenço; Poções; Feijoal; Ilha Grande; Taocal; Inambu; Ponta de Baixo; Santana; Torna; Rio Grande; Miruíras; Baiano; Pericumã; Conceição; Poço Dantas; Rio da Prata; Tijuca e Três Marias. Essas comunidades eram visitadas mensalmente, sempre aos sábados e domingos, e sendo feita três em cada dia (PERI-MIRIM, 1996).

Em Peri-Mirim, bem como em outros municípios da Baixada Ocidental Maranhense, foi criado o Clube de Mães no Povoado de Santana, reconhecido pelo engajamento em relação as questões sociais, mobilizava a comunidade e desenvolvia um projeto de artesanato e hortas para auxiliar na renda de famílias da comunidade sob a orientação da senhora Ana Lúcia de Almeida e do padre Gérard Gagnon.

A Missão Nicoletana de Sherbrook contava com um grupo de *missionárias leigas*<sup>60</sup>. Em Peri-Mirim, o envolvimento das missionárias leigas foi mais intenso, com amplo engajamento em todas as proposições e ações conciliares organizadas pelo Padre Gérard Gagnon, dentre elas as canadenses de Sherbrook: Carmem Allen, Joana Boulanger e Yvone Boulanger, as brasileiras Doroty Pritchard (Rio de Janeiro) e Margarida Oliva (São Paulo).

Uma estratégia das missões com apoio das missionárias leigas foi a fundação da Legião de Maria, uma associação internacional de fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana formada por leigos que servem de forma voluntária com a finalidade de contribuir para a ação evangelizadora da Igreja (MONTES, 2012). Em Peri-Mirim, essas religiosas ensinavam catecismo, e eram orientadas a se articularem para fundarem povoados a partir da constituição de grupos em suas comunidades. Posteriormente, esses grupos se tornariam Comunidades Eclesiais de Base, promovendo o desenvolvimento comunitário e social de acordo com as concepções e valores do catolicismo.

Nos anos que estiveram no município de Peri-Mirim a atuação da missão de Sherbrook pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, que transcorre a instalação de uma infraestrutura atrelada a ações de educação em saúde e manutenção de relações sociais com

---

<sup>60</sup> O Missionário leigo é “[...] o fiel (leigo) que em conformidade com seu estado de vida, faz parte de uma Fraternidade que partilha o carisma da Missão Nicoletana (RELATÓRIO MISSÃO NICOLETANA NO MARANHÃO, 1970, p. 9).

grupos políticos e autoridades locais, realização de obras; e num segundo momento, a construção e criação de escolas, desenvolvimento de projetos educacionais autônomos, implantação em parceria com programas estatais ou administração de colégios mantidos pelo governo. Como veremos mais adiante.

## **4 A MISSÃO CANADENSE DOS NICOLETANOS NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE E SUAS AÇÕES EDUCACIONAIS**

Nesta seção, abordamos as ações educacionais desenvolvidas pelos missionários da Missão Canadense dos Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense. Para tanto, analisamos as ações desenvolvidas pelos missionários pertencentes a Nicollet, Sherbrook e Saint Hacynte nos municípios de Guimarães, Cururupu, Viana, Bequimão e Peri-Mirim. Para isso, fizemos uso de depoimentos de ex-alunos, professores, pais e funcionários, e ainda de fotografias e de repertórios documentais (Regimentos, leis, impressos, Relatórios, dentre outros).

### **4.1 A Realidade Educacional do Maranhão entre os anos de 1950 e 1960: as possibilidades abertas para inserção das missões católicas**

Entre os anos de 1950 e 1960, as escolas existentes tanto na capital São Luís quanto no interior do estado do Maranhão eram insuficientes para atendimento da demanda de alunos em idade escolar que era aproximadamente 20% da população. No perímetro urbano e nas periferias da capital São Luís, havia mais de 20.000 (vinte mil crianças) na faixa etária de (7) sete a (12) doze anos, portanto em idade escolar. Contudo, os estabelecimentos existentes na capital abrigavam cerca de 11.000 (onze mil alunos) e era considerável o número de recusa de matrícula em virtude da ausência de espaços e condições de manutenção, somando-se a isso, tinha-se a falta de políticas de acesso e permanência (MOTTA, 2006).

Eram poucas as iniciativas do governo estadual e eram tímidas as orquestradas pelo setor privado, tanto na capital, quanto no interior (PESSOA, 2013). De acordo com Motta (2006), as escolas estavam localizadas nos centros urbanos maranhenses, havendo certa precariedade nas escolas localizadas no meio rural. Ademais, a política estadual de interiorização de escolas era insuficiente para atendimento da demanda, o que se revela como uma contradição tendo em vista, que quase a metade do estado 48% (quarenta e oito por cento) morava em espaços fora do perímetro urbano das cidades maranhenses (IBGE, 1950). O Censo de 1950 demonstrava que, no estado do Maranhão, o contingente de analfabetos chegava a 78% (setenta e oito por cento), percentual superior a realidade nacional que era de 69% da população (IBGE, 1950).

Dentre as iniciativas para diminuição da problemática educacional no Maranhão no período, cria-se no governo de Eugênio Barros (1952-1956), em 1953, “[...] a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura (SENECEM), em substituição à Diretoria de

Instrução Pública, que possuía atribuições mais limitadas.” (PESSOA, 2013, p. 84). A Secretaria integrava os seguintes órgãos administrativos: Diretoria Geral; Seção de Administração; Superintendências de Ensino Secundário, do Ensino Normal e do Ensino Primário e Pré-Primário da capital e do Ensino Primário e Pré-Primário do interior e Serviço Dentário.

Essa estrutura administrativa, constituída de seções e hierarquias funcionais não resolveu a situação do analfabetismo e da desigualdade de acesso e oportunidades educacionais, dado que a política educacional em vigor e os cargos ocupados priorizavam o clientelismo, considerando-se que as ações estatais não se desvencilhavam das imposições de grupos hegemônicos e das oligarquias locais.

De acordo com Pessoa (2013), a SENECEM foi dotada de técnicos para participarem da execução de políticas impostas como modernizadoras, materializadas em uma proposta denominada de Programa de Desenvolvimento da Educação, “[...] instituído por meio do Decreto 1 257, de 31 de julho de 1957, o qual criava o Plano de Desenvolvimento da Educação e Cultura do Estado do Maranhão.” (PESSOA, 2013, p. 87). Este plano tinha como finalidade “[...] a organização e planificação sistemática de acordo com a legislação da educação e cultura do estado do Maranhão de 1957.” (PESSOA, 2013, p. 87).

Neste contexto, de acordo com Motta (2006, p. 227), no ano de 1957, o estado do Maranhão possuía as seguintes instituições escolares:

[...] 99 Grupos escolares, 29 escolas reunidas, 254 escolas isoladas, e 04 jardins de infância [...] e um quadro de professores do então curso primário, constituído de [...] 964 professores, sendo 738 normalistas das quais 70 exerciam as funções de diretoras 76 eram regentes e 150 leigas. (MOTTA, 2006, p. 227).

Motta (2006) ainda advertiu que a formação de professores para o ensino primário era um dos grandes entraves para a consecução de melhores indicadores para o processo de alfabetização e para a melhoria da qualidade educacional. Essa situação se intensificava nas escolas rurais tendo em vista que o estado do Maranhão possuía a maioria da sua população habitando as *áreas rurais*, onde o governo não realizava investimentos substanciais em educação.

Em 1958, o crescimento da rede escolar maranhense ainda era insuficiente e precário, tendo aumentado minimamente em relação aos anos anteriores, sendo constituída por 100 grupos escolares, 31 escolas reunidas, 246 escolas isoladas e 04 jardins de infância. Em 1959, vários estabelecimentos estavam em construção, dentre eles, 16 grupos escolares, sendo 3 na capital e 13 no interior do estado do Maranhão. Paralelamente a isso, 22 grupos escolares

estavam em fase de finalização de obras, sendo que em 7 localidades existiram apenas promessas e nunca foram construídos e entregues a população (PESSOA, 2013; MOTTA, 2006).

Apesar dos investimentos e das ações mais direcionadas à construção de prédios e melhoria das estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino, os índices de analfabetismo ainda atingiam aproximadamente 73% da população no final de 1950, atingindo o total de 1.957.555 habitantes (IBGE, 1959).

Os investimentos na infraestrutura apesar de serem muito mais substanciais comparado as décadas anteriores, não conseguiu atender as demandas por vagas para a população em idade escolar, e os estabelecimentos que existiam precisavam de reformas e reparos urgentes, além de maiores investimentos em equipamentos e materiais permanentes para constituição do patrimônio escolar. As possibilidades se restringiam a uma rede sem ações planejadas, com recursos muito poucos e com uma representação de insuficiência no fornecimento dos serviços. A esse respeito, um dos entrevistados relatou que a educação escolar pública no final dos anos de 1950 “[...] era precária e cada escola seguia uma coisa [...]” nos levando a entender que a educação pública maranhense se pautava em ações espontaneístas e sem muitas orientações advindas dos gestores estratégicos (INTERLOCUTOR 1G, 2019). Outro entrevistado reforçou a afirmação mencionando que, “[...] nem todo mundo conseguia estudar porque não tinha colégio. Quando tinha colégio, não tinha farda e nem caderno, nem comer e nem nada.” (O INTERLOCUTOR 2G, 2019).

A representação de precariedade dos serviços oferecidos, pela rede escolar vista como insuficiente para financiar a educação pública, fortaleceu as possibilidades de inserção das missões católicas na constituição de obras educacionais. Mediante a esse cenário, iniciativas filantrópicas e assistenciais orquestradas pela Igreja Católica foram instaladas na maioria dos estados da federação, majoritariamente nos mais empobrecidos (MONTES, 2012).

Essas circunstâncias fizeram com que se unissem as dificuldades da política estatal e a vontade da igreja em expandir a sua fé e desenvolver sua catequese, e a partir disso, a Igreja vislumbrou nas comunidades excluídas e marginalizadas uma forma de expandir seus domínios e alcançar fiéis. Diante disso, tem-se as ações empreendidas junto aos leigos, implantando estabelecimentos de ensino confessionais, voltados no primeiro momento à infância, *tornando-lhes civilizados e ensinando-lhes a fé católica* (DALLABRIDA, 2009). Com base no paradigma teórico de Elias (1994), os civilizados seriam aqueles detentores de comportamentos atraentes, convenientes e aceitáveis, dentro de uma perspectiva etnocêntrica e ocidental, fazendo com que aqueles que não pertencessem ao padrão determinado fossem encaixados por meio de

imposições muitas vezes desumanizadoras. Nesse sentido, para as missões católicas internacionais que atuaram em territórios onde prevalecia a colonialidade de ser civilizado, além de possuírem práticas e saberes da instrução forjados pelas elites, impunham que o indivíduo também dominasse os axiomas do catolicismo.

A Igreja não se voltou exclusivamente para as populações empobrecidas, prova disso é que as elites apoiavam seus empreendimentos e participavam e usufruíam de suas obras educacionais, porém precisava-se cooptar aqueles que pertenciam aos estratos menos abastados e eram potenciais adeptos de outras religiões que assim, como os católicos já direcionavam seus investimentos aos mais empobrecidos, especialmente à infância, vista como um público em processo de socialização e de potencial incorporação dos dogmas e axiomas católicos. (MONTES, 2012)

Desse modo, na realidade da Baixada Ocidental Maranhense, os missionários canadenses criaram escolas paroquiais que uniam processos de escolarização da infância articulados a estratégias de evangelização, cumprindo assim, metas estabelecidas pelo movimento conciliar. A seguir, destacaremos as instituições educacionais criadas e\ou administradas pelos religiosos e religiosas da referida missão: Escolas Paroquiais; Escolas Rurais; Escolas Normais e Ginásios, além dos projetos estatais dos quais faziam parte (Projeto Bandeirante e Projeto João de Barro).

## **4.2 As Ações Educacionais da Missão Canadense dos Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense**

### **4.2.1 As Escolas Paroquiais**

No Maranhão, as escolas paroquiais datam do início do século XX e ocupavam muitas vezes, “[...] o espaço ausente do poder público oferecendo educação em localidades em que a ação governamental não conseguia atender a contento.” (PESSOA, 2013, p. 85). As Escolas Paroquiais instaladas na primeira metade do século XX, cumpriam uma das metas estipuladas pela nova política de revitalização da Igreja Católica que tinha como uma de suas premissas a evangelização da infância, para isso, deveria fundar um conjunto de escolas paroquiais mantidas e estruturadas, com base no paradigma cristão.

As pastorais coletivas do episcopado brasileiro recomendavam a fundação de escolas primárias em cada paróquia, que se tornaram conhecidas como escolas paroquiais. Essas instituições escolares eram consideradas estratégias importantes na cruzada contra as escolas públicas laicas instituídas pelo regime republicano, que se

estribavam na chamada “pedagogia moderna”. [...] Entre a instauração da República e meados do século XX, a Igreja Católica, em processo de romanização, construiu uma grande e nacionalizada rede de instituições educativas, que incluíam escolas paroquiais, colégios de ensino secundário e universidades, entre outras. Nas primeiras décadas do novo regime, quando as escolas públicas foram laicizadas, os bispos e padres articularam a criação de escolas paroquiais para fazerem contraponto às “escolas sem Deus” do governo. (DALABRIDA, 2005, p. 79-84).

As escolas paroquiais existiam pela Baixada Ocidental Maranhense antes da chegada dos canadenses, inclusive um dos entrevistados revelou que “durante toda a metade do século XX na Baixada Ocidental Maranhense, ordens e congregações internacionais criaram diversas escolas paroquiais nas mais diferentes localidades.” INTERLOCUTOR, 3G (2020). Nos municípios de Pinheiro, Viana e mais adiante em São Bento já existiam escolas paroquiais em pleno funcionamento sob a tutela dos missionários italianos do Sagrado Coração de Jesus que chegaram na região no final de 1940.

As ações missionárias católicas, em especial, as internacionais, instalaram nos municípios escolas primárias, tendo sido as primeiras iniciativas educacionais dentro de seus projetos de atuação, unindo princípios de evangelização e contribuindo com o movimento de restauração da igreja católica, que via a infância como necessidade urgente de disseminação da fé (BOFF, 1973).

As escolas denominadas de paroquiais instalaram-se primeiramente nas regiões onde os índices de pobreza e abandono estatal eram maiores. Entretanto, deve-se observar que o analfabetismo no interior do Maranhão, apesar de ser considerado como uma das maiores barreiras para a catequização, não representava o principal critério para a abertura das instituições escolares, sobretudo as religiosas, pois, tal intento inscreve-se na necessidade de expansão do projeto educativo e ocupação de posições no campo de poder, e as crianças representavam um público estratégico (CARDOSO, 2018; AZZI, 2008).

Para os missionários canadenses de Nicollet, que chegaram ao estado do Maranhão, especificamente na Baixada Ocidental Maranhense no ano de 1955, era necessário consolidar o campo religioso, com agentes e instituições reconhecidas, sendo o investimento nas escolas paroquiais muito importante. As escolas paroquiais voltavam-se para a educação da infância e assim, conseguiam alcançar as famílias das crianças e, conseqüentemente, os seus potenciais fiéis. As crianças, de acordo com as discussões dos antecedentes do Concílio Vaticano II, constituíam-se em uma "geração" que precisava de acolhimento, atenção, dedicação e para isso, a Igreja deve focalizar suas ações para elas (HORTA, 1994). Desse modo, os missionários canadenses precisavam orquestrar um conjunto de ações, que iam desde a formação de leigos para as atividades de catecismo e evangelização até investimentos na consecução de novos

docentes que contribuíssem com divulgação do paradigma católico de educação junto à infância. As escolas paroquiais criadas na região de certa forma acabavam suprimindo também a necessidade de educação pública oferecida pelas poucas escolas primárias e grupos escolares existentes.

Diante disso, foram criadas escolas paroquiais católicas na Baixada Ocidental Maranhense. No município de Guimarães, a escola Paroquial São José se consolidou como instrumento direcionado a evangelizar e catequizar crianças, garantindo a sua escolarização com base nas regras do catolicismo (PESSOA, 2013). Apresentaremos a seguir, o referido estabelecimento e as suas contribuições no processo de educar e evangelizar as crianças do município em questão.

#### *4.2.1.1 A Escola Paroquial São José em Guimarães - MA e os seus desdobramentos para além do ensino primário*

A Escola Paroquial São José foi instalada em 16 de março de 1950, em Guimarães pelo padre Luís Zaquinato, recebendo essa denominação em homenagem ao Padroeiro da cidade, e ocupava no conjunto urbanístico da cidade, lugar de destaque. A criação da escola atendia a necessidade local por vagas nas escolas, tendo em vista que já eram muito escassas. Esta instituição ocupava o espaço do poder público que não conseguia criar escolas ou manter as existentes com as mínimas condições de funcionamento. De acordo com Cuba (2012), a respeito da escola na história da educação de Guimarães (MA):

A Paroquial era uma florzinha desabrochando com o poder de Deus e a Virgem Maria. O Padre Zaquinato, o jardineiro que regava nosso sonho de ter este local para a infância pura sempre se fazer cristã. Sabe que pensávamos que ‘a infância será cristã’. Pensávamos todo dia nisso. E veio a Paroquial e concretizou. Foi o primeiro jeito organizativo da educação da cidade. A cidade ganhou este presente dos padres italianos. Aqui só existia as escolas particulares e o Urbano Santos. (CUBA, 2012).

A instalação dessa escola, ao que tudo indica, foi fruto da iniciativa do padre Zaquinato com o apoio de parte da elite local, pois, “[...] não houve no Brasil uma política oficial da Igreja Católica que incentivasse a implantação de escolas paroquiais [...]” (PEREIRA, 2009, p. 23). Depreende-se que as elites mesclando a preocupação com o comunismo e envoltos em uma visão positivista e conservadora desejavam uma escola com moldes vistos como mais rígidos e disciplinadores, capaz de relacioná-la e incorporá-la ao seu projeto de poder.

Quando criada, a escola atendia as necessidades não somente de escolarizar as crianças nas primeiras letras, mas, também trazia uma ação socializadora e disciplinar de transmissão

dos ensinamentos católicos, que estavam espalhados por toda a escola, por meio de símbolos e signos que promoviam uma mentalidade coletiva. Segundo Del Priore (1999), esses religiosos e suas instituições foram responsáveis pela elaboração dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança e as iniciavam em postura e conduta católica.

Inicialmente, a escola funcionou ao lado da Casa Paroquial, em um prédio que foi adaptado para fins educacionais. Este prédio foi cedido pelo Bispo Dom Afonso Maria Ungarelli que reconhecia que o local era pequeno e pouco arejado.

**Figura 44** - À direita o prédio da Casa Paroquial e ao lado o prédio onde funcionou a Escola Paroquial São José, 2000.



Fonte: Arquivo Pessoal (2012)

Neste estabelecimento eram ministrados o Pré-primário e o Primário oferecido às crianças de 4 a 10 anos de idade, no entanto “[...] a carência de escolas e a pobreza da população obrigavam o padre Zaquinato a abrir exceções em relação a idade dos alunos.” (PESSOA, 2013, p. 86). A partir de 1955, os missionários canadenses alugaram um outro prédio para funcionamento da Pré-primário separando assim, o funcionamento do ensino primário do pré-primário, que anteriormente estavam num mesmo prédio. Logo abaixo, pode-se observar na Figura 45, o prédio alugado para o funcionamento do pré-primário.

**Figura 45** - Fotografia do Prédio onde funcionou as turmas do Pré-Primário da Escola Paroquial São José em Guimarães - MA.



Fonte: IBGE, ([19-?]).

Na Figura 45, apresentamos o prédio em que funcionou o Pré-Primário da Escola Paroquial São José em Guimarães - MA. Nota-se que a edificação apresenta traços de uma arquitetura colonial, com quatro janelas na parte de frente do prédio que permitiam avistar o interior de todas as dependências, constituídas de 02 (duas) salas de aula e um corredor onde se improvisava mais uma sala de aula. A diretoria funcionava no prédio da Escola Paroquial São José que era mais arejado e amplo, em relação ao “[...] jardim das irmãzinhas que era mais quente e apertado, dificultando a estadia das crianças.” (INTERLOCUTOR 2G, 2020). Assim, por meio de suas prioridades, os religiosos e religiosas, demonstravam a forma como compreendiam as especificidades da primeira infância e suas vicissitudes educacionais.

Os dois prédios, tanto o do Jardim da Infância, onde funcionava o Pré-primário quanto o da Escola Paroquial estavam instalados na área central da cidade, sendo respaldados pela proximidade da Matriz de São José, facilitando a realização de algumas das estratégias religiosas adotadas junto aos alunos pelas freiras e padres dirigentes, envolvidos com a educação das crianças. Assim, baseando-se na perspectiva de Certeau (1994), pode-se dizer que tais estratégias contribuía com a ação de sistematizar, de impor ordem, transformando a infância vimarense atendida por essas instituições em agentes capazes de assimilar o pertencimento ao *ethos* católico.

A princípio, os missionários canadenses procuraram organizar a estrutura pedagógica e religiosa da Escola Paroquial, para isso, criaram um Regimento Interno no ano de 1955. A existência de regimento em instituições confessionais primárias fortalece o controle disciplinar

da infância, atingindo-as diretamente, bem como aos professores e funcionários, levando-se em conta que no jogo das hierarquias existem formas diversas de normatizar corpos e de se alcançar objetivos estipulados para tal fim.

No caso do corpo docente, segundo o Regimento, os professores deveriam assegurar o cumprimento dos objetivos da missão, com base nesse intuito, necessitariam incorporar a performance do professor missionário. Esse paradigma ganhava ênfase e legitimidade por meio das normas presentes no Regimento Interno da Escola Paroquial, que no item 4 - Direitos e Deveres dos Professores e Funcionários, artigo 3º afirmava “[...] dever de todo professor ministrar as disciplinas do currículo da instituição, deixando clara a tendência ao cristianismo em suas práticas, zelando pela saúde e aprendizagem dos alunos.” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA PAROQUIAL SÃO JOSÉ, 1957, p. 33). Dessa forma, os professores deveriam exercer suas atividades escolares e ocupar-se das ações voltadas à evangelização. Entretanto, no município havia carência de pessoas formadas com o curso normal, e as pessoas ligadas à paróquia, quando não eram alfabetizadas, eram julgadas, pelos padres que ali estavam, como inabilitadas para a docência. Além do fato de estarem sobrecarregados com as demais ações sociais desenvolvidas nas comunidades.

Pela falta de professores formados em Guimarães e pela sobrecarga de trabalhos dos padres da missão canadense, surgiu a solicitação à Diocese de Nicolet sobre a vinda das irmãs para preencherem essa lacuna e dar andamento as ações já prometidas e aguardadas pelos vimarenses. Em vista disso, vieram no ano de 1957, as Irmãs Nicoletanas de Nossa Senhora da Assunção da Santa Virgem,

De início as freiras Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia, Irmã Maria Assunta, Irmã Yvette Reymound, ou como era denominada, Irmã Santa Caridade, Teresinha de São Venceslau, Gertrudes, Ana do Salvador e Rita Dellors. Tais freiras distribuíam-se entre desenvolver ações docentes na Escola Paroquial e realizar trabalhos sociais e religiosos nas comunidades. (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1959, p. 8).

Logo que chegaram ao município de Guimarães, as Irmãs Nicoletanas de Nossa Senhora da Assunção da Santa Virgem conheceram a realidade local por meio da escuta dos moradores e do imediato envolvimento nas atividades e na vida social do lugar. Num diagnóstico inicial detectaram, além das condições de pobreza latentes, “[...] a presença de poucas crianças nas missas e atividades da paróquia.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLET, 1959, p. 8). Diante disso, criaram a Escola da Fé, que tinha como objetivo, oferecer aulas de catecismo aos sábados e reuniões com atividades lúdicas após a missa do domingo na Igreja Matriz, “[...] este conjunto de atividades estava a serviço do combate a preguiça e ao ócio das

crianças e de seus pais.” (CARDOSO, 2013).

Na Escola Paroquial, as Irmãs Nicoletanas de Nossa Senhora da Assunção da Santa Virgem, além de exercerem as atividades pedagógicas, cuidavam do trabalho burocrático e da administração do estabelecimento. Atuavam como polivalentes, tinham uma formação em Teologia e Filosofia Cristã e estavam assim, distribuídas: Madalena Brochu (Pré-primário); Ana do Salvador (Primário Instrumental); Irmã Rita (Primário - 2º e 3º anos); Georgette Desrochers (Primário- 4º ano).

O cotidiano na Escola Paroquial era composto de muitos rituais que ocorriam em datas importantes no calendário escolar, primordialmente, as festividades católicas que eram incorporadas e vivenciadas por alunos, funcionários e pela comunidade. Eram muito frequentes as festividades para recepção da população. Dessa maneira, a missão canadense de Nicolet, por meio da Escola Paroquial São José, buscava contribuir com o enfrentamento dos problemas de desvirtuamento da Igreja, moralizando a sociedade vimarense e transmitindo ensinamentos não somente para os alunos, mas também, para os seus familiares, caracterizando-se como uma estratégia do grupo estabelecido (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1959).

A rotina dos alunos da Escola Paroquial era constituída basicamente por aulas entremeadas por orações, e vigilância dos docentes se faziam constantes sobre questões de moralidade e de higiene e limpeza. O propósito principal da educação brasileira no final da década de 1950, era atender aos anseios estatais positivistas de uma política educacional que visava formar cidadãos com mentalidade nacionalista, saudáveis e vinculados ao cristianismo. Esses aspectos coadunavam com a Política Higienista do país iniciada com a implantação do Ministério da Educação e Saúde dos anos de 1930, que instaurou um conjunto de medidas visando a erradicação de doenças da pobreza e epidemias diversas (PESSOA, 2013; PARADA, 2009). Além disso, desde a Reforma Capanema, havia a exigência de que escolas implantassem nas suas dinâmicas formativas e práticas educativas, atividades direcionadas a habilidades laborais. Nesse sentido, foram implantadas na Escola Paroquial, as disciplinas de *Vida Doméstica e Educação para o Lar* para as meninas e *Artes práticas* para os meninos, constituindo assim, por meio da sua cultura escolar, uma civilização pelos corpos que delimita quem deve ocupar os espaços públicos e privados da vida cotidiana.

A presença da Escola Paroquial no município de Guimarães trouxe a diminuição de alunos do Grupo Escolar Urbano Santos, tendo em vista “[...] a representação positiva das freiras, vistas como adiantadas, [...] pois vinham de um país com elevadas taxas de escolarização.” (OLIVEIRA, 2000, p. 78). Ressalta-se que essa perda de alunos já vinha

ocorrendo no Grupo Escolar, decorrente dos conflitos internos e das práticas clientelistas, apadrinhamentos e manipulação de cargos, associados a um quadro fragilizado com a presença de docentes leigos ou sem nenhuma habilidade para a docência, o que implicou no declínio da qualidade educacional e na queda de matrículas.

Além da Escola Paroquial que ofertava ensino Pré-primário e Primário, outros serviços educacionais foram oferecidos pelos missionários canadenses, conforme pode se notar no documento representado na Figura 46 abaixo.

**Figura 46** - Documento com os serviços educacionais oferecidos pelos missionários canadenses a população vimarense.

G - PAROQUIA DE GUIMARÃES						
Localidade	Escola	Série	Sexo	Nº de alunos	Professores	
1: Cidade	Jardim de Infância		Mixto	24	Maria Clara Cunha Ramoa-Regente	
2: Cuzã	Escola Paroquial "N. Senhora de Guadalupe"	1 e 2	"	26	Ana Martins - Regente	
3: Mascujubal	Escola Municipal entregues à Paróquia	1 e 2	"	36	Maria Inês Ferreira	
4: Cidade	Escola Paroquial "São José"	1-4	"	158	Diretor: Haroldo Martins-Regente Maria Luíza Silva - Regente Maria Alva Davi Lima - Regente Marieliela Dias Dias - Regente Humberto da Silva Souto - Reg. Maria do Carmo Borges - Regente Isabel da Silva Barbosa-Regente Raimundo Fernafort - Regente (para trabalhos manuais) Raimundo Renato - Regente (para Habilidades masculinas) Paula Lopes (Hortaliças e Ensino Rural)	
5: Cidade	Escola de Catequistas		"	27	Irmã Gertrude Pe. Marcelo	
6: Cidade	Escola de Educação Familiar		N	18	Pe. Marcelo	
			P	18	Irmã Gertrude	
7: Cidade	Escola Doméstica		F	160	Irmã Rita Paula Lopes Maria dos Anjos Martins	
8: Cidade	Escola Normal Regional (de nível secundário)	1, 2, 3, 4	Mixto	26, 21, 16, 19	Diretora: Ana Maria Cavalcas, Norma. (Português) Denei Maria Madureira Cunha Pontesca (Hist. e Geogr.) Josefa Cantanhede Marques (Ciências e Trab. Manuais) Paula Lopes (Trab. Manuais) Irmã Ana do Salvador (1 Série) " Maria Adélia (2 " ) " Teresinha (3 " ) " Maria Assunta (4 " ) João Tiago Lafrenière (Latim e Ginástica)	

Fonte: Prelazia de Pinheiro (1961).

Este documento permite compreender que a atuação dos missionários canadenses em Guimarães na área educacional, não ocorreu apenas na Escola Paroquial, com o ensino Pré-primário e Primário, mas se deu também em outras instâncias, como na Escola de Catequistas, na Escola de Educação Familiar, na Escola Doméstica e na Escola Normal Regional<sup>61</sup>.

No prédio da Casa Paroquial funcionavam a sala de formação de catequistas denominada de Escola de Catequistas ou Escola de Fé, que recebia pessoas de toda a região,

<sup>61</sup> A atuação dos missionários canadenses na Escola Normal Regional será tratada mais a frente neste capítulo.

uma vez que era a única existente neste modelo. Vinham pessoas de todas as paróquias da Prelazia, selecionados pelos vigários locais. A escola era dirigida pela Irmã Gertrude e pelo Padre Marcelo Pepin, tendo “[...] formado centenas de catequistas que posteriormente atuaram no fortalecimento dos dogmas religiosos junto a infância baixadeira.” (RELATÓRIO DA MISSÃO DE NICOLLET NO MARANHÃO, 1961, p. 11). A preparação dos catequistas envolvia desde o aprofundamento dos saberes católicos, até noções de psicologia aplicada, além de dinâmicas de grupo que podemos deduzir terem sido elaboradas pelas teorias de Lauro de Oliveira Lima e seus aportes baseados em uma psicologia comportamentalista, presentes nos cursos da CADES. Convém esclarecer aqui que, apesar de certo hibridismo metodológico, algumas ações do catolicismo progressista se apropriavam dos ensinamentos de Paulo Freire, especificamente dos conceitos de círculo de cultura e animador cultural que se estabelecem como aspectos da metodologia freireana de pedagogia educativa e social. Diante disso, nos embasamos em Elias (1993), ao destacar que o processo de civilização da infância envolve o aparato dos valores religiosos, sendo um deles, uma devoção civilizatória que une o ideal de Deus e reproduz um comportamento que coadune com a ordem e a submissão.

Outro serviço educacional prestado pelos missionários canadenses, à população vimarense foi a Escola de Educação Familiar que atendia os pais das crianças matriculadas na Escola Paroquial. Sobre o assunto, um dos entrevistados relatou:

[...] as aulas eram sempre cheias. Na verdade, eram reuniões com muita oração e conversa para as mães cuidarem bem dos filhos, frequentar a escola e a Igreja pelo menos aos domingos e seguir os mandamentos, sacramentos e os pais para devotarem tempo a Igreja e contribuírem com as ações. Não era nada chato porque a irmã e o padre Marcelo eram danados de ativos. (CARDOSO, 2012).

Os missionários canadenses compreendiam que a família dos (as) alunos (as) precisavam compreender a dinâmica do funcionamento do ideal de família católica em questão. Assim, a visão de família disseminada pela Escola de Educação Familiar era essencializada e universalizada e sempre vista como instrumento de fortalecimento da religião.

Dessa forma, os papéis sociais atribuídos às mulheres e homens eram reforçados em uma assimetria que reproduzia a dinâmica machista e o poder patriarcal. As ideias disseminadas pelos religiosos e religiosas na Escola de Educação familiar era voltadas a uma divisão de gênero no campo do trabalho em que a obediência das mulheres e a lógica de submissão aos homens, era algo culturalmente entendido como natural.

A Escola Doméstica Feminina foi mais um serviço educacional oferecido pelos missionários canadenses em Guimarães. Mediante ao fato de a Escola Paroquial possuir uma

procura muito expressiva, as freiras resolveram implantar a Escola Doméstica Feminina, que ficava responsável por alfabetizar as meninas, em sua maioria, as mais empobrecidas e ensinar-lhes as práticas de educação para o lar e trabalhos domésticos. Cumpre destacar aqui que, esse estabelecimento chegou a recepcionar no ano de 1961, 160 alunas das mais diversas localidades e povoados da Prelazia.

Com todo esse aparato formado, a Escola Paroquial São José em conjunto com outros espaços e serviços educativos oferecidos à população de Guimarães passa a ser vista como um locus, voltado ao cumprimento das finalidades presentes nos antecedentes do Concílio Vaticano II, que determinava a valorização da infância como instrumento de propagação dos princípios cristãos e sua liturgia (BOFF, 1973).

#### *4.2.1.2 A Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus em Cururupu - MA: a atuação das Irmãs de São José e São Jacinto*

A Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus, em Cururupu – MA, foi criada em 1953, para suprir a carência do ensino primário no município de Cururupu. A administração da escola foi entregue às Irmãs de São José de São Jacinto que implantaram por meio de práticas educativas a articulação entre a fé cristã e o processo de alfabetização. Ademais, ensejavam reivindicações e ensinamentos higienistas, por conta de “[...] adorarem ensinar escovar os dentes, alimentação, cuidado com o corpo.” (INTERLOCUTOR 3C, 2021) realizando apropriações a respeito da política higienista ainda em vigor, essencialmente em espaços com altos índices de mortalidade infantil ocasionados por verminoses. O fato de as freiras serem professoras e enfermeiras facilitou a aplicabilidade desses saberes direcionados ao corpo, e possibilitou implementar, além das práticas de leitura e escrita, hábitos civilizados, preparados para o trabalho e preocupados com a saúde individual e coletiva (PARADA, 2009). Tais apropriações que os religiosos faziam da política higienista eram distintas daquelas promovidas por órgãos oficiais no país. Diante disso, nos baseamos em Chartier (1988) por pontuar que as apropriações refletem em seus usos e interpretações, uma conjugação de aspectos inscritos em práticas específicas que os produzem. Nesse caso, as ações missionárias articulavam práticas de cuidado e cura em conjunto com os ensinamentos dos saberes católicos, muitas vezes disfarçados e despercebidos pelos agentes sociais inseridos nessa dinâmica, na forma de estratégia voltada ao projeto de poder dos Nicoletanos.

Num primeiro momento, a escola funcionou em prédio pequeno, com apenas uma sala de aula e uma diretoria. No ensino das primeiras letras, possuía uma professora para todos os

alunos, independente do nível e da escolaridade. Com a chegada das Irmãs de São José e São Jacinto, o prédio, em que estava inicialmente estabelecido a Escola Paroquial teve que mudar, pois, não era capaz de atender a especificidade do projeto educativo das religiosas canadenses. Logo, para a Escola Paroquial foi adaptado um prédio localizado ao lado do convento das Irmãs, na praça José Vieira, que pode ser observado na Figura 47.

**Figura 47** - Fotografia do Convento, onde se hospedavam as Irmãs de São José de São Jacinto, que posteriormente serviu para funcionamento da Escola Paroquial (ao fundo), na Praça João Vieira.



Fonte: Câmara Municipal de Cururupu (1956).

A Escola Paroquial de Cururupu, funcionou na Praça João Vieira, na área lateral ao convento onde moravam as Irmãs de São José de São Jacinto. O prédio era pequeno e pouco arejado, continha 03 salas de aula e uma área administrativa, assim como as demais escolas paroquiais da região era desconfortável e com poucos espaços para lazer e outras possibilidades educativas. O referido estabelecimento estava localizado em uma área bastante arborizada e próxima aos ventilados mangues que circundam o centro da cidade, facilitando o contato com o porto e com isso, o acesso das crianças que habitavam as ilhas e localidades distantes às embarcações.

Essa Escola Paroquial atendia meninos e meninas, no matutino funcionava com o jardim de infância (pré-primário) e a 1ª e 2ª séries. Já no vespertino, funcionava com a 3ª e 4ª séries. As irmãs canadenses que vieram para Cururupu, atuaram na docência atendendo as seguintes turmas:

**Quadro 12** – Docentes da Escola Normal e suas respectivas turmas no ano de 1956.

<b>DOCENTE</b>	<b>TURMA</b>
Irmã Marie-de-la-Salette (Cécile Pelletier)	Jardim de Infância
Irmã Marie-Saint-Omer (Marie-Stella Monast)	1ª Série
Irmã Marie-des-Anges (Rolande Crevier)	2ª Série
Irmã Sainte-Honorine (Estelle Giard)	3ª e 4ª séries

Fonte: Paróquia de São João Batista (1999).

A escola manteve o quadro constituído pelas Irmãs de São José de São Jacinto por quase uma década, pois, não ocorreu a troca constante de professores. Desse modo, os (as) meninos (as) que estudaram nessa escola no período, ingressando no Jardim da Infância e concluindo o ensino primário, foram alunos (as), das quatro irmãs citadas no quadro.

No que diz respeito ao ensino ofertado pela escola, o discurso das irmãs ancorava-se na perspectiva de que o (a) aluno (a) era o centro do processo. O relato de um dos entrevistados enfatiza bem essa questão “[...] Lembro como se fosse hoje as irmãs dizendo que eram professoras facilitadoras e as crianças eram a prioridade de tudo. Sem criança não tem paroquial.” (CUBA, 2012).

Assim, podemos destacar que as Irmãs se aproximavam de uma perspectiva escolanovista, que pensa a escola como espaço de desenvolvimento integral do aluno colocando-o no centro do processo educativo, obedecendo a uma estruturação com base em uma dinâmica democrática e ativa. Esses pressupostos eram muito presentes na Educação Canadense que assim como os Estados Unidos inspirava-se nesses ideais e com isso já consolidava uma política de educação escolar na medida em que envolveu inúmeros intelectuais e inúmeros agentes da prática educativa em toda primeira metade do século XX.

Apesar de serem formadas por via desses axiomas pedagógicos, as irmãs mesclavam em suas práticas educativas cotidianas aspectos da educação escolar trazidos do Canadá e incorporados timidamente à realidade vimarense, pois às exigências católicas mais tradicionais que impunham maneiras de ser, pensar e agir rígidas e verticalizadas, dentro daquilo que Foucault (2005) define como disciplinamento de corpos e mentes.

Diante disso, podemos pensar que a vertente escolanovista desenvolvida pelas freiras Nicoletanas de São José e São Jacinto sofreram *apropriações*- apesar das discussões já presentes na Igreja Católica engendradas pelos antecedentes do Concílio Vaticano II, que definiam modelos pedagógicos e educacionais- na realidade escolar cururupuense produzidas dentro da perspectiva daquilo que Chartier (2002) denomina de novos *usos e interpretações*, que nesse caso, consubstanciavam-se em ações e intenções inscritas no seu projeto educativo.

Nessa escola, as professoras eram direcionadas também a ensinarem valores morais fundamentados pela doutrina católica; ensinar os princípios nacionalistas, moldando o caráter dos (as) alunos (as) (INTERLOCUTOR 2 G, 2021) (INTERLOCUTOR 3G, 2021). Esses aspectos ganhavam ênfase nas práticas cotidianas, em que os ritos e os rituais religiosos eram articulados à vida escolar e entendidos pelas religiosas como instrumentos importantes e necessários para a consolidação do projeto educativo católico junto a infância. Apesar de revelarem-se mais próximas de um progressismo confessional, de modo especial em relação a escolarização de crianças mais pobres, no que diz respeito ao acesso de processos culturais e educativos, as referidas religiosas aplicavam às crianças uma postura mais rígida e de intervenções constantes sobre as suas condutas (INTERLOCUTOR 2G, 2021) (INTERLOCUTOR 3G, 2021)

Nessa perspectiva, baseados em Chartier (1988) podemos dizer que as apropriações muitas vezes reformularam significações e subverteram estatutos. Diante disso, compreendemos que as práticas educativas desenvolvidas pelas religiosas no interior da Escola Paroquial de Cururupu, ainda que conclamassem um suposto escolanovismo baseado em um progressismo confessional aplicavam uma postura rígida, impondo “[...] medo e temor nos alunos apesar do sorriso das freiras e do afago, elas bastavam nos olhavam para ficarmos imóveis.” (INTERLOCUTOR 2C, 2021).

A Escola Paroquial, a princípio, era mantida com a cobrança de mensalidades. Mesmo sendo, uma instituição de ensino paga, disponibilizava algumas bolsas de estudos para aqueles que não possuíam condições de pagar. O valor da sua mensalidade não era tão diferente do cobrado, nas demais instituições escolares paroquiais da região da Baixada Ocidental Maranhense. No entanto, as mensalidades não conseguiam manter os custos do funcionamento da escola, por isso, as irmãs se mobilizaram e conseguiram fundos oriundos do Canadá para garantir a continuidade do seu funcionamento. Isso corresponde a uma realidade que atravessava todas as escolas paroquiais localizadas na região, pois, foi apenas a partir de 1961, por meio do projeto nº 3. 044/1961<sup>62</sup> que a escola passou a receber recursos do MEC para auxílio em suas despesas. Os recursos recebidos eram administrados pela Prelazia de Pinheiro, assim como das demais escolas vinculadas aos serviços educacionais e sociais da referida instituição.

Provavelmente, com a entrada de um novo recurso financeiro, a Escola Paroquial

---

<sup>62</sup> Este Projeto que autorizava o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, crédito especial de Cr\$ 2. 000. 000, 00 (Dois mil cruzeiros) destinado a construção de edifícios e funcionamento dos serviços educacionais e sociais da prelaia de Pinheiro).

Sagrado Coração de Jesus conseguiu ampliar a sua atuação, aumentando a quantidade de salas de aula, instalando o Curso Ginásial no ano de 1961 e atendendo novas demandas por escolarização daquela população em constante crescimento, a partir daí, a instituição passou a ser denominada de Colégio Dom Bosco.

#### 4.2.2 As escolas rurais

##### *4.2.2.1 O Projeto João de Barro em Bequimão e a atuação do Padre Robert Fortin da Missão de Sherbrook*

Os religiosos canadenses da Missão de Sherbrook desde quando chegaram às cidades de Bequimão e Peri-Mirim no final da década de 1950, preocuparam-se de imediato com a ausência de escolas nas localidades rurais dos dois municípios. Na época, os índices de analfabetismo eram alarmantes em todo o estado do Maranhão e o poder público não havia criado escolas rurais suficientes para atender as demandas por escolarização.

Os altos índices de analfabetismo e a falta de escolas eram preocupações que estavam presentes nos debates e nas pautas da política educacional maranhense, o que se deve ao fato de havia uma ênfase no discurso desenvolvimentista, sendo o analfabetismo e a precariedade da educação entraves para a efetivação deste ideário. Frente a isso, surgiu o *Projeto João de Barro*, num momento de mudanças sociais, político- ideológicas e econômicas, propondo inserir o homem no processo de desenvolvimento planejado e determinado pelo Estado. E para isso, a educação era vista como instrumento importante na inserção do estado do Maranhão na dinâmica capitalista de formação dos trabalhadores e mercantilização das relações sociais. O *Projeto João de Barro* foi criado pela Secretaria do Estado da Educação, no ano de 1967, durante o governo de José Sarney (1966-1970) e era destinado às populações rurais maranhenses, tendo como objetivo inserir o homem rural no processo de desenvolvimento socioeconômico racionalizado, por meio de um processo de educação integral em nível elementar (KREUTZ, 1982).

O projeto foi implantado em caráter experimental e dividido em duas etapas: inicialmente, nos municípios de Itapecuru-Mirim, Vargem Grande e Chapadinha. A partir de 1968 foi implantado, de forma gradativa, em mais 80 municípios localizados em diversas microrregiões, em virtude dos resultados positivos do ponto de vista das expectativas da administração educacional do estado. Dentre os 80 municípios que entraram na segunda etapa, Bequimão foi um dos escolhidos.

Esse projeto coadunava com o modelo político-econômico implantado no país após o golpe militar de 1964, sob o *slogan* "Maranhão Novo", esta etapa da política estatal pretendia fazer do proclamado desenvolvimento um elemento que permitia a visão de que o Maranhão estava em processo de decadência do presente, vangloriando-se de um passado de prosperidade (GONÇALVES, 2000).

A finalidade do *Projeto João de Barro* era criar espaços educativos para conscientizar as populações rurais de seu papel como agente transformador e participativo na resolução dos problemas comunitários e no processo de desenvolvimento econômico-social do Maranhão. Esse modelo educativo, pretendia, assim, envolver o homem, a partir do seu próprio conhecimento, em todas as suas dimensões e nos aspectos do seu pensar, viver e do seu agir.

O *Projeto João de Barro* propunha a criação de um modelo de escola que tinha como concepção rejeitar o paradigma de atuação da tradicional "Classe do ABC", pois buscava a partir da alfabetização, realizar atividades ligadas à vida concreta e às necessidades objetivas e imediatas das camadas populares (RIBEIRO, 1986). A perspectiva do projeto era norteadada pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1921-1997), que ancorada em situações concretas, articuladas ao processo de apropriação da leitura e da escrita, propunha desvelar as relações, que segundo Paulo Freire sustentavam uma ordem injusta, responsável pela violência dos opressores (FREIRE, 2019). Desse modo, objetivava por meio de uma metodologia de ensino dialógica e solidária por meio da palavra geradora, emergida da vida e da luta social dos oprimidos, um processo de alfabetização unido à Teologia da Libertação e a sua opção preferencial pelos pobres.

A ação educativa do *Projeto João de Barro* teria como base uma perspectiva comunitária, ultrapassando os limites da educação formal voltada especificamente para a promoção de mudanças na vida comunitária. Diante disso, o núcleo irradiador desse processo seria a escola "João de Barro", construída pelo próprio pessoal das comunidades e povoados e dirigida por um monitor escolhido por eles e adequadamente treinado para suas novas funções (KREUTZ, 1982). O monitor era visto como um animador cultural, dinâmico, mobilizador e sensível às causas populares, emergindo também daquela realidade, organizaria um espaço no modelo evidenciado pela perspectiva pedagógica Freireana, que destacava a importância dos processos de educação e alfabetização de adultos em espaços educativos organizados em círculos de cultura. Nesses espaços, os adultos eram iniciados a uma discussão para dar-lhes significado dentro da realidade daquela turma. Dessa forma, o objetivo da alfabetização de adultos era promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social. (FREIRE, 2019).

No entanto, os aspectos elencados sobre o *Projeto João de Barro* e a sua proposta de escola acabaram por evidenciar contradições e distanciamentos entre o estado autoritário vigente no período e a promoção de uma política pública educacional, que se baseava na articulação entre as exigências do sistema capitalista e a proposta de libertação e combate à alienação da classe trabalhadora.

Assim, veio a decisão do então governador José Sarney que mesmo alinhado com as diretrizes do militarismo em vigor, implantou o projeto e enfrentou as limitações da estrutura de pessoal, presentes na burocracia estatal, pois as condições educacionais do estado do Maranhão motivaram a implantação desse projeto de educação popular e de outras iniciativas e investimentos.

Em agosto de 1967, o então Secretário de Educação do Estado, o Prof. José Maria Cabral Marques, constituiu uma equipe de cinco pessoas para cumprir essa tarefa. Das cinco pessoas designadas, nada menos que quatro, haviam atuado no Movimento de Educação de Base (MEB), que encerrara suas atividades no Maranhão em junho do mesmo ano.

O MEB no estado do Maranhão sempre enfrentou conflitos e relações conturbadas com os grupos político-oligárquicos e estratos conservadores da sociedade, incluindo integrantes do próprio clero. Tais embates davam-se pelo fato desses agentes sociais contribuírem com a organização das comunidades, ajudarem na conscientização dos trabalhadores sobre a importância de formarem sindicatos para instrumentalizarem-se contra as formas diversas de opressão e estruturarem formas de atuação das mulheres, sempre direcionados a uma visão crítica da realidade e enviesada pela ótica da educação como instrumento contra-hegemônico na dinâmica da luta de classes. Dessa forma, na escolha desses antigos militantes do MEB foram esquecidas as divergências, enfatizadas as convergências e, sobretudo, considerada a aptidão dos convocados demonstrada em sua atuação no MEB (GONÇALVES, 2009).

Para a experiência piloto foram selecionados 49 povoados e treinados 52 monitores. A matrícula, no primeiro semestre, atingiu o quantitativo de 2.799 alunos, sendo 657 adultos e 2.142 jovens (menores de 14 anos) (ESTADO DO MARANHÃO, 1967). Todas as diretrizes e marcos referenciais estavam contidos em um documento chamado “Projeto João de Barro”. Nessas diretrizes destacavam-se a justificativa do projeto, seus objetivos, um diagnóstico da situação educacional do estado, um marco teórico e as etapas de execução distribuídas em etapa inicial e segunda etapa de execução.

A primeira etapa atendeu aos municípios de Itapecuru, Vargem Grande e Chapadinha. A escolha mesclava questões técnicas e políticas, dados alarmantes e barganhas com grupos políticos e religiosos locais.

Bequimão foi atendido na segunda etapa, junto com outros 80 municípios. A direção do projeto fazia pontes e buscava articulações com lideranças locais e com religiosos que mantinham boas relações e a aprovação das oligarquias locais. Mediante a isso, o Padre Robert Fortin foi escolhido por mobilizar junto aos povoados as condições para funcionamento do projeto. O padre e as lideranças locais receberam o grupo de articulação do projeto, que chegou no município na busca de conhecimentos indispensáveis da área. Eles vieram analisar as condições de implantação do projeto e discutir com a equipe local sobre os processos de motivação e seleção do pessoal a ser treinado para assumir o trabalho.

Após esse contato inicial com a equipe o Padre Robert e com o grupo local, seguida da constatação de que a maioria dos povoados não possuía escolas, ficou acordado que haveria uma mobilização dos munícipes para a construção de barracões. De acordo com um dos entrevistados, o Padre Robert Fortin,

[...] no povoado ele sempre ajudou, não só na educação como no social, com fossas antissépticas em vários povoados. [...] ele construiu barracões de taipa para ajudar no Projeto João de Barro. Lembro do Povoado Marinho, Ariquipá, Quindiuá. Ele ajudou a construir o barracão para as pessoas estudarem. Padre era fogo na roupa. Danado. (INTERLOCUTOR 1B, 2012).

Frente a isso, em Bequimão o projeto foi implantado em quatro povoados da zona rural, a saber: Marinho, Ariquipá Quindiuá e Rio Grande. Em todos eles, o padre Robert Fortin, acompanhado da equipe, propôs formas de organização do povoado, escolha de liderança de maneira formal e determinou a criação de um lugar que seria em formato de barracão. A escolha das localidades obedeceu a critérios técnicos (pobreza, analfabetismo e existência de docente disponível) além de critérios políticos, dado o tensionamento com as oligarquias locais, muito acostumadas a determinar os caminhos das políticas estatais. Ainda assim, a boa relação que o padre mantinha com esses grupos facilitou a implantação do programa sem grandes intervenções, especialmente, nos equipamentos e recursos recebidos, tendo em vista que cada escola recebia uma ajuda de NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos) para a confecção de bancadas escolares e manutenção de outras necessidades.

Dentro da estruturação didático-pedagógica do projeto, existiam atividades radiofônicas semanais que não ocorreram nesses povoados devido à ausência dos equipamentos, que nunca chegaram “[...] e mesmo que chegassem não ia dar para utilizá-los porque não tinha nem energia e nem nada nestes interiores.” (INTERLOCUTOR 1B, 2021). O material didático que chegava era composto de dois livros que objetivavam “[...] dar ao homem do campo condições básicas para sua promoção: alfabetização e elementos de cálculo como meios para uma educação integral.” (ESTADO DO MARANHÃO, 1967, p. 3).

Logo que os monitores foram escolhidos partiu-se para a capacitação. No curso para formação de monitores, o Grupo de Trabalho testou a aplicação da técnica de alfabetização de Paulo Freire. Um dos entrevistados, que inclusive foi monitor no projeto, em Bequimão, fez o seguinte relato a respeito do curso ofertado:

Eu fui monitor do projeto. Era uma mulher de São Luís e o padre que estava o tempo todo lá. Aí eles apresentaram Paulo Freire e disseram que era importante usar os ensinamentos dele. Eu nem conhecia. Nem ouvi falar dele lá na Normal, mas disseram que ele era bom para desemburrar crianças e adultos das escolas do "João-de-Barro". Agora falaram muito, mas não tinha material. Falaram muito de cartazes e jogos de letras) mas nunca vi. E outra coisa, o tempo do curso foi de um dia manhã e tarde, de 8 horas, pra um monte de coisa. (INTERLOCUTOR 2B (2021).

Diante dessa fala, podemos perceber que os ensinamentos no Projeto João de Barro estavam voltados a um paradigma emancipatório de sujeito, com base no pensamento freireano, porém, esses ensinamentos ficavam limitados às condições objetivas locais, essencialmente, aos poucos investimentos econômicos e a uma estrutura técnico-burocrática improvisada do projeto, o que impactava na sua organização e funcionamento com ações de aligeiramento, espontaneístas e sem os resultados esperados (GONÇALVES, 2009).

Sobre as aulas do Projeto João de Barro, em povoados pertencentes ao município de Bequimão, é importante mencionar que havia intervenções voltadas à evangelização, considerando-se que os monitores sempre iniciavam e finalizavam os trabalhos com orações. Outrossim, muitos materiais didáticos apropriados pelos monitores ou interpretados junto aos estudantes traziam passagens bíblicas e saberes católicos e constituindo como táticas, na perspectiva de por meio deles aprofundar as discussões sobre o direito a terra, o trabalho e a ação coletiva. De acordo com Certau (2005), as táticas servem para subverter o prescrito, não tentando nem vencer e nem dominar, mas, tentando preencher suas necessidades enquanto se esconde atrás de uma aparência de conformidade. Diante disso, esses religiosos compreendendo seus status de fracos -dentro da conjuntura que os impunha seguir determinadas normas e condutas- conseguiram articular axiomas católicos do seu projeto de poder a aspectos e temáticas preeminentes da luta social daquelas comunidades empobrecidas e abandonadas.

Apesar de que, para muitos habitantes a postura ideológica do projeto trazia desconforto, mas foi agregando e convencendo os demais a participarem e o padre Robert Fortin também os incentivava a criarem sindicatos ou a se filiarem nos já existentes. Embora tenha havido percalços, observamos que em Bequimão, os objetivos do projeto, em parte se concretizaram, mais precisamente, pela existência dos barracões construídos de taipa, cobertos de palha e de chão batido, que motivou, posteriormente, a criação de escolas nesses povoados que atualmente fazem parte do sistema municipal de ensino.

Antes de finalizar esta seção, não podemos deixar de registrar que outros povoados pertencentes ao município de Bequimão, poderiam ter sido atendidos pelo *Programa João de Barro*, o que não ocorreu em razão da resistência à ideia de construir o barracão e aceitar a instalação da escola, além dos embates com o padre Robert Fortin, que não era bem aceito por todas as lideranças e pelo fato de associarem o projeto a figura do padre. Soma-se a isso, a descrença em relação ao projeto, ocasionada pela frequente descontinuidade das políticas na realidade maranhense, confirmada em uma entrevista realizada, a qual destaca “[...] o povo já estava cansado de muita enganação e promessa. Ninguém tinha mais paciência. Eles vieram, mas a gente pensava que a qualquer momento, ou depois da eleição, eles iam embora.” (INTERLOCUTOR 3B, 2021).

No ano de 1969, o projeto encerrou suas atividades no município de Bequimão, e os boatos de que iria acabar incidiram na evasão. O padre Robert Fortin já havia entrado em conflito com o Estado que prometeu diversas ações e equipamentos, mas não cumpriu nem a metade, o que ocasionou o desvinculamento do padre ao projeto e contribuiu sobremaneira para a sua finalização. Apesar disso, o projeto foi uma conquista dos missionários canadenses por meio do padre Robert Fortin que desde o início das articulações e implantação esteve envolvido, construindo uma forma de apropriação específica desse projeto na realidade bequimãoense. A seguir, apresentaremos os desdobramentos da atuação dos missionários canadenses na realidade da educação no meio rural em Peri-Mirim-MA.

#### 4.2.2.2 A criação de escolas rurais a atuação do padre Gérard Gagnon em Peri Mirim

Em Peri-Mirim, nas Comunidades Eclesiais de Base<sup>63</sup>, além do trabalho de evangelização foram construídos barracões e adaptados espaços para o funcionamento de escolas rurais e de alfabetização de adultos. O Padre Gérard, logo que chegou ao município no início dos anos de 1960, se viu muito preocupado com os crescentes índices de analfabetismo, particularmente, entre os adultos, que “[...] conheciam os trechos da Bíblia sem desenhar nem ler os seus próprios nomes” (SEMED, 2016, p. 16), pois na época mais de 70% da população local era analfabeta (IBGE, 1964).

Frente a esse cenário, em apoio com o padre Edmund Pouliout, iniciou um trabalho de

---

<sup>63</sup> Padre Gérard fundou no ano de 1963, em Peri-Mirim-MA, as Comunidades Eclesiais de Base, que em princípio eram poucas, mas ele conseguiu elevar para (27) vinte e sete. As comunidades eram as seguintes: Sede, Portinho, Jaburu, Meão, Sacoanha, Santa Maria, Igarapé-Açu; Centro dos Câmaras; Canaranas; São Lourenço; Poções; Feijoal; Ilha Grande; Taocal; Inambu; Ponta de Baixo; Santana; Torna; Rio Grande; Mirúfiras; Baiano; Pericumã; Conceição; Poço Dantas; Rio da Prata; Tijuca e Três Marias.

abertura de espaços voltados à escolarização da infância e dos adultos. Na sede do município de Peri-Mirim, funcionavam nos clubes de mães, e na zona rural, em pequenos barracões, nos quais com a colaboração da comunidade contratavam um professor que além de alfabetizar tomava as lições do catecismo. No Povoado de Santana em Peri-Mirim-MA, por exemplo, adaptaram no Barracão que funcionava a Capela de Santana, uma sala de aula de alfabetização de crianças para o período matutino e de alfabetização de adultos para o período noturno. A Figura 48 apresenta uma imagem do barracão, onde funcionou a capela.

**Figura 48** - Fotografia do Barracão, onde funcionava a Igreja do povoado de Santana em Peri-Mirim-MA, local adaptado para sala de aula de alfabetização de crianças no turno matutino e de adultos no turno noturno.



Fonte: Relatório da Missão Canadense de Sherbrook (1967).

O barracão onde funcionava a Capela do Povoado de Santana era construído de palha, em pau a pique e barro e chão batido. Esses barracões eram construídos pelos religiosos em parceria com os moradores das localidades. Normalmente, eram espaços que abrigavam diversas atividades, que iam desde as aulas do ensino primário e da alfabetização de adultos, até reuniões para tratar de assuntos de interesse da comunidade. No ano de 1963, o Padre Gérard demoliu o barracão apresentado na imagem acima e ajudou a construir uma capela de alvenaria, como mostra a Figura 49.

**Figura 49** - Capela de Santana, 1963



Fonte: Relatório da Missão Canadense de Sherbrook (1967).

A Figura 49 retrata a inauguração do prédio de alvenaria da Capela de Santana. Na imagem aparecem os adultos e as crianças matriculadas na Escola do povoado e das demais localidades circunvizinhas que vieram prestigiar o evento. De acordo com Interlocutor 2P (2021) “Na ocasião, foram entoados cânticos para Senhora Santana, que sabe é a avó de Jesus e os padres pediram muito para botar as crianças na escolinha, que estava toda pronta e mimosa e a igreja nova toda linda para receber pessoal na reza [...]”. Diante disso, baseados na perspectiva de Certeau (2005) as estratégias têm como preocupação maior a produção em massa e a homogeneização de um público-alvo. Assim, a escolinha e a igreja recém-inaugurada serviam de instrumentos para promoção de uma visão positiva sobre os religiosos e suas ações e, sobretudo serviriam para produzir corpos sociáveis por meio de discursos e dispositivos de normalização.

Ações como a construção da nova Capela do Povoado de Santana, a instalação de salas de aulas de educação de crianças e adultos e a manutenção das atividades escolares, com pagamentos de professores e compras de materiais escolares eram mantidas com recursos vindos do Canadá, sendo boa parte oriundos do fundo particular do próprio Padre Gérard. A maioria dos docentes originavam-se das próprias comunidades e eram enviados para estudarem na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, que estava em pleno funcionamento e recebia alunos de diversos municípios da região.

Nas aulas noturnas de Educação de Jovens e Adultos, que também ocorriam nos barracões, o Padre Gérard reivindicava que por meio de uma educação aos moldes populares

de escolarização se tratasse de direito à terra, da agricultura, do cuidado com a higiene, da integração dos hansenianos à sociedade e dos direitos voltados a aposentadoria, tendo em vista “[...] o Instituto Nacional de Previdência do Brasil, órgão público previdenciário brasileiro ter sido criado em 1966 e os alunos idosos pouco conheciam sobre seus direitos.” (RELATÓRIO MISSÃO CANADENSE NICOLETANA DE SHERBROOK, 1967, p. 6). Uma preocupação do padre ao criar as salas de ensino primário e de adultos nas comunidades rurais era o incômodo com a exclusão de pessoas que carregavam estigmas, principalmente, pessoas com hanseníase, numericamente expressivas.

Outro aspecto relevante, difundido tanto nas aulas do ensino primário quanto na alfabetização de adultos, era a disseminação da importância das hortas comunitárias, com campo experimental no povoado Santana, a qual foi um sucesso entre as crianças e os adultos. O padre Gérard concebia a escola como uma forma de também organizar a sobrevivência. Incentivava nas aulas várias fontes de renda para melhorar a vida de todos de Peri-Mirim. Para isso, a igreja investiu na contratação de um agrônomo a fim de orientar os professores sobre como poderiam contribuir em suas aulas a respeito disso (ALMEIDA, *apud* ALCAP, 2020).

Além dessa ação no campo da agricultura, com vistas a impactos sociais e, conseqüentemente religiosos, uma outra estratégia realizada pelos missionários canadenses estava voltada à realização de um calendário de festividades e rituais religiosos, dentre eles, a Festa da Fraternidade. Todos os escolares se reuniam nesse evento que mesclava momentos religiosos e apresentações de brincadeiras e atividades culturais locais (cada comunidade apresentava alguma coisa) e ocorriam “[...] orações, abraços, almoço partilhado, procissão, culminando com a Santa Missa que quase sempre contava com a participação do Bispo da Diocese, em algumas ocasiões, pelo Bispo do Canadá, além de vários padres e amigos convidados (ALMEIDA *apud* ALCAP, 2020, p. 3).

Nessas ocasiões, familiares e as crianças partilhavam de momentos e incorporavam conjuntamente os mesmos preceitos cristãos, de maneira uníssona. Essas táticas do religioso atendiam aos objetivos de evangelização presentes no Concílio Vaticano II, sem destacar a metodologia de alcance dessa finalidade.

Foi implantada também, a *Semana do Escolar* que acontecia durante quatro dias por semana, nas férias dos estudantes. Os religiosos por meio das escolas mantidas pela paróquia custeavam despesas para que os escolares mais dedicados e destacados, de acordo com as exigências vigentes na época, pudessem dar a sua colaboração às comunidades com culinária, artesanato, bem como aulas de Português e Matemática aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Turner (2005) destaca que as festividades e as ritualizações são categorias agregadas de significação, mecanismos de conversão constituídos de normas e valores que guiam e orientam as condutas das pessoas, de acordo com desejos e sentimentos de grupos dominantes. Esses aspectos são incorporados pelos nativos que dão sentido e significações a essas práticas. Quando são constituídos de cerimônias associa-se o comportamento religioso aos estados sociais, sendo confirmatório e fortalecedor das estruturas existentes ou em processo de solidificação (TURNER, 2005) Desse modo, utilizar como estratégias datas e momentos festivos constituídos de rituais e cerimônias fortaleciam os axiomas cristãos, por meio de cálculos que objetivam experiências sociais que postulavam “[...] um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. (CERTEAU,1994, p. 46).

Com base na história das primeiras iniciativas de escolarização de crianças e adultos, no que diz respeito a alfabetização nas instituições educativas criadas pela missão canadense de Sherbrook, mais precisamente, por meio da atuação do padre Gérard Gagnon, foram observados diversos aspectos da cultura escolar, desde a organização e funcionamento das ações educativas, incluindo regras e normas, festividades e cotidiano escolar os quais permearam os processos de escolarização nesses espaços educativos,. E, apesar da precariedade, priorizavam a articulação entre o mundo dos sujeitos, a vida laboral, saúde e religião atendendo as necessidades locais e interagindo com exigências nacionais voltadas ao higienismo, à ideologia nacionalista e às vivências do sagrado e da fé.

Tudo isso se deu por meio de estratégias variadas, incluindo a cultura escolar desenvolvida nos espaços educativos diversos, “[...] no quadro do processo de socialização e integração nacional das crianças e dos jovens. em função das próprias formas culturais que ela produz e transmite [...]” (BARROSO, 1995, p. 15). Nesse caso, nos referimos, de modo particular, à interface entre cultura escolar e saberes religiosos, imbrincados como práticas de formação de uma subjetividade católica.

#### 4.2.3 As Escolas Normais

A seguir, são apresentadas as escolas normais criadas pelos missionários canadenses Nicoletanos e administradas pelas Irmãs da ordem Nicoletana da Anunciação da Santa Virgem e seus desdobramentos na realidade da região da Baixada Ocidental Maranhense.

#### 4.2.3.1 A Escola Normal Regional Nossa Senhora de Assunção em Guimarães- MA

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi criada no ano de 1957, pelas Irmãs Nicoletanas da Assunção de Santa Virgem, sendo também responsáveis pela Escola Paroquial São José. Observando a carência de professores para as escolas do município de Guimarães e sentindo-se sobrecarregadas de trabalho, pois congregavam muitas atribuições, essas irmãs decidiram dar andamento ao projeto educacional da missão católica de Nicollet e implantaram o estabelecimento.

É importante lembrar aqui que, a partir do ano de 1946, particularmente, por conta da publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal, surgiram as escolas normais regionais. (ROMANELLI, 2010) Os cursos ou escolas normais regionais se destinavam a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal, enquanto as escolas normais se destinariam ao segundo ciclo do ensino normal e ciclo ginásial do ensino secundário. Quanto aos institutos de educação, caberia ofertar o curso normal, além do ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário (PINHEIRO, 2020).

De acordo com Pessoa (2013, p. 100), a respeito da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção,

[...] inicialmente, funcionou no prédio da Vila Gem, antigo Seminário Maior de Guimarães, juntamente com a Escola Paroquial, fazendo parte do projeto Educacional e Social da citada Congregação e denominava-se de Escola Normal Nossa Senhora da Assunção em homenagem à patronesse da instituição.

A criação da escola estava intimamente relacionada ao preenchimento de uma lacuna ocasionada pela ausência de escolas que formassem professores, pois apenas São Bento, Pinheiro e Viana possuíam escolas normais, que não atendiam, porém, a demanda crescente em uma região em processo de expansão demográfica. Vale acrescentar que, essa era uma forma de oferecer a juventude do lugar a opção de continuidade de estudos, pelo fato de que muitos iam cursar o ginásial em outros municípios e retornavam para o ócio, uma vez que não existia a possibilidade de prosseguir no processo de escolarização.

Nesse sentido, para Rocha (2008), a história da criação de escolas normais está associada à implementação da instrução primária, pois objetivava a preparação de mestres para as escolas de primeiras letras. Desse modo, a escola pública, reinventada no mundo moderno, tem na escola normal e na escola primária seus pilares básicos, contudo em muitos municípios foram criadas apenas espaços de formação de professores ligados a congregações e ordens religiosas, essencialmente dentro dos projetos das missões internacionais.

No campo educacional, articulado ao campo religioso formado por seus agentes e instituições, assim como no jogo das suas relações, percebeu-se que a continuidade do projeto de fortalecimento do catolicismo na região dependia de uma Escola Normal, respeitada e portadora de reconhecimento e credibilidade, que pudesse ao formar docentes, transmitir-lhes os princípios cristãos. Essas estratégias educativas produziriam, além de bons cristãos, consagrados educadores, fabricados em uma instituição portadora de capital simbólico, refletida em seu reconhecimento.

De acordo com Bourdieu (2011), as instituições educativas reconhecidas, portadoras de capital simbólico, determinam a seleção dos vistos como tecnicamente mais competentes, cumprindo uma função social conservadora e elitista voltada a “[...] a consagração dos detentores estatutários de competência social, do direito de dirigir [...]” (BOURDIEU, 2011, p. 39), formando assim, uma nobreza escolar cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar. E assim, eram tratados os professores que se formavam na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, como aqueles que “[...] eram muito bons, sabiam argumentar e falar em público.” (CUBA, 2012).

Com a implantação dessa instituição educativa, criou-se a Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção” para gerir os recursos financeiros da Escola, composta por professores, religiosas, pais e alunos. Além disso, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção era mantida, do mesmo modo que a Escola Paroquial São José, pelas verbas que a missão conseguia das paróquias do Canadá, da França, de recursos que chegavam da Itália e de assistências parcas e insuficientes recebidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>64</sup>. Havia cobrança de mensalidade aos alunos que podiam pagar e existiam bolsas destinadas aos que eram pertencentes ao internato. Outrossim, recursos oriundos de convênios mantidos diretamente entre o Governo Federal e a escola aplicavam o pagamento de auxílios nas compras de materiais escolares e mobiliário, além do pagamento de bolsas para os alunos bolsistas, particularmente nos anos de 1960 e 1961. A maioria das verbas que mantinham a escola provinham de recursos oriundos do INEP (INEP, 1960; 1961) e eram “[...] depositados na conta bancária da instituição e gerenciada pela Irmã Jamile Boisvert que conduzia o pagamento das despesas.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET,

---

<sup>64</sup> De acordo com Barbosa (2017), a LBA fez parte da edificação e manutenção de muitos projetos voltados à assistência e educação e muitos deles, eram pertencentes à Igreja Católica que muitas vezes buscava verbas de diversas fontes para concretizá-los. A LBA foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil.

1961).

Os recursos recebidos sustentavam o prédio, a manutenção das instalações, ampliação de salas de aula e de outros espaços educativos. Eram também destinados à expansão dos serviços educativos, incluindo os internatos, e em todos os municípios que possuíam estabelecimentos confessionais e recepcionavam muitos alunos de outras localidades.

Em Guimarães, dois internatos recebiam alunos (as) para a Escola Normal vindos de outros municípios. Eles eram selecionados pelas paróquias que faziam parte da Prelazia de Pinheiro e que prioritariamente, possuíam padres nicoletanos como mediadores religiosos, sendo que as mulheres se alojavam no internato Carlos Reis e os rapazes no internato São José. Eram espaços “[...] de uma qualidade e limpeza sem igual. Com regras muito fortes e com muito afago e carinho das irmãs e dos padres.” (CARDOSO, 2012). A comunidade era incentivada a interagir com os filhos das outras localidades e os acolhia com a consciência de que o projeto católico de fortalecimento envolvia tais ações. Em entrevista, Cuba (2012) relatou que, “A gente visitava as amigas que moravam lá. Eles sentiam saudade da casa no interior, no mato, mas sabiam que os pais precisavam do diploma deles de professor.”

A Escola teve como primeira diretora a professora Águida Ferreira Lima Cavaignac, que ao lado da freira canadense Thérèse Fleury (Irmã Maria Assunta), dirigiu a instituição. No ano seguinte, a professora Ana Maria Cavaignac, substituiu a professora Águida e permaneceu por dois anos à frente da Instituição. Tempos depois, a Irmã Maria Assunta já bem familiarizada com a realidade local e fazendo uso do idioma brasileiro com boa desenvoltura, assumiu a Diretoria Geral até o ano de 1963. Após essa data, a Irmã Colette Ducharme prosseguiu na direção, entre os anos de 1963 e 1967 (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1970).

Após idas e vindas, exigências e informações solicitadas, no ano de 1958 foi publicada a autorização do estabelecimento, conforme a Resolução nº 68/58 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que legitimou o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. A presença da escola já reconhecida, mesmo sem ter formado nenhuma turma, possibilitou com que as irmãs construíssem uma cruzada para erradicar a categoria professor leigo da educação dos municípios da Baixada Ocidental, que se deu a partir do incentivo constante para que docentes cursassem o normal e assim, garantissem um capital cultural institucionalizado, ou seja, um diploma, que lhes possibilitasse o movimento no campo com certa desenvoltura. A figura 50 apresenta a fotografia da primeira turma de formandos/as da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no ano de 1958.

**Figura 50** - Fotografia dos alunos e das alunas da primeira turma da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, em 1958 no primeiro dia de aula juntamente com a professora irmã Colette Ducharme.



Fonte: O Vimarense (1996).

Nesta fotografia da Primeira Turma da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, de cima para baixo, iniciando da esquerda para a direita, temos Esdras Maia, Tarcísio Ribeiro, Lúcia Cuba, Severino Silva, Ivelise Silva, Mourane Lima, Julia Abreu, Maria Costa, Vitória, Leonor, Heloisa, Herminia, Maria Rosa, João Pereira, Zezinho, Regina Braga, Francília e Aldalena. A turma era composta por 22 (vinte e dois) alunos: 17 (dezessete) moças e 6 (seis) rapazes, todos do próprio município, pois, somente nos anos seguintes, a escola passou a aceitar estudantes de outras localidades.

Entre os anos de 1957 e 1960, a maioria dos alunos eram do sexo feminino, dado que reforça a feminização do magistério como estruturalmente orientado para que as mulheres ocupassem esses espaços.

Logo em seguida, temos uma imagem dos mesmos alunos e alunas da primeira turma da Escola Normal acompanhados das Irmãs Nicoletanas da Assunção de Santa Virgem, em um dia de confraternização, conforme pode-se observar pela Figura 51

**Figura 51** - Fotografia da Primeira turma da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em momento de confraternização de encerramento do ano letivo de 1961.



Fonte: O Vimarense (1996).

A imagem evidencia que a presença de alunos do sexo masculino era numericamente inferior ao das alunas do sexo feminino. Porém, esse aspecto não diferenciava a Escola Normal das demais existentes na região (como exemplo, Pinheiro e São Bento), as quais também não possuíam muitos rapazes matriculados (PESSOA, 2013). Embora fosse em menor número, a presença de homens nas primeiras turmas da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção se dava pelo fato de muitos não desejarem dedicar-se à vida rural, aproveitando a oportunidade de serem professores e, mudarem suas vidas, apesar de a profissão não pagar salários dignos.

Para ingresso na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, era necessário fazer exame de admissão, que consistia em uma avaliação aplicada, sendo essa a forma de seleção para os alunos e alunas terem o direito a se matricularem na instituição. Na Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, o exame normalmente ocorria no mês de dezembro de cada ano e continha perguntas relativas aos conteúdos do ginásial. De acordo com Bourdieu (2011), essa série de operações de seleção, separa os detentores do capital cultural herdado, daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais, conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais existentes.

Todavia, as aptidões exigidas não versavam apenas sobre conhecimentos dos saberes curriculares em vigor, mas, também sobre condutas, pois procuravam cartografar aqueles que possivelmente, seriam potenciais seguidores da vida religiosa e em suas trajetórias explicitavam tendências ao celibato. Neste aspecto, as docentes buscavam saber informações sobre a vida

pregressa e sobre o cotidiano daqueles que se submetiam aos exames, assim, buscavam realizar visitas domiciliares, para cruzarem as informações com depoimentos dados pelos (as) candidatos (as). De acordo com Certeau (1996), toda estratégia se impõe por meio de um modelo de ação e que, por esta via, assume eficácia social, sobretudo quando os dominados não dispõem de um lugar próprio para confrontar a realidade circunscrita ou prescrever suas práticas inventivas. Dessa forma, a pobreza dos potenciais seminaristas oriundos, em sua maioria, de famílias muito empobrecidas e a necessidade de continuidade dos estudos na escola normal de Guimarães eram condições que motivavam a aceitação desses jovens em se formarem como padres e freiras.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção atraía muitos estudantes em razão da instituição ter ganho repercussões na região, uma vez que, exportava professores para cidades mais próximas e às vezes até para a capital, pois a “[...] imagem positiva do trabalho das irmãs de Assunção repercutiram até mesmo em São Luís. Os professores eram muito bons e tementes a Deus [...]” (INTERLOCUTOR 1G, 2013). A imagem das freiras como modernas e afetuosas educadoras se chocava com a representação de escolas confessionais como lugares fechados, conservadores e tradicionais, de acordo com Interlocutor 2G (2012), “[...] sobretudo a concepção de rigidez que os italianos que vieram antes nos transmitiam nos deixou com *pé atrás*, desconfiados, mas logo vimos que os nicoletanos e as freiras eram mais abertos conosco.” O entrevistado ainda informou que, “[...] muitos alunos oriundos de outros municípios vinham estudar na escola normal, principalmente de outras localidades que eram atendidas pelo projeto assistencial e educativo das missões canadenses.” (INTERLOCUTOR 2G, 2012).

O Quadro 13 demonstra a quantidade de alunos por município que vieram estudar no 1º ano do curso da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção tutelados e mantidos pela missão, no ano de 1958.

**Quadro 13** - Quantitativo de alunos por município que vieram estudar no 1º ano do curso da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção tutelados e mantidos pela missão, no ano de 1958.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE ALUNOS	MISSÃO
Cururupu	06 alunos	Irmãs de São José de São Jacinto
Bequimão	10 alunos	Missionários de Sherbrook
Peri-Mirim	17 alunos	Missionários de Sherbrook
Total	33 alunos	

Fonte: Relatório Missão Canadense de Nicollet (1958).

O quadro permite entrever que a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção recebeu no período um total de (33) trinta e três alunos vindos de outros municípios, porém o maior número veio do município de Peri-Mirim, no caso (17) dezessete alunos, o que representava até mesmo um pouco mais da metade do número, somando com 6 (seis) que vieram de Cururupu e os dez (10) de Bequimão.

Ao retornarem para os municípios de origem, esses estudantes assumiam funções docentes e burocráticas na administração pública, especificamente na educação, “[...] tendo em vista serem vistos como muito competentes e preparados.” (INTERLOCUTOR 1G, 2013). Eles incorporam a simbologia da instituição que os formaram e passaram a conduzir os seus trabalhos reproduzindo muitas vezes, as próprias determinações que conclamavam aos docentes de disseminar os princípios do cristianismo.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção funcionava sob regime de externato, para ambos os sexos, com o curso de regente do ensino primário, de duração de (4) quatro anos, de acordo com o Decreto – Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que expediu a Lei Orgânica do Ensino Normal.

As práticas de ensino do curso eram realizadas pelos alunos e alunos na Escola Paroquial que ficava a cargo da missão canadense, posteriormente, a instituição foi transformada em Grupo Escolar Paroquial. Além desse espaço, as irmãs também criaram a Escola de Experimentação Anjo da Guarda, conforme mostra a Figura 52 abaixo.

**Figura 52** - Fotografia da Escola de Experimentação Anjo da Guarda, 1961



Fonte: Carmelita Cuba (1961).

A Escola de Experimentação Anjo da Guarda foi criada pela professora Irmã Maria

Adélia, em 1961, inicialmente, funcionou em um barracão improvisado, conforme pode-se observar na Figura 52. A escola recebia crianças pequenas da comunidade do entorno da escola. De acordo com Pessoa (2013), por meio dessa iniciativa, a referida Escola Normal oferecia, na periferia da cidade, a oportunidade de acesso ao saber à primeira infância, possibilitando desse modo, aos estudantes da Escola Normal, suas primeiras experiências na docência, o que contribuía para uma formação em que os ensinamentos teóricos dos saberes curriculares fossem postos em prática, diminuindo assim, a distância entre a teoria e prática.

A professora Irmã Maria Adélia planejava coletivamente as aulas a serem aplicadas no campo e orientava sistematicamente cada futuro normalista na organização de suas experimentações. Dessa forma, “[...] brilhavam os olhos da irmã Adélia, assim como as outras também eram devotadas, quando falavam de ensinar. A missão delas era ensinar a ensinar.” (INTERLOCUTOR 1G, 2013).

Na imagem que segue abaixo, representada pela figura 53, podemos observar o espaço onde eram realizadas as aulas de Educação Artística do Curso. É oportuno esclarecer aqui que essa disciplina funcionava de forma separada para os alunos do sexo masculino e para as alunas do sexo feminino, a própria imagem deixa a questão evidenciada.

**Figura 53** - Fotografia das alunas do 1º ano da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em aula de Educação Artística, em 1959.



Fonte: Carmelita Cuba (1959).

Na imagem, pode-se observar uma aula de Educação Artística voltada às alunas do sexo feminino do Curso, estão presentes ao fundo, Kátia Cuba, Tâmara Schalcher, Rosa Schalcher e Lúcia Ramos. As aulas da disciplina eram realizadas em um ateliê e as atividades práticas

prevaleciam. Normalmente, nessas aulas as alunas aprendiam arte visual, “[...] confeccionavam símbolos do catolicismo e faziam tapeçaria. No ateliê, preparavam-se as ornamentações da coroação de Maria no mês de maio e as prévias de orações para São José.” (CUBA, 2012), reforçando, por meio do ensino as articulações entre moral cristã e ensino, além de habilidades que determinam as relações de gênero e do lugar social destinado às mulheres, pois, nessas aulas enquanto “[...] os homens faziam desenhos de cartografia, as mulheres faziam tapeçaria.” (CUBA, 2012).

Além das freiras, outros docentes do município, já formados por outras escolas normais atuavam na Escola Normal Nossa Senhora de Assunção. Mediante a isso, muitos que haviam sido formados em São Luís na Escola Rosa Castro vieram para Guimarães ocupar cargos de regentes na escola. De acordo com a entrevista de Cardoso (2012), “[...] muitos docentes eram formados fora do Estado considerando a dificuldade de acesso a escolas de formação de professores no Maranhão [...]”. Ainda a esse respeito, Cardoso (2012) acrescentou que,

[...] naquele tempo muitos iam para Teresina, outros iam para o Rio de Janeiro, no caso, Ana Maria Cavalcante, Dona Antônia Carvalho, Dona Denei. Elas se formavam lá, não sei em quais locais elas estudaram, mas saíram daqui porque tinham o sonho de serem professoras e foram chamadas pelas freiras para contribuírem lá e não fizeram feio. (CARDOSO, 2012).

Assim, o corpo docente da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção era constituído por professores e professoras formadas em diferentes instituições, inclusive em escolas situadas em outros Estados brasileiros, como no Piauí e no Rio de Janeiro.

No período em que os missionários Nicoletanos estiveram presentes na administração da sua obra educacional em Guimarães na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, se formaram 06 turmas e aproximadamente 200 alunos, que diretamente desempenharam diversas funções na administração pública dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense ou exerceram papéis estratégicos na direção de escolas e na docência (RELATÓRIO DA MISSÃO NICOLETANA NO MARANHÃO, 1970). De acordo com Cardoso (2012), “As escolas administradas por eles eram muito valorizadas. Ganhavam peso de ouro. Podia ser de onde fosse. O povo sabia que se passasse pelos alunos da escola normal, era garantido aprender e fazer bom trabalho. Era uma confiança de pobres e ricos com o trabalho das irmãs, e com o conhecimento delas [...]”.

Ao analisar a entrevista de Cardoso (2012), observa-se a presença dessa representação da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção no imaginário sobre os docentes nela formados. Tais representações produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas (CHARTIER, 1990). O trecho da

entrevista de Cardoso (2012) demonstra ainda, a reprodução do poder simbólico por meio das escolas administradas pelos egressos da Escola Normal de Guimarães, não somente observando essas instituições como instâncias responsáveis pela transmissão de bens culturais, mas de construção de mundo. Logo, a presença desses egressos nas escolas presentes nos municípios e a sua relação com a representação dos estabelecimentos - vistos como *sistemas simbólicos* - fazia com que se cumprisse uma função política de impor, legitimar ou assegurar a hegemonia desse grupo religioso no campo educacional (BOURDIEU, 1998).

Nessa perspectiva, havia uma transmissão desse poder simbólico, constituído de prestígio e carisma que dava a Escola Normal de Guimarães grande importância, sobretudo pela representação dos docentes na condição de incorporadores de um capital cultural conquistado na referida escola. Diante disso, baseados na perspectiva de Chartier (1988), entendemos que a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção produziu representações do mundo social, que embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, estavam determinadas pelos interesses do grupo religioso que as forjaram, no caso, os nicoleitanos, orientados pelo projeto de fortalecimento do catolicismo na Baixada Ocidental Maranhense. Para a edificação desse projeto de poder, havia a necessidade de ampliar o número de formados pela Escola Normal que “[...] atuassem nos rincões da Baixada. Era uma alegria para as famílias terem um filho formado em professor pela missão.” (CUBA, 2012).

A imagem que segue apresenta os formandos do sexo masculino da segunda turma da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, em 1961.



**Figura 54** - Fotografia com os formandos da segunda turma da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, em 1961. Fonte: O Vimarense (2012).

Na imagem, aparecem apenas alunos do sexo masculino da segunda turma da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção com as irmãs Collet e Maria Assunta, que na oportunidade solicitaram uma fotografia separada das alunas. Entre os alunos, da esquerda para a direita, estão Janilson, Antônio Luiz, Joamir, Haroldo, Evilton, Diquinho, Raimundo Lima, entre outros. Convém destacar em relação a essa fotografia que na segunda turma o quantitativo de alunos do sexo masculino era numericamente superior em relação a primeira turma. Muitos deles, moravam no internato masculino e estavam sendo direcionados ao padroado, porém não se sabe ao certo quantos se ordenaram. Aparentemente, os formandos pareciam entusiasmados com o ritual de passagem, certamente por reconhecerem que ao portarem o diploma de normalista da escola das missionárias canadenses teriam a chance de transformar as suas vidas por meio do acesso ao emprego.

Portanto, voltar para as suas casas nos quilombos ou cafundós do interior do Maranhão e formar-se em professor naquela desfavorável realidade, era na perspectiva de Nogueira e Nogueira (2011), adentrar ao cerne daqueles que pertenceriam a um grupo seletivo de intelectuais detentores de um saber específico, e a escola era o único potencial caminho. Dessa forma, essas representações da Escola Normal se caracterizavam naquilo que Chartier (2011, p. 20) estabelece como “[...] formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” [...] encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.”.

Além disso, a escola se constituiu para muitos agentes oriundos das classes populares como estratégia de manutenção e sobrevivência, que segundo Certeau (1996), envolve cálculo e manipulação das relações de força, sobretudo, quando um sujeito de querer e poder (no caso os Nicoletanos) pode por meio da institucionalização de práticas atingir de maneira calculada objetivos de um projeto de poder.

A maioria daqueles que se formaram nas primeiras turmas da escola tornaram-se importantes educadores e ocuparam cargos de destaque na educação dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Ademais, seguindo a perspectiva de Bourdieu (1989; 2013), esse estabelecimento articulava em suas proposições as dimensões políticas, religiosas e educacionais, delegando à Igreja católica, o protagonismo de formar professores que pudessem reproduzir em suas práticas cotidianas os sistemas simbólicos irreconhecíveis, transfigurados e legitimados. Composto assim, dentro do projeto educacional da Missão católica Canadense, a centralidade em formar docentes para a realização da reprodução cultural e religiosa e dessa forma, acabavam servindo como agentes de disseminação dos preceitos da Renovação da Igreja.

#### 4.2.3.2 A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana-MA

Em 1965, Dom Hamleto de Angelis, 1º bispo de Viana, da ordem dos Missionários do Sagrado Coração já citada neste trabalho, percebendo que o Grupo Escolar “Estevam Carvalho” e a Escola Paroquial “Dom José Delgado” enfrentavam problemas econômicos e constatando a necessidade de formação de docentes na região, requereu ao presidente do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, a autorização para o funcionamento de uma escola normal colegial, com a finalidade de formar professores-apóstolos, uma vez que no município de Viana só havia um ginásio mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e quatro grupos escolares, sendo dois do Estado, um mantido pela prefeitura municipal e outro pela antiga paróquia, agora transformada em Diocese (RENASCER VIANENSE, 2015).

Como o Bispo Dom Hamleto de Angelis era um conhecedor das atividades desenvolvidas pelas IASVs (Irmãs da Assunção da Santa Virgem) nas cidades da região, em especial em Guimarães, para criar a escola normal no município teve que solicitar a ajuda da madre superiora das IASVs, no Canadá requerendo a vinda de “uma comunidade, mesmo que pequena, para Viana, dessas religiosas”, que ficariam responsáveis pela direção dessa instituição de ensino (DESROCHERS, 2010, p.123). De início, vieram apenas três irmãs: Eileen Pratt, Lucille Labarre e Mônica Dallaire. Embora a educação fosse a meta básica da congregação, as religiosas recém-chegadas não pretendiam se limitar somente ao ensino em Viana, pois, “[...] almejavam também participar ativamente das atividades pastorais da paróquia e da diocese. E o foi o que fizeram, depois de conhecer melhor a comunidade local, através de visitas às famílias e encontros com os jovens.” (RENASCER VIANENSE, 2015).

A autorização para funcionamento da escola foi concedida em 4 de maio de 1966, todavia “[...] semanas antes, no dia 17 de abril, já havia acontecido a aula inaugural proferida pelo seu fundador, Dom Hamleto, no salão da Escola Paroquial Dom José Delgado, com a “[...] presença de autoridades, pais dos futuros alunos e do corpo docente. Ali funcionou a escola normal durante todo o ano letivo de 1966 (AVLMA, 2020)<sup>65</sup>. O estabelecimento passou a ser denominado de Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, em homenagem à padroeira da cidade, sendo essa uma instituição educativa.

Com a fundação efetiva da Escola Normal, em 17 de março de 1966, as irmãs da Assunção assumiram o ensino de várias disciplinas, deixando, entretanto, a direção da nova escola sob a responsabilidade da professora vianense Rosa Maria Pinheiro Gomes. Naquele

---

<sup>65</sup> Disponível em: <http://avlma.com.br>. Acesso em: 20 set. 2020.

início de ano, uma nova religiosa canadense de 29 anos, irmã Juliêta Filiatrault, chegou para ajudar a equipe de Viana. Logo, as irmãs passaram a lecionar também em outros estabelecimentos da cidade e no Seminário São José, igualmente recém-fundado por Dom Hamleto. Sobre a atuação das irmãs como professoras, um dos entrevistados relatou:

Elas eram polivalentes. Davam aulas de disciplinas como Inglês, Francês, Matemática, Ciências, Educação Moral e Cívica, além da catequese, eram ministradas pelas irmãs nos estabelecimentos de Viana e no Ginásio Antônio Lopes, elevando a qualidade do ensino local e beneficiando, dessa forma, mais de uma centena de jovens vianenses. (INTERLOCUTOR 1V, 2021).

Mesmo com todo o reconhecimento como professoras, as irmãs da Assunção, passaram por uma situação difícil na Escola Normal, após o falecimento de Dom Hamleto, em fevereiro de 1967, pois, a instituição precisou se reestruturar para continuar funcionando, uma vez que, essa instituição era mantida apenas pela diocese (sem receber qualquer subsídio do Estado). Porém, com a chegada há apenas um mês à cidade, a irmã Maria Trottier decidiu reunir professores, alunos e pais de alunos para colocá-los a par da situação crítica que ameaçava a escola. Além de concordarem com o aumento do valor das mensalidades, os estudantes iniciaram uma campanha para arrecadar fundos, organizando festas, bingos e peças de teatro. Os professores, por sua vez, aceitaram diminuir seus salários. E assim, a Escola Normal sobreviveu, sendo reconhecida oficialmente pelo Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1968, poucas semanas antes de formar sua primeira turma, quando então, passou a receber ajuda do Governo do Estado (RENASCER VIANENSE, 2015).

Na época, as irmãs IASV já contavam em Viana, com a colaboração da irmã Laurence Doyon que, desde o início do ano letivo de 1968, dedicava-se às aulas de Matemática e Ciências, ministradas tanto na Escola Normal como no Ginásio Antônio Lopes. No ano seguinte, com a chegada das irmãs Berta Lavoie e Solange Dapuis, intensificaram-se as atividades das religiosas: enquanto a primeira presta assistência social aos pescadores, domésticas, mães, operários e necessitados, a segunda concentra a sua atuação no ensino da catequese e orientação pedagógica aos professores.

No dia 2 de março de 1967, ocorreu a inauguração do prédio, onde até hoje funciona o referido estabelecimento de ensino, “[...] com o início das aulas para as turmas do 1º e 2º anos do curso e até a atualidade esta escola se mantém viva na memória do povo de Viana, como uma grande escola de magistério.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA, 2012, p. 21) A figura 55 apresenta uma fotografia do prédio da Escola Normal Colegial de Viana, conforme pode se observar.

**Figura 55** - Fotografia da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana-MA, no ano de 1967.



Fonte: Diocese de Viana (1967).

Na Figura 55 apresentamos o prédio em que funcionou a Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana-MA, no ano de 1967 e atualmente funciona o Centro de Ensino Médio de mesmo nome. Localizada na área central da cidade, esse estabelecimento, desde a sua inauguração, possuía 06 salas de aula, uma área administrativa, uma pequena sala de leitura com livros clássicos e religiosos, um amplo pátio e uma pequena sala de orações, sendo que todas as dependências formavam uma estrutura que possibilitava a vigilância e supervisão dos agentes, transmitindo por meio da arquitetura do espaço aquilo que Foucault (2014) denominava de técnicas de disciplina e vigilância capazes de produzir corpos dóceis, ou seja, investindo sobre outros corpos para cerceá-los, sujeitá-los, educá-los. A fachada em estilo inicialmente neoclássico, após algumas reformas sofreu intervenções em suas portas e janelas, no entanto, a sua área interna manteve o estilo e estruturação inicial.

Logo após a inauguração do prédio da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, em Viana, a instituição recebeu a matrícula de 24 alunos, entre os quais, 19 do sexo feminino e 05 do sexo masculino, confirmando a tendência nas escolas normais do número maior de mulheres matriculadas confirmando o processo que já ocorria na Escola Normal Nossa Senhora da Assunção em Guimarães-MA de feminilização do magistério. De acordo com o processo de feminilização do magistério em Escolas Normais Católicas, estava associada a necessidade de formação da mulher católica por meio de uma formação intelectual aliada à formação moral e religiosa, que se daria não somente nos espaços de evangelização como em igrejas e conventos, mas transformaria a escola em uma agência de instrução e de contemplação de conhecimentos

que contribuiriam na preparação para o matrimônio, destino esperado às mulheres (ORTIZ, 2014).

Essa tendência se confirmou nos três primeiros anos que sucederam a inauguração da Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, assim como demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 14** - Dados de alunos matriculados na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição.

<b>Ano</b>	<b>Número de alunos matriculados</b>	<b>Sexo feminino</b>	<b>Sexo masculino</b>
1967	24	19	05
1968	30	22	08
1969	34	23	11

Fonte: SEDUC-MA.

Nos anos posteriores, houve o crescimento do número de matrículas em decorrência da importância e do reconhecimento que o estabelecimento ganhou do trabalho desenvolvido pelas professoras e pelo corpo administrativo da escola. Essa valorização da instituição fortalece a tese de Chartier (1995) e Bourdieu (1998) que convergem no entendimento de que o poder depende do crédito concedido à representação inculcada por meio de uma série de dispositivos e determinações sociais, regulando significados por meio de um regime de dominação fundado no reconhecimento.

Ressaltamos que no caso da Escola Normal de Viana, a quantidade maior de mulheres matriculadas em relação a homens era forjada também por determinações sociais que impunham papéis sociais às mulheres de cuidar e instruir, associados às determinações religiosas que delegavam às mulheres a continuidade do processo de evangelização de suas crianças em seus lares ou no protagonismo de instituições religiosas como leigas e/ou professoras. Unia-se a isso, a busca pelo crescente número de meninas atendidas pelas obras sociais da Igreja católica e conseqüentemente, o despertar da vocação a serem freiras e professoras, como uma forma de sair das condições de desigualdade social.

O corpo docente da escola em questão era assim constituído: Diretora – Rosa Maria Pinheiro Gomes; Secretária – Maria Inês Serejo Azevedo; Orientadora Pedagógica – Irmã Maria Trotier; Professoras: Zeíla Cunha Lauleta, Edith Nair Furtado Silva, Maria de Jesus Piedade Rodrigues, Irmã Eillen Pratt, Irmã Lucille Labarre, Irmã Mônica Dallaire, Irmã Julietta Filiatrault (DIOCESE DE VIANA, 1967), mesclando assim, um corpo docente formado por religiosas canadenses e pessoas da própria comunidade, trazendo uma coexistência de

tendências e perspectivas, tendo em vista muitas delas terem se formado nas escolas da capital.

Na Escola Normal de Nossa Senhora da Conceição, as irmãs da Assunção se utilizavam da pedagogia próxima de uma visão Libertadora, perseguida e discriminada pelos militares e estratos conservadores da Igreja vianense. Essas ideias chegavam por meio do contato das freiras com outros religiosos, que circulavam na região da Baixada Ocidental Maranhense e traziam esses aspectos, além dos fundamentos filosóficos que orientavam as CEBs e despertavam desconfiança nas elites que implicavam com suas ações educativas, dizendo que “[...] estas formavam professoras e agricultores comunistas que não sabiam o seu lugar.” (CARDOSO, 2012). Nesse caso, a entrevista de Cardoso (2012) reforça que a Igreja católica não era tolerante com os pluralismos de ideias que surgiam em seu interior, sobretudo quando se falava de posições progressistas e de defesa dos Direitos Humanos, taxando-os de comunistas e demonizando suas ações e apropriações das ideias conciliares. De acordo com Chartier (1995), as apropriações visam a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, assim como toda prática social são dotadas de intencionalidade e correspondem a interesses específicos. Nesse sentido, as ideias conciliares eram apropriadas pelas religiosas que por meio de fatores externos construídos pelo crescimento da desigualdade social e das formas de opressão engendradas pelas elites sobre trabalhadores rurais, além de dinâmicas internas da Igreja Católica, promovendo assim, uma profusão de ideias e práticas nada aceitas pelos movimentos conservadores da igreja, que implicaram na visão sobre elas como docentes da Escola Normal.

No entanto, as insatisfações nas táticas subversivas presentes nos trabalhos das irmãs e apontadas pelos religiosos e líderes políticos locais, fizeram com que elas optassem por se afastar do trabalho na Escola Normal de Viana, deixando as urbes de Viana em 1974 (REZENDE, 1999; PESSOA, 2012; SANTOS, 2017).

Em Viana, as apropriações do projeto de educação popular canadense refletiram ações educativas presentes na administração de instituições escolares, na coordenação dos processos de formação de professores com base em uma pedagogia libertadora, na implantação de movimentos como Juventude Estudantil Católica (JEC) suscitados pela Teologia da Libertação, nos grupos litúrgicos e na organização de festividades, além de terem assumido a orientação dos professores do curso primário e secundário, já existentes na cidade. Atuação que rendeu a representação de subversivas, porém competentes, dedicadas, e inovadoras na forma de fazer e viver a educação.

A seguir apresentaremos quatro experiências de criação e consolidação de Ginásios administrados pelos missionários canadenses, a saber: o Ginásio Vimarense; o Ginásio Dom

Bosco; o Ginásio Bandeirante de Peri-Mirim e o Ginásio Bandeirante de Bequimão.

#### 4.2.4 Os Ginásios

##### 4.2.4.1 O Ginásio Vimarense em Guimarães-MA

Na década de 1950, na Baixada Ocidental Maranhense somente possuíam Ginásios os municípios de Pinheiro e São Bento. Pinheiro possuía o Ginásio Pinheirense e São Bento o Ginásio Industrial Piamarta da Conceição, ambos confessionais.

Em Guimarães, a primeira estratégia de escolarização de ensino secundário desenvolvida pelos missionários canadenses nicoletanos foi a criação do Ginásio Vimarense no ano de 1962. Essa iniciativa fazia parte do projeto de educação popular desses religiosos que já administravam um Grupo Escolar Paroquial e uma Escola Normal na localidade. A implantação de escolas secundárias era uma estratégia dos missionários católicos para atuação junto a juventude, pois os referidos ginásios poderiam se encaixar como lugares de poder, lugares teóricos, lugares físicos onde as forças se distribuem, como projeto de ações coletivas enraizadas na dimensão do contexto (CERTEAU, 2005). Mediante a isso, esse estabelecimento poderia promover uma ação mais sistemática de fortalecimento do poder da Igreja junto aos jovens vistos como potenciais “[...] presas fáceis ao vício e ao mundo vadio.” (INTERLOCUTOR 2G, 2020).

A criação do ginásio Vimarense justifica-se também pela necessidade de atender a continuidade dos estudos dos alunos, que vinham das escolas primárias e do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Nesse período, o cenário educacional do município de Guimarães era de 10 escolas primárias, um Grupo Escolar, uma Escola Paroquial e uma Escola Normal (PESSOA, 2013). Ainda sobre o cenário educacional desse município, um dos entrevistados acrescentou,

[...] os alunos que saíam do curso primário e que possuíam condições deslocavam-se para São Luís, e aqueles que não possuíam, paravam no primário ou iam para o campo para trabalhar ou transformarem-se em pescadores. A vida era a roça ou o estudo, mas os nossos pais não possuíam o dinheiro para sustentar a gente na escola. INTERLOCUTOR 1G, 2013).

A escola, logo que foi criada, atendeu a parte da mocidade ligada à elite da cidade e de toda região, tendo em vista que o projeto dos nicoletanos visava ao atendimento não somente aos filhos de Guimarães, mas a todos os municípios circunvizinhos e a todo o Estado. A manutenção do estabelecimento era oriunda de contribuições mensais das famílias dos alunos e de recursos que vinham do Canadá e do Governo do Estado. Estes últimos repassavam verbas

que deveriam ser “[...] revestidas em bolsas para os mais empobrecidos e que vinham de lugares distantes e de outras paróquias que por meio do regime de internato e dos donativos enviados pelos seus familiares conseguiam se manter.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1963, p. 7).

Não se pode deixar de mencionar que, foi a boa reputação dos primeiros missionários nicoletanos e a presença ativa das Irmãs da Anunciação de Maria na localidade, no que tange a melhoria das condições de vida da população, contribuíram para que a população confiasse nesse projeto de criação do ensino secundário. De acordo com Pessoa (2013), toda a sociedade de Guimarães se empenhou para que o sonho de ter um ginásio fosse realizado, incluindo as autoridades locais, pais, religiosos e pessoas de influência econômica e política, que já conheciam o trabalho da congregação. Desse modo, esse empreendimento colocava novamente Guimarães no certame dos municípios que possuíam uma educação de qualidade e atraía pessoas de toda a região, visto que a cidade voltava a carregar o discurso de ser um *locus* de efervescência cultural e elevação intelectual da mocidade. Além disso, os habitantes do lugar poderiam ter a educação oferecida por intelectuais religiosos que conheciam educação de qualidade, tendo em vista serem originários do Canadá, um país com grandes resultados educacionais (OLIVEIRA, 2000).

O Ginásio em questão estava situado na rua Emílio Habibe, no Centro de Guimarães/MA. Da mesma maneira que os demais estabelecimentos criados ou administrados pelos missionários canadenses nicoletanos, pertencia à esfera privada, sendo uma entidade filantrópica, mantida também para Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção”. Para comportar todos os níveis e modalidades, o prédio onde já funcionava o Grupo Escolar Paroquial São José e a Escola Normal teve suas instalações aumentadas e alguns espaços adaptados para a implantação do curso Ginásial. A Figura 56 apresenta uma imagem deste prédio situado no centro da cidade de Guimarães.

**Figura 56** - Fotografia do Prédio em que funcionou o Grupo Escolar Paroquial; o Ginásio Vimarense e a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, em Guimarães, [19--].



Fonte: Gerência Regional de Pinheiro ([19-?]).

O prédio da Escola era localizado na área central da cidade de Guimarães. Apesar da localização próxima ao centro da cidade, o bairro atualmente chamado de aeroporto possuía características rurais, percebe-se que não havia nem mesmo asfalto na rua e nenhum investimento em infraestrutura, demonstrando certa despreocupação do poder público com o entorno em que se localizava o maior estabelecimento de ensino do município. Diferente do grupo Escolar Dr. Urbano Santos, localizado na Praça da República, próximo à prefeitura e às casas comerciais, o Ginásio Vimarense não possuía por parte da administração pública o mesmo prestígio junto à população.

Sobre este aspecto, Cuba (2013) destaca: “[...] os padres iam muitas vezes pedir melhorias do lugar que era todo tomado de areia, e mato [...]”. Ainda nessa mesma perspectiva, sobre a infraestrutura do lugar, Cardoso (2012) enfatiza “[...] era cheio de casas cercadas de jamaris, e o muro da escola se destacava. No inverno era difícil para os alunos chegarem ali. Os padres pediram muitas melhorias na rua do colégio.”

Neste prédio, a estrutura física e educacional foi construída ao longo da sua existência, sendo em grande parte idealizada e coordenada pelos diretores e a forma de estruturação dos espaços era condizente com a necessidade de realização das atividades que possuíam ligação com os objetivos da missão para com a população em processo de escolarização e, conseqüentemente, articulado às prerrogativas do Concílio Vaticano II: a existência da capela ou sala de oração; as práticas de arte e de profissionalização voltadas a figuras religiosas e personagens bíblicos, que ornamentavam todo o espaço, em uma sala própria; espaços de reunião, tendo em vista tudo ser decidido dialogicamente e espaços de vivência esportiva e

interação ao ar livre, muito utilizados para gincanas e jogos. Além de concursos musicais que demonstravam quão movimentada era a vida estudantil de quem pertencia à escola, que se caracterizava com isso, muito mais do que como uma instituição educativa, mas também como boa parte da vida dos alunos. Um dos entrevistados acrescentou que “[...] as paredes eram constituídas de frases religiosas e nacionalistas, falando do corpo saudável e da mente preenchida pelas leituras.” (CUBA, 2012).

Na parte referente ao Ginásio, no prédio, além de suas salas de aula (oito no total), havia uma área para as aulas de Ginástica e Educação Física, cantina, copa e refeitório, sala de direção, biblioteca, sala de professores, oratório e sala de reuniões. Esses espaços foram direcionados ao desenvolvimento das metas e estratégias planejadas pela instituição, que tinha o objetivo de propalar uma educação integral unindo valores, práticas de educação popular e conhecimentos historicamente construídos e para isso, deveria ter um espaço condizente (PESSOA, 2013).

Os alunos atendidos pelo Ginásio eram oriundos, em sua maioria, do Grupo Escolar Paroquial São José. Havia também alunos vindos de outros municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Para os alunos mais empobrecidos e aqueles que vinham de outros municípios, o ginásio oferecia alimentos e constante atenção à saúde, além de prover o sustento daqueles com maior dificuldade em se manter (PESSOA, 2013).

No que diz respeito à direção do Ginásio, cabe mencionar que no período de 1962 a 1965, o estabelecimento teve duas diretoras que, juntamente com uma auxiliar de direção, se revezavam entre os dois turnos. Já em relação ao corpo docente, somente a partir do retorno para o Canadá das Irmãs de Assunção em 1966, é que professoras e normalistas filhas (as) de Guimarães e formadas (as) pela Escola Normal assumiram tais postos. (PESSOA, 2013). Assim, o corpo docente passou a ser composto em sua maioria por professoras (as) oriundas (as) da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, portadoras de Registro Profissional, pois aquelas (as) que não possuíssem registro deveriam inscrever-se nas escolas de suficiência oferecidas pela Companhia de Aperfeiçoamento de Difusão de Ensino Secundário (CADES).

É oportuno esclarecer que a CADES foi instituída em um momento, no qual o ensino secundário passava por uma intensa expansão no país, mais especificamente, no interior das regiões brasileiras, devido a corrida à modernização e à industrialização, características do governo de Getúlio Vargas (BARALDI; GAERTNER, 2013). Dessa maneira, a CADES vigorou no país, a partir da década de 1950 até o início da década 1970, sendo implementada nas diversas regiões territoriais do Brasil. O objetivo dessa coordenação era acompanhar a formação docente para o ensino ginasial na perspectiva de melhorar o desenvolvimento do

curso secundário no país, respondendo às exigências sociais e educacionais daquele momento histórico, por meio de acordos com entidades públicas e privadas, oferecendo estudos, cursos e formações em serviço aos professores (ROMANELLI, 2010).

O ensino desenvolvido no interior do Ginásio Vimarense era permeado pelos saberes nacionalistas e determinava uma visão de juventude essencialista e conservadora, sobretudo quando mediado por professores advindos de outras escolas, que desenvolviam atividades docentes no referido estabelecimento, porém as freiras conseguiam imprimir ações mais progressistas de ensino e assim articulavam em suas aulas, os saberes locais ao currículo escolar. Sobre isso, um dos entrevistados relatou: “[...] as freiras também nos ensinaram muitas coisas daqui de Guimarães que não conhecíamos. Parecia que elas que eram daqui e não nós. Sobre plantas, matos, animais, sobre o porto e sobre a história daqui. Sobre pobreza e solidariedade.” (INTERLOCUTOR 3G, 2020).

Conforme exposto no trecho da entrevista, havia uma empatia e reconhecimento do trabalho docente das freiras e, especialmente dos conteúdos trabalhados no ensino. Consoante a isso, essas religiosas em suas práticas docentes articulavam o projeto conciliar para a juventude católica e o contexto exigido pelo país de nacionalização do currículo e de “[...] formação de uma mocidade temente a Deus.” (MONTES, 2012). Sobre esse aspecto, ilustramos essa análise com base num trecho de uma das entrevistas realizadas,

As aulas eram muito boas quando ministradas pelas irmãs. Eram sorridentes, brincavam, conversavam conosco, mas sempre nos chamavam para o ponto. Sempre nos falavam do certo e do errado. Lembro-me que até nas aulas de calcular se parava em algum momento para falar de Deus e daquilo que queriam que nós os jovens fizéssemos pela sua obra. (INTERLOCUTOR 4G, 2020).

O Ginásio Vimarense, assim como as demais instituições fundadas pelos nicoletanos, tentavam formar em seu alunado valores católicos. A narrativa do INTERLOCUTOR 4G destaca que as religiosas Nicoletanas eram vistas como benevolentes e competentes em sua ação educativa e se utilizavam de estratégias diversas para disseminação dos saberes da evangelização. Diante disso, a disseminação desses axiomas religiosos se enquadra naquilo que Certau (2005) define como objetivo da estratégia que seria no caso dos Nicoletanos, perpetuar suas instâncias de poder e daquilo que as instituições produzem enquanto saberes e práticas.

No entanto, a maior dificuldade elencada corresponde a juventude em constante processo de transformação que já experienciava a laicidade do estado. Para isso, as instituições deveriam impor os axiomas necessários à inclusão em uma sociedade que naquele momento histórico primava por sujeitos passivos, no entanto, para os canadenses dever-se-ia engajá-los no apelo religioso católico articulado à luta social.

No caso do Ginásio Vimarense, as contribuições são sempre referenciadas e na região foram muitos os que lá estudaram e incorporaram disposições nas suas experiências cotidianas que refletem muitos dos ideários de sociabilidade fabricados pelo ideário de renovação e popularização da igreja. A seguir, apresentaremos o Ginásio Comercial Dom Bosco, criado em 1961 pelas Irmãs de São José de São Jacinto em Cururupu (MA) como parte do projeto educacional dos Nicoletanos na Baixada Ocidental Maranhense.

#### *4.2.4.2 O Ginásio Comercial Dom Bosco em Cururupu-MA*

No ano de 1961, as Irmãs de São José de São Jacinto ampliaram as suas ações para Cururupu que durou (20) vinte anos, com o nome de Ginásio Comercial Dom Bosco. Este ginásio foi visto como um diferencial na cidade, pois, um dos entrevistados relatou que “[...] os canadenses trouxeram tudo de bom para Cururupu, levaram médicos, as freiras, que cuidaram em tudo o que a Cururupu precisava, tudo, tudo [...] e acrescentou ainda “afinal, eles eram o nosso modelo e estudar no colégio católico era uma marca muito grande, a gente se sentia muito alegre e muito feliz.” (INTERLOCUTOR 3C, 2021).

Para a instalação do Ginásio, a princípio foram adaptadas algumas salas cedidas do Paço Paroquial, onde já funcionava também a Escola Paroquial do Sagrado Coração de Jesus. Desse modo, o Ginásio ficou constituído por 08 salas de aula e dividia a área administrativa com a Escola Paroquial. Atendia os (04) quatro anos do ensino secundário e oferecia, além de currículo oficial, disciplinas de trabalhos manuais para a mocidade, de acordo com o pertencimento de gênero.

O primeiro diretor do Ginásio foi o Padre Bernardo Menard. O corpo docente era composto, em sua maioria, por religiosas canadenses, que chegaram na missão com o padre João Fillion. O documento referente a distribuição de professores, matérias e outras informações pedagógicas, representado na Figura 57 confirma a composição do quadro de professores do estabelecimento.

**Figura 57** - Documento com a distribuição professores, matérias e outras informações pedagógicas.

Ginásio "São João Bosco"					
Série	Sexo	Nº de alunos	Professoras	Matérias	Anotações
1-A	M	29	Pe. Bernardo Ménard	Diretor	Autorizado
B	F	34		Latim	Reg. Def.
2-A	M	23		Francês	" "
B	F	31		Religião	" "
			Pe. Geraldo Dupont	Vice-Diretor	Autorizado
				Latim	Reg. Def.
				Francês	" "
				Religião	" "
			Irmã Maria da Salette	Inglês	Autorizada
				Desenho	Reg. Def.
			" Maria do Menino Jesus	Francês	" "
				Matemática	Autorizada
			" Maria dos Anjos	História	" "
				Geografia	Autorizada
			" São Gastão	Francês	Reg. Def.
				Matemática	Autorizada
			" Santa Honorina	Trabalhos	" "
				Canto	" "
				Educação Física	" "
			Marinete Silva Moreira	Português	Autorizada
			Zelira Pereira Oustrin	Português	" "
				Hist. do Brasil	" "
				Geografia	" "

Fonte: Prelazia de Pinheiro (1961).

Este documento permite constatar que no primeiro corpo docente do Ginásio, havia apenas duas docentes que não eram religiosas, no caso, as professoras das matérias de Português, História do Brasil e Geografia, pois, todos os outros eram religiosos pertencentes à missão dos canadenses, sendo dois padres, um deles, além de exercer a função de diretor, ministrava as disciplinas de Latim, Francês e Religião, o outro, exercia o cargo de vice-diretor e trabalhava com as mesmas disciplinas ministradas. Já as irmãs, ficavam a cargo das disciplinas de Francês, Geografia, Trabalhos, Canto, Educação Física e Inglês do Curso Ginásial.

Apesar de o estabelecimento ser visto como detentor de aspectos que soam como conservadores e nada progressistas, as professoras, em sua maioria as religiosas canadenses que chegaram na missão e o padre João Filion, traziam visões modernas em relação aos costumes da época, de forma particular, no que tange ao engajamento dos alunos a respeito das questões sociais, ao uso de metodologias dialógicas de ensino e à necessidade de envolvimento com o entorno. Entendemos que tais iniciativas dos religiosos destoavam das exigências de uma popularização conservadora, propagada pelos documentos conciliares, constituindo-se em nosso entendimento como ações desviacionistas, mesmo aquelas não totalmente explícitas em seus aspectos ideológicos, baseadas em práticas e artefatos de resistência que promoviam mutabilidades no interior das estruturas (CERTEAU, 1994).

Apesar da grande procura por matrículas, no primeiro ano de funcionamento do Ginásio não foi realizado exame de admissão, tendo sido aplicado somente a partir de 1963. No exame de 1963, foram perguntadas questões de Língua Portuguesa e Matemática, intercaladas com algumas questões e aspectos a respeito de Educação Moral e religiosa.

A crescente procura por vagas fez com que a Prelazia de Pinheiro percebesse a necessidade de ampliação dos espaços do estabelecimento e com isso, tratou de realizar a construção de mais duas salas e a adaptação de um prédio pertencente à Igreja Católica. Mediante a isso, por meio da Lei 3.044 de 1961, com as mensalidades dos alunos e contribuições da comunidade advindas do Canadá, a escola ganhou novos espaços e recursos para a sua manutenção. Os alunos que vinham de outras localidades se hospedavam nos seguintes internatos: Patronato São Luís para os rapazes, e Educandário Santa Gama para as mulheres. Eram considerados “[...] lugares de morada de rapazes e moças que se encontravam com o que há de melhor em um lar abençoado por Deus.” (INTERLOCUTOR 2C, 2021) assim, não diferente dos outros, esses estabelecimentos se constituíam em moradias que ensinavam maneiras de ser de acordo com os axiomas da Igreja Católica, se estabelecendo juntamente com a escola, em espaços de educação e de formação de *habitus*.

Diante dessas circunstâncias, o Ginásio em 1963 juntou-se à Escola Paroquial e passaram a oferecer cursos primário e secundário. Assim, o Ginásio passou a funcionar em um espaço com melhores condições higiênicas (INTERLOCUTOR 1C, 2021). A figura 58 apresenta a imagem do local após reforma e ampliação.

**Figura 58** - Fotografia do Ginásio Dom Bosco, 2015.



Fonte: SEMED Cururupu (2015).

Em 1965, o diretor de ensino era o padre João Filion, um religioso da Missão de Nicolet

que veio contribuir com as ações da Missão de São José de São Jacinto. Com o crescimento dessa instituição educativa, ocorrida por meio da divulgação das ações vistas como relevantes para a população cururupuense, houve uma procura maior por matrículas. Sobre este aspecto nos amparamos em Chartier (2005), que destaca a *representação* como um instrumento de fabricação de respeito e hegemonia. Assim, as representações sobre a ação educacional das irmãs no Ginásio Dom Bosco eram imbuídas de signos que visam fazer reconhecer uma identidade social, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem e um poder.

No ano de 1966, foram incorporadas ao quadro docente professoras pertencentes à comunidade e egressas do curso normal na Escola Rosa Castro, dentre elas as professoras Marlinda Miranda e Maria Isabel Nogueira.

Em 1969, a direção do ginásio foi designada ao padre Benedito Souza, é importante destacar que já não estava mais nas mãos da Missão de São José de São Jacinto, a qual havia se deslocado para outros municípios da Baixada Ocidental Maranhense. A partir do ano seguinte, não há notícias sobre a escola. Por outro lado, foi possível encontrar registros de um curso ministrado pelas religiosas, denominado de curso de Perseverança, nos quais se divulgava que as aulas seriam ministradas na casa Paroquial. Em 1972, o Ginásio é transformado em Colégio Dom Bosco e se instala em prédio próprio localizado à rua Magalhães de Almeida, sem número, no centro de Cururupu (MA).

#### 4.2.5 A presença de padres canadenses na direção dos Ginásios Bandeirantes de Peri-Mirim e Bequimão

O governador do estado do Maranhão José Sarney (1966-1970), na sua primeira gestão, elaborou um projeto em que foram realizados diagnósticos de diversos aspectos da realidade local, dentre eles, a incipiente presença de ginásios e escolas secundárias em relação a crescente população que buscava vagas para matricular seus filhos. Esse diagnóstico apontou que, em 1968, no estado do Maranhão, dos 130 municípios apenas 37 possuíam cursos ginasiais.

Em vista disso, a partir de realidades como a do Maranhão o "Projeto Bandeirante" foi idealizado com a finalidade de "Levar às zonas de necessidade e clientela comprovadas, a educação integral, através do ensino médio." (KREUTZ, 1982, p. 42). As bases da proposta pedagógica dos Ginásios Bandeirantes podem ser encontradas no movimento nacional de renovação da escola secundária e mais precisamente, nos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs).

O projeto de Ginásios Bandeirantes era um modelo de instituição que fornecia subsídios

para iniciação ao trabalho aos alunos com saberes e perspectivas, que somente a interação com a comunidade poderia possibilitar. Esses aspectos materializavam-se na presença de uma estrutura curricular constituída de "matérias básicas", "matérias optativas", "matérias optativas profissionais" e "práticas educacionais". O Projeto Bandeirante atendia as premissas de iniciação para o trabalho, apesar de não se caracterizar como um Ginásio Industrial e nem apresentar características muito próximas do Ginásio Vocacional que “objetivava preparar o aluno, na estrita medida de seus interesses e aptidões, para uma ocupação remunerada.” (KREUTZ, 1982, p. 69). Esses ginásios eram escolas polivalentes projetadas para serem construídas em território nacional, com o apoio da Aliança para o Progresso e tinham como finalidade “vocacionar” para o trabalho.

A implantação do referido projeto na realidade maranhense contou não só com o apoio da Aliança para o Progresso, mas também, desde a sua concepção até a implementação, com o financiamento e assistência técnica dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID). Esses acordos buscavam reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Apesar da ampla discussão anterior sobre a educação, iniciada ainda em 1961, essas reformas foram implantadas pelos militares que tomaram o poder após o Golpe Militar de 1964 (FREITAG, 2009).

O funcionamento dos estabelecimentos se dava com as verbas destinadas pela LBA, pelo acordo MEC/USAID e com a colaboração e envolvimento da comunidade na manutenção e no cuidado com o bem público, já deflagrando o processo de descentralização e autonomia administrativa tão conclamado pelo sistema capitalista (FREITAG, 2009). Assim, a comunidade local era envolvida em todas as atividades do ginásio "Bandeirante" e a prefeitura contribuía com o pagamento de alguns professores, com a manutenção do prédio e cessão de material didático. Os prefeitos normalmente barganhavam as indicações docentes e a direção dos ginásios passava pelo seu crivo, sendo dadas aos seus apadrinhados, configurando dessa forma, a privatização do público a serviço da manutenção do poder político.

No caso do estado do Maranhão, o governador José Sarney se utilizava de acordos e aproximações com oligarquias locais e definia prioridades por meio dessa proximidade e de barganhas “[...] com aqueles que prometiam apoio político aos quais compartilharam palanques nas campanhas eleitorais e projetos políticos de modernizar o Estado do Maranhão.” (GONÇALVES, 2000, p. 177). Perante a isso, muitos dos Ginásios foram implantados por meio dessas redes de alianças com prefeitos e grupos locais. No final da década de 1960, o Estado já contava com 78 estabelecimentos do Projeto Bandeirante e um número de matrícula de 10.326

alunos. Dos 78 ginásios, 05 localizavam-se na Baixada Ocidental Maranhense, entre os quais, 02 eram dirigidos por religiosos (Bequimão e Peri-Mirim) e apenas 03 foram administrados por pessoas ligadas a grupos políticos locais (Mirinzal e Santa Helena). O fato de os religiosos administrarem esses ginásios, estava relacionado à carência de professores formados na Baixada Ocidental Maranhense, no final dos anos de 1960, para executarem um projeto visto como inovador para a realidade local, apesar de já existirem ginásios em pleno funcionamento na região. Frente tais circunstâncias, muitas administrações dos ginásios Bandeirante foram entregues a religiosos, sobretudo aqueles que mantinham conexões e relações favoráveis com os líderes políticos locais.

Essa situação da administração por religiosos foi marcante nos Ginásios Bandeirantes de Peri-Mirim e de Bequimão, pois, ambos só foram implantados no ano de 1967, na administração do governador José Sarney, porque os padres da missão canadense de Sherbrook Gérard Gagnon e Robert Fortin aceitaram administrá-los, tendo em vista que neste ano nenhum professor ligado às oligarquias locais possuía formação para desempenhar essa função. Ambos os religiosos, que estavam na direção desses dois ginásios, possuíam experiência administrativa, eram bem quistos pelas comunidades e compreendiam a dinâmica sociocomunitária do projeto. Assim, diferente dos demais ginásios da região que foram administrados por pessoas ligadas aos grupos políticos locais, em geral, parentes e apadrinhados, em Bequimão e Peri-Mirim, os ginásios ficaram sob a direção de padres canadenses.

De acordo com Interlocutor 2P (2021), houve resistências iniciais, motivadas por disputas pessoalistas e político-partidárias “[...] apesar de a população saber que eles eram competentes e mão de ferro. Que colocariam os ginásios nos melhores lugares possíveis e que seriam colégios muito respeitados. Mas tinha um povo ganancioso que brigou pela direção tanto aqui quanto em Bequimão.” (INTERLOCUTOR 2P, 2021).

Em Peri-Mirim, o Ginásio Bandeirantes foi fundado em 1968 e funcionou, inicialmente na Escola Cecília Botão e no ano de 1969, ganhou prédio próprio. Nessa época, o município não possuía ensino médio e era uma luta constante do padre com o governo do Estado em prol da criação desse estabelecimento. Logo que as turmas foram abertas na Escola Cecília Botão, o padre realiza diversas incursões à capital do estado na perspectiva de conseguir a viabilização da construção de um prédio próprio (INTERLOCUTOR 1P, 2021).

Em Bequimão, o processo foi menos complexo, tendo em vista a proximidade dos grupos políticos locais com o governo do Estado, conseguindo barganhar a vinda desse estabelecimento. Logo que o município recebeu a afirmativa de que seria contemplado, pensou-

se logo no padre Robert Fortin (RELATÓRIO DA MISSÃO DE SHERBROOK, 1970). Quando a população soube “[...] correram para matricular seus filhos, principalmente porque o padre Paulo ia ser o diretor.” (INTERLOCUTOR 3B, 2021).

O primeiro passo após tomarem posse na direção dos ginásios foi a escolha e seleção de professores, algo ainda muito escasso e incipiente. Em Peri-Mirim, o padre Gèrard Gagnon selecionou rapazes e moças que estavam formando-se na Escola Normal Regional de Guimarães, que chegavam aptos tanto para as escolas primárias quanto para o ensino secundário. O mais importante disso, era que esses professores chegariam com uma formação orquestrada pelas religiosas de Nicollet e com isso, entenderiam de todos os aspectos que envolvem uma instituição confessional e, sobretudo os valores e princípios defendidos pelos nicoletanos, que eram os mesmos que os missionários de Sherbrook seguiam, tendo em vista as ordens seguirem os mesmos axiomas.

Já em Bequimão, o padre Robert Fortin não possuía o poder de indicação de docentes para trabalhar no Ginásio, pois ficava sob a responsabilidade dos grupos políticos, que por meio de sua influência, mapeavam entre os seus adeptos aqueles que possuíam a habilitação básica para trabalhar no ginásio. Assim, as intervenções do padre Robert se davam mais nas práticas educativas cotidianas reinventadas como táticas do que nos acordos, negociações e decisões sobre a instituição que era um celeiro de relações partidárias, apesar do padre ter se envolvido diretamente com a cena política do lugar. Dessa forma, as práticas educativas do padre poderiam ser pensadas como táticas subversivas, pois fugiam à lógica de um lugar circunscrito, não sendo apenas a repetição de prescrições normativas, e sim sendo aquilo que Certeau (2005) denomina de táticas desviacionistas e astúcias cotidianas, que desfrutam do estatuto de serem reconhecidas assim como os agentes que as produzem.

A escolha dos dois padres para dirigir os dois ginásios agradou as tradicionais famílias da região que ansiavam por escolas que transmitissem os valores católicos aos seus filhos e aos filhos dos segmentos populares. A esse respeito, um dos entrevistados relatou:

Esses rapazes e moças precisavam receber a educação católica para que logo que se tornassem adultos pudessem cuidar das suas casas e de seus maridos e os meninos aprendessem a ser responsáveis, dotados de fé e com força para trabalhar e sustentar a família, educação que só o bandeirante com o padre Robert vai dar. (INTERLOCUTOR 2B, 2020).

Sobre a presença do Padre Gèrard Gagnon na direção do Bandeirante de Peri-Mirim, um outro entrevistado mencionou:

Me causaria estranheza se não fosse ele. Me ouça, não tinha ninguém por aqui com a formação dele. Ele era teólogo, filósofo e entendia muito de liderança. Quem podia

mesmo? Tinha gente que queria. Que foi lá em São Luís, pegou bate vento e foi. Fazia bilhete e pedia. Mas Sarney deu pro padre. (INTERLOCUTOR 3 B, 2021).

Os trechos das entrevistas deixam em evidência a segurança das famílias ao sentir que os seus filhos seriam protegidos pelos padres e conseqüentemente, os Ginásios estariam em boas mãos, já que a experiência de Educação Popular com comunidades rurais de ambos os padres, de Educação em Saúde e de construção de obras e ambulatorios agradou muito a população dos municípios de Peri-Mirim e Bequimão. Soma-se a isso, a experiência de os estabelecimentos de ensino administrados por missionários católicos canadenses ter tido grande reconhecimento, o que fez com que a população fortalecesse a confiança. Mesmo sabendo que a escola pertencia à esfera estatal e que seguiria diretrizes da política educacional do programa de governo de José Sarney e as legislações nacionais, a comunidade tinha consciência de que a laicidade do estado não iria funcionar diretamente, pois as práticas educativas ganhariam um corpus confessional. Bourdieu (2007), em seu estudo sobre os “sistemas de ensino e sistema de pensamento”, afirma que a instituição educativa, possui a finalidade de transmitir, por meio da comunicação, um conjunto de esquemas fundamentais e automatismos interiorizados, que teria como papel a transmissão da “força formadora do *habitus*”, isto é, sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

Sendo assim, a escola é um dos lócus onde ocorre o processo de socialização em que são engendradas as disposições dos *habitus*, ou seja, a maneiras de ser, pensar e agir dos indivíduos (BOURDIEU, 2010). Nessa mesma direção, Foucault (2002) aponta para a moralização das condutas, para o estabelecimento dos valores, costumes e regras de ação obrigatórias que definem o que cada um é ou deve ser, a partir da proliferação dos procedimentos de vigilância, normalização e exame, que acionam as relações de poder do tipo disciplinar ao longo da modernidade. Desse modo, a escola seria a responsável, como diz Foucault (2012, p. 171), pelo “[...] poder disciplinar e seria este instrumento que em vez de se apropriar e retirar teria como função maior adestrar para se apropriar ainda mais e melhor [...]”

É certo que, os Ginásios Bandeirantes eram concebidos como espaços que mesclavam rigidez por via das ações educativas dos padres, que para muitos eram austeros, e ao mesmo tempo eram vistos como espaços de formação integral e preparação para uma vida comunitária plena. Essa experiência oficial de educação popular via ensino secundário coadunou com um modelo educacional e com práticas de educativas já realizadas pelos padres em suas atuações assistenciais e educacionais. As prioridades de cada religioso diretor variavam, pois enquanto

o padre Gérard queria garantir “[...] que todo mundo aprendesse uma profissão para ajudar seus pais e familiares assim como São José era trabalhador e Jesus admirava-o [...]” (INTERLOCUTOR 1B, 2021). Em outra perspectiva, o Padre Paulo priorizava a apropriação de conteúdos historicamente construídos e era muito preocupado com o baixo nível de escolarização e com a questão da matemática financeira sendo que “[...] ele reclamava que ninguém sabia porcentagem, que os alunos do ginásio até que sabem todas as orações e isso e aquilo do catolicismo, mas o que adiantava se o que vão cobrar é o cálculo e o que sabem escrever e ler? A vida religiosa também é importante, claro.” (INTERLOCUTOR 3B, 2021).

Os estudantes do Ginásio se sentiam muito entusiasmados em fazerem parte das instituições, pois, estavam frequentando um espaço escolar que recebia o peso de ser visto como moderno e inovador, porém as condições internas da escola e a dificuldade de funcionamento com os poucos recursos destinados, foram desgastando a estadia dos religiosos na direção. Assim, as apropriações deles sobre a política educacional via-se articulada de uma fronteira que mesclava catolicismo e nacionalismo. As limitações estavam em conseguir satisfazer as necessidades da população sendo que a ambivalência da política educacional do estado para a educação secundária, por meio dos Ginásios Bandeirantes – que proclamava modernização e qualidade do ensino secundário e não o priorizava economicamente - traziam certo desconforto aos religiosos que com verbas escassas não conseguiam financiar o prometido.

Não era simples manter tantas atividades voltadas a uma pedagogia progressista e, portanto, impunha um conjunto de equipamentos e espaços. Frente a isso, os padres buscaram possibilidades junto à comunidade e às potencialidades do entorno para contemplarem algumas metas estipuladas pelo projeto bandeirantes (RELATÓRIO DA MISSÃO DE SHERBROOK, 1970). Nesse processo de apropriação e adaptação do Projeto Bandeirante, os padres canadenses aproveitavam para inserir atividades no calendário escolar e disciplinas no currículo, e com isso, atender necessidades locais e dos próprios religiosos e das metas da missão do qual faziam parte. Logo, o currículo escolar, antes elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, passa a ser elaborado pelos padres e a apresentar conteúdos especificamente direcionados ao sexo feminino como costura, tapeçaria e etiqueta para as meninas e noções de agricultura para meninos, mais adiante, ambos puderam participar da disciplina de Técnicas Agrícolas. (INTERLOCUTOR 2B, 2021). Apesar da divisão de gênero, os padres rompiam com essa lógica – a duras penas - e conscientizavam homens e mulheres sobre a importância de ambos na perpetuação da fé e na organização da sociedade contra a opressão.

Entretanto, durante apenas dois anos esses ginásios cumpriram a missão que lhe havia sido confiada pela sociedade sob a direção dos padres, formando rapazes e moças dentro de

preceitos católicos e normas rigorosas de disciplina cristã. Tendo em vista, que antes das articulações para as eleições municipais, os cargos de direção foram colocados à disposição como barganhas e moeda de troca, desconsiderando o trabalho significativo desenvolvido pelos dois padres à frente dos estabelecimentos.

A análise da proposta do Projeto "Bandeirante" e a atuação desses ginásios, administrados pelos padres canadenses Robert Fortin e Gérard Gagnon, nos permite entender que a iniciativa do Estado em relação à formação de uma contra-hegemonia se perde quando transforma a instituição escolar em celeiro de partidarismo político deixando os diretores acuados pelas lógicas locais das relações de poder verticalizadas. Apesar disso, a sacralização do público e a realização de práticas educativas voltadas a um progressismo católico, direcionado pelos padres que já haviam vivenciado as experiências das CEBs, construíram saberes voltados para a luta social, porém abafados pela política pública economicista que dificultava o financiamento e precarizava as ações, mesmo aquelas que estavam dispostas no plano de estado.

Com a transformação dos dois ginásios em celeiro de um partidarismo político, os missionários canadenses abandonaram definitivamente a administração dos Ginásios Bandeirantes no ano de 1969, principalmente porque eram constrangidos a participar ativamente dos embates políticos, sendo acusados de estarem a serviço dos grupos hegemônicos, ou sendo obrigados a subir em palanques nos comícios promovidos pelos grupos ligados ao governo Sarney. A saída dos religiosos se intensificou com a saída dos integrantes do MEBs, que compunham a equipe inicial do projeto João de Barro e davam suporte a proposta do Ginásio Bandeirante. O abandono da equipe aconteceu pelo fato de não aceitarem o uso político do projeto e a intervenção constante nos caminhos da administração dos ginásios.

Dado o exposto, a respeito da atuação dos padres canadenses da missão de Sherbrook na direção dos Ginásios de Peri-Mirim e Bequimão, podemos afirmar que apesar de terem servido de instrumentos da classe dominante, conseguiram proporcionar a escolaridade para todas as camadas populares, acima de tudo aos mais excluídos. Nesse sentido, pode-se dizer que por meio de suas práticas educativas conseguiram transmitir valores, signos e símbolos do catolicismo. Ademais, conseguiram formar agentes educacionais detentores de saberes sociais atrelados a uma Teologia da Libertação, que desvelava as relações de poder e de exploração em que se encontrava a sociedade, em meio a força discursiva e ideológica de desenvolvimentismo que se impunha naquele momento histórico da educação brasileira, a formação de filhos da classe trabalhadora, como mão de obra para o mercado de trabalho enquanto a elite construía um arsenal de saberes capazes de dar subsídios para a continuidade dos estudos e/ou alcançar

patamares elevados nas dinâmicas sociais.

Dessa maneira, a presença de padres na direção de estabelecimentos de ensino constituiu-se como estratégia da Missão canadense que poderia por meio deles intervir na esfera pública fortalecendo as suas intenções, disseminando seus princípios e visões de mundo no contexto de instituições educativas, que mesmo não sendo fundadas pelos Nicoletanos de Sherbrook, eram administradas por eles e com isso poderiam servir de instrumentos ao seu projeto de poder. Assim, baseados na perspectiva de Certau (2005) essas estratégias vistas como racionalizadas e praticadas pelos sujeitos de poder institucionalizados pelo catolicismo local, consubstanciam-se como formas de ação em que a igreja católica reconhecia o espaço educativo como seu potencial espaço de intervenção.

#### 4.2.6 As Irmãs de Anunciação da Santa Virgem no Ginásio Antônio Lopes de Viana-MA

O Ginásio Antônio Lopes<sup>66</sup> foi inaugurado no dia 31 de março de 1961, pelo então prefeito de Viana (MA), o senhor Dr. José Pereira Gomes, no período de expansão do ensino secundário no país. A criação do ginásio municipal foi uma promessa de campanha feita pelo prefeito desde a sua campanha eleitoral em 1955, quando acabou perdendo as eleições municipais.

Embora o Dr. José Pereira Gomes soubesse que teria que travar uma batalha árdua contra o grupo hegemônico local para a instalação de um ginásio municipal em Viana, e o mais difícil fosse conseguir arrecadar junto à comunidade local a alta quantia de quarenta mil cruzeiros, valor da taxa exigida pela diretoria da antiga Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), sediada no Rio de Janeiro, a base de sua plataforma eleitoral foi sempre pautada na criação de um curso ginásial, que iria preencher a maior carência da educação vianense da época. Convém esclarecer que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foi um movimento que teve lugar na década de 1950, como uma atividade típica de voluntariado tendo como objetivo a oferta do ensino secundário para atender a população carente nas diferentes localidades brasileiras (ASTOFE, 2019).

Diante disso, antes das novas eleições para a prefeitura municipal de Viana, ocorrida no início de 1960, o Dr. José Pereira Gomes criou um livro de ouro com quarenta assinaturas, cada

---

<sup>66</sup> A Escola recebeu o nome de Antônio Lopes, que foi um importante escritor e político vianense, e era visto com orgulho para a população do município por ter ocupado importantes cargos da administração pública maranhense. Assim, a instituição perpetuava por meio de sua denominação a representação de uma pessoa ligada as famílias abastadas na memória coletiva.

uma equivalente a mil cruzeiros para a criação do ginásio municipal via CNEG. Porém, “[...] não demorou muito para os maledicentes insinuarem que aquele valor seria usado, na verdade, para custear sua campanha política.” (AVLMA, 2013, p.3).

Apesar das insinuações maledicentes, a criação do ginásio municipal de Viana, tornou-se realidade com a eleição do Dr. José Pereira Gomes como prefeito municipal. Para a instalação deste Ginásio, o prefeito o Dr. José Pereira Gomes (1961-1964) teve que adaptar um casarão português, onde foram instaladas 08 (oito) salas de aula e uma área administrativa e pátio descoberto, conforme pode se observar na Figura 59.

**Figura 59** - Fotografia do Prédio do Ginásio Antônio Lopes em Viana-MA.



Fonte: SEMED (2016).

Este prédio do Ginásio Antônio Lopes funcionava na área central da cidade de Viana e os “[...] seus janelões eram disputados pelos alunos que conseguiam ter um panorama das novidades do município dando uma espiadela por lá.” (AVLMA, 2013). Esse se constituía em espaço amplo, arejado e “[...] sua área interna, muito arborizada por oitizeiros e pitombeiras coloniais.” (JORNAL A CRÍTICA, 2013, p. 3).

No dia da inauguração do Ginásio, na cidade de Viana houve grande movimentação, com diversos pronunciamentos, entre os quais, procuramos destacar o do Prefeito do município, o Dr. José Pereira Gomes:

Minha gratidão sempre lembrada a todos aqueles que me incentivaram no início do empreendimento e já em funcionamento. Ao Dr. José Ribamar Seguins na época secretário de educação e cultura do governo do Estado às professoras Edith Nair Furtado da Silva, Zeila Cunha Lauleta, Maria Antônia Gomes e ao professor Pedro Raitis de Santana e ao promotor José de Freitas Dutra que me substituiu por ocasião

da minha licença para ocupar o cargo de prefeito Municipal. (CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIANA-MA, 2012, p. 6).

Os professores citados pelo prefeito, o Dr. José Pereira Gomes, ocuparam o primeiro corpo docente do ginásio Antônio Lopes e eram todos (as) formados (as) pela Escola Rosa Castro de São Luís. Apesar das relações de poder circunscritas no interior do Ginásio Antônio Lopes, por ele passaram professores (as) comprometidos com a luta social e com as vicissitudes daquele povo. A maioria dos diretores e dos professores que executavam as suas práticas educativas nesse estabelecimento eram ligadas ao MDB- Movimento Democrático Brasileiro, partido do então, prefeito ligado ao grupo dirigente do Estado no dado momento histórico. Com isso, esse estabelecimento se transformou em um celeiro de nepotismo e negociação de cargos eleitorais, bem à moda do patrimonialismo à brasileira. Como o próprio termo indica, patrimonialismo pode ser definido como uma concepção de poder em que as esferas pública e privada se confundem e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas. Desse modo, um líder político é qualificado como patrimonialista quando, ao assumir um cargo na esfera pública, acaba “instrumentalizando”, isto é, criando mecanismos de controle, a estrutura estatal para satisfazer as suas necessidades pessoais, ou seja, privadas (WEBER, 1991).

A mobilidade docente era bastante percebida nos primeiros anos de funcionamento do ginásio, motivada essencialmente, por intempéries da política partidária local e pelas disputas internas desses grupos. Porém, a presença das religiosas nicoletanas em áreas com carência de docentes motivou a permanência delas na função. As Irmãs de Anunciação da Santa Virgem desenvolveram atividades de ensino no referido ginásio, lecionando as disciplinas de Francês e Inglês.

O ginásio Antônio Lopes na época da sua fundação servia praticamente toda a Baixada Ocidental Maranhense, atendendo alunos (as) dos municípios de Matinha, Penalva, Cajari, Arari e muitos outros que mandavam seus alunos para estudar em Viana. Em 1961, uma turma de 35 alunos (as) aprovados (as) no exame de Admissão foi matriculada para cursar a primeira série do ginásio. Em 1962, uma nova turma ingressava, sendo que nesse ínterim chegava à instalação da Diocese de Viana sob os cuidados do Bispo Dom Hamleto de Angelis trazendo em sua equipe padres italianos e missionárias canadenses. E nos seus planos administrativos, além de religiosos, havia o objetivo Educacional.

Em 1964, Dr. José Pereira Gomes, ainda prefeito de Viana, assistiu a diplomação da primeira turma de concludentes diplomada pelo mestre. Sobre o assunto, um dos entrevistados mencionou

Éramos apenas 16 alunos que concluíram o curso. Entretanto, com a formação que

recebemos das nossas famílias e da comunidade vianense, aliada aos ensinamentos curriculares e aos exemplos dos nossos inesquecíveis educadores e mentores do referido Ginásio, nos tornamos pessoas capazes de multiplicar nossas experiências de vida, promovendo a construção de um mundo melhor para todos os que nos cercam. (INTERLOCUTOR 1V, 2021).

Em 1965, alguns dos (as) alunos (as) formados (as) no Ginásio Antônio Lopes ingressavam na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição instituída por Dom Hamleto de Angelis e mantida pela Igreja Católica com apoio do governo estadual. De acordo com Interlocutor 2V (2021) “[...] esses alunos eram influenciados a seguir a profissão de professores porque era a única oportunidade de continuar a estudar e de conseguir trabalho. A população crescia, novas escolas eram abertas e precisávamos de professores” Diante disso, as condições objetivas desfavoráveis contribuíram com o projeto educacional da Igreja Católica que articulada a rede escolar via na pobreza e desigualdade um argumento favorável ao crescimento do número de jovens a seguirem a vida religiosa.

Dessa forma, os jovens que se formavam professores de acordo com os preceitos católicos poderiam dar continuidade ao processo de fortalecimento da religião em espaços estatais que não fossem os tradicionalmente concebidos como espaços de evangelização, tais como templos e espaços de catequização. Ademais, o discurso de laicidade se fortalecia e a igreja vislumbrava possibilidades junto a mocidade para estender seu projeto e via as escolas ginásiais e os cursos normais como promissores instrumentos. Desse modo, podemos deduzir que os Ginásios mesmo quando não eram mantidos ou administrados pela iniciativa católica, como era o caso do Antônio Lopes, eram assediados pelo seu poder, pois se constituíam como estratégias e na perspectiva de Certeau (1995) poderiam ser pensados como potenciais espaços de racionalização e controle dos agentes.

Em 1966, a professora Edith Nair Silva Josefina Cordeiro estava à frente da direção deste Ginásio. Neste ano, ocorreu o ingresso de um número significativo de alunos e alunas no Curso Ginásial. Logo abaixo, pode-se visualizar na figura 60 a turma que ingressou em 1966 e finalizou o Curso Ginásial em 1969.

**Figura 60** - Fotografia da Turma de alunos (as) do Ginásio Antônio Lopes (1966 a 1969), com a diretora do estabelecimento no dia da formatura no ano de 1969.



Fonte: SEMED (1969).

Nesta imagem se observa a fotografia da turma que ingressou em 1966, no dia de sua formatura, em 22 de dezembro de 1969. Possivelmente, essa fotografia tenha sido retirada em uma rua próxima ao Ginásio Antônio Lopes, no centro de Viana, pois ao fundo observa-se a presença de uma pequena casa, com duas janelas e uma porta de madeira, construída em alvenaria e coberta com telhas de cerâmica. A turma de alunos (as) se posicionava a frente da casa, a maioria dos alunos apareciam agachados e em pé, inclusive, alguns pareciam que estavam em cima de um tablado, pois, estavam em tamanho maior que os outros. Todos esses alunos, estavam vestidos com uma calça de cor escura e uma camisa branca, com sapatos escuros nos pés. Já as meninas, apareciam todas em pé, vestidas com uma saia de pregas de cor escura, com blusas brancas e com um tipo de gravatinha no pescoço de cor escura, de meias brancas nos pés e um sapato de cor escura, situadas logo atrás dos moços que estavam agachados, junto a elas, provavelmente estava uma professora ou a diretora do Ginásio usando um vestido de manga longa e palas.

Ainda em relação a essa fotografia, pode-se compartilhar dos dizeres de Vidal (1998), de que o recurso à fonte fotográfica permite apreciar como os sujeitos lidaram com as imposições e construíram seus percursos individuais e coletivos no interior dos estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo, as imagens escolares muitas vezes, simulam uma ordem e estabilidade, reproduzindo e/ou simulando aspectos da realidade que coadunem com as normas sociais vigentes.

Diante de todas as instituições explicitadas que tiveram em seus corpos docentes ou

foram criadas e/ou administradas pelos missionários canadenses, percebe-se que no interior dos estabelecimentos existia a influência dos missionários, inclusive nas práticas educativas, na organização e no funcionamento das instituições escolares, tendo em vista a sua atuação em relação aos funcionários e professores, além de formarem um corpo técnico que atendia aos axiomas defendidos por eles, principalmente as irmãs, que eram responsáveis pela dinâmica pedagógica e formativa das escolas.

Depreendemos, portanto, que as estratégias educacionais não eram apenas formas filantrópicas e de busca por legitimidade do catolicismo frente aos poderes constituídos, mas de desenvolvimento da obra educacional dos Nicoletanos, que era uma forma de garantir o acesso para realização de trabalhos pastorais para com os empobrecidos, seus potenciais futuros religiosos e leigos, padres e freiras.

Diante disso, a ação educacional desses religiosos revela a importância que tiveram na História da Educação da Microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, sendo que muitas ações no formato inicial, tanto de ação social quanto de desenvolvimento educacional, ainda são engendradas no referido território, dando continuidade à disputas ideológicas e religiosas pelos espaços e posições de poder, de forma particular, no século XXI, uma vez que o número de católicos está cada vez mais em declínio em todo o país (MONTES, 2012; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2011). Sobre a configuração do Campo Educacional da Baixada Ocidental Maranhense após a passagem dos religiosos canadenses, isso nos possibilita o encontro com um campo educacional híbrido, constituído de instituições com as mais diversas aproximações e distinções umas em relação as outras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de missões religiosas internacionais na Baixada Ocidental Maranhense na segunda metade do século XX trouxe grandes repercussões para a realidade social, política, religiosa e educacional dessa microrregião, assim, quando iniciamos esta proposta de pesquisa, o nosso ponto de partida foi buscar comparar a atuação das Missões Italianas e Canadenses, a saber, dos Missionários e Irmãs Italianos (as) do Sagrado Coração de Jesus e dos Missionários e Irmãs Canadenses de Nicollet. O fato é que tínhamos pela frente mais do que um problema de pesquisa, tínhamos um grande desafio, haja vista que, de um lado, a construção de um estudo comparado, em história da educação e, de outro, a extensão da atuação dessas duas missões religiosas, sendo que em cada um dos municípios pesquisados recebeu determinadas ordens e congregações e seus grupos de religiosos.

A proposta de desenvolver uma pesquisa em perspectiva comparada em relação a atuação dessas duas missões religiosas estrangeiras na Baixada Ocidental Maranhense seguiu até a realização do exame de qualificação, a partir de então, decidimos neste trabalho, investigar apenas a atuação da Missão Católica Nicoletana em seus desdobramentos e ramificações nos municípios da Baixada Ocidental Maranhense, tendo sido o problema de pesquisa norteador pelo objetivo geral de analisar a atuação dos missionários e irmãs católicos (as) canadenses Nicoletanos (as) na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, focalizando suas ações religiosas, assistencialistas e educacionais e suas contribuições para o fortalecimento do catolicismo e para melhorias nas condições de vida da população local, especialmente, por meio da educação escolar, no período de 1955 a 1969.

Para responder o problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, foi necessário ir a busca de documentos presentes no Arquivo Público do Maranhão, nas Secretarias Municipais de Educação, nas Câmaras Municipais e nos arquivos pessoais de sujeitos históricos destes municípios. Também foi necessário realizar entrevistas e utilizar outras que foram realizadas durante a pesquisa de mestrado. Destacamos que muito do que foi realizado dependeu do uso de tecnologias e aparatos digitais, que nos permitiram o contato virtual com os documentos em um exercício relevante de catalogação e análise. No decorrer do trabalho, a tarefa de localizar, selecionar e analisar as fontes documentais escritas foi um processo muito complexo, sendo que de algumas instituições, entre elas, as instituições escolares, foram identificados apenas o nome, muitas sem a localização, sem dados dos sujeitos que por elas transitaram, por este motivo em muitas delas, aproveitamos apenas pequenas referências que atendiam a pesquisa desenvolvida. Porém, tanto as entrevistas quanto os documentos escritos

foram de grande importância para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados. Assim, os documentos encontrados nos lugares da memória pesquisados, juntamente com as entrevistas tornaram-se fontes documentais e orais importantes para o desenvolvimento desta Tese.

Portanto, após as análises empreendidas, percebemos que, essa microrregião ainda na primeira metade da década de 1950, no período que antecede a vinda dos missionários e irmãs canadenses Nicoletanos (as), encontrava-se com muitos problemas, devido aos altos índices de pobreza e de analfabetismo, que dificultavam as pessoas a terem acesso as escrituras sagradas; as altas taxas de migrações para a região Norte do país, principalmente, por parte da juventude que via no sonho do garimpo uma forma de enriquecer e fugir das condições de pobreza; as doenças (malária, cólera, hanseníase, barriga d'água, entre outras); a mortalidade infantil e a desnutrição. Além de toda essa situação que marcava o cenário social e econômico local, os municípios da Baixada Ocidental Maranhense passavam pelo crescimento de outras religiões, tanto de confissão protestante quanto de matriz africana, o que trazia cada vez mais, um esvaziamento das atividades litúrgicas e de evangelização, embora a maioria da população se autodeclarasse como católicos.

No que diz respeito a educação escolar, a microrregião citada contava apenas com escolas de ensino primário e não possuía nenhum estabelecimento de ensino secundário, como os ginásios e nem mesmo Escola Normal em funcionamento, ainda que houvesse tentativas de instalação dessas instituições de formação de professores primários na época para a Baixada Ocidental Maranhense, especificamente em São Bento e Pinheiro.

Constatamos que, inicialmente, a educação escolar acontecia orquestrada por muitos professores leigos, em cadeiras subvencionadas pelo Estado, uma vez que, desde as últimas décadas do século XIX e até primeiras décadas do século XX prevaleciam o modelo de escolas isoladas, que funcionavam em espaços domiciliares, onde o improvisado e o espontaneísmo pedagógico conduziam os processos de escolarização, além de serem oferecidas em ambientes insalubres e sem muitas condições estruturais e pedagógicas, bem como em poucas escolas paroquiais. Observamos que, posteriormente, foram também instaladas escolas mistas e agrupadas que se constituíam como iniciativas de escolarização e se distanciavam das escolas isoladas no que tange à estrutura não doméstica, e práticas pedagógicas mais direcionadas pelas normas da Instrução Pública.

Ainda notamos que na perspectiva dos movimentos de escolarização, que se davam no país sob a égide da modernização e do desenvolvimento por vias da industrialização, na primeira metade do século XX, os primeiros grupos escolares foram estabelecidos apenas no ano de 1903, no entanto, em cada um dos municípios da Baixada Ocidental Maranhense, a

instalação desse modelo de escola primária ocorreu cada qual em um determinado cenário político, engendrados por prioridades baseadas nas relações de poder político-partidárias locais e influência de grupos oligárquicos.

No que concerne às iniciativas educacionais ligadas à Igreja Católica, percebemos que ocorreram antes da chegada dos (as) missionários (as) canadenses de Nicollet, ações nos municípios da Baixada Ocidental Maranhenses engendradas pelos missionários Italianos do Sagrado Coração de Jesus que chegaram a região ainda na primeira metade do século XX, mais especificamente, no ano de 1946, e realizaram um trabalho religioso, assistencialista e educacional, em espaços de evangelização, ambulatórios, clubes de mães, patronatos e escolas paroquiais e ginásios.

Contudo, notamos que os missionários e as irmãs canadenses Nicoletanos chegaram na Baixada Ocidental Maranhense, em 1955, engajados e fundamentados em uma nova Teologia, que se fez presente entre os anos de 1950 e 1960, que antecedeu o Concílio Vaticano II, de um trabalho voltado aos pobres, com o objetivo de desenvolverem um projeto interfaceado por ações religiosas, assistencialistas e educacionais junto à população local e estabeleceram-se com os seus desdobramentos e ramificações nos municípios de Guimarães (Irmãos de Nicollet; Irmãs Nicoletanas Cinzentas de Montreal, Irmãs Nicoletanas da Anunciação da Santa Virgem); Cururupu ( Irmãs Nicoletanas de São José de São Jacinto da Paróquia de Saint-Hacynthe); Viana (Irmãs Nicoletanas da Anunciação da Santa Virgem); Peri-Mirim e Bequimão (Irmãos Nicoletanos da Paróquia de Sherbrook).

Os resultados da pesquisa apontaram, que a atuação dos missionários e irmãs da missão canadense dos Nicoletanos (as) priorizaram, inicialmente, nesses municípios da Baixada Ocidental Maranhense, o campo infraestrutural, com a construção de estradas, igrejas e barracões para as suas ações de evangelização e de assistência; após isso, enfatizaram, sobretudo, ações no campo da educação e em saúde, por meio de uma política de estruturação sanitária e palestras nas comunidades para irromper os dados de doenças como a malária, cólera, hanseníase, barriga d'água, entre outras, que se perpetuavam e levavam a óbito pessoas das mais diversas idades. Para tanto, os religiosos construíram ambulatórios e realizaram visitas domiciliares a fim de divulgar os ensinamentos da higiene, alimentação e cuidado com o corpo, associando-os aos saberes da fé e aos princípios da moral cristã.

Diante dos altos índices de analfabetismo nos municípios e povoados da Baixada Ocidental Maranhense, percebemos que a missão católica dos canadenses Nicoletanos decidiram como uma das prioridades de suas ações investir no ensino primário ofertado em escolas fundadas nas paróquias e capelas, passando a administrá-las e envolvendo a

comunidade em todas as atividades lá desenvolvidas. Somado a isso, desenvolveram um conjunto de ações de desenvolvimento comunitário e dessa forma, ganharam confiança nos lugares por onde passaram. No entanto, os grupos conservadores internos a Igreja Católica, juntamente com os grupos políticos locais que disseminavam a ideia de que os missionários e as irmãs canadenses eram perniciosos e perigosos chamando-os de *comunistas e subversivos*.

Todavia, notamos que, apesar da força de grupos conservadores no interior da Igreja Católica do território da Baixada Ocidental Maranhense, os missionários e as irmãs canadenses de Nicollet procuraram desenvolver ações voltadas a uma educação escolar direcionada também a população mais empobrecida da localidade e em determinados momentos interfaceavam com ações religiosas. Essa atuação pode ser vista nas ações educacionais dos missionários e irmãs canadenses, na criação e instalação de escolas de diferentes níveis de ensino, na administração de escolas e participação na gestão de projetos educacionais. No que tange, a relação entre as ações educacionais e religiosas, identificamos esta presença nas aulas de catecismo que ocorriam no interior dos estabelecimentos de ensino por eles criados, instalados e administrados, como nas escolas de fé, que funcionavam nas escolas paroquiais primárias, bem como na formação de professores (as) que ocorria na Escola Normal, onde as irmãs procuravam desenvolver o gosto pela vida religiosa de moços (as) para ingresso nos seminários e conventos. Embora não consigamos precisar a quantidade de jovens provenientes desses municípios que foram ordenados como padres e freiras, os relatórios dos membros da missão canadense registram o crescimento do número de seminaristas e noviças.

É certo que, as instituições escolares criadas, instaladas ou administradas pelos missionários e irmãs canadenses de Nicollet eram mantidas por meio de doações dos fiéis católicos, em raros casos com a cobrança de taxa dos pais e, principalmente, com o apoio dos governos estaduais e municipais, que destinavam parte dos recursos dos cofres para essas ações e instituições religiosas. Além disso, recebiam recursos do Canadá e da França e, para isso enviavam relatórios e fotografias que justificassem o recebimento das verbas.

Percebemos que a procura por esses espaços escolares, tanto pelas classes populares quanto pelos filhos das famílias abastadas dessa microrregião, dava-se pelo fato de as instituições serem consideradas no período, como melhores que as escolas públicas e com resultados muito próximos das escolas vistas como melhores da capital do estado do Maranhão. Ressaltamos, entretanto, que as famílias católicas também possuíam prioridades sendo, na perspectiva dos religiosos, necessário fortalecer os axiomas cristãos católicos nessas famílias que se autodenominavam católicas, porém não compareciam as atividades de evangelização e a vida litúrgica. Esses axiomas seriam considerados capazes de fortalecer o *ethos* católico, e se

constituíam em uma arma e uma forma de resistência as investidas dos grupos protestantes em amplo crescimento nos municípios do interior do Maranhão, na época. Além disso, essa atuação fazia parte do projeto de restauração da Igreja Católica, que executava ações missionárias para robustecer o ideário religioso, processo esse que a administração e condução dos missionários italianos do Sagrado Coração de Jesus, não conseguiu realizar, conforme apontam os dados já descritos nesta Tese, nesses municípios da Baixada Ocidental Maranhense.

Nessa direção, pudemos constatar que as instituições escolares confessionais criadas, instaladas e administradas ou projetos educacionais que tiveram presença dos missionários e das irmãs canadenses da missão de Nicollet serviram de instrumentos a um projeto da Missão Canadense dos Nicollet, principalmente, de educação voltado a população mais pobre, nos municípios da Baixada Ocidental Maranhense, em um período que antecedeu o próprio Concílio Vaticano II. Contudo, ainda, observamos que para dinamização das ações de educação e evangelização, principalmente, junto as comunidades rurais, onde eram implantadas as CEBs (Comunidades de Educação de Base) e nas quais estiveram presentes as Irmãs para desenvolver também trabalhos comunitários, criando Clubes de Mães e Grupos de Juventude Católica, pois na concepção do padroado, as mulheres tinham preparação maior para lidar com a infância, aconselhar e mobilizar adolescentes, organizar as mulheres em prol da educação dos filhos e do cuidado com a família e dos idosos para o incentivo a ancestralidade cristã e a memória social da igreja. Dessa forma, acabavam atendendo diversas metas do Concílio Vaticano e seus antecedentes por meio de estratégia delineada em um projeto interfaceado por ações religiosas, assistencialistas e educacionais.

Nessas condições, de 1955, período esse de chegada da missão canadense na Baixa Ocidental Maranhense até o final do ano de 1969, quando eles deixam a localidade, verificamos que havia passado pelas instituições escolares criadas, instaladas e administradas por esses missionários e irmãs e pelas ações desenvolvidas mais de 5. 000 alunos (as), que eram filhos (as) tanto das famílias mais abastadas quanto das famílias empobrecidas dessa microrregião.

Observamos que as ações foram engendradas pelos missionários e irmãs por *estratégias e táticas*, enquanto *estratégias* notamos o movimento de renovação da igreja, por uma nova Teologia dos anos de 1950 e 1960, de uma trabalho voltado a população empobrecida, a criação de instituições como igrejas e escolas; rede de instituições e ações de evangelização; administração de instituições escolares e políticas públicas, e enquanto *táticas* percebemos a formação política da juventude; a conscientização de mulheres e idosos sobre o direito à terra e à propriedade; as práticas educativas progressistas no interior dos estabelecimentos de ensino; Clubes de Mães com uma lógica nada paternalista, instrumentalizando os agentes sociais de

acordo com a Teologia da Libertação.

E, por fim, também compreendemos que as *apropriações e representações* desses empreendimentos missionários e das irmãs canadenses, sobretudo, nas instituições escolares, se caracterizaram como um conjunto de ações, essencialmente, voltados a educação escolar da população local mais pobre, e com isso, conseguiram estabelecer visões de mundo e ocultar aquelas que não coadunavam com o seu ideário e conseqüentemente, com as metas do Concílio Vaticano II e de seus antecedentes para aquela população da Baixada Ocidental Maranhense no contexto de um projeto da Igreja Católica. Desse modo, pudemos constatar que os missionários e as irmãs da Missão Canadense de Nicollet foram capazes de uma certa maneira de democratizar o acesso à escolarização, com a participação da população mais pobre e ainda, fortalecerem o catolicismo, confirmando a hegemonia e legitimidade da Igreja Católica naquela microrregião.

É certo também, que a atuação dos padres e das irmãs na Baixada Ocidental Maranhense foram percebidas por meio de mudanças na dinâmica religiosa e social dos municípios dessa microrregião. Assim, as ações religiosas, sociais e educacionais presentes no projeto desses missionários teriam erigido não apenas pelo imenso contingente de empobrecidos e pela ausência estatal no fornecimento de educação pública para toda a população, mas também como uma estratégia de garantia de um lugar próprio, um lugar de poder e estabilidade, considerando-se que projeto sofreu diversas apropriações e táticas na realidade da Baixada Ocidental Maranhense onde se fez presente.

Todavia, a nossa pesquisa aponta resistências e ressignificações nesse projeto, construindo trilhas muitas vezes ilegíveis (CERTEAU, 2012), prevalecendo uma postura multifacetada, sobretudo, das irmãs Cinzentas quanto das IAVs, que eram conservadoras nos valores cristãos e progressistas, quando o assunto eram as classes sociais e o combate à pobreza. É fato que, as perspectivas de popularização e as críticas a condição de empobrecimento da população fez com que grupos conservadores da Igreja, principalmente, no município de Viana iniciassem perseguições às IAVs. Notamos que a perseguição às irmãs era justificada por parte desses grupos, que viam nelas não o fortalecimento da igreja, mas o desvirtuamento de sua função, presente tanto nos trabalhos comunitários quanto na administração das instituições e entidades e na atividade de docência nos estabelecimentos em que essas religiosas instituam suas performances operacionais, trazendo táticas que refletiam continuidades, mudanças e permanências (CERTEAU, 2012).

Por tudo isso, pudemos defender ao longo desta Tese que a atuação dos missionários e irmãs canadenses Nicollet por meio de um projeto interfaceado por ações religiosas,

assistencialistas e educacionais desenvolvidas junto às populações da microrregião da Baixada Ocidental Maranhense conseguiram contribuir com o fortalecimento do catolicismo e melhorar as condições de vida dessa população empobrecida, sobretudo, mediante as iniciativas realizadas no campo da educação escolar, tendo como contrapartida, esses (as) missionários e irmãs conseguido alcançar os propósitos de uma nova teologia, que se fez presente nos anos 1950/1960, engajada e fundada na opção pelo trabalho com os pobres, que antecederam os debates ocorridos durante o Concílio Vaticano II.

Diante do exposto, apesar de termos alcançado as respostas às questões colocadas nesta Tese, reconhecemos os limites da pesquisa, bem como, que não esgotamos todas as suas possibilidades. Portanto, destacamos que muitas outras pesquisas poderão ser desenvolvidas a partir desta, sendo assim sugerimos algumas temáticas envolvendo a missão católica canadense dos Nicollet e outras missões relacionadas ao projeto conciliar: a) A análise da História e Memória das Instituições Escolares dos missionários italianos da sagrada Família em São Bento-MA; b) A atuação Missionária do Padre Clodomir Brandt em Arari-MA na década de 1970; c) As memórias e trajetórias dos egressos das oficinas de profissionalização da Vila Gem em Guimarães-MA; d) As memórias e trajetórias dos egressos das oficinas de profissionalização do Ginásio Industrial Piamarta da Conceição em São Bento-MA na década de 1960; e) A atuação dos missionários canadenses nas CEBs em Vitória do Mearim na década de 1970; f) História e Memória da Escola Paroquial de São João Batista-MA nos anos de 1970; g) A Obra Educacional dos Mercedários na década de 1970 em Cajapió-MA; h) A presença de alunos e alunas protestantes na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição em Viana nos anos de 1970; i) Racismo Religioso e trajetórias de estudantes quilombolas damasianos no Ginásio Vimarense na década de 1970, entre outras.

Enfim, finalizamos a escrita desta Tese, mesmo sabendo de alguns limites, esperamos que contribua para a história da educação brasileira, em especial, para a história da educação do Maranhão e, mais precisamente, para a pesquisa sobre a história da atuação das missões religiosas estrangeiras, tomando como foco a educação escolar, como foi o caso, da atuação da Missão de Nicollet pelos missionários e das Irmãs em alguns municípios da Baixada Ocidental Maranhense.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, G. S. A. de; MINHOTO, M. A. P. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 46, p. 107–118, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i46.8640074. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074>. Acesso em: 19 set. 2021.
- ACADEMIA DE LETRAS ARTES E CIENCIAS DE PERIMIRIM - MA. **Edição de Aniversário da Cidade de Peri-Mirim**. Peri-Mirim, MA: [s.n.], 2017.
- ACADEMIA DE LETRAS ARTES E CIENCIAS DE PERIMIRIM - MA. **Edição de Aniversário da Cidade de Peri-Mirim**. Peri-Mirim, MA: [s.n.], 2020.
- ACADEMIA DE LETRAS, CIÊNCIAS E ARTES PERIMIRIENSE. Peri-Mirim, MA: [s.n.], 2021.
- ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO (ADA). Serie I: Antepreparatoria, Volume II: Consilia et vota Episcoporum ac Praelatorum, Pars VII: America meridionalis – Oceania (sub secreto), cura et Studio Archivi Concilii Oecumeni Vaticani II, Typis Polyglotis Vaticanis, 1961.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALLARD, Rose. **Missões do Brasil: Irmãs Cinzentas de Montreal**. Québec. Inventário do Patrimônio Imaterial Religioso de Québec, 22 de jun. 2009. Entrevista a Stéphanie Teasdale e Maude Readmond. Disponível em: <http://www.ipir.ulaval.ca/fiche.php?id=385>. Acesso em: 20 out. 2020.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de; SILVA, Rosalia de Jesus Castro da. Os “Novos Quilombos”: um estudo histórico sobre o processo de identidade das comunidades remanescentes de quilombos da Baixada e do litoral norte do Estado do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. **Anais eletrônicos** [...] Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190\\_4977e8545f70e5dfab2294d0eb702d6b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_4977e8545f70e5dfab2294d0eb702d6b.pdf). Acesso em: 19 set. 2021.
- ALVIM, Aymoré. **O Lugar do Pinheiro: recontando a história**. [São Luís]: Editora Litograf, 1982.
- AMADO, Janaína B. O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. **História**. São Paulo: v.14, p.125-136, 1995.
- AMARAL. José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**. São Luís-Maranhão. Tip. Frias. 1898.
- AMORIM, Eni. **O Convento das freiras canadenses**. Peri-Mirim: Academia de Letras, Ciências e Artes Perimiriense, 2018. Disponível em: <http://fdbm.org.br/o-convento-das-freiras-canadenses/>. Acesso em: 19 set. 2021.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ARAÚJO, R. I. S. Pajelança e cultura popular: profícuos entrecruzamentos. *In*: CARREIRO, G. S.; FERRETTI, S.; SANTOS, L. A. **Missa, Tambor e Culto**: os espaços das religiões no Brasil. São Luís: FAPEMA: EDUFMA, 2012.

ARAUJO, Raimundo Inácio Souza. Cultura migrante na Baixada Maranhense. *In*: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010. **Anais eletrônicos** [...] Recife: [s.n.], 2010. Disponível em: [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270578017\\_ARQUIVO\\_ArtigoABHO.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270578017_ARQUIVO_ArtigoABHO.pdf). Acesso em: 19 set. 2021.

ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza. Pajelança e cultura popular: profícuos entrecruzamentos. *In*: CARREIRO, Gamaliel *et al.* **Missa, culto e tambor**: os espaços das religiões no Brasil. São Luís: EDUFMA/FAPEMA, 2012. p. 391-407.

ASTOFE, A. F. A. **Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**: em Perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso (1949-1963), 2019. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, campo Grande, 2019.

ATA DE MATRÍCULA da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. [S.l.: s.n.], 1957.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da igreja do Brasil (1870 – 1920). *In*: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

BACELLAR, C. **Fontes e apontamentos à pesquisa histórica**. São Paulo: Papyrus, 2005.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. **Textos e Contextos**: um esboço da Cades na História da Educação. Blumenau: EDIFURB, 2013.

BARRIOL, Felipe. **Escravidão e trabalho na Baixada Maranhense**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012. (Programa Darcy Ribeiro).

BARBOSA, Rosana. Brasil-Canadá: ligações migratórias nos séculos XIX e XX. **Interfaces Brasil/Canadá, Revista Brasileira de Estudos Canadenses**, v. 12, n. 1, p. 183-200, 2012.

BARROSO, J. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 15-28.

BEQUIMÃO. Secretaria Municipal de Educação de Bequimão. **Levantamento de Fatos Históricos do município de Bequimão**. Bequimão, MA: SEMED, 2012. p. 33.

BOFF, L. **Incursões pela História do Catolicismo no Brasil**: marcos referenciais. São Paulo: Vozes, 1973.

BOGÉA, Amélia Gomes. **A atuação do Padre Clodomir Brant em Arari-MA.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012 (Programa Darcy Ribeiro).

BORGES, Maria Eliza Linhares. Tradição e modernidade na mira dos fotógrafos. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 109-115.

BOURDIEU, P. **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Papirus, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo, Editora Zouk/Edusp, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **La Reproduction:** éléments pour une théorie du système d'enseignement. [S.l.]: Éditions de Minuit, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Covid-19.** Brasília, DF: MS, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultural. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Sinopse estatística do ensino médio 1959.** Rio de Janeiro, 1959. DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Brasília, nov., 1959.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas.** Brasília, DF: MDS, 2011. 136 p.

BRAUDEL, Fernand. Cátedra de História da Civilização: o ensino de História e suas diretrizes. **Revista de História,** São Paulo, n.146, p. 53-60, 2002.

BUZAR, Benedito de Souza. **Escritos sobre memória e cultura e no Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1976.

CAMARA MUNICIPAL DE CURURUPU. Cururupu, MA: [s.n.], 2000. 3 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Guimarães, MA: [s.n.], 1928. 4 p.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIANA. Viana, MA: [s.n.], 2012. 6 p.

CAMARA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM. **Histórico do Município**. Peri-Mirim, MA: [s.n.], 1997

CAMBRON, Gerard. Histórico da Pesquisa Polidisciplinar Prelazia de Pinheiro. *In*: SARAIVA, Ana Maria Gomes (org.). **Pesquisa polidisciplinar: aspectos gerais e infra-estruturais**. São Luís: IPEI, 1975.

CAMPOS, Carlos Antonio de Almeida. Biografia cedida à Academia Perimiriense. **Jornal O Resgato**, maio 2020.

CARDOSO, Janeth Carvalho da Silva. **As escolas paroquiais capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)**. 2018. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CARDOSO, N. S. **Ex-secretário da Missão de Nicollet em Guimarães**. Entrevista concedida em 20 de maio de 2012 às 08 h da manhã em sua residência. Pinheiro- MA. 2012.

CASTRO, C. A. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2006.

CASTRO, C. A. Fontes e percursos para uma História da Educação Maranhense. *In*: CAVALCANTI, M. J. M; *et. al.* (org.). **Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Vozes. 1990.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1996.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular. Revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro. v. 8, n. 16, 1995.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados, v. 13, n.24. P.15-29. jul./dez. 2011.

CHATZIKIDI, Katerina. Filhos da terra e filhos da santa: manifestações de um território católico quilombola na festa de Santa Teresa em Itamatatiua (MA). **Revista Pós Ciências Sociais (Repocs)**, São Luís, v. 15, n. 30, jul./dez. 2018.

CONGREGAÇÃO DE NICOLLET. **Regimento Interno**. Guimarães, MA: [s.n.], 1953.

CRUZ, Marinelson dos Santos. **Cururupu**: origens e evolução, cultura, ambiente, história e economia. Cururupu, MA: [s.n.], 2009. 265 p.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Da suntuosidade à funcionalidade**: Grupo escolar Barão de Mipibu (1909-1971). 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação, Natal, RN, 2018.

CUBA, C. **Ex-professora do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos e da Escola Paroquial**. Entrevista concedida em 26 de maio de 2012 às 09 h da manhã em sua residência. Guimarães - MA. 2012.

CURURUPU. Secretaria Municipal de Educação. Unidade Escolar José Pires. **Projeto Político e Pedagógico**. Cururupu, MA: SEMED, 2009.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. v. 32, p. 185-191.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. v 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

DESPERTAR JOVEM IASV. **As primeiras**. [S.l.: s.n.], 1996. 2 p. Disponível em: <http://despertarjovemiasv.blogspot.com/2014/03/as-primeiras-quatroirmas-da-assuncao.html>. Acesso em: 19 set. 2021.

DESROCHERS, Georgette. **Audácia e Esperança em terra brasileira**: as Irmãs da Assunção da Santa Virgem no Brasil 1956 – 2006. São Luís: Linha D'Água, 2010.

DIOCESE DE NICOLET. **Panorama**. Ottawa: Les Presses Lithographiques, 1965.

DIOCESE DE VIANA. **Inventário de ações e varredura de objetos da Diocese de Viana**. Viana, MA: [s.n.], 1967.

DIOCESE DE VIANA. **Relatório de ações da Diocese de Viana**. Viana, MA: [s.n.], 1998.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DUMONT, Louis. **Homo hieráquicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 2009.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (vol. 1), Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio**: 1 – Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTADO DO MARANHÃO. **Projeto Bandeirante**. São Luís: Secretaria de Educação, s.d. Mimeo.

ESTADO DO MARANHÃO. **Projeto João de Barro**. São Luís: Secretaria de Educação, 1967. Mimeo.

ESTADO DO MARANHÃO. **Ginásio Bandeirante de Peri Mirim**. Histórico do Município de Peri Mirim. São Luís: [s.n.], 1967. Datilografado

FALS BORDA, Orlando. Pesquisa-Ação, ciência e educação popular nos anos 90. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA AMÉRICA LATINA, 1., 1995. **Anais** [...] Havana, 1995.

FARIA FILHO, L. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane arta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2007. p. 135-150.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. Trad. Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1970.

FERREIRA, Gabriella Alves. **Nem longe, nem perto e diferente**: representações sociais emanadas da relação pedagógica na Escola São Benedito – Taim/MA. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

FERREIRA, Lorena Maria de França. **O estado, as normalistas e a infância em Teresina**

(1900-1940). 2017. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

FERRETTI, Sergio. Tambor de Crioula, festa de preto. **Revista Universitária (Periódico da UFMA)**, São Luís: UFMA, v. 2, n. 2, p. 83-93, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

FRAGO, Antonio Vrao; ESCOLANO, Austín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANCISCO, L. A. O catolicismo e suas concepções de saúde e doença. **Akrópolis**, Umarama, v. 28, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 13. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 2009. 238 p.

FURTADO FILHO, D. **Da povoação de Pinheiro à Princesa da Baixada: história cronológica do município de Pinheiro**. São Luís: Edições do Autor, 2003.

GAIOSO, R. J. de S. **Compêndio Histórico e Político dos princípios da lavoura no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1973.

GAIOSO, Raimundo José de S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1973.

GEERTZ, Clifford. **Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. IN: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODÓIS, A. B. B. de. **Os rumos da Educação na Escola Primária**. São Luís, 1914.

GOMES, Márcio Henrique Baima. **A história do Maranhão no currículo do ensino médio (1996 – 2016)**. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

GONÇALVES, Maria de Fátima Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA, 2000.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN/CS, 2009.

GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HORTA, J. S. B. **O Hino, o Sermão e a Ordem do dia**: regime autoritário e educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

HUME, David. **Historia natural de la religión**. Madrid: Tecnos, 1998.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29.

IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA. **Patrimônio e Histórico da Igreja de São João Batista**. Cururupu, MA: [s.n.], 1992.

INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ação do INEP e Centros de Pesquisas Educacionais em 1959. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, INEP/MEC, v. 33, n. 78. p. 98-125, abr./jun. 1960.

INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ação do INEP e Centros de Pesquisas no Quinquênio 1956-60. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, INEP/MEC, v. 35, n. 81. p. 94-135, jan./mar. 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1955**. Ano XVI. Rio de Janeiro, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1956**. Ano XVII. Rio de Janeiro, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1958**. Ano XIX. Rio de Janeiro, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1959**. Ano XX. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1960**. Ano XXI. Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 575 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 416 p.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 725 p.**

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica do litoral ocidental maranhense/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2012.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Oportunidades de formação do magistério primário no Maranhão. Rio de Janeiro, 1959.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Termo de convênio celebrado entre o INEP do Ministério da Educação e Cultura e a EN/Regional Nossa Senhora Assunção, de Guimarães (MA). Rio de Janeiro, 1960. Datilografado.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Termo de convênio celebrado entre o INEP do Ministério da Educação e Cultura e a EN/Regional Nossa Senhora da Assunção, de Guimarães (MA). Rio de Janeiro, 1961. Datilografado.**

JORGE, Miécio de Miranda (org.). **Álbum do Maranhão 1950. São Luís: [s.n.], 1950. 352 p.** (Grande formato, fartamente ilustrado. Cartonado).

JORNAL A CRÍTICA. Edição em homenagem aos educadores vianenses. Viana, MA: [s.n.], 2013.

JORNAL ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: [s.n.], 1971.

JORNAL O LITORAL. Guimarães, n. 47, ago. 1957.

JORNAL O RESGASTE. Academia de Letras, Ciências e Artes Perimiriense. Peri-Mirim, MA: ALCAP, 2020.

JORNAL O RESGATE. Edição em Homenagem ao Padre Gérard Gagnon em 08 de agosto de 2020.

JORNAL O RESGATE. Edição em Homenagem ao Padre Gérard Gagnon. Peri-Mirim, MA, ALCAP, 2020.

KERCK, J. de. **Júlio Chevalier: o homem e sua ideia: missionário do Sagrado Coração. São Paulo: Loyola, 1987.**

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.**

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KREUTZ, Lúcio. **O projeto João de Barro**: uma experiência oficial de educação popular no Maranhão. Dissertação de mestrado. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LABARRE, Lucille. **A Missão Brasil das Irmãs da Assunção da Santa Virgem**. Québec, Inventário do Patrimônio Imaterial Religioso de Québec, 11 de nov. 2009. Entrevista a Maud Redmond e Isabelle Becuywe. Disponível em: <http://www.ipir.ulaval.ca/fiche.php?id=321>. Acesso em: 12 set. 2021.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Educação na Baixada Maranhense (1822-1889)**. São Luís: SECMA, 1982.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEAL NETO, João Ferreira. **João Marques Miranda**: a trajetória de um empresário e político mestiço, no Maranhão da primeira metade do século XX. 2017. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2017.

LE MOS, Flávia Cristina Silveira. História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 138-148, jan./jun. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LIVRO DE REGISTROS DE INTERNAÇÃO DA COLÔNIA DO BONFIM. [S.l.: s.n.], 1937.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUCHESE, Terciane. Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, v. 18, p. 145-161, 2014.

MAGNANI, J. G. Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Magnani, José Guilherme C. **Mystica urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na cidade. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MAPA DA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE [S.l.: s.n.], 1950. Disponível em:

<https://www.academiasambentuense.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MARANHÃO. [São Luís], 1855.

MARANHÃO. [São Luís], 1870.

MARANHÃO. [São Luís], 1882.

MARANHÃO. **Apontamentos para História da Instrução Pública e Particular do Maranhão**. [São Luís: s.n.], 1937. p. 11.

MARANHÃO. Decreto-Lei n. 1.462, de 31 de dezembro de 1946. Adapta as novas leis orgânicas do ensino primário e normal do Estado. In: MARANHÃO. **Coleção de Decretos-Leis do Maranhão: janeiro a dezembro de 1946**. São Luís, 1946.

MARANHÃO. Secretaria de Educação do Estado; PINHEIRO. Secretaria Municipal de Educação de. **Pinheiro, Princesa da Baixada**. São Luís, 1988.

MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Ofício 37/SENEC**. São Luís, MA: Secretaria de Negócios da Educação e Cultura, 8 jun. 1961. Assunto: Comunicado à professora Zenaide Cardoso Schultz. São Luís: SENEC, 1961.

MARIC, P. **Religiões e religiosos na região dos alagados e do Gurupi**. Santa Inês, MA: [s.n.], 1987.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario historico-geographico da província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Frias, 1870. 558 p.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: FIGUEIRA, S. (org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56-63.

MICELI, S. **Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído emoralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MONTES, M. L. **As Figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

MOTTA, D. das G. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952- 1964). In: ARAÚJO, M. M. de; BRZEZINSKI, I. (org.). **Anísio Teixeira na Direção do INEP**. Brasília, DF: INEP, 2006. p. 227-249.

MOTTA, D. G. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira

República. In: ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de, PINTO, R.-M. N. (org.). **Escola primária na primeira república (1889- 1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012, p. 78-99.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional do Maranhão.** São Luís: Imprensa Universitária UFMA, 2003.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1993.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, Edusp, 1974.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **Estado Novo e educação rural no Maranhão: o projeto de “ruralização” das escolas municipais, em São Luís.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

NERIS, Wheriston Silva, SEIDL, Ernesto. Crise e recomposição do habitus religioso na periferia do espaço católico. DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos. **Revista Proposições**, São Paulo, 2017.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religiosos e a ação política no Brasil, 2014.** 404f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2014.

NERIS, Wheriston Silva; SEIDL, Ernesto. Uma Igreja distante de Roma: circulação internacional e gerações de missionários no Maranhão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 129-149, jan./jun. 2015.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NORA, P. **Os Lugares da Memória.** São Paulo: Cortez, 1993.

NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO. **Livro de Tombo.** Guimarães, MA, 1955.

O LITORAL. n. 14, Guimarães, 27 set. 1951, p. 3.

O LITORAL. n. 23, Guimarães, 20 mar. 1952, p. 2.

O LITORAL. n. 3, Guimarães, 11 mar. 1950, p. 2.

O LITORAL. n. 38, Guimarães, 13 dez. 1953, p. 6.

O LITORAL. n. 6, Guimarães, 19 ago. 1950, p. 4.

O RENASCER VIENENSE. Viana, MA: [s.n.], 2009. p. 3.

O VIMARENSE. n. 06, Guimarães, 20 de fevereiro de 2000.

O VIMARENSE. n. 46, Guimarães, 15 de maio de 2009.

O VIMARENSE. n. 81, Guimarães, 19 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, F. **Guimarães na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

OLIVEIRA, F. **Guimarães no cenário político maranhense**. São Luís: [s. n.], 2000.

ORLANDA, Wild Muller dos Santos Lima. **As primeiras letras nos sertões maranhenses: 1824-1841**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

OUELLET, Simone. **O hábito religioso das freiras Cinzas de Montreal**. Québec. Inventário do Patrimônio Imaterial Religioso de Québec, 23 de jun. 2009. Entrevista a Stéphanie Teasdale e Maude Readmond. Disponível em: <http://www.ipir.ulaval.ca/fiche.php?id=383>. Acesso em: 19 set. 2021.

PACHECO, Felipe Condurú. **História eclesiástica do Maranhão**. São Luís: SENEC/Departamento de Cultura, 1969.

PARADA, M. **Educando corpos e criando a nação**. São Paulo: Editora PUC Rio, 2009.

PARADA, M. Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 7., 1998, Vassouras. **Anais eletrônicos** [...] Vassouras, RJ: ANPUH, 1998. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Mauricio%20Parada.doc>. Acesso em: 19 set. 2021.

PARÓQUIA SÃO JOSÉ. **Missa dos Santos Óleos, Quinta-feira Santa**. Pinheiro, MA: Diocese de Pinheiro: Amazona, 2009.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 11-22, jul. 2008.

PEREIRA, Rosenildo. **Robert Fortin: do Canadá para Bequimão, sua trajetória, seu trabalho**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014. (Programa Darcy Ribeiro).

PEREIRA, Domingos de Jesus Costa. **Tapuitininga: de aldeia a cidade na Terra de Santa Cruz**. São Luís: UNIGRAF, 2012.

PERI-MIRIM. **Plano Municipal de Educação de Peri-Mirim - MA**. Peri-Mirim, MA: SEMED, 2016.

PERI-MIRIM. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Carneiro de Freitas. **Projeto Político e Pedagógico**. Peri-Mirim, MA: SEMED, 2016.

PERI-MIRIM. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Cecília Botão. **Projeto Político e Pedagógico**. Peri-Mirim, MA: SEMED, 2011.

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **A Obra Educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães-MA (1955-1965)**. São Luís, MA: Edufma, 2013.

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. Relatório de Pesquisa: **Identidade, Sincretismo e Resistência**: o Ritual Divino Espírito Santo no interior do Maranhão. São Luís: SECMA, 2012.

PETITAT, André, (1992). Entre história e sociologia. Uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 138-150.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. De Escola Normal Rural para Escola Normal Regional de Souza - PB: a formação de professoras(es) para o meio rural (1943-1961). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, PPGE UFES, Dossiê: Escolas, escolarização e profissão de professores/as: questões da história e historiografia, Vitória, 2020.

POLI, F.; CREA, G.; COMODO, V. **O desafio da organização nas comunidades religiosas**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2008.

PRADO, Luiz Ricardo. **Uma personagem, um observador, um articulista**: a escrita epistolar de Hélder Câmara sobre o Concílio Vaticano II. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU. Cururupu, MA: [s.n.], 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU. Cururupu, MA: [s.n.], 1998, p. 23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU. **Monografia do Município de Cururupu**. Cururupu, MA: [s.n.], 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA. **Monografia do Município de Viana**. Viana, MA: [s.n.], 1996.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Guimarães, MA: [s.n.], 2008.

PRUDHOMME, C. Le modèle missionnaire: stratégies et débats. In: DOUAIRE-MARSAUDON, Françoise *et al.* **Missionnaires chrétiens**: Autrement Mémoires. [S.l.]: Histoire, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 4, n. 14, enero/marzo 2005.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista venezolana de economía y ciencias sociales**, Caracas, n. 2, 2000.

QUINTA, Manoel. A igreja povo de Deus. **Vida Pastoral**, n. 135, p. 9-12, 2020. Disponível

em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-igreja-povo-de-deus/>. Acesso em: 19 set. 2021.

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA PAROQUIAL SÃO JOSÉ. Guimarães, MA: [s.n.], 1957. p. 33.

REGIMENTO INTERNO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET EM GUIMARÃES-MA. Guimarães, MA: [s.n.], 1953.

REGIMENTO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR DR. URBANO SANTOS. Guimarães, MA: [s.n.], [19-?].

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO. Guimarães, MA: [s.n.], [19-?].

RELATÓRIO DA DIOCESE NICOLLET. Guimarães, MA: [s.n.], 1980.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLET. Guimarães, MA: [s.n.], 1959, p. 8.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET. Guimarães, MA: [s.n.], 1953.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET. Guimarães, MA: [s.n.], 1963.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET. Guimarães, MA: [s.n.], 1970.

RELATÓRIO DA MISSÃO DE NICOLLET NO MARANHÃO. Guimarães, MA: [s.n.], 1961. p. 11.

RELATÓRIO DA MISSÃO DE SHERBROOK. Guimarães, MA: [s.n.], 1970. p. 11.

RELATÓRIO MISSÃO NICOLETANA NO MARANHÃO. Guimarães, MA: [s.n.], 1970. p. 9.

REZENDE, M. Valéria V. **Vida religiosa rompendo muros**: carisma e instituição: as pequenas comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular no Nordeste. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

RIBEIRO, Claudete de Jesus. História de uma escola para o povo: projeto João de Barro. In: UNESCO. **Avaliação em educação de adultos**: temas e discussões. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1984. p. 137-147.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização Escolar. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. “A escola normal na província da Bahia”. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ROLAND, Samir Lola. **Sesmarias, povoamento e trajetória militar**: Inácio José Pinheiro e o processo de colonização do Maranhão ocidental e baixada maranhense. Curitiba: CRV, 2020. 92 p.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1937)**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROSSI, Edneia Regina. Escolas reunidas e grupos escolares: traços da modernidade técnico-científica no ensino elementar (1889-1929). **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 39, n. 3, p. 317-325, set./dez. 2017.

SÁ, L. M. Sobre a classificação das entidades sobrenaturais. *In*: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa Polidisciplinar “Prelazia de Pinheiro”**: aspectos antropológicos. São Luís: IPEI, 1975. v. 3.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr., 1997.

SANTIAGO, Alda Margarete Silva Farias. **Vozes e Saudades**: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SANTOS, Elton C. Rodrigues. As escolas reunidas como modalidade escolar: Uma perspectiva de pesquisa em história da educação. **Revista Diálogos**, Maringá, 2013.

SANTOS, Paula Oliveira. **Memória de uma congregação canadense**: as Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães – MA 1956 – 1964. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2017.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **“Verbalização do Sagrado” em tempos de fronteira**: a recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SILVA, Rodrigo Pereira. **A ação dos missionários do Sagrado Coração na Educação do Município de Pinheiro**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Humanas, História) – Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, Pinheiro, 2018.

SOARES, Alairton Luis Araújo. **Ginásio Pinheirense**: criação e inserção no contexto sociocultural da baixada e litoral ocidental maranhense (1953 - 1963). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.48.2017.tde-30112016-105424. Acesso em: 20 set. 2021.

SOARES, Luis Magno Cantanhede. **As irmãs de nossa senhora da assunção em Guimarães e o seu trabalho com as crianças**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GUIMARÃES.

**Estatuto da Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães.** [Guimarães, MA: Publicador Maranhense], 1877.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiae**, Rio Grande, v.1, n.2, p. 113-120, 2010. Disponível em:

<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366/1248>. Acesso em: 19 set. 2021.

SOUSA, Beatriz de Jesus. **Tramas de gênero: um estudo sobre as mulheres que tecem as redes de dormir em São Bento – MA.** 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, R.F. *et al.* História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: UNESP, 1998.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SUSAN, H. **Os revolucionários silenciosos: como freiras cinzentas mudaram o paradigma do bem-estar social de Lewiston.** Routledge: Maine, 2013.

TESTEMUNHO de Dom Carmello Cassatti em Menção à Missão Canadense em Guimarães, 1996. Guimarães, MA: [s.n.], 1996.

TROVÃO, J. R. **Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão.** [S.l.: s.n.], 2010.

TURNER, V. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu.** Niterói: EdUFF, 2005.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. **Educar, catequizar e civilizar a infância: escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957).** 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIDAL, D. G. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.74-87.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1 v. 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade volume 2.** Brasília, Editora da UnB, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília, Editora da UnB, 1991.

